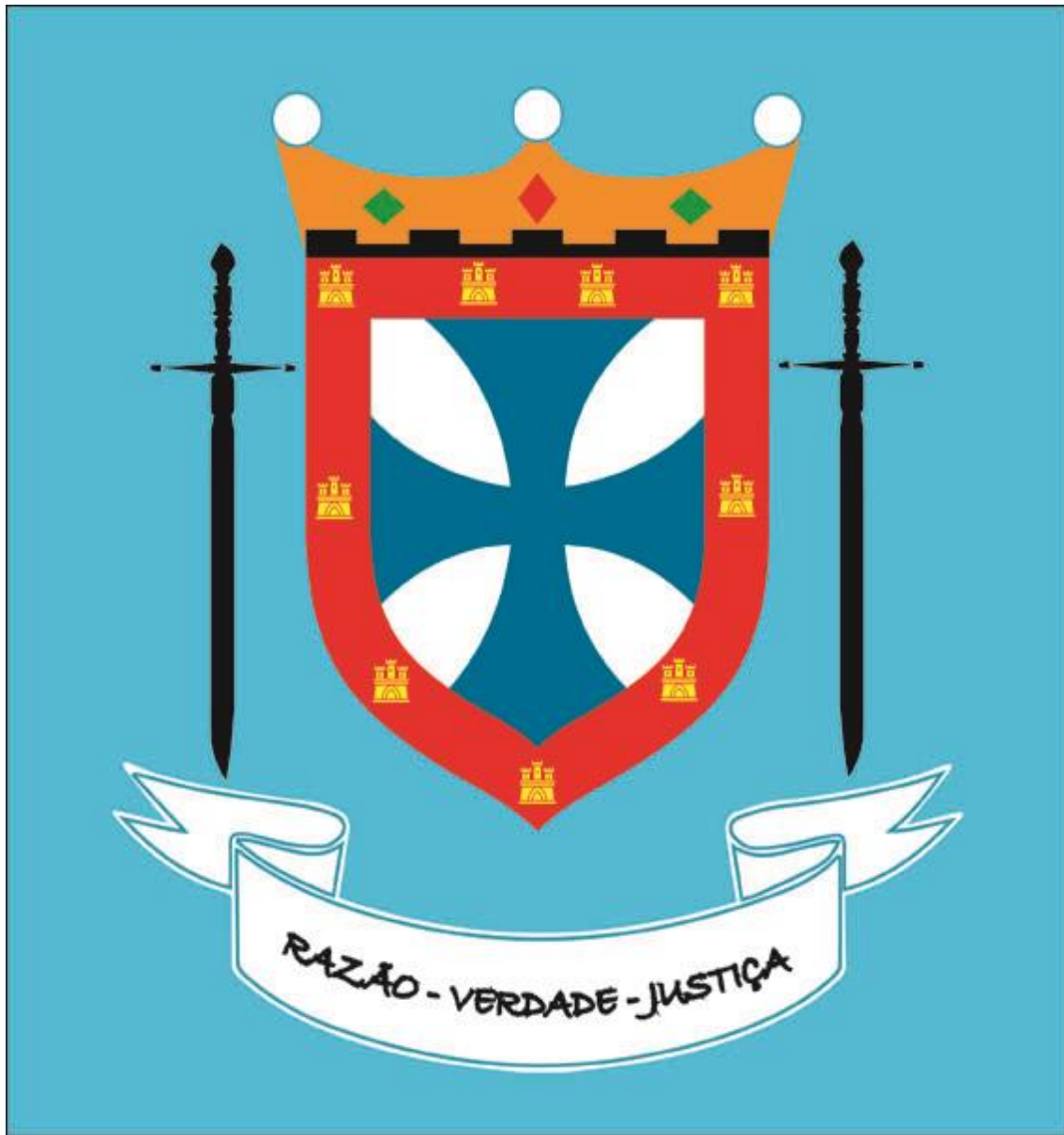


CASA IMPERIAL PORTUGUESA



PORTUGAL DESÍGNIO SOBERANO

O APROFUNDAR a VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE do MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL da VIDA do REINO de PORTUGAL, a INTERDEPENDÊNCIA das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS e a nossa RELAÇÃO com o IMPÉRIO PORTUGUÊS, com as COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS e com o MUNDO, OBRIGAM a uma REFLEXÃO e CONSCIÊNCIA de TODOS NÓS face à REALIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES ECONÓMICOS do REINO de PORTUGAL e dos ENTRAVES e OBSTÁCULOS com que se vêm confrontados no fazer face à IMPOSIÇÃO da NOSSA IDENTIDADE, dos NOSSOS PODERES de DECISÃO e da NOSSA MARCA PORTUGAL.

PORTUGAL DESÍGNIO SOBERANO

MATÉRIA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA

Em virtude da fase de transição que o planeta atravessa, da razão à força de perdas humanas e infra-estruturas, necessárias e precisas à subsistência de cada uma soberania no mundo, fruto do desejo da conquista do poder sobre o mundo e do subjugar os demais nobres povos, cuja consciência, razão e justiça se potencia pelo aprofundar das características próprias de cada um dos cento e noventa e seis reinos soberanos presentes no planeta terra e pela restituição da independência, realeza e soberania dos nobres povos subjugados por interesses alheados de uma paz mundial digna da condição do homem, dos ciclos de biodiversidade e do planeta terra e em virtude de um regime republicano com cento e seis anos de vida implementado no reino de Portugal, que traduziu no tempo a vergonha de toda uma existência planetária UNA, SOBERANA e INDIVISIVEL PORTUGUESA, independente e livre com oitocentos e oitenta e nove anos de coragem, força e poder, em prol da dizimação do erário público e de uma suposta falência do estado de direito português, para que se constitua um regime de unidade ibérico com perda de soberania, identidade e razão para todo o nobre povo português e para todos os cidadãos que a sentem, honram e a dignificam, que fez com que Portugal enveredasse na participação da primeira grande guerra, que se alheando da participação directa na segunda guerra mundial, que se pautou apenas e só pela permanência do império inglês, deixou que os democratas potenciasses uma guerra no império português sem precedentes na história do reino de Portugal, que gerou ódios, retaliações e vinganças, lançando o caos e a desordem, iniciando o terceiro mundo no império português, a fome, as armas e a miséria dos nobre povos imperiais portugueses, para que em virtude da paz, conquistassem por direito o sentido de toda uma governação.

Os sucessivos ataques contra a unidade, soberania e a independência do reino de Portugal no mundo, económicos, humanos e culturais, a interferência e ingerência nos assuntos internos do reino, a submissão a acordos, pactos e tratados que escondem as suas razões malignas e colocam em causa o estado de direito soberano, o descrédito do poder estatal, dos órgãos de soberania legislativos, jurídicos, notariais, fiscais, sociais, da prevenção, da segurança e da ordem, criando condições a que se questione a soberania do reino, as resoluções dos problemas que não tendem a terminar pelo querer compactuar com a perda da soberania do reino, com o aniquilar o erário público, com sucessivos empréstimos externos e aumento insustentável da dívida pública, a ruptura e a consequente falta de liquidez para pagar aos funcionários públicos e cumprir os

compromissos firmados, a imposição de um auxílio externo, que como directrizes tem o de reduzir a despesa do estado, reduzindo o número de funcionários públicos de forma a instituir o caos e a desordem nos serviços estatais, paralisando serviços, a agravante das greves, manifestações e conflitos promovidos por uma classe sindical geradora de conflitos e instabilidade social e da falta de respeito, responsabilidade e compromisso entre os agentes económicos, a solução republicana da constituição de um governo de unidade ibérica para redução de custos de uma acção que é dos portugueses e que não compete decidir a mais nenhum reino mundial, nem instituição, a inocência como base de todo um descrença, descrédito e desrespeito perante toda a nossa história e todos os homens que a ergueram, dignificam e sentem, o desemprego como base de todo um abismo, irresponsabilidade e incompetência governativa, fazendo crer que não existem legisladores capazes de impor um outro rumo, sentido e futuro, o afastamento dos líderes legislativos nos vários partidos políticos, os acordos com a comunidade europeia, china e a perda da soberania de Macau,

ESPAÇO, a despromoção, despovoamento e desertificação do espaço territorial português proporcionado pela apropriação das propriedades aos proprietários fieis e leais ao regime monárquico e o consequente abandono pelos novos proprietários republicanos da actividade agrícola, pecuária e extractiva, forçaram à imigração dos cidadãos rurais para outros territórios e a emigração e aglomeração das populações nos grandes aglomerados populacionais com critérios de população que acentuam as assimetrias e disparidades existentes, donde urgiram bairros sociais e de lata, geradores da exclusão social produzida, o abandono da floresta e das suas riquezas naturais e a continua degradação dos solos, a aculturação de espécies vegetais e a implementação de espécies nocivas à fertilidade do solo, o descrédito da agricultura, pecuária e extracção que promove no dia-a-dia a importação de bens agrícolas, pecuários e extractivos necessários e precisos à dieta alimentar portuguesa e à responsabilidade dos compromissos económicos dos sectores de actividade económicos desta dependente, o encerramento de escolas, hospitais, creches, centros sociais, tribunais, matrizes sociais, notariais e fiscais, esquadras policiais e serviços básicos como base de toda uma falta de condições de habitabilidade das populações, acentuando a clivagem de desenvolvimento, progresso e futuro de todo o espaço territorial português, o isolamento dos povoados, a falta de acessibilidades e serviços básicos como o saneamento, água, electricidade, gás, comunicações e o consequente afastamento dos sectores de actividade económicos, o encerramento de maternidades, urgências e serviços postais, promovendo o afastamento das populações das zonas interiores, as grandes obras e os grandes investimentos a beneficiar os grandes centros urbanos, esquecendo o interior e as ilhas, relevando Lisboa e o Porto, como base de um fundamentalismo empobrecedor do sentido de identidade, unidade e razão soberano português, do ser, estar e existir Portugal no planeta terra, INTEGRAL, EQUITATIVO e TEMPORAL de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a constante violação do nosso espaço territorial, aéreo, marinho e terrestre,

HOMEM,

SAÚDE, o permanente endividamento dos serviços de saúde e a elevada dívida à indústria farmacêutica, o encerramento de hospitais, centros de saúde, maternidades e urgências privando os cidadãos dos cuidados médicos necessários, precisos e exigidos, enquadrando os cidadãos em grandes unidades hospitalares dos grandes centros populacionais já por si só deficitários face aos cuidados exigidos pelas próprias populações, retardando e agravando a resolução dos problemas de saúde dos cidadãos, os horários das unidades médicas não compatíveis com as necessidades da população

em todo o período do dia, os estatutos e equiparações que prejudicam a acção de médicos, enfermeiros e auxiliares de saúde e provocam a indignação e o protesto, a desresponsabilização da vacinação e dos rastreios como forma de prevenção, de precaver e colmatar as graves doenças que incapacitam as capacidades humanas, prejudicando a vida familiar, a rentabilidade laboral e a consequente sobrecarga da acção social e que produzem custos intermináveis e in comportáveis, a delegação da função médica, de socorro, auxílio e apoio às vítimas aos sapadores voluntários cuja debilidade da sua qualificação e formação médica, não permite a respectiva exigência nas competência de avaliação, cuidados e tratamentos imediatos e precisos, a atribuição de prémios em prol de objectivos em patologias específicas cuja competência se tem que proporcionar pelo sentido de nobreza dos profissionais de saúde e da sua função a cumprir em prol da resolução dos problemas de saúde da população,

CONHECIMENTO, a instituição do palavrão, do insulto e da ofensa, da violência e da discriminação como base de toda um desrespeito, desconfiança e perda de identidade e soberania, a promiscuidade de valores e princípios que fazem deturpar as razões universais, planetárias e humanas, em prol da defesa dos actos promíscuos e criminosos de quem os pratica, a reivindicação pelo regime republicano da evolução das condições de habitabilidade social quando as mesmas são derivado do próprio processo de evolução no tempo do estudo, do conhecimento e da ciência, aliado ao diário aperfeiçoamento dos modos, métodos e técnicas de transformação, uso e utilização das matérias ou produtos,

FAMÍLIAS, a deturpação dos valores família, do respeito, responsabilidade e compromisso, a humilhação, caos e desordem que provocaram ao longo do tempo às famílias, a falta de emprego, direitos, de estabilidade, que contribui para o retrocesso dos laços de unidade familiar, para a constituição de famílias e para o continuo envelhecimento da população do reino de Portugal, a redução drástica do poder de compra das famílias e a imposição do rendimento da mulher na vida económica familiar, denominando de emancipação, a lei da paridade que não esconde o objectivo de humilhar a mulher em toda a sua capacidade de afirmação e liderança, a degradação do nível de vida das famílias e a instauração do crime, do conflito e da violência como base de todo um sustento, potenciando encargos acrescidos para os órgãos de soberania jurídicos e riscos para a vida dos agentes da ordem, a perda da razão dos valores da família, para se constituir a promiscuidade de legislar casamentos de pessoas com o mesmo sexo e de se pensar se os mesmos deverão ou não adoptar crianças para se distorcer a razão de toda a raça humana e de toda uma educação materna e paterna.

EDUCAÇÃO, a falta da educação materna efectiva na infância, o sistema educativo gerador de indisciplina, discórdias e atritos entre os seus agentes e que a todos prejudica, a indisciplina nas escolas, geradas pela falta de competências dos professores no estabelecer a disciplina nas salas de aula, a imposição do inglês no primeiro ciclo educativo, onde as crianças devem orgulhar honrar o seu idioma, identidade e pátria, a exigências de médias delimitadoras do acesso ao ensino superior em áreas específicas onde recrutamos profissionais exteriores com um nível de formação inferior ao que exigimos para nós próprios, tornando o exterior como solução ao estudo, o encerramento do parque escolar com incidência no interior e ilhas, provocando encargos e riscos acrescidos para os pais e alunos, promovendo o abandono escolar, sobrecarregando os órgãos de soberania autárquicos com encargos desmesurados à condição financeira de cada um, a dificuldade da estabilidade dos docentes no exercício da profissão, o elevado número de licenciados em áreas de estudo divergentes da área educativa, sem a formação necessária, precisa e exigida a exercer o cargo de docentes, a invadir, concorrer e distorcer os concursos de professores em cada ano lectivo, a

descredibilizar o curso de professor, colocando os profissionais qualificados estagnados ou a exercer funções indevidas, os exames cíclicos de acesso exclusivo e dítono do sentido de avaliação continua exigida na qualificação das aptidões dos alunos e do próprio sistema de ensino, a avaliação dos docentes com critérios que não privilegiam a responsabilidade de cada um face à qualificação dos alunos no mercado de trabalho, a progressão da carreira docente, envolta de funções para as quais não foram qualificados,

TRABALHO, as desigualdades entre homens e mulheres no exercício de funções e competências profissionais, as disparidades das tabelas salariais praticadas entre artes profissionais, a clivagem dos salários praticados na capital para com os demais espaços de jurisdição nacionais, os baixos salários praticados, a qualificação e formação que não torna possível os instrumentos necessários, precisos e exigidos ao desempenho de funções, à iniciativa privada dos cidadãos e à produção de emprego, trabalho e riqueza, os contratos de trabalho sucessivos e a precariedade que conduzem à instabilidade, ao conflito e à degradação da vida familiar, educativa, laboral e social, os conflitos laborais instituídos pela classe sindical,

REFORMA, o isolamento e o abandono dos nossos anciãos indefesos face à degradação das condições de toda uma habitabilidade no reino de Portugal, com dificuldades de acesso aos cuidados de saúde e sociais mais precisos na fase pós-laboral, o desrespeito por quem toda a sua vida trabalhou e descontou para ter uma vida digna após o período activo e se vê confrontado com situações de injustiça social, de reformas de miséria, de carências, necessidades e privações, o período de reforma que se legisla para ser aos 65 anos de idade e que aos 20, 30, 40, 50 ou 60 anos com a instituição do desempregado se atribui a desresponsabilização para com as tarefas a desenvolver e a cumprir quer seja no sector público ou privado, a desresponsabilização da acção social na acção educativa dos mesmos contribuintes,

MOVIMENTO,

FUNÇÃO PÚBLICA, a deturpação da função intervencionista do estado de regulador, fiscalizador e controlador das actividades económicas e da defesa dos agentes económicos da vida do reino de Portugal para ser um agente activo na concorrência à responsabilidade da iniciativa privada e um agente promotor da insolvência dos agentes económicos, a apropriação de sectores de actividade económicos fundamentais ao exercício da nossa auto-suficiência e afirmação no mercado imperial português e mundial, a ingerência, obstrução e concorrência do estado face às acções e competências da iniciativa privada nos vários sectores de actividade económicos, com a aplicação de concursos estatais atribuídos a empresas estatais ou com participação estatal eliminando a viabilidade de projecção e progressão da iniciativa privada nos vários domínios económicos, a burocratização dos serviços públicos, o excesso de despesa publica e a baixa produtividade dos serviços estatais prestados à comunidade, as elevadas indemnizações pela rescisão do exercício de funções de funcionários públicos, o desgoverno dos salários praticados no âmbito das empresas e instituições estatais, os conflitos gerados na função pública derivado das avaliações e progressão nas carreiras, da valorização dos profissionais qualificados e dos aumentos salariais, a atribuição dos cargos do estado pelo compadrio e pela cor partidária, desprezando o valor, a responsabilidade e a competência dos agentes e funcionários estatais,

JUSTIÇA, os obstáculos a uma justiça integra, justa, rigorosa e precisa, participativa nos instrumentos de regulação de toda uma orgânica jurídica consciente de autonomia, independência e poder de decisão, que puna os atentados, violações e as infracções dos cidadãos, órgãos de soberania, empresas e instituições, a ingerência, burocratização e despenalização da justiça, a interferência e o descrédito geradores de

diferendos, destabilização e divergências entre as Instâncias jurídicas, a impunidade como justiça, a difamação dos agentes jurídicos, a obstrução à constituição de prova e à condenação dos infractores,

LEGISLAÇÃO, as sucessivas eleições e o dispêndio de verbas incalculáveis em campanhas eleitorais do confronto ideológico do nada, do culto da depravação, da birra, da ofensa, da bisbilhotice, os subsídios atribuídos aos partidos republicanos e a todos os republicanos para que proliferam no seu sentido de traição da identidade e razão soberana portuguesa e na discórdia, destabilização e ofensa à unidade, identidade e realeza de todo um existir soberano português, as imunidades que criaram para se defender da responsabilização dos seus actos, a promiscuidade de valores e princípios legislados, os tratados, acordos e pactos à margem da lei, o compactuar com a indefinição das fronteiras territoriais e o arrastar no tempo da resolução do enclave Olivença, a falta de igualdade, respeito e compromisso por força da imposição do compadrio, do fanatismo e do egoísmo, o continuo compactuar com o movimento sindical, com os ideais cristãos e com a sua crença de unidade da península ibérica, a ingerência nos órgãos de soberania jurídicos e meios de comunicação social, o impedimento à iniciativa própria dos nossos empresários em prol de interesses exteriores à vida do reino e do império português,

INTERVENÇÃO, as ofensas e o desrespeito pelas instituições militares, policiais e sapadoras, a intervenção de militares e agentes da ordem nos conflitos armados presentes no planeta, o exercício da função sapadora por voluntários e o seu financiamento pela caridade dos cidadãos, empresas e instituições publicas e privadas, a falta de condições infra estruturais, técnicas e tecnológicas necessárias, precisas e devidas ao desempenho das forças de intervenção em toda a sua acção de protecção civil, a desadequação dos meios de intervenção à realidade dos combates a dominar, o acumular de situações gravosas com os contratos de equipamentos das forças de intervenção, as avaliações, promoções e progressão nas carreiras das forças de intervenção, os horários do exercício de funções das forças de intervenção,

SOCIAL, a luta por um estado social que não supera os obstáculos de toda uma hipocrisia, a continua prossecução de toda uma acção social errada em toda a sua razão centrada nos descontos dos filhos para suportar a reforma dos pais, que delega nas instituições de caridade social a responsabilidade de toda uma irresponsabilidade governativa gerada com a constituição do DESEMPREGO, do DÉFICE PÚBLICO e com o agravar a condição social dos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL, que faz crescer as necessidades das instituições de caridade como base de todo um sustento e de toda uma responsabilidade alheia para o qual todos temos que contribuir, a dificuldade, pobreza e miséria que se repercute em cidadãos com qualificações e formação profissional e universitária, a imigração dos profissionais qualificados, o lema dos subsídios como base de todo um rendimento do trabalho que representa zero da riqueza criada, gerada e produzida na vida do reino e que apela à inércia dos cidadãos, à destabilização da vida familiar e a actos irreflectidos, a destruição do sistema social que permite reformas monumentais para quem desconta oito anos e que prejudica severamente quem descontou uma vida inteira,

FISCAL, o aumento abusivo e consecutivo de impostos e taxas sobre as famílias, empresas e instituições, a isenção, subsídios e fundos concedidos a sectores de actividade exteriores, as prescrições dos processos fiscais e o compactuar com a fuga à responsabilidade tributária, a injustiça da falta de equidade nos impostos arrecadados aos agentes económicos, o irrealismo dos números e dos montantes declarados pelos sectores de actividade económicos, a abundância de sectores de actividade individuais e colectivos ilegais a exercer a sua função à margem da lei e das responsabilidades fiscais

e sociais inerentes, bem como o obstáculo aos empresários em nome individual por via da tributação pelas receitas apuradas esquecendo os custos que a esta deram origem, o sistema fiscal permissível a irregularidades e infracções,

NOTARIAL, a concessão da acção notarial a privados, a imigração ilegal constante no reino sem leis nem ordem a cumprir e as situações constringedoras de mendicidade dos imigrantes residentes no território e do cometimento do crime como forma de sobrevivência, a falta da nacionalidade aos cidadãos que tendo paternidade oriundas de outros povos nasceram no reino de Portugal e têm que ser considerados portugueses por direito próprio, a incompreensível falta de legalização de todos os cidadãos oriundos dos estados membros do império português residentes no espaço territorial português,

INICIATIVA PRIVADA,

PRODUÇÃO, a apropriação da propriedade privada com as nacionalizações tendentes a culminar com a força dos sectores de actividade económicos do reino de Portugal dinamizadores, dominantes e prósperos na acção interna, imperial portuguesa e mundial e a fuga dos investidores do território português, para os dizimarem e serem uma fonte de défice constante e presente e para os extinguirem, a progressiva diminuição do preço cobrado aos nossos produtores pelos bens produzidos, a entrada no mercado de bens e produtos a custo zero isentos de tributação, que visam terminar com os sectores produtivos que resistem pela qualidade a um mercado global que não poupa os meios para destruir os tecidos produtivos dos reinos soberanos, os entraves à iniciativa privada dos cidadãos portugueses e a concessão da acção económica a entidades e interesses externos com prevalência dos investidores Espanhóis, os acordos entre o patronato e os sindicatos que apenas beneficiam os sindicalistas nos seus direitos e regalias e fortalecem a sua condição de geradores da conflitos, discórdia e ofensas entre os agentes económicos e as suas hierarquias, o encerramento dos sectores de actividade económicos nacionais derivado de uma concorrência desleal isenta de contribuição e responsabilidades para com a riqueza a gerar e para com a estabilidade das populações e da massa humana activa, o abandono das marcas portuguesas como base de toda uma afirmação, estímulo e poder, os subsídios de curta duração concedidos ao abate da nossa frota pesqueira, para que os mercados abastecedores de peixe sejam invadidos por embarcações de Espanha, a concessão de licenças de pesca temporárias em detrimento das anuais, a continua concessão de licença de pesca aos arrastões, a venda nos mercados abastecedores de pescado externo, muitas das vezes pescado nas águas territoriais portuguesas, que desmotivam o esforço e a coragem dos nossos armadores e que fortalecem os interesses exteriores, a alteração das dietas animais na pecuária, com a agravante do início de novos vírus e doenças animais e riscos para a saúde pública, a aculturação das espécies animais em detrimento das nossas raças e espécies, o abandono dos sectores de actividade agrícola e a reestruturação das espécies cultivadas, terminando com a multiplicidade de espécies vegetais sementeiras no reino, o fim da actividade extractiva e a concessão a sectores de actividade externos, a desarticulação, desagregação e dependência dos nossos produtores, artesãos, industriais e comerciantes,

FINANCEIRO, a degradação do sistema financeiro e o compactuar com produtos tóxicos que a todos arruína, a especulação como factor de credibilidade, a descrença nas instituições bancárias e a insegurança dos cidadãos nas suas poupanças, a traição a todos os subscritores de títulos de participação e fundos de investimento e de dívida pública estatais, com o objectivo de declarar falência do estado e de não corresponder às responsabilidades de reembolso dos investidores, a falta de regulação da actividade financeira e o compactuar com as irregularidades por esta promovida, a

actuação de instituições financeiras a actuar à margem da lei e do dever e responsabilidade para com os seus clientes, destabilizadoras dos interesses nacionais próprios e das poupanças e investimentos do nobre povo português, a instituição da moeda única europeia e o descrédito da credibilidade institucional financeira portuguesa e do valor, força e poder que a moeda portuguesa sempre instituiu na sua relação interna e externa, as baixas taxas de juro aplicadas aos depósitos, as altas taxas de juro aplicadas aos empréstimos, as altas taxas de tributação face aos bens e serviços segurados, os rácios de capitais como prova da solvência das instituições de crédito,

ENERGIAS, a dependência energética face ao exterior, a concessão de exploração das fontes energéticas e dos postos de abastecimento dos combustíveis a interesses exteriores ao reino de Portugal em desrespeito pela iniciativa própria dos nossos capitais e investidores, o continuo compactuar com as energias fósseis em detrimento das energias renováveis para os quais o reino de Portugal está dotado,

TRANSPORTES, a ingerência na acção transportadora da vida do reino de Portugal com a apropriação dos estaleiros navais e aeronáuticos, dos meios de transporte ferroviários e rodoviários, a interferência na decisão da acção e movimento dos meios de transportes colectivos como a transportadora aérea portuguesa, os comboios, metropolitanos, os meios de transporte colectivos navais e rodoviários, a nacionalização dos sectores de actividade económicos transportadores para que com reivindicações, greves e paralisações promovam prejuízos incalculáveis à vida do reino de Portugal e transtornos a toda a população portuguesa e se constituam como uma fonte de prejuízos e défice diário e um problema constante para a viabilidade das contas públicas, a destruição da viabilidade económica dos estaleiros navais e aeronáuticos, a estagnação e o retrocesso dos comboios de Portugal,

CONSTRUÇÃO, a apropriação e expropriação do património imobiliário estatal ao longo de todo o período republicano, a degradação do nosso património imobiliário histórico em todo o espaço mundial, a construção de grandes empreendimentos imobiliários de cariz supérfluo face à necessidade de satisfação de bens e serviços básicos necessários precisos e exigidos à equidade de desenvolvimento, progresso e futuro do reino e de cada um município, a falta de acessibilidades e dos serviços básicos de habitabilidade em grande parte do território, como a luz, água, telefone, gás, saneamento, vias de comunicação, a edificação dos bairros sociais e de lata, como forma de exclusão, a construção ilegal sem lei nem ordem, a disparidade de investimento dos grandes centros urbanos face ao restante território, acentuando o desrespeito pelo interior e ilhas,

COMUNICAÇÃO, a politização dos meios de comunicação, a interferência, ingerência, obstrução aos meios de comunicação social, a mediatização da vida privada e a influência da cultura da violência, da intriga e do desrespeito como forma de fragilizar a identidade e razão soberana portuguesa, a educação, a realeza e a nobreza do nobre povo português que fomos, somos e seremos no mundo das decisões planetárias, a distorção dos valores e princípios das razões humanas, planetárias e universais, o continuo tempo de antena a quem não o merece e apenas se destaca por factos negativos como o crime,

CULTURA, a prossecução da defesa de interesses alheios à vida do reino, as candidaturas conjuntas de Portugal e Espanha aos laços e traços de toda uma identidade cultural própria portuguesa, perda de valores e princípios próprios, investimentos culturais em eventos megalómanos internacionais únicos em detrimento da multiplicidade e diversidade cultural portuguesa, a distorção das características próprias culturais do reino de Portugal, na música, dança, escrita literária, artes belas, teatro,

cinema e fotografia, a projecção e valorização dos projectos exteriores e a desvalorização da realza e rubor dos artistas portugueses e do império português,

ESCRITA, o atentado ao código normativo ortográfico português com o novo acordo ortográfico, como base de toda uma destruição das raízes de toda uma identidade, razão e unidade soberana portuguesa, a constante depreciação, deturpação e desrespeito pela realza do idioma português, pela fonética e semântica próprios de todo um ser, estar e existir Portugal e da liberdade de expressão verbal e escrita uma, soberana e indivisível, progressiva, evolutiva e eterna do reino de Portugal, a instituição do palavrão, da ofensa e do insulto do meu, do gajo e do pá, do rapaz e da rapariga como base de toda uma perda de unidade, respeito e identidade soberana portuguesa, o acentuar e instituir estrangeirismos,

DESPORTO, o fanatismo, desaforo e ofensa entre os intervenientes desportivos, promotores de conflitos regionais, destabilizadores de toda uma identidade una, soberana e indivisível portuguesa, da integridade, união e unidade de crescimento do espaço territorial português, a prevalência nos tempos actuais de atletas exteriores ao reino de Portugal e ao Império Português, a falta de responsabilidade dos agentes desportivos na integração nos escalões maiores de cada uma modalidade da representação de equipas de todas as 9 regiões administrativas,

JOGO, a ingerência, interferência e detenção dos sectores de actividade económicos da área jogo e a sua concessão à iniciativa privada, a exiguidade de toda uma acção em termos de espaço territorial português, a limitação da variedade de investimento dos sectores de actividade da área jogo com a quase nulidade da acção dos hipódromos, a não concessão de licenças de exploração do jogo on-line às empresas concessionários dos casinos, hipódromos e às federações portuguesas das modalidades desportivas respectivas,

CIÊNCIA, a falta de investimento numa área que por si só constitui emprego, fortuna e progresso, inovação, futuro e evolução de toda uma habitabilidade dos agentes económicos, inova infra-estruturas, equipamentos e materiais, aprofunda modos, métodos e técnicas de uso e utilização dos materiais, privilegia a redução de custo de produção dos bens e serviços prestados e a rentabilização dos processos produtivos, a imigração dos nossos sages, falta de protecção e defesa das nossas patentes, falta de investimento das invenções dos nossos sages, a violação dos planos directores municipais e a degradação das nossas reservas naturais, a inexistência de institutos biológicos nas respectivas reservas naturais,

RELIGIÃO, o afastamento dos fieis das cerimónias por razões que se prendem com os crimes e os maus exemplos praticados pelos próprios profetas de cada uma instituição religiosa, derivado de celibatos e da resignação de toda uma razão de viver digna da família em comunidade, que promove a instabilidade da paz, ordem e harmonia comunitária e social que lhe é devido no apaziguamento espiritual, na compreensão e responsabilização de todos os cidadãos na partilha das acções a realizar tendo em vista o bem-estar comunitário e social, a continua obsessão das profissões de fé pela ingerência nos assuntos governativos e económicos da vida do reino de Portugal, os conflitos que com as suas palavras instituem na comunidade entre credos e formas de viver a vida, com respeito pela crença de cada um cidadão que não coloque em causa o prejuízo de terceiros, dos ciclos de biodiversidade terrestres presentes e do planeta terra, a cada vez mais profunda acção de caridade com que se depara face à gravidade da situação comunitária e social com que vivemos confrontados, substituindo-se à responsabilidade única e exclusiva do estado e da área social, que assim como gera os problemas também tem o dever e a responsabilidade de os suavizar, amenizar e eliminar

para que não possam existir carências, privações e necessidades na vida das famílias e dos sectores de actividade económicos,

SUA MAJESTADE, a invenção em dois mil e quatro de uma doença para SUA MAJESTADE, os internamentos consecutivos no tempo, o silêncio a que me submeteram no tempo, o uso e abuso de directrizes de SUA MAJESTADE para o reino de Portugal em prol do seu umbigo próprio distorcendo a sua essência e a realidade dos problemas a colmatar, a eliminação de todas as tentativas económicas de SUA MAJESTADE,

COMUNIDADE EUROPEIA, a alienação do idioma português como idioma oficial de uma comunidade europeia, à imagem dos seus criadores sem identidade, sem pátria, sem valores e princípios próprios defensores das estados soberanos que o constituem, constituída hoje por vinte e sete reinos soberanos e cujo simbolismo se revê numa bandeira azul que ofende e desrespeita a defesa da soberania de cada um nobre povo constituinte e o seu poder de decisão e afirmação, a destruição e difamação dos nobre povos cujos conhecimentos, actos e feitos heróicos marcaram e marcam para todo o sempre a história civilizacional e a evolução do homem no planeta, como a Grécia, Itália, Espanha e nós portugueses, a desarticulação, desagregação e destabilização do nosso tecido produtivo português, a atribuição de benefícios aos capitais exteriores, a concessão de isenções contributivas e tributárias e a desresponsabilização pela sua acção no tempo face ao reino e às suas populações, a atribuição de subsídios, a abolição das medidas proteccionistas do estado face à concorrência desleal dos seus estados membros, a atribuição de quotas delimitadoras da capacidade produtiva do reino de Portugal, as políticas de dumping introduzidas com vista a terminar com os sectores de actividade económicos do reino Portugal, os subsídios ao abate dos nossos sectores de actividade económicos nacionais, a perda do poder de decisão económico e a transferência dos centros decisores para fora do território português, os atentados sucessivos às empresas nacionais cotadas em bolsa, a implementação do euro e a extinção do escudo, com a sucessiva perda do poder da moeda na nossa relação com o mundo e a consequente perda do poder de compra dos agentes económicos, o alargamento da comunidade europeia e a deslocalização dos sectores produtivos externos presentes no reino de Portugal para esses mesmos países, encerrando os sectores de actividade económicos do reino destes dependentes e originando o processo de desemprego instituído no reino de Portugal, os investimentos megalómanos centrados na área de Lisboa e do porto, o abate da frota de pesca, a reestruturação das espécies naturais em cultivo, o abandono das minas e a concorrência pecuária, a dependência face ao exterior das matérias-primas necessárias, precisas e exigidas à população e aos sectores de actividade económicos, a entrada das grandes superfícies e a devastação do comércio tradicional, a liberalização da mão-de-obra comunitária, a livre circulação de pessoas e bens, com a agravante da geração de injustiças e conflitos familiares, laborais e sociais, a imposição de uma política jurídica europeia com perda de soberania e do poder de decisão do reino de Portugal e dos seus órgãos de soberania jurídicos, os constantes e permanentes ataques aos códigos normativos do reino de Portugal.

MATÉRIA SEGUNDA

ORDENAMENTO TERRITORIAL

Observemos a REALIDADE do ORDENAMENTO TERRITORIAL em 2001, documento ORDENAMENTO TERRITORIAL, estruturado segundo o projecto de ESTRUTURAÇÃO, ORDENAÇÃO e ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS em termos de ESPAÇO, HOMENS e TECIDO

PRODUTIVO PORTUGUÊS, que empreendi desde o ano 2003 e que o promulguei em 2014 e que remeti aos ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL no tempo é um instrumento fundamental à observação da realidade futura do REINO de PORTUGAL no superar as adversidades de toda uma desorganização territorial republicana, que com as mutações e transformações ocorridas de imigração e emigração das populações e da deslocalização para os países do leste da Europa de sectores de actividade económicos exteriores presentes no reino de Portugal com a entrada na comunidade europeia, produzindo o consequente encerramento de sectores de actividade económica até à data de hoje destes dependentes, em muito pouco alteraram as percentagens da realidade dos números e valores apresentados, sendo certo que nenhuma estatística poderá estar rigorosamente correcta e fidedigna com a realidade dos números apresentados por existirem cidadãos que de forma ilegal não participam no censo realizado ou porque os sectores de actividade económicos não declaram a plenitude de toda a sua acção económica, humana e cultural.

Compreende-se por:

SECTOR PRIMÁRIO:

ÁREAS PRESIDENCIAIS – Agricultura e dos vegetais, pesca, do pescado e do plâncton, pecuária e dos animais, extracção e dos minerais e artes belas,

SECTOR SECUNDÁRIO:

ÁREAS PRESIDENCIAIS – Indústria, energias, transportes e construção civil,

SECTOR TERCIÁRIO:

ÁREAS PRESIDENCIAIS – Comércio, financeira, educação, saúde, social, notarial, fiscal, legislativa, jurídica, prevenção, segurança, ordem, comunicação, música, dança, escrita, teatro, cinema e fotografia, desporto, jogo, humana, natural, universal e religião,

As assimetrias, disparidades e clivagens presentes em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS em termos de RESPONSABILIDADE de jurisdição da área territorial de cada um município, do despovoamento do espaço territorial e da aglomeração e concentração dos povoados nas grandes cidades, bem como a localização dos sectores de actividade económicos em centros urbanos dotados das acessibilidades inerentes ao próprio exercício da actividade económica criam a disformidade e a debilidade de toda uma acção e movimento de desenvolvimento, progresso e crescimento integral do espaço territorial português, o despovoamento, desertificação e isolamento do espaço territorial português, por si só constitui um entrave e um obstáculo à criação da riqueza gerada pelo não aproveitamento dos recursos naturais do próprio espaço territorial ao abandono seja a acção de âmbito extractivo, pecuário, pesqueiro ou agrícola, bem como constitui a base de toda uma saturação, desgaste e eliminação das riquezas naturais do próprio espaço territorial limitado que está a ser explorado constante e permanentemente. O mundo rural começa onde o mar termina, como tal todo o espaço de jurisdição municipal, tem obrigatoriamente que possuir uma acção económica forte no sector primário nas áreas da agricultura e dos vegetais, pecuária e dos animais, da extracção e dos minerais e das artes belas, bem como é da responsabilidade de todos os municípios litorais, fluviais e lacustres deter uma acção económica forte no sector da pesca. Observamos que regredimos no sector primário da auto-suficiência agrícola, pecuária, pesqueira e extractiva que detínhamos no fazer face à satisfação das necessidades de consumo das população e dos sectores de actividade económicos portugueses e ao cumprir os acordos imperiais portugueses e mundiais acordados, para a estagnação e dependência externa, vendo os nossos agricultores,

pecuários, pesqueiros e extractores confrontados com as limitações impostas pelo exterior na pratica de preços inferiores aos custos de produção da acção dos nossos sectores de actividade económicos, como é o caso do leite que entra do exterior no espaço territorial português a 29 cêntimos e que são precisos 40 cêntimos para que os nossos produtores produzam a qualidade do leite que exigimos como digno para a condição alimentar da população portuguesa e dos sectores de actividade económicos deste bem dependentes.

Não tendo a percepção do que cada um distrito contribui no todo nacional para cada um sector de actividade, é correcto que tenhamos presente que os montantes envoltos deveram ter diminuído e é da compreensão de todos que a indústria se localiza nas zonas de maiores acessibilidades em termos rodoviários, marinhos, ferroviários e aeroportuários, para no imediato escoar para o mercado interno, imperial português e mundial os produtos produzidos ou fabricados, bem como se situam em municípios dotados de profissionais qualificados nas mais diversas artes profissionais envoltas do exercício de funções e competências dos próprios sectores de actividade económicos e nos próprios municípios onde se obtém as matérias-primas, para redução de custos de produção, com transportes e despesas de conservação dos bens ou produtos fabricados. Observamos que temos um sector secundário dependente das matérias-primas do exterior de modo e forma a concorrer com os preços praticados pelas demais economias soberanas mundiais, procurando no mercado externo a solução de um problema que é a falta de poder de compra dos nossos consumidores portugueses, dos agentes económicos da vida do reino de Portugal.

Observamos como natural que o sector terciário pela amplitude das 24 áreas envoltas e pela exigência das mesmas em todo o espaço de jurisdição municipal ocupe a maior percentagem do tecido produtivo português,

MATÉRIA TERCEIRA DUCADOS

Como têm presente no ORDENAMENTO TERRITORIAL, aos 309 MUNICÍPIOS que com o MUNICÍPIO de OLIVENÇA constam como áreas de jurisdição municipal no reino de Portugal, quero criar 241 NOVOS MUNICÍPIOS a erguer em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, quero acabar com todas as JUNTAS de FREGUESIA como centros de decisão das comunidades e delegar em cada um MUNICÍPIO nos ÓRGÃOS de SOBERANIA e nos MONOPÓLIOS dos sectores de actividade económicos a criar as funções de toda uma integridade de desenvolvimento, progresso e futuro a instituir para cada um município no imediato momento em todo o REINO de PORTUGAL, administrados por DUCADOS, cuja área de jurisdição territorial corresponde à área de cada um MUNICÍPIO e cujas competências envolvem as RESPONSABILIDADES de toda uma ORGÂNICA ADMINISTRATIVA do PATRIMÓNIO ESTATAL.

Se todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS TERRESTRE corresponde a uma ÁREA de 91 946,7 Km², em termos de unidade e equidade das responsabilidades a cumprir e a realizar por cada um dos 550 DUCADOS corresponderá uma parcela de mais ou menos 167 Km², a observação que detenho é que tendo presente as vicissitudes de toda uma acção florestal abrangente da estabilidade planetária e da condição humana esta deveria representar 70% da área de jurisdição de cada um MUNICÍPIO, a acção agrícola, pecuária e extractiva de satisfação das necessidades da vida das populações e dos sectores produtivos desta dependentes deveria representar 21% da área de jurisdição de cada um MUNICÍPIO e a acção urbana de aglomeração das populações e das

acessibilidades inerentes às comunicações e relações a estabelecer diariamente deveria representar 9% da área de jurisdição de cada um município, o que perfaz:

ÁREA de JURISDIÇÃO MUNICIPAL – 167 Km²:

ÁREA FLORESTAL – 70% – 116,9 Km²,

ÁREA AGRÍCOLA, PECUÁRIA e EXTRACTIVA – 21% – 35,07 Km²

ÁREA URBANA – 9% – 15,03 Km².

Se a população portuguesa é constituída por 10 407 463 CIDADÃOS, em termos de unidade e equidade das responsabilidades a cumprir e a realizar em termos de povoamento e distribuição da população por cada um dos 550 DUCADOS corresponderá uma parcela mais ou menos de 18 923 CIDADÃOS, o que corresponde a 6 308 famílias de três pessoas, correspondendo a 113 CIDADÃOS a responsabilidade por cada um Km² de ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS,

Se o desenvolvimento, progresso e futuro dos DUCADOS e toda a sua acção e movimento de unidade, crescimento e afirmação económico se proporcionasse e contribui-se equitativamente no TECIDO PRODUTIVO PORTUGUÊS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a cada uma ÁREA PRESIDENCIAL corresponderiam 3,03% da acção produtiva realizada, o que perfaz:

SECTOR PRIMÁRIO:

5 ÁREAS PRESIDENCIAIS x 3,03% = 15,15%

SECTOR SECUNDÁRIO:

4 ÁREAS PRESIDENCIAIS x 3,03% = 12,12%

SECTOR TERCIÁRIO:

24 ÁREAS PRESIDENCIAIS x 3,03% = 72,73%

A equidade de desenvolvimento, progresso e futuro de todos os DUCADOS com base na criação das condições de toda uma habitabilidade da vida das comunidades, o povoamento integral de todo o espaço territorial português e a construção das acessibilidades exigidas ao estabelecer das comunicações e das relações entre os agentes económicos da vida do reino de Portugal, internas e externas, permitem a exploração das riquezas naturais de cada uma área de jurisdição municipal e a produção e constituição de emprego, riqueza e fortuna a gerar,

MATÉRIA QUARTA ACESSIBILIDADES

Tendo presente o desenvolvimento, progresso e futuro equitativo dos municípios, dos concelhos de administração e das regiões administrativas do REINO DE PORTUGAL em termos das acessibilidades de comunicação e abastecimento, das infra-estruturas aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, ferroviárias e hídricas necessárias, precisas e exigidas ao movimento ECONÓMICO, HUMANO E CULTURAL dos AGENTES ECONÓMICOS a nível interno e externo com o REINO de ESPANHA, o IMPÉRIO PORTUGUÊS e o MUNDO, em termos da distribuição dos meios humanos, técnicos e tecnológicos por todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e em termos da contribuição para a produção de riqueza por todos os MUNICÍPIOS, bem como a análise da viabilidade e exequibilidade de realização pelas entidades competentes das mesmas infra-estruturas, dado necessitarem de uma ANÁLISE PROFUNDA que se impõe para redução dos custos de produção de pontes e túneis, das INFRA-ESTRUTURAS a ERGUER CORRECTAMENTE para que se INSTITUA a relação das ÁGUAS DE PORTUGAL, das ESTRADAS de PORTUGAL e dos COMBOIOS de PORTUGAL e se imponha a qualificação, o crescimento e a valorização de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, DELIBEREI:

ÁREAS AEROPORTUÁRIAS, observemos o documento AEROPORTOS DE PORTUGAL, os aeroportos regionais coincidem com as capitais regionais, os aeroportos concelhios coincidem com as capitais dos concelhos de administração e os demais municípios possuem aeródromo,

ÁREAS PORTUÁRIAS, observemos o documento ÁREAS PORTUÁRIAS, os portos aduaneiros localizam-se em toda a costa atlântica com excepção do mediterrâneo derivado dos acidentes das grandes embarcações e dos prejuízos e transtornos que provocam para o meio ambiente e para essas mesmas populações, as marinas localizam-se em toda a costa atlântica e mediterrânica e os ancoradouros localizam-se em todos os demais municípios banhados pelo oceano atlântico e pelo mar mediterrâneo que não possuam portos aduaneiros ou marinas,

VIAS RODOVIÁRIAS, observemos o documento ESTRADAS DE PORTUGAL, todos os municípios do REINO de PORTUGAL estão unidos por vias rodoviárias, bem como em toda a dimensão os municípios de fronteira do REINO de PORTUGAL estão unidos com os municípios de fronteira do REINO de ESPANHA,

VIAS-FÉRREAS, observemos o documento COMBOIOS DE PORTUGAL, com excepção dos municípios de COVAS do concelho de administração PONTE DE LIMA, COVÕES do concelho de administração MEALHADA, AMADORA do concelho de administração SOBRAL DE MONTE AGRAÇO, ABRANTES do concelho de administração VILA DE REI, PORTO REI do concelho de administração VIANA DO ALENTEJO e dos trinta e seis municípios que constituem o ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA e o ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES, todos os demais quinhentos e nove municípios estão unidos por via-férrea, as ligações entre municípios que não se processar por comboios no continente e nos arquipélagos da madeira e dos açores faz-se por intermédio de metro de superfície, a constituir,

PLANO HIDROGRÁFICO, observemos o documento RECURSOS HÍDRICOS PORTUGUESES, todos os municípios são percorridos por pelo menos um recurso hídrico em cada 225 Km², obtemos água potável em todo o espaço territorial português para a habitabilidade e exercício dos agentes económicos e para a preservação e reprodução dos ciclos de biodiversidade do REINO de PORTUGAL, para que nunca mais sejamos confrontados com problemas de seca que tornam a terra infértil e que vitimam principalmente a viabilidade dos sectores de actividade económicos, agrícolas e pecuários e que causam transtornos à população e a outros sectores de actividade desta fonte da vida dependentes,

MATÉRIA QUINTA PORTUGAL

Portugal, é uma soberania una, independente e indivisível, com oitocentos e oitenta e sete anos de história presente no universo terreno, definida e constituída ao longo dos tempos, marcada pelo hino que entoa, pela magnitude da sua haste, pelo tom firme com que no ar se expõe, com uma cultura universal presente, traduzida pelo idioma, pela formação vocabular, oral e escrita, por uma cultura de tradições, usos e costumes, adaptados no tempo ao espaço próprio, nacional e mundial, municipal, concelhio e regional, uma nação com território demarcado no mapa-mundo, aéreo, terrestre e marítimo, constituído por 10 milhões de cidadãos, Portugueses e exteriores à nação a habitar no território e por uma comunidade internacional grandiosa, presente em cada uma nação definida no espaço mundo, uma nação plena de conhecimentos, de observação, análise e decisão no cumprir o rigor da constituição nacional Portuguesa, no território nacional e no mundo, a salvaguarda dos valores territoriais nacionais,

peninsular, europeu, mundiais, na ordem, prevenção e segurança, do espaço nacional, dos cidadãos no território e dos cidadãos Portugueses no mundo, uma nação secular real, de rigor, respeito e entendimento no dia-a-dia da nação mundial, pela correcção de actos e atitudes, de conhecimentos, que transmite em toda a sua acção, na orgânica global, em prol do homem, dos ciclos de biodiversidade terrestres e do planeta Terra, uma nação unida por consensos, por valores tradicionais culturais, pelos princípios básicos, com que se rege na relação com cada uma nação presente no mapa mundial e com todos os cidadãos, no prevalecer a unidade orgânica mundial a constituir por todas as nações culturais presentes, a unidade Portuguesa a cumprir no tempo, os valores Portugueses a constituir legislativos, em prol da estruturação, ordenação e organização do homem no espaço, de forma rigorosa, correcta e justa aos interesses da nação, a todos os cidadãos presentes no território nacional e aos portugueses residentes no espaço mundial, uma nação com realidades superiores do futuro, no ser, estar e existir, no elevar o conhecimento orgânico mundial preservador de um viver presente, consciente, equilibrado, em termos económico, humano e cultural, definidos por cada uma nação, pelo espaço, capitais e homens, pelo movimento tradutor da razão de ser do homem e do meio natural planetário, aliando a acção humana ao meio físico natural envolvente, num mundo de inúmeras nações soberanas independentes. Reflectir sobre a nação portuguesa, sobre toda a sua história, como uma das nação mais antiga da Europa e do mundo, dos dias de hoje, analisa e avalia o progresso presente da história de Portugal envolta da história universal, o progresso da civilização no tempo, observa e analisa o espaço, os homens que no território habitam, todos os cidadãos portugueses e todas as comunidades externas fixadas, as necessidades de cada uma comunidade no território presente, a capacidade produtiva de cada uma, a acção conjunta dos homens e dos meios tecnológicos, sobre o espaço que actuam, de modo a todo um elaborar de soluções tendo em vista o bem-estar físico e humano, retirando a mais-valia do esforço de todos em cada arte bastonária, sector ministerial, em cada área presidencial de acção.

A nobreza da cultura Portuguesa, vive da unidade, identidade e igualdade no ser, estar e existir de toda a população residente no território, do bem-estar presente de todos os cidadãos no território e de todos os cidadãos portugueses residentes no exterior, da uniformidade de acções a empreender por todos em prol da continua progressão, secular, evolutiva da nação, do cumprir de cada cidadão, sem excepções, do aproveitamento integral do território nacional, das riquezas naturais, minerais, vegetais e animais, da observação e análise, da investigação, como base a todo um encontro de soluções e resoluções duradouras, capazes de por fim aos diversos problemas. A unidade e união da nação portuguesa, produz a vitória da nação no amanhã, a glória e a honra do dever cumprido, no combate às dificuldades presentes, no precaver a realidade futura, no evoluir da condição humana e natural, na definição dos objectivos delineados, nos direitos e deveres cumpridos e a cumprir, na acção construtiva, traduzindo o viver de toda uma cultura de tradições, usos e costumes, adaptados no tempo ao existir de cada uma região administrativa, à realidade de cada concelho de administração e município, à salvaguarda do ser Português, do homem e da sua correcta acção, no movimento colectivo da nação. O amanhã começar hoje, recria um entendimento nobre, envolvendo o ser da nação, com união, igualdade, liberdade, com rigor, respeito, justiça, pelo valor e competências de cada cidadão, renasce a vontade de todos, a capacidade de exercício das funções a cumprir por cada um cidadão, o rigor responsável a empreender pelo colectivo nas acções a impor, de forma ordenada, coordenada, orientada, na defesa dos valores humanos e naturais, de forma una, no elevar, existir e valorizar a acção produtiva de cada cidadão, no cumprir o respeito pelas diversas artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais de acção, no empreender da capacidade de

movimento e de conhecimento de cada um, em prol da acção colectiva a desenvolver, no estabelecer de toda uma identidade cultural, não distorcendo a acção individual de cada um cidadão. A identidade da cultura portuguesa, cultiva a união do esforço produtivo total de todos os cidadãos residentes no território português e de todos os Portugueses presentes no exterior, o total do produto elaborado pelos diversos sectores de actividade, pelas artes em laboração, no elo de ligação à nação, reflecte a união das forças produtivas, económicas, humanas e culturais, o entendimento com respeito, no cumprir do dia-a-dia, a unidade de movimentos, no elevar, implantar e desenvolver a uniformidade colectiva, toda uma sabedoria cultural evolutiva, em toda a sua acção e movimento produzido, no território e no mundo, é o respeito e o alerta pelo ser de cada um português, a responsabilidade, o compromisso, sempre presente, o cumprir do bem-estar da comunidade portuguesa mundial, o seguir da orientação colectiva, no desempenho da acção produtiva elevada, ontem, hoje e amanhã, na resolução dos problemas reais de cada um, em prol da nação, no elevar da acção produtiva.

Só uma acção de todos para com todos, definem um novo acordar da nação portuguesa mundial, mais forte e unido em termos económicos, humanos e culturais, na defesa da unidade e uniformidade de acções a desenvolver, em prol dos valores, humanos e naturais, permitindo o exemplo a seguir às diversas nações do mundo, definindo o verdadeiro sentido orgânico, legislativo, administrativo e produtivo, na ordem a impor ao mundo, de forma una, funcional e correcta, na criação das áreas presidenciais, dos sectores ministeriais e das artes bastonárias, na evolução uniforme das acções e em todo um elevar da capacidade produtiva. A acção individual e colectiva das artes produtivas, sectores administrativos, e áreas legislativas, que envolvem a acção total da nação portuguesa, traduz a unidade de acção económica, humana e cultural, municipal, concelhia, regional, preconiza uma só acção colectiva nacional, económica, humana e cultural em prol da Nação, soluciona os problemas de cada um, no reino e das comunidades portuguesas em todo o mundo, traduz a voz de todos os cidadãos, nas artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais, uma só vontade de vencer cada dia, com a liberdade de realização dos nossos sonhos no ser de cada um. A quantificação e qualificação dos recursos humanos e naturais, a valorização dos recursos humanos e naturais, renova a cultura produtiva, traduz a satisfação das necessidades básicas de todos e de cada um cidadão, renasce, um futuro sempre presente, produtivo de movimento e de acção no universo terreno. Portugal crescer como nação no mundo, é elevar, valorizar e impor o pensamento Português, o conhecimento adquirido ao longo dos tempos, por todos os cidadãos portugueses, traduzido para o seu estado actual, repondo o respeito pelos valores culturais de cada um nobre povo, de cada uma nação, reforçando a relação e unidade de acções a movimentar pela comunidade portuguesa, nos territórios em que residem, estreitando laços de união, amizade, cooperação, no cumprir da legislação em vigor nos territórios onde a comunidade Portuguesa reside, elevando a constante evolução dos territórios que ao longo da história da humanidade foram pertença da nação e que ainda hoje, transportam e fazem viver a história de Portugal, pelo idioma que adoptaram e o transmitem, por todo o mundo, é renascer o império português, em toda a sua linha constituinte, os estados soberanos constituintes do império português, as comunidades imperiais portuguesas no exterior, as embaixadas do império português no mundo, todas as nações soberanas que elevam a cultura portuguesa, no idioma, nos hábitos, usos e costumes adaptados no tempo, ao espaço próprio de acção, todo um coordenar de esforços colectivos, no adoptar uma só estruturação, orientação e organização, na salvaguarda de toda a cultura imperial portuguesa, humana, viva, passa por toda uma inovação hierarquia orgânica, por todo um existir e ser construtivo, de união, das áreas

presidenciais, dos sectores ministeriais, das artes bastonárias, legislativas, administrativas e produtivas em exercício, por todo um cumprir uniforme do espaço de acção, económico, humano e cultural, por toda uma identidade e identificação na forma de ser e de estar da cultura produtiva portuguesa presente no mundo. O impor a base económica, humana e cultural da nação Portuguesa no mundo, o idioma português, toda uma orientação orgânica, é constituir o princípio da observação, análise e investigação, como base de actuação do homem, no espaço inerente ao domínio de cada uma nação do império português, o consenso de opiniões e reflexões, de entendimento e amizade profunda, o prevalecer toda uma unidade económica, humana e cultural, colectiva, representando o idioma no seu todo crescente.

O respeito pelos valores da nação portuguesa no mundo, é o protagonizar de todo um elevar histórico, passado e presente, de orientação e cumprimento face às leis internacionais, a imposição orgânica legislativa da nação portuguesa no mundo ao longo dos tempos, o conhecimento e pensamento colectivo em prol dos valores humanos e naturais, o respeitar e dignificar cada uma nação, os homens que as constituem, toda a sua acção no continuo elevar a razão de ser do homem, dos ciclos de biodiversidade terrestres e do planeta terra, na união e cooperação do império português, em todos os continentes presentes, formulando a evolução futura, impondo uma imagem positiva, evolutiva, respeitadora, dos valores económicos, humanos e culturais de cada um nobre povo, no envolver orgânico mundial, cooperando, no fixar, enquadrar e organizar, de forma ordenada as comunidades imperiais portuguesas, cumprindo as leis das nações de destino, com segurança, ordem, protecção, presente em todo o movimento. A atenção, o conhecimento e reflexão da cultura portuguesa em todo o mundo, das comunidades imperiais portuguesas no exterior, dos homens em todo o seu movimento, a colaboração e cooperação com os nobres povos com os quais habitamos dia a dia, torna possível todo um evoluir de afirmação e de reconhecimento da nação Portuguesa no mundo, elevando o nível de desenvolvimento dos estados soberanos por nós abrangidos em toda a sua acção, o respeito de cada uma nação face às demais nações, na criação de condições a um evoluir progressivo e presente de infra-estruturas necessárias ao desempenho dos valores culturais de cada uma nação, o conhecimento do existir de cada um cidadão português no mundo, da sua condição económica, humana e cultural, do trabalho desenvolvido e a desenvolver, o reforço da acção a empreender, o conciliar a acção produtiva, em todas as áreas de acção, no encontro de resoluções imediatas, de soluções, no combate às necessidades diárias a satisfazer, tendo em conta o enquadramento da acção a desenvolver pelo homem no espaço físico, a capacidade produtiva do espaço na acção, a forma rápida e precisa a todo um estabelecer e empreender a unidade como modo de actuação mundial, uma orientação única da nação portuguesa e do império português, no solucionar problemas internos e externos, casos de catástrofes naturais, de problemas sociais, a prevenção, a ordem e a segurança, em todo o momento, na protecção da comunidade imperial portuguesa e das populações locais, dos bens humanos e materiais, o elevar efectivo e consciente, a união dos cidadãos do império português no exterior às embaixadas do império português, aglomerando todo e qualquer um cidadão de cada uma nacionalidade do Império português.

A elevação consciente da nação portuguesa no mundo, estabelece a base diplomática como forma de todo um existir presente, no mundo, no sustentar a capacidade de acção e de actuação dos cidadãos portugueses no globo, todo um legislar, coordenar e organizar a acção de cada um cidadão, em prol dos objectivos a cumprir, todo um desenvolvimento e crescimento económico, nacional e mundial, observando o contacto presente da nação com todos os estados soberanos mundiais, na satisfação das

necessidades de cada um estado soberano, na evolução dos acordos comerciais estabelecidos, produzindo o bem-estar da população e do meio ambiente, o reforço de intensidade nas relações a estabelecer para a elevação da condição cultural de cada um. A diplomacia é a chave fundamental ao cumprir dos acordos estabelecidos com os países com os quais mantemos relações diárias em todas as áreas de acção, tendo em vista o reforço da acção da comunidade imperial portuguesa nesses territórios, a sua protecção e segurança, no existir próprio da cultura portuguesa, permitindo com o evoluir da acção nestes territórios, o contemplar no imediato, o desenvolvimento destes estados soberanos, dada a criação por parte da comunidade portuguesa de infra-estruturas necessárias a todo um evoluir económico, humano e cultural. O entendimento e o reforço da diplomacia tem que observar a representação das comunidades exteriores no território fixadas, a embaixada de cada uma nação no território presente, traduzindo o estar e existir das comunidades externas residentes, a realidade na acção, o cumprimento das leis da nação portuguesa, o elevar da sua acção, a progressiva satisfação de desenvolvimento económico, humano e cultural, no seu crescer e existir, na recuperação efectiva de um existir próprio. O respeito pela nação Portuguesa no exterior, é ter uma só cara, uma só opinião no mundo, uma só imagem de nobre povo evoluído, que somos, não em termos de espaço territorial, mas da sua correcta valorização, traduzida em termos orgânicos e produtivos, na acção colectiva dos homens, do pensamento produtivo, na capacidade de possuir condições necessárias à elaboração de um conhecimento real colectivo, elevando o existir de toda uma cultura, própria portuguesa, passa por a nível internacional, nos organismos onde estamos presentes, reforçar a condição de nobre povo pacífico, de nobre povo cooperante, com as nações do mundo, aberto no fazer face às dificuldades no imediato, cumprindo os acordos estabelecidos, pela ordem mundial, em defesa dos valores humanos e naturais, em defesa da razão de existir dos estados soberanos, na ajuda humanitária, no prevenir e solucionar catástrofes naturais e humanas, que dia a dia surgem um pouco por toda a parte, provocadas pela acção humana mundial.

O elevar orgânico legislativo, administrativo e produtivo da nação Portuguesa no mundo, demarca posições, face às exigências humanas e terrenas a ter em conta no progredir do globo terrestre, face à sobrevivência do ser no meio ambiente natural, recria uma outra orientação mundial, uma outra posição das nações envolvidas, alerta para a forma de estar e ser da cultura portuguesa no mundo, progressiva, evolutiva, consciente, pacífica, termina com o desrespeito pelas opiniões próprias de cada um nobre povo, pelas observações, pela actuação de cada uma nação, pondo cobro a toda esta instabilidade, que não permite o evoluir da condição humana presente, termina com a falta de cumprimento de cada uma nação face às outras. Demonstrar toda uma acção da nação portuguesa no campo orgânico legislativo, administrativo e produtivo, na construção de um mundo novo, é termos uma só voz e uma só mão activa e participativa nos organismos nos quais temos palavra, dando a conhecer os princípios e valores de toda a cultura portuguesa mundial, o idioma, o modo de fazer prevalecer a razão, cumprindo os objectivos propostos. A imagem da nação portuguesa no exterior vive do cumprimento dos valores e princípios, do inovar as funções nos organismos mundiais dos quais fazemos parte, do modo de legislar, administrar, produzir, do entendimento da acção humana com o meio ambiente, do modo como exigimos o cumprimento dos valores económicos, humanos e culturais, por parte dos diversos intervenientes, das diversas nações. Elevar a acção da nação em termos orgânicos internacionais, não é a receber ordens, dos diversos representantes constituintes dos organismos, dos quais fazemos parte e no qual temos que prestar contas de toda a acção da nação no cumprimento dos acordos estabelecidos, mas sim na exigência da nação portuguesa,

face ao exterior, no cumprir os acordos propostos e aceites pelo conjunto de nações presentes, em cada organismo, no cumprir de toda a ordem mundial, na manutenção dos diversos acordos de paz, no respeito pelo evoluir cultural de cada um nobre povo, no respeito pelo existir do espaço próprio de cada nação, no elevar de toda uma acção efectiva conjunta de condições humanas necessárias a toda uma evolução humana terrena, de cooperação, colaboração e ajuda mútua, entre todos, na permanente sustentabilidade da acção económica, entre as nações mundiais.

O reforço da condição de nação portuguesa nos organismos internacionais, dos quais fazemos parte integrante, é o impor do respeito, da igualdade, do poder de decisão de cada uma nação, de modo a que os interesses de algumas potências não se sobreponham aos interesses próprios de outras potências, por mais pequenas que sejam em tamanho, pela diferença dos conhecimentos elevados na produção e sustentação de cada um nobre povo, pela elevação de cada uma cultura soberana viva. A posição da nação portuguesa, face à desordem em que o mundo mergulhou, ao desrespeito e à falta de cumprimento das nações dos acordos estabelecidos a nível mundial, tem que pela razão, verdade e justiça do diálogo colocar em causa nos organismos mundiais próprios os países que dia após dia combatem o mal, da mesma forma, prejudicando os interesses e a condição do homem, dos ciclos de biodiversidade e do planeta terra, tem que alertar as nações que não cumprem os acordos, envolvidas ou não em conflitos militares, para a saída momentânea ou definitiva dos organismos mundiais aos quais pertencem, de modo a não colocar em causa os estados soberanos que cumprem os acordos estabelecidos e a ordem mundial, os próprios organismos mundiais nos quais estão representados e as comunidades no exterior, de modo a que não sofram as consequências destes actos, que colocam em causa todas as nações mundiais, tem que no imediato responsabilizar os organismos para as funções para as quais estão criados, dotados e estabelecidos, colocando em causa as suas posições no fazer face a todo um elevar consciente do homem e do meio ambiente, tem que impedir a utilização e o uso do espaço territorial português, marítimo, aéreo e terrestre, por parte dos estados soberanos envolvidos em acções de força, em guerras e em conflitos, de bens e serviços com fins militares que não sejam para a nação portuguesa ou para o reforço da unidade mundial, para cumprir os acordos estabelecidos em cada uma área, da prevenção, ordem e segurança, na manutenção da paz, ordem e da harmonia mundial, de forma a um reforço da condição da nação, com as potências mundiais, tem que cancelar no imediato todos os compromissos estabelecidos no mundo diplomático com todas as nações agressoras, impondo a não circulação e a não presença dos representantes orgânicos das nações em conflito no território nacional, mantendo sempre presentes a relação diária com todos os outros cidadãos da nação agressora e sempre que alguma das violações se consumir por parte dos equipamentos militares, o que poderá ser uma realidade, por falta de uma posição definitiva da nação, não é necessário o obedecer a todo um impor à força, mas sim ao conciliar de outras posições que permitam em termos humanos, em termos dos diversos movimentos, produtivos, comerciais, em termos de restrições a impor, a estes países, tornar possível, o reconsiderar da atitude face ao existir de toda uma ordem mundial a cumprir, no respeito pela nação portuguesa, relevando posições diplomáticas em prol das suas embaixadas no espaço territorial português, do alerta constante e permanente da posição da nação face aos seus dirigentes orgânicos, na entrada e na partida de cidadãos destes estados soberanos, no término das Relações produtivas, económicas, humanas e culturais, mesmo traduzindo um aperto para o futuro desenvolvimento da nação, mas realçando o respeito e a força da nação portuguesa e de todos os seus cidadãos face ao mundo.

A acção da nação portuguesa face ao exterior tem que fazer sentir o cumprimento das leis da nação, tem que fazer observar a quebra dos compromissos assumidos pelas diversas potências e o rigor de toda a sua razão de ser, existir e de cumprir, na satisfação das necessidades humanas presentes, tem que alertar para o ser e existir correcto, para as posições, unidas, justas, sérias, presentes de todas as nações, empreendida pela realidade de cada espaço de acção, pela observação dos homens, a sua capacidade de conhecimento produtivo, tem que primar pelo empreender a acção de cada uma nação, no tempo presente, em defesa dos valores culturais, no todo de organismos mundiais, do reunir de todos os cidadãos do mundo, da amizade profunda, entre as nações, das desculpas face a atitudes empreendidas ao longo de toda uma história recente, resultado de nomenclaturas específicas e decisões menos unidas. Acabar com a má imagem da nação portuguesa nos organismos dos quais a nação faz parte integrante no mundo, é acabar com os sucessivos apertos da comunidade internacional face à ordem e ao cumprimento da nação Portuguesa, é corrigir a orientação da nação Portuguesa, o modo de organizar as actividades em curso, o cumprir das responsabilidades estabelecidas e definidas, em todas as áreas de acção, tendo como base de todo a orientação e entendimento, a acção a protagonizar pela nação em toda a sua acção económica, humana e cultural, é a recusa e o não assumir responsabilidades e orientações de acordos protagonizados pelos interesses culturais externos, que não dignificam a evolução humana e natural, o ser cultural da nação Portugal, os interesses nacionais, os cidadãos e os nossos sectores de actividade económicos, o domínio do espaço de acção da nação no mundo, a voz de um nobre povo universal, no empreender do seu movimento planetário, no evoluir do seu ser criativo. A falta de uma só orientação nos organismos internacionais, em defesa dos valores culturais portugueses, a falta de uma só decisão, em prol dos cidadãos portugueses, de toda uma história evolutiva secular de descobertas, em prol do conhecimento do globo, dos valores humanos e dos povos que o constituem, traduz o mal-estar em que o nação Portuguesa mergulhou, produz a nível internacional o mal-estar de todos os cidadãos portugueses, dos representantes máximos orgânicos da nação, a falta de uma só lei Portuguesa a cumprir, empreender e defender em prol dos valores culturais portugueses e mundiais, a falta de decisões, de estudos que dia a dia a nação e todos os cidadãos produzem em todas as áreas de acção do conhecimento, mas que não se dá valor, em termos económicos, humanos e culturais, torna possível esta não vontade de querer vencer, de continuar a apoiar as decisões exteriores, em tudo o que é internacional. A falta de verdade em tudo o que são reuniões mundiais do conhecimento, da capacidade consciente e física de cada um nobre povo, a falta de honra e glória no representar a nação, nos diversos acontecimentos em todos os organismos internacionais, na defesa dos interesses nacionais, na imposição de toda uma cultura elevada ao longo dos tempos da história universal em Portugal e no mundo. O compactuar em nome da nação portuguesa com as orientações externas prejudiciais à nação, devido à falta de imposição da orientação da nação, sem o sentido da responsabilidade a cumprir, provoca o mal-estar e o alheamento dos intervenientes em todo o processo de acções legislativas a desenvolver com o exterior, apagando e deturpando o conhecimento próprio de toda uma cultura e soberania Portuguesa.

É função de cada um ESTADO SOBERANO, ser a LEI, a ORDEM e a JUSTIÇA, a IMPOSIÇÃO dos VALORES e PRINCÍPIOS PRÓPRIOS característicos e geradores de cada um NOBRE POVO, de toda uma razão, unidade e identidade soberana própria planetária, ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL, é competência de cada uma NAÇÃO SOBERANA a regulação da acção e movimento a constituir e produzir por todos os sectores de actividade económicos, aprofundando diariamente a

sua competência de supervisionar, fiscalizar e controlar os agentes económicos envolvidos em toda a sua diversidade de acção e movimento, interno e externo e é responsabilidade de cada um REINO SOBERANO o de zelar pela DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO de todos os AGENTES ECONÓMICOS da sua VIDA INTERNA. O ESTADO tem que ser INTERVENCIONISTA na DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO dos nossos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, tornando exequível a viabilidade de toda uma acção e movimento gerador de todo um sentido evolutivo de habitabilidade a exigir para todos os agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL e ao fortalecimento das relações com o IMPÉRIO PORTUGUÊS, com as COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS e com o MUNDO de inúmeros ESTADOS SOBERANOS, o ESTADO tem que deter em todos os sectores de actividade económicos, individuais e colectivos, a sua responsabilização face aos investimentos a produzir, os empregos a criar e a gerar e à condição financeira do próprio mercado de consumo de modo a tornar possível a viabilidade dos investimentos constituídos, não é função do estado intervir na acção económica da vida do reino como agente activo, substituindo-se à função, competência e responsabilidade da iniciativa privada na criação, produção e administração dos investimentos geradores de EMPREGO das FAMÍLIAS, da VIABILIDADE dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e da FORÇA, SOBERANIA e RIQUEZA do ESTADO PORTUGUÊS no elevar a condição de habitabilidade dos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL.

Se uma família, empresa ou instituição não podem apresentar défice no final de cada mês, também o ESTADO em toda a sua composição e expoente não pode apresentar défice nas suas contas, a iniciativa das acções económicas da vida do REINO de PORTUGAL, tem que ser imposta pela INICIATIVA PRIVADA dos CIDADÃOS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, de modo e forma a que os mesmos possam ADMINISTRAR os próprios investimentos criados em conformidade com os parâmetros definidos pelo ESTADO PORTUGUÊS, tendo presente a vida DIGNA das POPULAÇÕES. Todo o investimento tem um custo de produção e um prazo de validade que por via da manutenção, conservação, reparação e restauro o prolonga em toda a sua vida e rentabilidade, não se pode querer num ano rentabilizar o que se deveria rentabilizar em três anos e liquidar a viabilidade financeira do projecto porque o consumidor deixou ao fim do primeiro ano de o consumir, produzindo prejuízos pelo investimento em insolvência que se gerou, compete ao ESTADO firmar a sua QUOTA-PARTE da responsabilidade sobre todo o investimento constituído, sobre o seu consumo, uso e utilização e sobre os profissionais a empregar desde a construção do investimento, ao seu pleno funcionamento e à sua manutenção e mais-valia no mercado de consumo. O ESTADO só pode intervir no exercício da actividade empresarial, na sua totalidade ou em parceria com PRIVADOS, sempre que existir falta de INICIATIVA PRIVADA à constituição dos próprios investimentos a gerar em prol da evolução das condições de toda uma habitabilidade da vida do REINO de PORTUGAL e das POPULAÇÕES ou nos investimentos que pelo próprio âmbito de intervenção exija da parte do ESTADO a SEGURANÇA, CONFIANÇA e o ESTIMULO à INICIATIVA PRIVADA do INVESTIMENTO a realizar.

É inacreditável que as empresas portuguesas cotadas em bolsa valham tão pouco, é incrível como há um ano, dois ou três anos atrás empresas cotadas a 15 ou 16 Euros, hoje se vejam confrontadas com 3, 4, ou 5 Euros, num período que se tem presente de privatizações que sempre se exigiram, é inadmissível o ESTADO ter suportado os custos de todo um INVESTIMENTO ESTATAL, para que em plena viabilidade económica se abdique da sua rentabilidade e se assista à sua transição para

as mãos da INICIATIVA PRIVADA EXTERNA à vida do REINO de PORTUGAL e aos INTERESSES ECONÓMICOS PRÓPRIOS PORTUGUESES. É altura de serem os NOSSOS INVESTIDORES PORTUGUESES e os CAPITAIS EXTERIORES presentes no REINO de PORTUGAL a UNIREM-SE e a deterem e manterem o PODER de DECISÃO sobre os MONOPÓLIOS a alienar da propriedade ESTATAL. Desejo que o ESTADO possua 10% do CAPITAL SOCIAL de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, INDIVIDUAL e COLECTIVO, pelo que o preço que estão a acordar com as PRIVATIZAÇÕES em CURSO, será o PREÇO que se paga pela reposição e recuperação dos 10% ESTATAIS a EMPREENDER com a RESTAURAÇÃO da MONARQUIA PORTUGUESA. O ESTADO deter 10% do CAPITAL SOCIAL não significa interferir ou obstruir as decisões administrativas e sociais dos próprios sectores de actividade económico, mas a salvaguarda das responsabilidades do ESTADO para com os AGENTES ECONÓMICOS envolvidos do próprio exercício da actividade com os investimentos a gerar no tempo.

MATÉRIA SEXTA AGENTES ECONÓMICOS

Os NOSSOS AGENTES ECONÓMICOS PORTUGUESES são:

FAMÍLIAS, endividadas, com perdas significativas nos seus rendimentos derivados da estagnação e retrocesso salarial, do desemprego crescendo e da redução dos investimentos gerados pelas suas próprias poupanças que de dia para dia escasseiam e se tornam nulas, retraídas no consumo, a viver privações e carências de bens e serviços elementares à dignidade de vida que se exige para todo o homem como a alimentação, a saúde e a educação, a viver a responsabilidade das obrigações a cumprir à estabilidade de uma vida familiar e de cada um lar, envolta de situações de conflito, instabilidade e ruptura familiar, desgastadas, desmotivadas e descrentes para com a realidade de uma vida de austeridade que dia a dia agravam tendo como solução a caridade e o crime como base de todo um sustento familiar, fragilizada na sua constituição dada a precariedade e a instabilidade laboral e educativa e a incerteza dos meios a toda uma estabilidade de vida familiar que à mesma é exigida, desrespeitada com a constituição dos casamentos de pessoas do mesmo sexo,

ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL, confrontados com as elevadas rendas dos imóveis em uso e utilização pelos órgãos de soberania da vida do REINO de PORTUGAL, que traduzem custos exorbitantes face aos rendimentos gerados pelos próprios órgãos de soberania, com as elevadas indemnizações a atribuir aos funcionários públicos pelo quebrar dos vínculos contratuais, originados pelas transições sucessivas dos partidos políticos republicanos no exercício da função governativa do REINO de PORTUGAL, tendentes a dizimar e delapidar o erário público.

SOCIAIS, a acumulação de desempregados e o consecutivo e progressivo acréscimo de dia para dia, que provocam a quebra das contribuições angariadas e que produzem um acréscimo da responsabilidade social no fazer face às carências da vida dos desempregados e das suas famílias, tornando inevitável a curto prazo a ruptura e falência da acção social que por si só já está deficitária face às receitas angariadas e aos montantes dos subsídios, pensões e abonos a conceder e a atribuir a cidadãos que muitas das vezes estão em idade activa profissional, dado que a idade da reforma ser os 65 anos de idade e dever ser a LEI para cumprir, independentemente do número de anos de descontos de cada um cidadão. O ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL para o

PRIMEIRO ANO MONÁRQUICO, no que designa para a SEGURANÇA SOCIAL, observa a responsabilidade da acção social para com cada um cidadão desde a sua fase embrionária e até ao fim dos seus dias, a responsabilização de cada um cidadão para com a sua própria condição social e a responsabilidade da entidade patronal para com o profissional, a SEGURANÇA SOCIAL tem que dar ZERO de LUCRO nos descontos obtidos a cada um cidadão no exercício da actividade laboral, hoje a acção social não realiza a função de apoio, suporte e valorização de cada um cidadão até à conclusão do CICLO EDUCATIVO, esquece a EDUCAÇÃO, a formação e qualificação de cada um cidadão para a rentabilidade da acção por este a produzir no ciclo laboral futuro,

FISCAIS, o permanente e consecutivo encerramento dos sectores de actividade económicos, a diminuição dos rendimentos obtidos pelos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL e a ECONOMIA PARALELA, independentemente da subida abrupta dos impostos, potencia cada vez mais a redução das receitas fiscais angariadas no fazer face às DESPESAS com o ESTADO e com os AGENTES ECONÓMICOS do REINO de PORTUGAL, bem como no fazer face ao contínuo pagamento de JUROS ao EXTERIOR derivado dos EMPRÉSTIMOS SUCESSIVOS, que destroem os CAPITAIS exigidos ao superar os desafios que se impõem na AFIRMAÇÃO de toda a NOSSA INDEPENDÊNCIA, IDENTIDADE e SOBERANIA PORTUGUESA e IMPERIAL PORTUGUESA.

NOTARIAIS, o continuo decréscimo das receitas angariadas pela estagnação das escrituras com imóveis, com registo de propriedade de meios de transporte e com a constituição de empresas, derivado da instabilidade económica, humana e cultural, do retrocesso civilizacional contra o matrimónio, o amor e a constituição de famílias e contra as condições financeiras dos agentes económicos exigidas a uma vida digna,

SAPADORES, a acção sapadora na sua maioria voluntária a viver dos donativos do estado, dos sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL e dos cidadãos, limitada nos homens, meios e instrumentos de fazer face às responsabilidades de socorro das populações e dos sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL, a viver privações e necessidades infraestruturais, de conservação, reparação e manutenção das viaturas e equipamentos de combate e de despesas correntes como são o combustível para o exercício das suas responsabilidades e em insolvência financeira no fazer face aos seus custos de produção, a viver com a falta de soberania exigida às responsabilidades, funções e competências a cumprir, envolta de conflitos de progressão de carreiras, de horários a cumprir, de tabelas salariais, de colocação e distribuição dos meios humanos, técnicos e tecnológicos em todo o espaço territorial português,

MILITARES, diminutos na actuação de segurança, defesa e protecção do espaço territorial português e das populações, no fazer face às catástrofes humanas e naturais da vida do REINO de PORTUGAL, com fraca intervenção nos planos de desenvolvimento comunitário e social pela escassez de homens e meios técnicos e tecnológicos, a viver privações e necessidades infraestruturais, de conservação, reparação e manutenção das viaturas e equipamentos de combate e de despesas correntes, a viver com falta de soberania exigida às responsabilidades, funções e competências a cumprir, envolta de conflitos de progressão de carreiras, de horários a cumprir, de tabelas salariais, de colocação e distribuição dos meios humanos, técnicos e tecnológicos em todo o espaço territorial português,

POLICIAIS, indefesos face ao aumento da violência e da criminalidade derivado do mal-estar social, sem poder de impor a ordem com os instrumentos que lhe estão confiados na imposição da manutenção da ordem pública, sujeita aos modos e métodos violentos dos criminosos e com escassez de meios humanos no fazer face a todas as

suas responsabilidades em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a viver privações e necessidades infraestruturais, de conservação, reparação e manutenção das viaturas e equipamentos de combate e de despesas correntes, a viver com falta de soberania exigida às responsabilidades, funções e competências a cumprir, envolta de conflitos de progressão de carreiras, de horários a cumprir, de tabelas salariais, de colocação e distribuição dos meios humanos, técnicos e tecnológicos em todo o espaço territorial português,

JURÍDICOS, envoltos de consecutivas reestruturações do mapa jurídico, do encerramento de comarcas em todo o espaço territorial português e do aglomerar os serviços em grandes áreas populacionais já por si próprias deficitárias em termos de acção face aos processos dos seus próprios concidadãos, fomentando o descredibilizar de toda uma competência que a todos os municípios se exigem no apurar, julgar e condenar aos actos criminosos praticados nas suas próprias áreas de jurisdição municipal, a viver com reduções sucessivas de verbas que não permitem fazer face às responsabilidades contratuais e às indemnizações a conceder às vítimas dos processos crimes, num período de grande instabilidade social cuja realidade não esconde o aumento da criminalidade, como forma de as famílias fazerem face às necessidades e privações de toda uma habitabilidade que diariamente se perde, a agir de acordo com os critérios da desresponsabilização, despenalização e impunidade dos criminosos como forma de não criar a própria ruptura dos estabelecimentos prisionais e dos serviços prisionais.

LEGISLATIVOS, temos as autarquias endividadas no fazer face a toda a sua acção, derivado da redução das receitas próprias e das transferências dos fundos estatais, a alienar património próprio como forma de obtenção de receitas ao equilibrar dos orçamentos autárquicos, envoltas de projectos megalómanos esquecendo a base de toda uma habitabilidade, o saneamento, a água, electricidade, gás e comunicações na vida das populações e da comunidade, como base de toda uma equidade de crescimento, desenvolvimento e futuro de todo o espaço territorial português, que se exige no mesmo tempo, a delegar responsabilidades nas juntas de freguesia como forma de escamotear a responsabilidade de desenvolvimento face a todo um concelho, centrados na continua renovação da sua própria cidade esquecendo as aldeias e vilas que compõem cada um município, na continua renovação das artérias principais esquecendo as demais vias de comunicação das populações e dos sectores de actividade económicos, sem poderes de decisão face ao encerramento e deslocalização dos serviços elementares de toda uma habitabilidade e soberania dos próprios municípios como as maternidades, hospitais, serviços de urgência, centros de saúde, esquadras, tribunais, correios, matrizes fiscais, notariais e sociais que promovem a desertificação, a emigração das populações para as grandes áreas populacionais já por si debilitadas em termos de infra-estruturas no fazer face a toda uma acção de habitabilidade das suas próprias populações, envoltas do encerramento de serviços de transporte como os comboios e os transportes rodoviários que promovem o atraso e o isolamento das populações e dos povoados, privados de acessibilidades exigidas a toda uma acção económica que permita a fixação das populações e o rentabilizar da acção produtiva em todo o espaço territorial português, temos o fim dos governos civis e a instituição das comissões de coordenação regionais como forma de todo um acentuar das desigualdades de desenvolvimento económico, humano e cultural na vida do REINO de PORTUGAL.

EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, públicas e privadas, condicionadas na obtenção de financiamento gerador dos projectos individuais e colectivos dos cidadãos e dos sectores de actividade económicos, penalizadas e saturadas pelos altos encargos e

obrigações tributárias e contributivas, a praticar a economia paralela como base de toda uma solvência financeira, a facturar tendo presente os custos apresentados no exercício da sua actividade na maioria das vezes seleccionados de acordo com a fuga às responsabilidades envoltas do exercício de actividade, a viver com recurso a subsídios e crédito perdido que não potenciam a viabilidade económica das mesmas, fragilizada e sem poder de imposição na conquista de mercado de consumo, derivado da sua predominância de pequenas e médias empresas, envolta de conflitos internos, diferendos hierárquicos, desrespeitos e incompreensões entre administrativos, secretariado e produção criados por uma classe sindical sem princípios e valores, destabilizadora do pouco que em termos de sectores de actividade económicos ainda hoje resiste a um mercado global que não se poupa a esforços para derrubar e esmagar os mais fracos e frágeis, desrespeitada pela concessão de subsídios, apoios e isenções a sectores de actividade externos à vida do reino de Portugal, com excedente de mão-de-obra e de mercadorias face à redução do mercado de consumo, envolta de paralisações exigidas ao diminuir a produção dos mesmos sectores de actividade económicos, envolta das responsabilidades para com os profissionais e para com os fornecedores, dependente das matérias-primas e bens de produção externos no fazer face à redução dos custos de produção e ao aumento da competitividade de um mercado que a reduzir da forma como está a reduzir se tornará nulo e sem qualquer direito a existir, a concorrer no mercado de consumo com uma concorrência desleal, derivado do exercício das actividades ilícitas, das concessões e isenções atribuídas a sectores de actividade económicos externos à vida do REINO de PORTUGAL, a uma liberalização do mercado económico que faz os produtos entrar no espaço territorial português a preços inferiores aos custos de produção dos nossos sectores de actividade económicos, da própria concorrência dos sectores de actividade económicos estatais, com falta de acessibilidades que permitam a sua localização equitativa em todo o espaço territorial português e com a inadequação e insuficiência dos cursos educativos à realidade dos sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL, com falta de experiência profissional, técnica e tecnológica e de um ESTÁGIO PROFISSIONAL que desejo ser CUMPRIDO, após o fim do ciclo educativo de cada um cidadão, durante o período de um ANO, ao SERVIÇO das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, no exercício das funções e competências próprias dos cursos educativos de cada um cidadão.

IMPÉRIO PORTUGUÊS, A desculpa pelos actos portugueses no exterior, resultado de nomenclaturas mundiais específicas, face às colónias e às nações no qual a comunidade portuguesa reside, é o mote para um entendimento presente e futuro, de colaboração e ajuda mútua, da nação portuguesa no mundo, no reforço da acção e elevação do império português no mundo. A vontade de imperar, é cumprir as responsabilidades de cada uma nação constituinte do império português, de cada um nobre povo português, com a nação portuguesa, passa pelo investimento da nação, nestes estados soberanos, no traduzir as condições necessárias a todo um evoluir conjunto da comunidade imperial portuguesa no exterior, passa pelo respeito e amizade, pelos nobres povos portugueses, no constante e presente intercâmbio cultural, no potenciar e elevar o esforço colectivo de cada uma nação num todo imperial português e deste com o mundo. O impor, a base orgânica no império português, a legislação, orientação e organização do homem no espaço em termos municipais, concelhios e regionais, com o reforço da identidade de cada um nobre povo de idioma português, com a salvaguarda dos valores culturais, com o mesmo delinear estratégias colectivas, se impõe o bem-estar presente de toda a população do império português, se destinam

funções e competências a cumprir, se implementam formas de unidos solucionarmos os graves problemas causados pela imposição de interesses externos ao império português no espaço pelas nações do império, hoje definido, se estreitam laços de união efectivos, em paz, com cooperação e ajuda mútua efectiva, permanente e justa, no estabelecer a condição do império em todo o seu pleno existir, com a correcção dos movimentos a impor e a suportar por todos os estados soberanos envolvidos. O esforço colectivo do império português no seu todo constituinte, no território e no mundo, proporciona o elevar de toda a observação necessária a toda uma identidade cultural, nas acções a realizar em cada espaço de acção tendo em vista a satisfação das nações portuguesas no seu todo, na cooperação em termos económicos, humanos e culturais, no apoio e protecção, face às imposições externas.

O respeito pelas nações portuguesas, no espaço mundial, não necessita de ser imposto, mas legislado, pelo organismo máximo português, na união dos países lusófonos, de que fazem parte os reinos soberanos de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, por todos os ESTADOS SOBERANOS que do idioma imposto em tempos remotos, o conservaram e o preservaram até aos dias de hoje, com todo um elevar das palavras, toda uma progressão de uma cultura linguística evolutiva, o respeito e a amizade destes nobres povos pela nação portuguesa, pela mãe de cada uma das oito nação portuguesa, é inalterado, apesar dos conflitos e das atrocidades empreendidas, por causas alheias à condição do império português. Nunca as imposições à força de uma orientação, produziram resultados válidos, sem o respeitar os valores culturais de cada nação, permitindo acima de tudo, uma deturpação das orientações defendidas por cada cultura, o atraso do território e o aproveitamento sucessivo pelo exterior da massa humana e do meio ambiente, terminando com a realidade a que hoje se assiste, com fome, conflitos, com as sucessivas mentiras na procura de um bem-estar remediado, ineficaz, no seu empreender, pelos organizações mundiais, envoltos de interesses no seu todo de caridade, traduzidos, no explorar do homem e do espaço físico, no não respeito pelos valores humanos. Os países de língua oficial portuguesa não necessitam de caridade, por parte da nação portuguesa, mas sim de toda uma actuação em prol das comunidades portuguesas nestes territórios, de todo um investimento a protagonizar tendo em vista o reforço da condição da nação, no transpor as condições necessárias a todo um empreender construtivo, possibilitando um encontro de soluções conjuntas, tendo em vista o desenvolvimento a satisfazer correcto e concreto das necessidades do império português, económicas, humanas e culturais, prevalecendo o fortalecer a relação destes nobres povos com a nação portuguesa. Fortalecer a comunidade portuguesa a residir nos países constituintes do império português, permite um outro entendimento na salvaguarda dos valores humanos da nação imperial Portuguesa, o elevar das relações económicas, humanas e culturais internas e externas, prevalecendo o respeito por toda a cultura evolutiva dos nobres povos imperiais portugueses, no reforço da sua condição mundial, no cumprir dos compromissos face ao exterior.

É inadmissível que os territórios que ao longo da história da humanidade foram pertença da nação portuguesa, nos diversos continentes, que adoptaram o idioma português, como forma de comunicação verbal e escrita, no diálogo e entendimento, na comunicação a impor ao mundo, hoje se encontrem em situação debilitada, por guerras consecutivas, por interesses que não visam os interesses desses nobres povos, nem da nação portuguesa, mas sim interesses externos ao existir próprio de toda uma acção cultural. A progressiva orientação do império português no mundo, é reforçar, criar e construir a unidade de acções a empreender por cada uma nação constituinte do império português no solucionar os problemas com que nos deparamos e vivemos confrontados,

é terminarmos com as orientações externas, que se traduzem, na realidade em que hoje, habitamos e permanecemos por falta de união, organização e orientação dos estados soberanos que compõem o império português. O prevalecer o idioma português no mundo, eleva a cooperação e a ajuda mútua, entre os nobres povos que constituem o império português na superação das adversidades com que nos vemos confrontados, evolui o movimento de acção a realizar tendo em vista o evoluir das condições de habitabilidade de todos os estados soberanos que o compõem, constitui uma elevação das condições humanas, económicas e culturais, a colaboração sempre presente no tempo e no espaço, no apoio às decisões impostas pelos estados soberanos constituintes, na orientação a prosseguir pelo mundo português. A adopção de medidas na procura da defesa dos interesses portugueses no mundo, com os países que do seu idioma, fazem o da nação portuguesa, é todo um cumprir colectivo do império português no mundo, no elevar das acções económicas, humanas e culturais presentes, um prosseguir constante das necessidades colectivas de cada um nobre povo, na procura de soluções conjuntas a todo um elevar imediato, do respeito e do valor de todas as culturas. O repor a acção da comunidade portuguesa nos países constituintes do império, eleva a nação portuguesa mundial, o conjunto dos países de língua oficial portuguesa, as nações que transportam o idioma no evoluir dos tempos, em cada espaço de acção, a cooperação da nação, plena de orientação, compromisso, na defesa dos valores culturais, tradicionais, no elevar a defesa e preservação, dos valores impostos, a coordenação dos esforços necessários à constante defesa dos valores culturais portugueses, à cooperação salutar entre os estados soberanos que constituem o império português, no respeito pelos valores de cada um nobre povo.

A acção da nação portuguesa face aos países oficiais de língua portuguesa, não se proporciona pela imposição à força da ordem da nação Portuguesa, mas sim pelo reforçar, aprofundar e estreitar os laços e traços de todo um existir económico, humano e cultural próprio dos estados soberanos constituintes do império português, por todo um evoluir a imagem e a marca de toda uma habitabilidade a demarcar no mundo, pela observação, divulgação e pelo demonstrar toda a acção, económica, humana e cultural necessária e precisa a constituir um mercado inesgotável de acções exigidas a superar as necessidades de todo o nosso mercado de consumo imperial português, pelas acções concertadas a empreender pelo império português no afirmar e cumprir os acordos face ao mundo, pela colaboração no todo de acções económicas a empreender, superando o reforço da condição soberana de cada um nobre povo português, proporcionando um elevar novo, consciente, dotado, das infra-estruturas necessárias para o estabelecer das condições a todo um evoluir do desenvolvimento económico de cada um nobre povo imperial português e a sua imposição no mundo. Portugal tem como responsabilidades o fazer prevalecer o idioma português, toda uma cultura elevada um pouco, por todo o mundo, necessitando de salvaguardar em primeiro os interesses nacionais e dos nobres povos, que da sua fazem a nossa voz, dos nobres povos que por nós foram colonizados e que ainda hoje, com as diversas falhas de entendimento protagonizados ao longo da história, possibilitam todo um respeito, responsabilidade e compromisso profundo, no coordenar de esforços e unificar toda uma amizade, para uma elevação constante e permanente, do esforço efectivo, na responsabilidade a elevar por cada um estado soberano constituinte, na satisfação do todo português, de inúmeras nações existentes, privilegiando a consciência própria e as riquezas naturais próprias de cada um estado soberano, a razão de toda uma satisfação das necessidades próprias de cada um estado soberano e dos agentes económicos que o compõem.

Um império português em crescendo económico derivado da acção no sector primário pela extracção das riquezas naturais dos solos respectivos, marinhos e

terrestres e das riquezas vegetais e animais predominantes, exploradas por sectores de actividade económicos externos à vida dos REINOS SOBERANOS constituintes do IMPÉRIO PORTUGUÊS, confrontados com alguma instabilidade governativa derivado das facções, fracções e fraccionamento que as próprias formas de governação republicana instituíram no mundo, a divisão em partidos políticos destabilizadores de toda uma UNIDADE SOBERANA dos próprios ESTADOS do PLANETA TERRA, IMPÉRIO PORTUGUÊS que vive confrontado com carências, restrições e fome, com o seu espaço por limpar de minas e material bélico, dado o longo período de guerra colonial que viveram com o REINO de PORTUGAL e da GUERRA CIVIL que após a proclamação da sua INDEPENDÊNCIA e SOBERANIA se gerou e que ainda hoje gera divisões, instabilidade e conflitos, um IMPÉRIO PORTUGUÊS que possui MATÉRIAS-PRIMAS, MÃO-DE-OBRA e CONSCIÊNCIA geradora de PODER de DECISÃO e SOBERANIA de todos os OITO ESTADOS SOBERANOS que o CONSTITUEM no IMPORMOS o NOSSO PRÓPRIO RUMO e SUPERARMOS as adversidades que se nos colocam na IMPOSIÇÃO de toda a NOSSA IDENTIDADE IMPERIAL PORTUGUESA, presente nos cinco CONTINENTES do PLANETA TERRA,

COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS, As comunidades imperiais Portuguesas no mundo exterior ao império português, são a base de sustentação das diversas acções a empreender pelas nações constituintes do império português nos países onde esta se encontra e reside, como intermediários sempre presentes, em todo o momento, no movimento a impor pelas nações imperiais portuguesas nestes estados soberanos e pela comunidade imperial portuguesa local com as diferentes áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias dos países envolvidos, no processo produtivo e comercial, deste modo possibilitamos a unidade das nações imperais portuguesas, o contacto presente, permanente e efectivo às comunidades imperiais portuguesas, a mesma orientação a empreender no mundo, a responsabilidade a cumprir face aos acordos comerciais a estabelecer na constante satisfação das necessidades do nobre povo imperial português a residir no mundo, tornamos possível o reforço dos laços das comunidades imperais portuguesas no exterior, com a base económica, humana e cultural de cada uma nação, o enquadramento necessário a todo um existir e coabitar pacífico e ordeno, para todos os cidadãos do mundo, traduzindo um constante evoluir das relações comerciais e da necessidade de sustentação de cada um nobre povo face aos demais, tornando possível no respeito pelo cumprimento da base legislativa em vigor em cada estado soberano, pelo respeito pelos valores e princípios de cada um nobre povo, a base a todo um estabelecer o entendimento, a colaboração e cooperação, da comunidade imperial portuguesa com cada nação mundial, traduzimos os valores da cultura portuguesa nestes estados soberanos, os valores culturais de todo um existir as condições necessárias e precisas a todo um evoluir dos estados soberanos imperiais portugueses no todo mundial.

As comunidades imperais portuguesas, são a base no traduzir a imagem da acção das nações constituintes do império português no mundo, a capacidade produtiva nacional de cada um estado soberano imperial português, reforçando a condição de nobre povo residente, activo, participativo, impulsionador de uma consciência própria, no traduzir os valores imperiais portugueses no seu todo, económico, humano e cultural, são a base a todo um estabelecer rigoroso da união das nações imperiais portuguesas às diversas nações no mundo, o empreender das orientações, económicas, humanas e culturais, o implementar das posições e das marcas imperiais portuguesas, no mercado de consumo destas, o exercício das acções a empreender por todos os cidadãos, tendo

em conta as orientações definidas pelas nações do império português e orientadas pelas embaixadas do império português estabelecidas em todo o estado soberano mundial onde estejamos presentes, reforçando pela via do diálogo e do entendimento, o respeito por todos os cidadãos do império português e por todas as nações constituintes do império português, no seu actuar colectivo no mundo, as comunidades imperiais portuguesas são toda uma base diplomática da nação estabelecida no mundo, que como função tem a de reforçar toda a nossa identidade imperial portuguesa, reflectir toda a nossa história imperial, honrar toda a nossa acção, restabelecer e reforçar as trocas comerciais com os estados soberanos com os quais habitamos e residimos, o de observar a realidade do império português em todo o momento, o de estabelecer os contactos económicos, humanos e culturais, a existir, são o intermediário no espaço externo, necessário e preciso a todo um empreender da capacidade produtiva das nações constituintes do império português no seu estabelecer económico, humano e cultural no mundo, sendo a observação direccionada para um mercado de consumo de elevados recursos económicos.

Elevar e reforçar a imagem da comunidade imperial portuguesa no exterior, é fazer face à sua constante satisfação, o desenvolvimento colectivo enquadrado, no espaço externo, o reconhecimento dos valores culturais de cada um nobre povo, o manobrar consciente e efectivo da acção das comunidades imperiais portuguesas, o empenho e a vontade no solucionar os problemas, do estado soberano e das nações externas no seu próprio espaço, é a palavra e o respeito, pelo movimento a impor por cada uma nação no mundo, permitindo pela observação da capacidade de actuação face à mão-de-obra e toda a sua acção no meio envolvente, um empreender correcto e continuo na busca da resolução e concretização constante dos diversos problemas. Desenvolver todas as áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias do conhecimento legislativo, administrativo e produtivo, passa pelo reanimar e ressurgir as comunidades imperiais portuguesas residentes no mundo, pelo reavivar memórias, passadas e presentes, pelo traduzir as ambições futuras, no cumprimento correcto das nações constituintes do império português e das comunidades imperiais portuguesas no mundo, pelo cumprimento dos valores culturais, pelo reforço da condição de existência de cada uma nação, dos seus hábitos, usos e costumes, realçando os imperiais portugueses e toda a nossa história nas comunidades imperiais portuguesas no exterior, traduzindo a cultura histórica activa do nobre povo imperial português das festas populares, um pouco por todo o mundo, mostrando a cultura imperial portuguesa mundial, representando os hinos que compõem todo o império português, mostrando a todo o momento as bandeiras das nações que constituem o império português, erguendo a imagem da nação imperial portuguesa unida, fortalecida, pelo ser de cada um cidadão imperial português.

A orientação rigorosa e correcta das nações imperiais portuguesas no mundo, da comunidade imperial Portuguesa mundial, possibilita a criação das infra-estruturas necessárias e precisas a todo um elevar económico das nações imperiais portuguesas em cada um estado soberano presente, um reforço da acção cultural com os nobres povos no mundo presentes, a realização de toda uma unidade económica, humana e cultural de satisfação no uso e utilização, no consumo dos investimentos por nós produzidos, estreitando laços necessários com todas as nações de modo à segurança da comunidade imperial portuguesa no mundo. Reforçar a comunidade imperial portuguesa no exterior, eleva as receitas da acção produzida, reforça o investimento necessário ao elevar financeiro das nações imperiais portuguesas nestes territórios, no prosseguir sucessivo da acção, nasce e implementa os reais bancos de cada um estado soberano constituintes do império português no mundo, a capacidade de prevalecer e rentabilizar o

investimento produzido pelas comunidades imperiais portuguesas nos estados soberanos no qual residem, na orientação correcta dos nobres povos, com os quais estabelecemos uma ligação diária presente, o investimento da comunidade imperial portuguesa, na criação e desenvolvimento de toda a acção, possibilita o ressurgir das actividades económicas, das condições humanas necessárias a todo um habitar conjunto. Com o reforço da acção das nações imperiais portuguesas no mundo, com a elevação das comunidades imperiais portuguesas, possibilitamos um mercado concorrencial vasto, numa primeira fase abrangendo de todo o espaço territorial imperial português, evoluindo para 500 milhões de cidadãos no decurso de toda a nossa capacidade produtiva e de afirmação imperial portuguesa no estabelecer das orientações, tendo presente o abranger de todos os cidadãos do império português no mundo, alargamos as necessidades da comunidade imperial portuguesa, o reforço de toda uma cultura imperial portuguesa activa, o elevar e reforçar das relações económicas, humanas e culturais com o exterior, com todas as nações soberanas mundiais, salientando traços e laços comuns, definindo apoios e colaboração, ajudas mútuas em cada momento preciso, salvaguardando interesses imperiais portugueses e a cultura dos estados soberanos externos, conquistamos pelo impor da qualidade, comodidade e funcionalidade dos produtos e serviços, pela educação imposta, pela acção elaborada, uma outra imagem no mundo, de nobre povo imperial português consciente do seu existir, no bem-estar humano e natural mundial.

Rentabilizar toda a acção das comunidades imperiais portuguesas no exterior, produz o respeito pela acção da comunidade imperial portuguesa, no desempenho das funções a exercer, tendo em vista as nações externas, prevalecendo o reforço da segurança e da protecção das populações no existir da cultura portuguesa, a cooperação nas acções a impor nas áreas de acção, nas orientações, no crescimento das orientações colectivas, das nações imperiais portuguesas com os demais estados soberanos mundiais. O rosto dos cidadãos imperiais portugueses, são a imagem das nações imperiais portuguesas, no território imperial português e no mundo, o conhecimento da cultura imperial portuguesa mundial, o modo de ser, estar e existir o respeito, honra e a dignidade das acções elevadas, permitindo com a evolução cultural das nações imperiais portuguesas no exterior, com os imigrantes imperiais portugueses, mostrar o modo de ser, estar e de existir da cultura imperial portuguesa, o nível de desenvolvimento de habitabilidade por nós conquistado, nas tradições, usos e costumes, no modo de vestir, alimentar, habitar, na educação, na saúde, no existir uniforme humano imperial português, são o criar condições para que os estados soberanos externos pela acção das nações imperiais portuguesas, encontrem na diplomacia orgânica, um suporte forte e condigno, ao respeito que todas as nações mundiais necessitam e precisam a todo um reforço da sua cultura, sem o recurso à força ou à imposições de orientações externas, pela via do dialogo, são a visão do mundo que representamos, todo um existir da cultura imperial portuguesa mundial, de respeito e cumprimento pelos valores e princípios próprios de cada uma cultura mundial, com colaboração, ajuda, entendimento, permitindo esquecer um passado recente, reforçando toda uma consciência de soluções conjuntas futuras.

A orientação e o correcto exercício de cada um cidadão imperial português em cada um pedaço de mundo onde nos encontramos, o seu constante conhecimento da sua nação imperial portuguesa em toda a sua acção económica, humana e cultural, traduz o desenvolvimento da nação imperial portuguesa, o desenvolvimento sustentado pelo erguer da voz das nações imperiais portuguesas, no conciliar os interesses com o exterior, são os próprios cidadãos imperiais portugueses, os emissários de toda uma mensagem económica, humana e cultural, os intermediários necessários a todo um

protagonizar do entendimento necessário ao estabelecimento dos diversos acordos, dos estados soberanos no qual residem com as nações imperiais portuguesas. Representar as nações imperiais portuguesas em qualquer acção conjunta com as nações do mundo, é sermos representantes de uma só voz, de uma só cultura imperial portuguesa, o melhor do esforço de todos os cidadãos imperiais portugueses, no contributo para a definição da realidade em mãos, no cumprir de cada uma acção, é a presença de uma mais-valia, traduzindo a observação, análise e conclusão das nações portuguesas face ao respeito pela acção a impor, em cada área presidencial, sector ministerial e arte bastonária de acção produtiva. Os cidadãos imperiais portugueses no exterior, têm que deixar de tomar partido, nos diferentes movimentos de acção políticos nos estados soberanos exterior ao império português, de participarem em manifestações com a referência e o uso das bandeiras imperiais portuguesas, dado que as leis a impor são as tomadas de posição da cultura e do nobre povo onde nos encontramos, onde a comunidade imperial portuguesa reside e habita e as negociações face à defesa dos seus valores e princípios são efectuadas pela base legislativa imperial portuguesa, pelas embaixadas do império português, através da diplomacia e dos diferentes acordos estabelecidos, entre as nações imperiais portuguesas e as diversas nações mundiais, para o bem-estar dos cidadãos imperiais portugueses presentes, para a sua própria segurança humana e protecção de todos os bens e haveres pessoais e não com acções pessoais, tendo em vista o prejudicar da acção de todo um império português e das suas comunidades imperiais portuguesas nos territórios onde a nação se encontra.

As comunidades imperiais portuguesas a residir no espaço soberano exterior ao IMPÉRIO PORTUGUÊS, vivem NECESSITADAS de APOIO, de CONFIANÇA, de LAÇOS INSPIRADORES e GERADORES do SENTIDO de PÁTRIA, ORGULHO e HONRA, a viverem a crise económica, humana e cultural dos ESTADOS SOBERANOS próprios no qual residem confrontadas com o fecho de consolados e embaixadas do império português, com a extinção das escolas da língua portuguesa nos seus territórios, sem esperança de regressarem e terem uma vida digna no espaço territorial imperial português. As embaixadas do império português, são a base da unidade diplomática do poder orgânico legislativo, administrativo e produtivo, das nação soberanas constituintes do império português a cada uma nação cultural mundial, o respeito por todos os nobres povos soberanos mundiais, a colaboração e ajuda mútua, económica, humana e cultural, o intercâmbio mundial, são a base de ligação das nações constituintes do império português ao mundo, todo um conhecimento da cultura imperial portuguesa presente no mundo, dos homens, do espaço, do movimento preconizado pelos cidadãos imperiais portugueses, no espaço mundial, onde residem, habitam e produzem, o coordenar de esforços ao implantar a evolução presente das nações constituintes do império português no empreender de toda a sua acção económica, humana e cultural, o cumprimento das leis das nações do império português, nos seus próprios territórios nacionais e no mundo, o valorizar e progredir da cultura imperial portuguesa mundial, são o criar e desenvolver da observação, análise e investigação sobre o espaço detentor de todos os cidadãos imperiais portugueses presentes no globo terrestre, a sua formação educativa e qualificação profissional, no actual e no futuro, o alertar para o conhecimento dos valores e princípios, direitos e deveres económicos, humanos e culturais, das nações imperiais portuguesas a cumprir face ao respeito e cooperação com os nobres povos com os quais habitamos, são a presença efectiva do império português nas nações culturais onde a comunidade portuguesa habita, reside e está representada.

É fundamental e preciso estabelecer e empreender as embaixadas no território imperial português das comunidades externas residentes em cada um estado soberano

imperial português, bem como as embaixadas do império português em todos os estados soberanos do planeta terra externos ao império português, como base de todo um princípio de unidade mundial presente de entendimento, paz e cooperação, de amizade profunda com todos os nobres povos e todas as culturas vivas do mundo, de modo a tornar visível a todos os cidadãos imperiais portugueses no mundo, dos acordos estabelecidos pelas embaixadas do império português no exterior e pelos organismos máximos da soberania imperial portuguesa, com os demais nobres povos mundiais, a unidade, o respeito, a realidade presente a cumprir por todos face ao compromisso pela condição económica, humana e cultural de cada um nobre povo, por todas as culturas vivas planetárias, pelo seu existir no espaço territorial imperial português, são o reforço do estabelecer diplomático necessário e preciso, presente e efectivo com as comunidades externas residentes no espaço territorial imperial português e das comunidades imperiais portuguesas a residirem no exterior, são a base necessária e precisa ao reforço do contacto dos imigrantes imperiais portugueses no exterior às respectivas nações imperiais portuguesas, o modo correcto de restabelecer toda uma relação recíproca perdida ao longo dos vários anos com todos os cidadãos do império português dispersos pelo mundo e com todos os nobres povos, traduzindo uma recuperação efectiva da nossa mão no mundo, são o suporte necessário ao reforço dos contactos em todas as áreas de acção, todo um reforço da condição da nação imperial no exterior, são o suporte a todo um elevar consciente da cooperação efectiva entre as nações com o qual mantemos relações, na procura da criação das condições humanas desejadas, na procura de uma acção segura, no tempo e no espaço, que medeia entre as diversas orientações orgânicas de cada um nobre povo, o respeito pelo constante evoluir cultural de cada um nobre povo, o cumprimento de toda uma orientação tendo em vista a acção a protagonizar pelos cidadãos imperiais portugueses, em toda a sua acção com o meio envolvente.

As embaixadas do império português no mundo, são um reforço significativo na acção da nação imperial portuguesa, porque fazem existir as áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias, económicas, humanas e culturais, possibilitando uma só legislação, orientação e organização, imperial portuguesa, nos território imperiais Portugueses e no espaço territorial mundial, o existir do espaço, dos meios financeiros e humanos, presentes na criação de condições a todo um desenvolvimento humano, a todo um reforço da cultura imperial portuguesa, um outro entendimento com as diversas nações soberanas, alertando para a forma de actuação, para a salvaguarda da razão de ser, estar e de existir, de cada uma nação soberana, para a responsabilidade de toda uma acção, em torno de cada um território, dos seus homens e da sua acção com o meio ambiente envolvente, possibilitando no exterior, a criação de infra-estruturas que apesar de serem imperiais portuguesas visam não só a comunidade imperial portuguesa, mas também a de cada uma nação, onde a comunidade imperial Portuguesa estiver presente, tornando possível acabar com atrocidades que se sucedem nas diversas comunidades imperiais portuguesas no exterior, que colocam em causa a condição dos cidadãos imperiais portugueses, dos seus bens e haveres e de todo o seu movimento, são o entendimento correcto face à salvaguarda dos valores culturais de cada um nobre povo, relançando todo um reforço da condição financeira, das nações imperiais portuguesas no mundo, são o reforço a todo um estabelecer da unidade imperial portuguesa, o criar condições para que todos os cidadãos imperiais portugueses estabelecidos no mundo, que por motivos, não tenham o conhecimento da sua nação imperial portuguesa presente, se possam deslocar à sua nação, restabelecendo todo um conhecimento no concreto da realidade da acção presente, não quebrando o elo de origem, da sua história, renascendo uma outra atitude no cumprir da ordem e da base de

tudo um conhecimento elevado, são o retorno dos nossos imigrantes imperiais às suas nações soberanas.

As embaixadas do império português no mundo, são a integração correcta da comunidade imperial portuguesa no exterior, são a base de todo um suporte orientador e fixador em todo o espaço mundial onde a comunidade imperial portuguesa reside, habita e produz, a unidade, uniformidade e identidade, no preservar a condição dos cidadãos, em cada um território soberano mundial e toda a sua acção, a estruturação, organização e orientação correcta das comunidades imperiais portuguesas no exterior, dignifica o esforço colectivo da nação imperial portuguesa, o empreender e erguer do património dos cidadãos imperiais Portugueses, não fazendo notar a acção nas orientações orgânicas colectivas de cada um nobre povo, mas alertando para as mesmas e para todo um evoluir da capacidade de actuação conjunta em prol dos valores humanos e naturais, não colocando em causa os valores culturais de cada um nobre povo, de cada um existir soberano próprio, a condição de imigrante, mas uma libertação da sua acção a empreender em prol do desenvolvimento da comunidade imperial portuguesa e do movimento imposto no sustentado progresso colectivo da nação onde habita. A constituição das embaixadas do império português, produz no imediato o retorno dos cidadãos imperiais portugueses no exterior, às nações do império português, a actualização no modo de ser, na forma de estar, no representar, existir e cumprir as acções a empreender pelas nações, no criar as condições necessárias à progressiva elevação da nação imperial portuguesa no mundo, possibilitando a todos o representar da nação imperial portuguesa, o efectivo desempenho e cumprir dos princípios e valores em cada uma acção a empreender, legislativa, administrativa e produtiva, possibilitando o criar das condições necessárias ao desempenho correcto da nação imperial portuguesa, em prol do homem e dos diversos interesses da nação imperial portuguesa, cumprindo as leis e orientações destinadas pela nação imperial portuguesa, salvaguardando toda uma cultura imperial portuguesa.

As embaixadas do império português tem que existir em todo o espaço mundial onde residam e habitem cidadãos imperiais portugueses, em todas as nações soberanas definidas no mapa-mundo, permitindo por via da diplomacia uma cooperação das nações imperiais portuguesas a nível mundial, na procura de entendimentos vantajosos para todos os intervenientes, em todas as áreas de acção produtivas, salvaguardando os valores culturais de cada uma nação soberana e a defesa e protecção dos interesses das nações imperiais portuguesas e das suas comunidades. As embaixadas do império português no mundo, representam a união, unidade e identidade do império português no espaço territorial mundial, o representar de todos os cidadãos do império português no mundo, acabando com as embaixadas no mesmo estado soberano das embaixadas de dois ou mais estados soberanos do império português, são constituídas no seu todo pelos cidadãos do império Português residentes equitativamente em cada um território soberano, terminando as embaixadas de cada uma nação constituinte do império português fixadas nos demais estados soberanos constituintes do império português, dado a unidade, igualdade e identidade do império Português e de todo o nobre povo imperial português dentro das fronteiras de cada uma nação constituinte do império português e na equiparação das certezas nas decisões, respeito e no compromisso de todos no responder perante o império português, possibilitando o contribuir para uma actualização correcta dos valores do império português, no empreender de toda a sua acção no mundo. As embaixadas do império português têm que representar a unidade orgânica imperial portuguesa, todas as áreas presidenciais de acção produtivas existentes no território nacional, todos os sectores ministeriais e todas as artes bastonárias presentes, têm que obedecer a toda a orgânica imperial portuguesa, de forma

a uma actualização imediata das constituições das nações constituintes do império português, das leis das nações imperiais portuguesas, de todas as informações evolutivas, a nível económico, humano e cultural, de forma correcta e devidamente presente, possibilitando uma rápida e eficaz solução no combate dos diferentes problemas, uma interacção das comunidades imperiais portuguesas presentes no exterior, uma uniformidade de acções, possibilitando em todo o momento o enquadramento de cada um no ciclo orgânico imperial português, no espaço territorial imperial português e no mundo.

As embaixadas do império português em termos orgânicos são estruturadas no espaço de cada uma nação soberana presente, não se separando em termos regionais e locais, em termos de estruturação, no espaço por regiões e concelhos, dado que estamos em território pertença de um estado soberano que não o território imperial português. É função das embaixadas do império português, estabelecer a ligação das áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias, económicas, humanas e culturais, com os diversos estados soberanos, de modo a todo um produzir e evoluir correcto das responsabilidades a cumprir por cada uma nação, face aos acordos presentes firmados entre as nação constituintes do império português e todas as demais nações soberanas, colocando fim a todo o tipo de conflitos diplomáticos, entre as nações constituintes do império português e as demais nações soberanas, impondo o conhecimento das acções a empreender por cada um cidadão imperial português, em territórios alheios de modo a possibilitar um conjunto de acções empreendidas pela comunidade imperial portuguesa local, na tradução do idioma, na orientação, na organização de toda a acção a impor, na preparação e coordenação das diversas acções e providencias a impor face a todo um alojar, transportar e alimentar de cada um cidadão do império português, precavendo a segurança, protecção e o bem-estar de todos os cidadãos do império português, desde o primeiro momento em que pisamos o território exterior ao império português, são o orientar e organizar o conjunto de todos os cidadãos imperiais portugueses residentes nestes estados soberanos, de todos os visitantes imperiais portugueses, em todo o momento, fazendo prevalecer o respeito pela cultura da nação onde nos encontramos.

As embaixadas do império português no mundo, têm que possuir a organização dos meios que tornem possível todo um implementar das condições na satisfação dos diversos cidadãos e da sua ínfima integração no meio, a construção da escola portuguesa, o existir do hospital português, salvaguardando os interesses da comunidade e dos cidadãos, tirando proveito do existir dessas mesmas condições para rentabilizar a acção da comunidade imperial no território, no reforço da acção face ao combate às necessidades dos países e das suas populações, proporcionando no território exterior o existir das forças de prevenção, ordem e segurança, de modo a acautelar os cidadãos e os bens e haveres por estes detidos, os meios de produção, as instalações e as infra-estruturas necessárias a toda a acção, os equipamentos necessários ao empreender da sua acção colectiva. A área da prevenção, segurança e ordem, tem que existir em toda a acção das comunidades imperiais portuguesas no exterior, de modo a uma salvaguarda dos interesses da nação imperial portuguesa, de forma pacífica, impondo o respeito desejado e merecido, pelo valor cultural do império português, terminando com os sucessivos roubos e pilhagens dos haveres da comunidade imperial portuguesa no exterior, com as sucessivas atrocidades verificadas no dia-a-dia, dos nossos cidadãos, em termos humanos e materiais. As embaixadas do império português no mundo, permitem o existir de toda uma base de dados, em todo o momento, traduzindo o conhecimento dos cidadãos imperiais portugueses no exterior, residentes nas diversas nações ou em visita, toda a sua acção económica, humana e cultural, a desenvolver, o modo rápido de estabelecer contactos, o conhecimento da cultura imposta por cada

nação, bem como a condição humana exigida, para a estadia nos territórios exteriores. Erguer as bandeiras imperiais portuguesas nas diversas instalações dos estados imperiais portugueses, no território imperial português e no mundo, é primarmos com cor, rigor e alegria a acção protagonizada nas diversas acções empreendidas pela comunidade imperial portuguesa mundial, no território e no globo, o estado de desenvolvimento cultural, o estado de conservação do património, produtivo e habitacional, dos bens e haveres da comunidade imperial portuguesa, a rentabilização dos meios, o dignificar a existência de toda uma ordem da nação imperial Portuguesa, reflectindo o conhecimento por parte dos demais nobres povos, da existência de um império português constituído por oito nações soberanas, unas, independentes e indivisíveis no mundo, é o respeito pela sua própria identidade, pela sua própria existência pacífica.

MUNDO.

A democracia, constitui-se com a observação diferente de cada um cidadão, com a sua análise, razão de ser, estar e existir, com seriedade, justiça, unidade, amizade e coragem, com vontade de crescer, unida da liberdade de expressão construtiva de cada uma nação soberana, de cada um nobre povo, do sentir e reflectir colectivo, problemas, origens, causas, consequências, define o que cada um homem pensa e projecta para benefício de todos, nunca o contrário. As bases económicas, humanas e culturais hoje presentes, serviram o modo de os cidadãos pelo diálogo se submeterem, segundo interesses que não dignificam o conhecimento de cada uma cultura, nem de nenhum homem, esquecendo a identidade cultural de cada um nobre povo, as raízes, as tradições, os usos e costumes, a consciência de valores próprios elevados no tempo, o que cada um nobre povo acredita e pensa em prol da defesa dos seus valores económicos, humanos e naturais, desenvolveram mecanismos inferiores de pelo conhecimento, traduzir o evoluir das culturas vivas presentes no planeta, pela desigualdade produzida, esquecendo formas de pensar, estar e ser presentes, no inovar do amanhã, renasceram o que de inferior existe em toda a humanidade, ódios, vinganças, retaliações, para o fim definitivo da guerra como solução à paz na terra, lembrando a cooperação, a evolução humana no tempo, esqueceram os homens que em cada um estado soberano nascem e habitam, cumprem o exercício da sua função, a razão de ser de cada um sonhador, repondo o pesadelo como forma de nos aproximar de um futuro mais justo e correcto, esquecendo a verdade, de forma a continuarmos a viver num mundo egoísta, que combate para não pensar, por falta de razão, para ser solidário com todas as injustiças que produz no dia-a-dia, matando, desalojando, deslocando, amontoando, sem as condições precisas a uma sobrevivência condigna, sem ter que dar abrigo ou qualquer tipo de existência, promissora dos conhecimentos de cada um homem, de modo ao evoluir natural planetário, das espécies presentes no universo terreno e da dignidade da vida humana.

A evolução do sistema estadual, a república nas suas vertentes governativas como forma de impor a paz, a ordem mundial, a unidade, equilíbrio e a igualdade entre todas as nações, o que é mentira, a continua diversidade do espaço, dos ciclos de biodiversidades terrestres, vegetais e animais, a imposição de toda uma orgânica legisladora mundial, a cumprir, respeitar e preservar por todas as nações soberanas presentes no mundo vivo, na orientação das acções empreendidas no território de cada uma nação soberana, do espaço mundo, em prol da orientação e organização, dos capitais, homens e do espaço, dos sectores produtivos, produziu o desrespeito pelas constituições nacionais de cada um nobre povo, pelo organismo mundial constituído em defesa dos valores culturais de cada nobre povo, colocou em causa o poder de

participação, decisão e orientação das várias culturas vivas planetárias, desvalorizou a soberania das nações soberanas, a liberdade de expressão condicionada à falta de decisão na acção, todo o tipo de injustiças, inerentes à separação do homem do seu espaço, proporcionou o abuso do poder, sem justificação, ordem, leis e direitos, sem deveres a cumprir, sem o conhecimento da razão de ser das acções a empreender em prol de interesses exteriores, sem a continua progressão dos ideais vivos presentes em cada uma nação planetária. Sucedeu a um poder injusto, pela soberania das metrópoles face às colónias, pelo alheamento do poder de decisão dos nobres povos e da sua razão de ser, pela falta de condições a todo um progredir humano de habitabilidade, pelo estagnar dos meios de conhecimento produtivo no evoluir consciente das nações, o poder incorrecto, no manter subjugados os nobres povos, na sua pressão real constante, na continua rejeição das decisões e das deliberações de cada cultura soberana, na incorrecta valorização das orientações exteriores, em detrimento das nacionais, não observando o espaço físico e humano que constitui cada uma nação soberana, o movimento cultural de cada um estado membro mundial.

O termino do ciclo económico global, dia a dia presente, a razão, imagem, ser, orientação, a atitude de cada uma nação no mercado internacional, em defesa dos interesses próprios, de grandes grupos internacionais, proporcionou uma evolução terrena no espaço desconhecido, enfraqueceu a camada de ozono, o escudo de protecção do planeta, o manto essencial a todo um existir, a todo o manter o espaço terrestre habitável, distorceu e acabou com as actividades produtivas nacionais, com a diversidade de cada uma nação empreendida na satisfação das necessidades humanas de cada um espaço de acção, no fim dos mercados culturais, na constante e progressiva liquidação das reservas naturais, no continuo explorar a força humana produtiva e consequentemente no progresso do desemprego verificado, traduziu o desequilíbrio do próprio sistema, o retrocesso, permanecendo à beira de uma rotura profunda, dado ser um fenómeno económico, que esqueceu as componentes humanas e culturais, os valores humanos, o respeito pela condição humana, pelo existir próprio das diversas culturas planetárias, não traduzindo o modo natural, de ser, estar e existir de cada uma nação, primando pelo desrespeito perfeito pelos valores tradicionais até então traduzidos em termos económicos, humanos e culturais. O fim da república como forma de legislação, orientação e organização do homem no espaço, dá início à RESTAURAÇÃO do ciclo MONÁRQUICO em todo o GLOBO TERRESTRE, onde os estados, a base orgânica de cada um nobre povo, de cada uma cultura soberana se torna o representante legal da manutenção e preservação das raízes e origens, na procura de novas orientações, voltadas para dentro de cada uma nação e destas para com a nação mundial, nos objectivos a cumprir, no fazer face aos diferentes problemas, no encontro de soluções imediatas, a todo o estabelecer a ordem mundial, a paz entre todas as nações, a unidade, respeito, rigor, a preservação de toda e qualquer identidade cultural definida ao longo dos tempos, constituída ou não, a mesma igualdade na decisão orgânica a empreender por cada um nobre povo no mundo terrestre.

O homem no presente, esquece as razões, de ser, estar e de existir, do mundo planetário, do espaço em movimento, do universo que nos circunda e sustenta, em busca de algo que não a verdade de cada um nobre povo, a sua afirmação no mundo, a autonomia e autodeterminação de cada uma nação cultural, traduzida pelos idiomas, hábitos, usos e costumes próprios expansivos no universo terreno, em defesa dos princípios e valores conscientes de conhecimento, de atitudes e responsabilidades produzidas no tempo e no espaço por cada uma nação, definindo prioridades a preservar, recuperar e renascer como base presente, a observação, análise e investigação das funções a cumprir por cada um dos elos compostos orgânicos vivos, do

conhecimento como mais-valia essencial ao elevar a acção humana sobre o meio físico natural, aprofundando a utilização das matérias-primas, prejudiciais ao homem e ao espaço, produzindo matérias e materiais recicláveis, completando o ciclo das transformações, a decomposição das matérias finais, em matérias-primas, matérias que o planeta transforma em todo o processo de crescimento diário, humano e natural, traduzindo o perfeito rigor dos movimento de todos os ciclos de vida presentes, terreno, aéreo e marinho, animal e vegetal. O desrespeito pelos valores planetários, são a falta de respeito pelo próprio ser humano, pelo progredir do homem no meio físico natural, pelo evoluir dos diversos ciclos vivos presentes, o abate das ideias sobre o preservar do meio ambiental, o continuo ciclo de desgaste produzido, o acabar com a humanidade no planeta e o prosseguir natural num outro espaço que não o planeta terra, faz com que se acabe com a humanidade por um largo período de tempo em todo o universo, já que esta só existe no planeta terra, é de uma inconsciência total pensar, no ser, estar e existir do homem fora do planeta terra, separado do espaço físico que o fez nascer, envolve, suporta e movimenta, esquecendo as razões, o cumprir, a evolução de ser, estar e existir do planeta.

O desastre ecológico cada vez mais presente, mais a descoberto, no dia-a-dia da nação mundial, levanta questões a todos os momentos sobre a razão de existir do universo, do mundo que nos rodeia, do homem, da vida no estado físico em que esta se encontra, gasoso, sólido ou líquido, permitindo com a observação e análise das matérias e dos compostos presentes no meio envolvente, com a composição de cada uma matéria a investigação das mesmas, o desenvolver teses e teorias em defesa dos valores produtivos de cada um nobre povo, da definição dos territórios de cada uma cultura, do organizar o homem no seu espaço próprio de acção, da união e ligação de cada uma nação ao mundo, do criar um organismo mundial preciso, com uma só legislação, orientação e organização, com a presença de todas as culturas vivas presentes no universo terreno, afirmando o equilíbrio de acções económicas, humanas e culturais, necessárias à unidade do espaço mundial, à satisfação correcta das necessidades a cumprir e a definir por cada uma nação soberana na orientação orgânica dos seus próprios recursos humanos e naturais, da unidade, uniformidade, igualdade de conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos, no suporte para um mundo presente, consciente de responsabilidades, na procura de resoluções, que permitam dar respostas às perguntas que se produzem. A observação do meio físico natural, dos homens, a análise da capacidade humana produtiva, a Investigação do espaço, a demarcação das reservas naturais, das matérias-primas em uso, da função a cumprir pelo espaço e pelos homens, valoriza a razão de ser, estar e existir dos diferentes compostos vivos presentes, cria condições para que todos os cidadãos possam desenvolver os atributos naturais, o instinto criador, a função plena de correcção, em prol do movimento a impor por cada uma Nação no mundo.

É Tempo, de uma nova realidade mundial, consciente, responsável, progressiva no bem-estar de todos os cidadãos, no movimento de cada cultura soberana presente no globo, é tempo do respeito por cada uma Nação soberana, pelos homens que a constituem, pelo cumprimento do pensamento cultural colectivo, em prol de um todo de coabitação presente, do respeito pelo movimento de libertação da consciência, como forma de acção educada de cada uma nação, do existir evolutivo, no ser, estar e existir, do produzir em união o verdadeiro sentido de cada uma nação, é tempo do respeito pelo espaço próprio, pela vontade livre de cada um nobre povo, pelo desejo de ser, estar e existir de cada uma cultura soberana viva elevada ao longo dos tempos da história universal, tornando efectivo o renascer dos idiomas, hábitos, usos e costumes, a continua realização do planeta, a evolução progressiva do movimento universal terreno,

o desenvolvimento correcto dos homens face ao espaço físico, na adaptação e evolução das infra-estruturas, instalações, equipamentos, máquinas, ferramentas, instrumentos e utensílios em uso, dos modos, métodos e técnicas presentes, a união da força económica, humana e cultural, legislativa, administrativa e produtiva, na transformação a impor no conciliar os interesses próprios orgânicos de cada uma nação soberana, todo um existir perfeito de vontade, verdade, seriedade, ordem e de justiça mundial. É tempo, da razão de ser do homem, da realeza de todo o existir, da essência na função a cumprir, da realização e progressão para um futuro seguro e presente, produtivo, no interesse de todos os cidadãos, do respeito pelo esforço, vocação, pelo Dom criativo de cada um cidadão, de valorizarmos os conhecimentos elevados por todo e cada um cidadão nas diferentes artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais de acção produtiva, de forma a melhorar e aprofundar a acção colectiva de todos, elevando a construção de um amanhã superior, com união, vontade, esforço e vitórias, tempo de valorizar os homens, de enaltecer as artes, o exercício da função a desempenhar, representar e cumprir por cada um cidadão, do reunir os conhecimentos do mundo presente, a correcta, identidade, unidade e uniformidade da acção produtiva a impor, repondo o conhecimento planetário, o movimento do universo profundo, em busca da sua razão de existir, a salvaguarda dos valores humanos, da família, cooperação e colaboração, da unidade ao evoluir humano e natural, tornando possível uma evolução presente, progressiva, constante, produtiva de cada uma nação no mundo, traduzindo origens, evolução e actualidade, de forma à obtenção de resultados válidos num futuro que já começou. É tempo de uma nova ordem mundial, com a voz de todos os cidadãos, de cada uma nação soberana presente no espaço mundial, da diversidade de opiniões, soluções e decisões, a empreender no espaço próprio definido por cada uma nação, por cada uma cultura soberana produtiva, do aprofundar a capacidade de conhecimentos elevados, no colmatar as falhas presentes de cada uma população, de cada um território soberano de acção, no comunicar, transportar e iluminar, na forma de ser, estar e de existir, de produzir o conhecimento, com realidade na procura de observações e análises, que proporcionem a investigação de matérias-primas renováveis no tempo e no espaço, a evolução técnica dos homens e das bases energéticas, a inovação tecnológica, a continua adaptação do homem à progressiva renovação do espaço, de forma a todo um minimizar as dependências de cada uma nação face ao exterior, tornando a auto-suficiência o princípio a desenvolver e a empreender na união dos nobres povos do globo. A revolução possível nos dias de hoje é a do conhecimento, do pensamento, individual e colectivo, do consciente de cada um cidadão, da razão de ser, estar e existir, da evolução humana terrena, no desenvolvimento e progresso de toda uma realidade crescente de conhecimentos, individuais e colectivos, permitindo a procura de soluções imediatas, na resolução dos graves problemas, que a humanidade enfrenta, na falta de definição da independência construtiva de cada uma nação, na falta de uma rigorosa observação, análise e investigação dos problemas inerentes a cada um Estado soberano mundial, na falta de opinião, responsabilidade, igualdade e liberdade de cada um cidadão, de cada uma nação soberana nos organismos nacionais e internacionais, em busca de uma verdade sem imposições, sem interesses, reforçando o estudo como base de toda uma investigação, pesquisa e formulação, de resoluções imediatas, o conhecimento como a determinação do homem para o seu crescer natural progressivo.

A unidade orgânica da nação mundial, constitui um organismo sólido, uno, vivo, denominado por nações unidas, NU, organismo máximo mundial constituído no tempo e no espaço por todos os nobres povos mundiais, por todas as culturas soberanas planetárias vivas, com idioma próprio ou não, definidas ou por constituir no tempo presente, com sede estabelecida no território continental Português, legislada e aprovada

na primeira união das nações a realizar em Portugal por todos os líderes mundiais presentes no planeta terra, com a função, de observar os diferentes movimentos de guerrilha presentes no mundo, de modo a definir os novos territórios soberanos a constituir no tempo presente no espaço mundial, para que cessem todos os movimentos de guerrilha presentes no globo terrestre e se restitua a paz, como base de toda uma razão de ser, existir e viver do homem no planeta terra, organismo presidido diariamente e alternadamente por cada um dos representantes máximos de cada uma soberania mundial, tendo como sequência o maior número de cidadãos de cada uma soberania no planeta terra, com a função de liderar o organismo máximo mundial, comandar os líderes mundiais na marcação dos acordos e tratados mundiais a empreender por todas as nações soberanas, exigir o rigor e o cumprir da lei mundial, a todas as nações no espaço de cada uma, sobre o universo, o planeta e o homem, imposta por maioria em cada uma reunião mundial, económica, humana e cultural, em cada uma área presidencial, sector ministerial e arte bastonária de acção produtiva e composta por um líder representante de cada uma nação soberana constituinte do espaço mundial, com a função, de constituir todos os organismos da pirâmide orgânica mundial, os organismos mundiais presentes de cada uma área presidencial, sector ministerial e arte bastonária mundial a constituir no tempo, com sede em todo o espaço mundial, com a função de legislar, administrar e produzir todos os acordos e compromissos a empreender no tempo e no espaço entre todas as nações mundiais, económicos, humanos e culturais, pelos interesses implantados, a observação, análise, conhecimento, a unidade do movimento económico, humano e cultural mundial, a exigir por cada uma das nação no seu espaço próprio, a constituição dos acordos e dos compromissos, económicos, humanos e culturais mundiais, a definir, estabelecer e constituir, por todas as nações soberanas mundiais presentes no organismo e no mundo, pelos representantes máximos de cada uma soberania, primeiro ministros de cada uma nação, pelos representantes máximos de cada uma área presidencial, sector ministerial e arte bastonária.

Um organismo que produza e constitua no imediato o conhecimento humano global, tradutor dos valores económicos, humanos e culturais da nação mundial, da base humana produtiva presente no mundo, em cada um território nacional, com a função de legislar, administrar e produzir no espaço e no tempo, a reunião de todas as identidades mundiais, a composição do organismo máximo mundial, a constituição mundial, a lei fundamental à paz, os acordos e os compromissos a firmar por todas as nações no organismo mundial no fazer face às necessidades presentes de cada um povo, a defesa da soberania própria de cada uma nação, a definição de toda e cada uma nação viva presente no espaço mundial, a independência de todas as nações presentes no mapa-mundo, subjugadas no tempo e no espaço por interesses alheios à própria cultura, a todo um nobre povo, à nação mundial, o direito à liberdade de expressão própria de cada um nobre povo, à constituição de cada uma nação, detentora de todo um existir secular, respeitando a vontade expressa de todos os cidadãos do mundo, a afirmação, a decisão, rigor e rectidão no ser, estar e existir presente de cada uma cultura no espaço e no movimento imposto, renascendo todas as culturas vivas planetárias, os dialectos vivos, a forma de ser, estar e de existir de cada uma cultura planetária universal, produzindo o fim dos movimentos de libertação defensores da independência de cada um nobre povo, os ódios e os conflitos armados diários presentes, que torne possível uma solução de paz definitiva para o mundo, constituída com a independência de cada uma cultura viva, com a voz própria de cada um nobre povo, de cada uma cultura planetária no organismo mundial, com a presença, análise, a decisão de todos os cidadãos em cada um espaço mundial presentes.

Um organismo mundial que defina de forma íntegra, séria e justa todo o espaço mundo, terrestre, aéreo, marítimo, fluvial, nacional e internacional, a definição do território de acção de cada uma nação cultural viva presente, constituída ou por constituir, a definição da estrutura do espaço nacional a constituir, regional, concelhio e municipal por cada uma nação, a empreender face ao organizar do homem no mundo vivo, proporcionando um novo mapa-mundo, actual, rigoroso, pacífico, defensor dos valores culturais de cada um nobre povo, dos conhecimentos e valores humanos a elaborar, projectar e ordenar na construção de um novo espaço, no qual a razão de ser, estar e de existir, humana, vegetal e animal, encontram novas formas de conhecimento, reforçando o equilíbrio dos espaços próprios definidos por cada uma nação soberana, pelas diferentes culturas vivas presentes, constituintes do espaço, a uniformidade orgânica a constituir, definir, exigir e cumprir pelo organismo mundial, por cada uma nação mundial no ordenar de forma uniforme o espaço definido pelas suas fronteiras, povoando o território total de cada uma nação, produzindo o crescer de identidade mundial no tempo e no espaço próprio de cada uma nação, a constituição pelo organismo máximo mundial dos valores e princípios orgânicos reguladores, económicos, humanos e culturais, a cumprir por todas as nações presentes no organismo e no mundo, sem excepções, na preservação, do movimento cultural consciente de cada um nobre povo, da história humana universal no espaço e no tempo, passada, presente e futura, do movimento económico progressivo de cada nobre povo no espaço mundo, da observação, análise, investigação, do estudo dos valores universais, naturais e humanos próprios de cada uma nação, do movimento humano a constituir de forma a uma só identidade mundial no espaço e no tempo, legislando a unidade de acções e de actuações a realizar por cada uma cultura, em defesa dos valores culturais próprios, universais, humanos e naturais, em cada uma arte bastonária, sector ministerial e área presidencial presentes, a unidade, compreensão e ajuda mútua entre os nobres povos, constante, presente, com todos os cidadãos que constituem as nações soberanas mundiais, com idioma próprio ou não, com toda uma cultura de tradições, de usos e costumes, adaptados no tempo e no espaço, com uma liberdade capaz de fazer renascer um outro sempre.

Um organismo pleno de rigor, identidade, de razão no existir, estar e ser, no cumprir as posições diárias presentes de todas as nações, a uniformidade orgânica legislativa mundial, em prol da diversidade de valores vivos a cumprir, pleno de verdade, de composição, no reunir todos os conhecimentos presentes no universo planetário, com idioma próprio ou não, com uma cultura secular de tradições, usos e costumes adaptados no tempo ao espaço próprio, ao evoluir consciente de cada um nobre povo, perfeito, de razão, movimento, funcionamento, produtivo de conhecimento, definido, constituído e representado em todo o espaço terrestre, um organismo íntegro de igualdade entre todos os estados membros, aproximando os interesses conjuntos da nação mundial, na contínua progressão do ciclo vivo, não sendo a imposição da constituição própria de cada uma nação, o colocar em causa a orgânica legislativa, orientadora e organizadora que define o ser, estar e existir de cada uma cultura soberana viva presente no globo, mas o compromisso de cada uma nação face à ordem mundial, no cumprir os valores constituídos por todas as nações, um organismo com sentido de idoneidade, abertura, cooperação e amizade profunda, de respeito pela orgânica constituinte de cada um nobre povo, de consensos, verdadeiro no movimento, nas posição a empreender, no tempo e no espaço, por cada uma nação, produzindo um sentido evolutivo de união, amizade e cooperação, de correcção na definição dos valores culturais de cada uma nação, correcto no reunir e consciencializar os interesses culturais próprios de cada um nobre povo, o direito de ser, estar e existir, na definição

de princípios e valores a impor por todos os estados membros, no empreender soluções de forma a uma só acção legisladora mundial, unida de estruturação, orientação e organização, do homem no espaço, a um só cumprir mundial.

Um organismo uno, da razão de ser, estar e existir, do espaço, do homem e do movimento do planeta terra, legislativo dos valores e princípios fundamentais a uma evolução de cada uma cultura soberana na defesa dos seus valores, tradições, usos e costumes, um organismo sólido, da razão de ser, estar e existir, do movimento económico humano mundial, legislativo, dos valores e princípios, de todo o movimento produtivo financeiro, espaço, matérias-primas, infra-estruturas, equipamentos e homens, capaz de produzir, criar e traduzir no tempo presente, a observação da acção empreendida e a empreender face ao solucionar, origens, causas e consequências da acção presente, universal, natural e humana, que estude a capacidade produtiva de cada uma nação, o movimento dos homens e do espaço, os conhecimentos que preparam a evolução dos meios, técnicos e físicos, dos bens produzidos, dos excedentes produzidos necessários à ajuda e cooperação entre os nobres povos, no alimentar, financiar, preservar, formar, orientar, organizar, o equilíbrio do homem no espaço, um organismo mundial presente, que estabeleça a observação e a realidade presente de cada uma nação soberana, a definição dos meios produtivos e humanos, no espaço definido por cada cultura, o movimento preciso ao satisfazer as necessidades elementares de toda a população mundial, as quantidades produzidas, os excedentes de cada um espaço, as mais-valias de cada uma nação no constituir a defesa da nação mundial, face à ordem de movimentos produtivos a existir, à responsabilidade mundial a constituir e cumprir, um organismo que consagre a paz como base de todo um princípio essencial e elementar, ao ser, estar e existir do homem no planeta, a guerra como o combate às necessidades humanas e naturais presentes em cada um espaço, a colaboração, ajuda, a cooperação entre os nobres povos soberanos, que termine com o fim da busca nunca acabada do poder pelo poder, sem objectivos ou fins a estabelecer e a firmar, pelos interesses humanos presentes no mundo, que não traduzem, nem dignificam a condição humana e planetária e proporcionam o desgaste do planeta e a exploração da humanidade produtiva, a progressiva deterioração natural necessárias à sobrevivência do homem no espaço.

Um organismo que coordene, ordene e produza uma orgânica consciente, defensora do esforço colectivo de cada um nobre povo, evolutiva no espaço e no tempo, no equilíbrio, do espaço e da acção colectiva das nações, no cumprir os acordos, as metas, os objectivos estabelecidos a empreender, de forma a acabar com os graves problemas presentes, com faltas, de conhecimento, opinião e decisão de todas as nações mundiais, face às posições a exercer no dia-a-dia mundial, rentabilizando uma base de evolução progressiva, do movimento económico, humano e cultural mundial, a capacidade de cada uma nação apresentar a evolução, passada, presente e futura, legislada, orientada e organizada, para o bem-estar de todos os cidadãos, para o empreender correcto, uniforme e rigoroso das acções a representar, pelos homens e pelos sectores produtivos, no espaço e no tempo, no cumprir os valores evolutivos de cada uma nação, de modo fiel e imperativo, no legislar as acções e os procedimentos legais a cumprir por cada uma nação, face ao movimento deliberado e constituído no mesmo organismo, em cada arte bastonária, sector ministerial e área presidencial mundial, o progredir da acção mundial presente, em prol de cada uma nação, que realize união, consensos, convergências, realidades profundas de conhecimento, respeito, igualdade, identidade, compromisso de cada uma nação soberana face às demais, que termine com a continua exploração do espaço físico e do homem, como forma de evolução das acções económicas, estabelecendo a decisão presente de cada uma nação

soberana nos organismos mundiais, o progressivo evoluir do globo a uma só voz por todas as nações, na união, colaboração e inovação dos interesses próprios, a solidariedade, cooperação, a ajuda mútua entre todas as nações, o fim da exploração do homem e do meio ambiente, no cumprir a razão de ser, estar e existir dos compostos vivos, terrenos, aquosos e gasosos, a salvaguarda da condição planetária, a satisfação presente e constante dos elementos necessários a todo um evoluir do globo terrestre.

Um organismo que cumpra a paz no mundo, a ordem de movimentos a impor pelas diferentes nações e culturas vivas presentes no espaço, a preservação e manutenção da paz no presente, o cumprir os acordos rubricados pelas nações no organismo mundial, em todas as áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias de movimento económico, humano e cultural, legislativo da cooperação, colaboração e ajuda mútua no imediato, dos direitos e deveres a cumprir, por todos os cidadãos e por todas as nações soberanas sem excepções, a igualdade de opinião, solução e decisão, no cumprir a unidade mundial, a defesa da identidade cultural própria de cada um nobre povo, a base constitutiva da legislação, orientação e organização de cada um estado soberano, a igualdade de direitos e deveres ideológicos e físicos a cumprir, em prol da preservação dos valores humanos e naturais, que realize o progresso das acções a empreender, o rigor em toda a unidade e uniformidade a cumprir com as leis impostas por toda e cada uma nação soberana, com justiça, liberdade de expressão própria de cada uma nação, com a observação correcta, rigorosa, específica, do espaço, dos homens, do movimento definido por cada uma nação no espaço, que constitua no mesmo organismo a mesma unidade das áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias presentes mundiais, a presença no mesmo organismo do conhecimento, análise e investigação presentes, no actual de cada uma nação soberana, a acção mundial no tempo presente, em cada arte bastonária, sector ministerial e área presidencial de movimento económico, humano e cultural, fundamental ao reforço da unidade mundial, à unidade de cada nação, ao progressivo movimento de definição de valores culturais próprios de cada um nobre povo, que reúna os interesses individuais e colectivos próprios de cada uma nação, em cada arte bastonária, sector ministerial e área presidencial de acção, segundo a lei orgânica de cada uma nação, o modo de organizar toda uma evolução do homem no espaço próprio definido, as acções protagonizadas por cada um cidadão, o desenvolvimento, evolução e crescimento, da progressão física do globo, a evolução demográfica, a progressiva mutação da base de sobrevivência a todo um existir terreno.

A unidade da nação mundial, realiza soluções para que cada uma nação planetária, o conhecimento do globo, nos idiomas impostos no universo terreno, se encontrem com a mesma igualdade de decisão, com o mesmo desenvolvimento, económico, humano e cultural, defensor dos valores humanos e naturais, coordena o movimento em prol do homem e do meio ambiente, a vontade e o evoluir do movimento natural físico do globo, a acção preservadora do meio ambiente, evolui a vida na forma e condição, a razão de ser, estar e existir, do homem, do movimento humano, terrestre e universal, imposto por cada um cidadão, por cada uma cultura humana presente no universo planetário, eleva a cultura tradicional de cada um nobre povo, o movimento de cada uma cultura soberana, as acções a implementar na defesa e salvaguarda dos valores próprios, cumprindo os objectivos, na forma de ser, estar e existir, no progredir, traduz a imagem de cada um nobre povo de inúmeros pensamentos, o respeito por cada uma nação, evolui e aprofunda as diferentes culturas soberanas vivas presentes, cumprindo a independência das nações que vivem subjugados por interesses impostos no tempo, a progressiva elevação do ser cultural de cada uma nação viva mundial, a independência cultural, obedecendo à concordância

definitiva dos homens, à reunião individual e colectiva de cada um nobre povo, ao respeito e à salvaguarda dos valores culturais próprios de cada uma nação, no inovar do tempo presente, à análise dos recursos humanos e naturais, do espaço, capitais e da mão-de-obra presente, ao consenso unilateral dos interesses de cada uma nação, na união da acção humana ao meio ambiente, produz a participação, decisão e vontade de todos os cidadãos no espaço mundial, preservando a condição humana e natural, elevando a luta do homem, íntegro, justo, correcto, rigoroso, a capacidade de actuação, movimento e de conhecimento, a unidade humana com o meio natural envolvente, a função por cada um homem a cumprir, no todo compacto, vivo, uno, legislativo dos valores tradicionais de cada um nobre povo no espaço mundial, não sendo a imposição de um só pensamento, de uma só crença no infinito, mas um conjunto de princípio e valores, num espaço próprio definido por o planeta terra, a consciência humana terrena, passada, presente e futura, a igualdade de todos os homens, independente da condição física e material, da cor, nacionalidade, da crença, da função a cumprir por cada cidadão nas artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais, produtivas, administrativas e legislativas, elevando o caminho correcto, justo, preciso, rigoroso, em defesa dos valores e conhecimentos adquiridos por cada um cidadão, por cada nação em todo o processo evolutivo mundial, com justiça, igualdade e liberdade, o cumprir do movimento diário mundial de satisfação das necessidades, fazendo prevalecer o crescer uniforme de identidade e igualdade mundial, em defesa dos diferentes ciclos de biodiversidade, o evoluir da condição viva.

O mundo é de quem o habita, se preservadas as suas origens, se respeitado o seu cumprir natural, se envolto de toda uma cultura histórica, de tradições, usos e costumes, de idiomas adaptados no tempo ao espaço próprio definido por cada uma cultura mundial, traduzindo a superioridade de cada um nobre povo, a vontade colectiva de cada uma nação soberana na acção a empreender face ao consenso mundial, à maturidade real para superar pelo diálogo o entendimento global dos nobres povos, rumo à paz, progresso e futuro, à evolução, ao desenvolver acções, de ajuda, cooperação e colaboração, no satisfazer imediato das condições necessárias e precisas a todo um respeito, responsabilidade e compromisso de todas as soberanias para com todas as demais soberanias no erguer produtivo, de satisfação das necessidades básicas dos nobres povos, relevando a identidade cultural colectiva de cada uma nação, as origens, a história universal, passada e presente, os sinais de evolução para um futuro promissor de intensidade humana consciente. A unidade mundial, soluciona com toda uma orientação, o bem-estar futuro, na ordem pacífica dos povos, orienta e organiza o homem em toda a acção, o conhecimento, a valorização de todos os cidadãos, o respeito por nós próprios, por toda uma liberdade de conhecimentos e de acções em prol de uma unidade mundial de valores a cumprir, com rigor, honra e respeito, alarga as visões mundiais, económicas, humanas e culturais a impor por todas as nações, o existir as infra-estruturas necessárias ao exercício de cada uma nação soberana, o movimento dos homens, dos meios produtivos, em cada arte bastonária, sector ministerial e área presidencial de acção, empreende a defesa dos valores produtivos, restituindo os centros de decisão próprios de cada uma nação soberana, a capacidade produtora de satisfação das populações em cada um espaço territorial soberano, mantendo as tradições vivas nas comunidades exteriores de cada um nobre povo no mundo, constitui a presença, reflexão, análise e decisão de cada uma nação nos organismos internacionais, a posição responsável, presente, precisa e efectiva, nos acordos estabelecidos no mercado internacional, reforçando a cooperação entre todos os nobres povos no mundo, as transacções comerciais a empreender, o satisfazer as necessidades presentes em cada uma nação, económicas, humanas e culturais.

A unidade mundial estabelece o equilíbrio, a união, colaboração e cooperação presentes, a identidade, unidade e igualdade dos meios técnicos e tecnológicas, precisos a um evoluir no tempo e no espaço, a observação, análise e investigação dos homens, do espaço, dos meios de transformação de cada um espaço territorial soberano, produz um outro bem-estar presente no mundo para todos os cidadãos, com soluções cumpridoras dos princípios humanos e naturais, evolui o conjunto de acções individuais e colectivas a cumprir por cada uma nação face às outras, valoriza a capacidade produtiva de cada uma nação, pelo que cada uma representa, em termos de matérias-primas e da capacidade de transformação das mesmas, do homem e da sua qualificação, soluciona os vários e diferentes problemas de satisfação das nações, no conciliar as dependências de cada uma face ao exterior, colmatando as falhas inerentes a cada um território de acção, reúne os meios financeiros de cada uma nação, capazes de suportar e superar as diferentes necessidades populacionais de cada território, sem que com esta acção se traduza na dependência de cada uma nação face ao exterior, às imposições externas, permitindo toda uma acção capaz de por cobro a todo o tipo de males que hoje proliferam derivado de acordos, permitidos de forma à continua exploração do homem e do espaço, ao continuo prosseguir de uma cultura incorrecta de submissão, de umas nações face a outras, reforça o movimento comercial a constituir no mundo, no fazer face às necessidades presentes de cada uma nação soberana, em termos materiais, técnicos e tecnológicos, produz o investimento das populações nos territórios onde residem e habitam, resultando mais-valias, fundamentais à criação de infra-estruturas necessárias e precisas a todo um estabelecer do movimento produtivo territorial no espaço, tornando efectivo a fixação das populações locais e o empenho para um futuro próspero de intensidade humana, estabelece as leis e as ordens a impor por todos os estados membros, de forma a todo um progredir saudável entre todas as nações no espaço mundial, no satisfazer as necessidades humanas presentes, no concorrer entre nações, concilia a realização da força humana criativa de cada um nobre povo com o seu meio envolvente, convergindo esforços, de modo a uma só orgânica mundial, legisladora, orientadora e organizadora, do homem no espaço mundial, restabelece a unidade energética precisa ao movimento protagonizado pelos cidadãos e pelos sectores produtivos, no preservar a condição futura do homem e do espaço de acção, do meio ambiente, no seu todo mineral, vegetal e animal.

A unidade mundial evolui o ciclo natural presente, a actuação das diversas forças actuantes sobre o espaço, corrige e elimina o que de pior existe na realidade hoje presente, de mortalidade gratuita, de fome e miséria, do desrespeito pela ordem mundial, da não-aceitação dos conhecimentos, análises e decisões que cada uma nação transporta no seu todo cultural, de tradições, usos e costumes, evolutivos no tempo, adaptados ao espaço, ao movimento imposto pelo universo terreno, empreende os princípios activos reguladores do desenvolvimento progressivo de satisfação das necessidades humanas em cada um espaço de acção, produz a observação da realidade produtiva mundial presente em cada espaço, nacional, continental e mundial, a análise da população, a investigação dos bens essenciais a todo um evoluir humano natural, a capacidade de sustentação necessária a todo um habitar conjunto, ao crescer evolutivo de cada uma cultura soberana, ao desenvolvimento sustentado no tempo, reflecte a observação completa e rigorosa do espaço e dos homens, a reciprocidade da acção humana sobre o espaço, a observação do plano terreno, a análise dos intervenientes em todo o processo produtivo, produz uma realidade activa presente em cada território nacional, em todas as artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais de acção legislativas, de forma a acabar com o terreno ao abandono, com o sob aproveitamento da massa humana, permite a resolução das tomadas de posição,

económicas, humanas e culturais, uma previsão completa das necessidades e mais-valias produtivas de cada uma nação soberana, renasce a capacidade produtiva de cada uma nação, estabelece mercados de consumo, tendo como base a capacidade de sustentação das necessidades de cada um nobre povo, no seu estabelecer no mundo, a capacidade de ajuda e cooperação, com os nobres povos, aos quais estão ligados, por via do idioma e dos laços e traços económicos, humanos e culturais elevados no tempo, permite a efectivação dos diferentes impérios no mundo, sem que com esta se altere a independência própria de cada um nobre povo, permite uma outra observação mundial nos acordos estabelecidos em todas as áreas produtivas, ligadas à recolha das matérias-primas, à plantação e criação, à renovação das espécies, terrenas e marinhas, põem fim às constantes preocupações humanas no renovar dos ciclos naturais, no continuo evoluir do espaço físico natural, no preservar a continua satisfação da condição humana, a qualidade dos bens e dos produtos em todo o processo, define as quotas de produção dos bens a produzir para cada nação, em cada ano, traduzindo rigor no empenho e dedicação, no empreender acções, face às necessidades diárias a satisfazer e a corresponder, permite acordos com todas as nações mundiais, decisões e resoluções a empreender no imediato.

A unidade mundial constitui uma evolução de reflexões mundiais, corrigindo deformações, solucionando causas e males profundos, que culminam na realidade hoje presente, na falta de diálogo e de entendimento, no atropelo pelos valores culturais, humanos e ambientais, no desrespeito à ordem mundial, ao conjunto de todas as nações presentes num organismo que ainda hoje não existe, por não constarem todas as nações soberanas, por falta de reflexão séria dos nobres povos, na sua autodeterminação, na sua definição de soberania cultural e pela falta de cumprimento do organismo mundial na responsabilidade que afirma, no todo global, a falta de autoridade no cumprir as responsabilidades para as quais foi constituído, no pós guerra, as obrigações, a lei, a ordem, a justiça a cumprir por todos os estados membros, no espaço definido, a unidade como prova de consenso, a convergência, a igualdade de direitos e deveres a cumprir, em defesa da paz mundial, da razão de ser humano e natural, do equilíbrio de valores, económico, humano e cultural entre todos os nobres povos, a estabilidade presente e constante da história civilizacional universal, o terminar com as quebras de confiança, de responsabilidade, de respeito de umas nações face às demais nações, com falhas nos compromissos estabelecidos, originando o prosseguir incorrecto no tempo e no espaço, o exemplo a seguir às demais nações. Os organismos mundiais, sob tutela das nações unidas com a função de colmatar falhas presentes em cada uma nação, em termos de saúde e de alimentação, causa de catástrofes naturais e humanas, a guerra e os males que transporta na contaminação dos solos, das redes hidrográficas, do ar, traduzem o retrocesso da unidade do globo, a falta de entendimento entre os nobres povos em defesa dos valores definidos por cada uma nação, no combate ao desrespeito pelos valores culturais, naturais e humanos, pela constituição de cada um território soberano de acção, pela constituição orgânica de cada uma nação soberana, de cada um estado soberano no empreender, legislativo, administrativo, produtivo, do homem em toda a sua acção, individual e colectiva, do movimento cultural, premiando a exploração das riquezas naturais e humanas de cada um espaço, por interesses individuais e colectivos externos a cada um estado membro mundial. A observação, análise e conclusão real do espaço de acção e dos homens, a definição da capacidade produtiva e das necessidades da população, nas diversas nações presentes no globo, são a base a todo um implementar e reforçar a condição comercial entre as diversas nações mundiais, a satisfação concreta das necessidades reais a superar por cada um nobre povo, conciliando os diversos interesses produtivos culturais mundiais em prol da continua

sustentabilidade do homem no espaço envolvente, a progressiva pacificação do planeta, o progressivo crescimento e desenvolvimento económico, humano e cultural a todos os níveis presente em cada uma nação soberana.

Os surtos migratórios, verificados dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, para os países desenvolvidos, do continente africano, asiático, para o continente europeu e americano, a movimentação migratória dentro do espaço mundial, a imigração e os problemas que transporta para o equilíbrio do planeta, para os estados soberanos de origem e para os estados soberanos de acolhimento, são uma causa natural, da falta de condições dos estados soberanos de origem, do nível de desenvolvimento, da sua situação de paz actual, podendo por vezes não corresponder, por interesses estratégicos, demonstrando a capacidade evolutiva de um nobre povo, no seu método de orientação no espaço mundial, a resolução deste problema, não passa por impor fronteiras, por deliberar sanções aos países de origem, por exigir de todos os imigrantes esforços acrescidos e riscos até à nação de destino, mas pelo fim da exploração humana e natural como forma de actuação produtiva, pelo fim das guerras como solução à paz, pela capacidade de evolução do homem no meio, pela criação de condições materiais, técnicas e tecnológicas a todo um assegurar a todos os constituintes mundiais, uma dignidade presente no espaço próprio e no tempo, passa pelo reforço da independência de cada uma nação soberana no espaço mundial, pela progressiva movimentação das forças económicas, humanas e culturais de cada uma nação, pelo constituir a funcionalidade produtiva das nações, pelo não quebrar os meios de produção, pelo constituir os centros de decisão nacionais, pela criação de condições necessárias ao cumprir do ciclo cultural evolutivo mundial, produtivo de satisfação, das necessidades elementares, passa pelo cumprir acções de modo a tornar possível o reforço da capacidade de satisfação de cada um nobre povo, no evoluir constante de cada uma nação soberana, por reforçar todo um movimento legislativo, administrativo e produtivo capaz de segurar pelos valores produtivos culturais, a população local, traduzindo o evoluir presente constante e progressivo das nações de origem, acabando com a transmissão de massas humanas de nação para nação, que originam a emigração e a imigração entre nações e continentes, a desertificação dos territórios e dos espaços nacionais e proporcionam cada vez mais a diminuição, da capacidade produtiva de cada um nobre povo, das condições de vida dos cidadãos de origem e uma diminuição das condições de vida dos estados soberanos acolhedores, no distorcer as diversas fases do processo produtivo, na alienação da mão-de-obra nacional e todas as consequências humanas e naturais que com esta se verificam, com o não aproveitamento do espaço terrestre total, com o consecutivo abandono do espaço de acção arável e com a desertificação dos solos, passa pelo enquadrar diplomático das comunidades externas em cada uma nação, pelo reforço das comunidades nos estados soberanos onde residem, possibilitando o exemplo a cumprir, pelas nações nos organismos representados, passa por todo um reforço das comunidades externas nestes estados soberanos, na criação de infra-estruturas necessárias a toda uma evolução da acção produtiva, económica, humana e cultural das comunidades e da população local, sendo o resultado do esforço de todos o investimento nestes mesmos territórios de acção, passa por todo o crescer mundial uniforme, unido e presente, de conhecimento, igualdade, progresso e respeito, de afirmação dos valores e princípios de cada uma nação, na criação das condições de habitabilidade a todo um existir, a todo um evoluir da acção económica, humana e cultural no tempo e no espaço.

MATÉRIA SÉTIMA

PRODUÇÃO E CUSTOS DE PRODUÇÃO

PRODUÇÃO

Para EXISTIR PRODUÇÃO, tem que EXISTIR um MERCADO de CONSUMO, têm de existir NECESSIDADES, CARÊNCIAS a SATISFAZER, ou SERMOS UMA MAIS-VALIA para o MERCADO de CONSUMO, para existir PRODUÇÃO, são necessários as responsabilidades de:

CONDES, face à exigência de capital financeiro para a viabilidade e exequibilidade dos projectos de investimento a financiar, tendo presente a sua projecção presente e futura, nas estimativas de produção e de consumo da população ou dos sectores de actividade económicos deste bem ou serviço dependente,

Temos hoje presente a falta de solvência económica das INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, a sobreviver com a desconfiança, descrédito e dúvida dos agentes económicos nas suas instituições e nos seus produtos financeiros, envolta da escassez de poupança dos agentes económicos, da diminuição dos capitais depositados e aplicados nas suas instituições, da diminuição das divisas dos nossos imigrantes no exterior, do risco de um crédito que se concedeu e que se concede aos agentes económicos a viver uma situação de ruptura, de insolvência económica e financeira, confrontada com graves perdas financeiras face aos próprios investimentos e aplicações das suas instituições envoltos de especulação, depreciação e perdão,

A solvência financeira das instituições financeiras é reunirmos os capitais sociais financeiros dos NOSSOS CONDES presentes em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e MUNDIAL e constituirmos o REAL BANCO DE PORTUGAL, com uma amplitude a todos os 550 DUCADOS do REINO de PORTUGAL, ao IMPÉRIO PORTUGUÊS e às COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS residentes no ESPAÇO MUNDIAL, presente em todos os ESTADOS SOBERANOS do PLANETA TERRA, é acabarmos com o elevado CUSTO do DINHEIRO MOEDA e do DINHEIRO PAPEL a circular nas MÃOS dos AGENTES ECONÓMICOS e INSTITUIRMOS o CARTÃO de DÉBITO, o CARTÃO de CRÉDITO e a TRANSFERENCIA BANCÁRIA como base elementar de toda uma REALIDADE FINANCEIRA que se exige justa, rigorosa e precisa de conhecimento de todas as OPERAÇÕES FINANCEIRAS praticadas pelos AGENTES ECONÓMICOS na VIDA do REINO de PORTUGAL e do REINO de PORTUGAL para com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e para com o MUNDO, é terminarmos com os produtos financeiros tóxicos que distorcem toda uma razão financeira e que retiram a credibilidade de toda uma acção financeira e de uma acção seguradora que deverá possuir face aos riscos de toda uma habitabilidade na vida do REINO de PORTUGAL, é financiarmos a viabilidade e exequibilidade dos sonhos produtivos dos nossos CIDADÃOS, geradores de riqueza, emprego e produtividade e eliminarmos o dispêndio de financiamento em projectos que não potenciem solvência financeira e que agravam a própria solvência das instituições financeiras.

Significa um investimento dos NOSSOS CONDES em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS nos 550 DUCADOS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e em todos os ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS na criação de infra-estruturas financeiras, a viabilidade e exequibilidade de toda uma acção INDUSTRIAL INFORMÁTICA dos NOSSOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos NOSSOS SAGES na criação de um sistema informático integro de defesa, segurança e protecção dos dados constantes e de rigor, competência e eficiência face ao elevado número de operações financeiras a realizar em todos os momentos pelos agentes económicos, implica a criação das máquinas de realização das operações com cartão

para todos os sectores de actividade económicos, individuais e colectivos em todo o espaço territorial português, exige a fabricação dos cartões de débito para todos os sectores de actividade económicos e para todos os cidadãos a partir dos doze anos de idade e de cartões de crédito para todos os sectores de actividade económicos que o desejarem e para todos os cidadãos que o solicitarem a partir do momento em que iniciem o ciclo laboral, impõe a existência de técnicos informáticos em todo o espaço territorial português na resolução dos problemas com os equipamentos informáticos, com as máquinas das operações e com os cartões em uso, bem como de BANCÁRIOS, administrativos, de secretariado e produtivos em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e em todos os ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS.

Com o constituirmos o REAL BANCO de PORTUGAL e com o eliminarmos o DINHEIRO MOEDA e o DINHEIRO PAPEL e IMPORMOS o DINHEIRO CARTÃO e o DINHEIRO TRANSFERÊNCIA, eliminamos o custo de produção do próprio dinheiro e detemos o conhecimento integral e fiel em todos os momentos dos rendimentos financeiros obtidos por todos os agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL, a realidade integral de todas as operações financeiras realizadas e a razão dos montantes de capital presentes e em circulação em todo o espaço territorial português, exigimos aos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL o depósito de todo o capital financeiro que possuam nas suas mãos não constante das instituições financeiras no REAL BANCO de PORTUGAL, actualizamos e elevamos o capital financeiro REAL presente em todo o espaço territorial português e eliminamos os problemas de solvência financeira. Impomos equidade, justiça e soberania fiscal e social a todos os agentes económicos, eliminamos com todas as actividades ilícitas, terminamos com a economia paralela e obrigamos os sectores de actividade económicos ilícitos a constituir-se legalmente nos termos da lei e a responder pela responsabilidade de progresso e desenvolvimento das condições de toda uma habitabilidade dos agentes económicos e das comunidades, reduzimos encargos e obrigações tributárias e contributivas, exigimos uma só LEI FINANCEIRA a cumprir por todos os agentes económicos, terminamos com todos os actos crimes envoltos do dinheiro e constituímos a prova financeira que aos órgãos de soberania jurídicos se exige no apuramento da veracidade processual dos crimes financeiros.

É função do ESTADO legislar os instrumentos necessários a toda uma fusão das instituições financeiras portuguesas e à constituição do REAL BANCO de PORTUGAL, é responsabilidade de todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da vida do REINO de PORTUGAL envoltos das exigências das infra-estruturas a erguer, dos equipamentos, máquinas e dos cartões a usar e utilizar criarem a exequibilidade da acção a produzir na imposição das medidas financeiras, com a máxima segurança, defesa e protecção face aos dados pessoais e colectivos constantes de toda uma base de dados financeira e é competência dos nossos CONDES a afirmação, confiança e responsabilidade face às medidas financeiras a impor, a motivação, estímulo e a consciência da instituição do REAL BANCO de PORTUGAL, em todo o espaço territorial português, no império português e no mundo.

PROPRIETÁRIOS, face a exigência de terrenos para o exercício das actividades agrícola, pecuária e extractiva, para a construção de habitações, lojas, escritórios, armazéns e fábricas, para a constituição dos lares das famílias e para o exercício dos sectores de actividades económicas, da pesca, indústria, do comércio e serviços.

Temos hoje os proprietários com os terrenos e as Infra-estruturas sem a correspondente rentabilização, ao abandono, sem inquilinos, derivado dos próprios

montantes exigidos como renda pelos proprietários equiparadas aos montantes dos créditos solicitados pelas próprias instituições de crédito para a compra de imóvel e pelos condicionalismos da falta de estabilidade laboral e social imposta, da crise de valores e princípios que fazem os cidadãos não constituírem família e não procurarem habitações para a instituição dos lares e não terem confiança em todo um sentido de iniciativa própria empresarial para o exercício de actividades económicas, derivado da diminuição do poder de compra e da consequente diminuição do consumo dos agentes económicos e a consequente insolvência económica e encerramento de sectores de actividade económicos, sem poder para se afirmarem no mercado de consumo, resultado da sua própria debilidade, fragilidade e fraccionamento em pequenas e médias empresas. Assistimos à devolução às próprias instituições de crédito dos imóveis dos cidadãos e dos sectores de actividade económicos que optaram pela sua compra por via da obtenção de crédito e que dada a instabilidade social e o seu incumprimento se tornou incomportável corresponder, o que faz com que as instituições de crédito, estejam lotados com imóveis devolvidos, tentando por via de hasta pública, a sua venda, observamos a especulação a inflacionar os preços dos imóveis, a limitar a opção de compra e aquisição de imóveis pelos cidadãos e pelos sectores de actividade económicos e a impor a opção dos cidadãos viverem com os pais ou arrendarem imóveis para a constituição de famílias e para o exercício das suas actividades económicas.

Temos um património imobiliário degradado, desgastado e devoluto pela falta de lei ao longo de muitos anos no compromisso entre proprietários e inquilinos que permitiram aos inquilinos usufruir de um imóvel em troca de rendas de montantes irrisórios e insuficientes face à responsabilidade dos seus proprietários no suportar os impostos inerentes e os custos de toda uma acção de manutenção, conservação, reparação e restauro dos imóveis exigidos a toda uma evolução diária das condições de toda uma habitabilidade. É fundamental demolir todo o património imobiliário caótico, todo o património que não cumpre com as normas de toda uma habitabilidade das famílias e dos sectores de actividade económicos, tendo presente a preservação, reabilitação e restauração de todo o património imobiliário com valor arquitectónico histórico presente em todo o espaço territorial português e do património arquitectónico histórico português presente em todo o globo terrestre. Com a continua instabilidade e redução das condições de vida das famílias, com o desemprego, precariedade e com as medidas de arrendamento que legislam, vamos assistir a uma retirada das casas às famílias e aos sectores de actividade económicos em incumprimento e o consequente abandono do respectivo imóvel dado a falta de novos inquilinos com possibilidades de cumprir com os montantes exigidos pelos proprietários como renda. Quem possui dinheiro, poupança, ou o apoio de terceiros compra a sua própria casa não arrenda, o arrendar significa o pagar toda uma vida para um bem que nunca vai ser nosso, implica um dispêndio de verbas mensais, situações de conflito com os proprietários, exigências de vária ordem, quem não pode comprar casa, também não pode suportar as elevadas rendas que hoje se praticam, muitas das vezes com imóveis necessitados de conservação, sem as condições exigidas à sua plena habitabilidade em termos de serviços básicos elementares como o saneamento, a água, a electricidade, o gás e o telefone.

É função do ESTADO legislar os instrumentos de regulação do mercado de arrendamento exequível com o respeito, responsabilidade e o compromisso entre proprietários e arrendatários de modo e forma à reabilitação e rentabilização presente e efectiva dos terrenos e dos imóveis, é responsabilidade dos PROPRIETÁRIOS promover a viabilidade dos seus inquilinos, reduzindo as rendas para valores coerentes e

compatíveis com os rendimentos das famílias e dos sectores de actividade económicos, o de ser compreensíveis face às dificuldades dos inquilinos que todos os dias se agravam e o de tentar por si próprio encontrar soluções para rentabilizar todos os terrenos e edifícios ao abandono e criar emprego, riqueza e futuro, terminando com o abandono a que os seus imóveis estão sujeitos, com a falta de inquilinos e de rendimentos pelo investimento do imóvel constituído e é competência dos INQUILINOS o de cumprir as responsabilidades dos acordos de arrendamento firmados, zelando pela conservação dos terrenos em exercício de actividade ou dos imóveis habitados.

BARÕES, face à exigência de imobilizado, de equipamentos, máquinas, transportes, instrumentos, ferramentas e utensílios específicos necessários e precisos ao estabelecer as características próprias dos materiais, bens ou serviços prestados, ao aumento da produtividade, da rentabilidade das acções a exercer, da eficiência e eficácia dos modos, métodos e técnicas em uso e utilização no processo produtivo, ao aumento das condições de segurança dos profissionais e dos próprios materiais e equipamentos e à imediata circulação de pessoas, matérias e bens no ciclo económico.

Temos hoje os BARÕES a exportar a base de toda a sua produção para o IMPÉRIO PORTUGUÊS e para o MUNDO, continuando o mercado interno, os sectores de actividade económicos a ser abastecido pelas marcas exteriores à vida do reino de Portugal e do império português, muitas das vezes sem uma presença física no espaço territorial português de técnicos específicos necessários à assistência imediata aos equipamentos, produzindo pausas, custos e perdas temporárias aos funcionários ou secções de produção deste imobilizado dependente, paralisando o ritmo da produção, prejudicando a produtividade e a competitividade no mercado de consumo, sempre que por algo o imobilizado se encontra danificado e é preciso aguardar a sua reparação pelo exterior.

Temos hoje os BURGUESES e os BARÕES com o IMOBILIZADO em stock nas fábricas, armazéns e lojas comerciais, devido ao contínuo decréscimo do poder de compra das famílias e dos sectores de actividade económicos que dia a dia ao encerrarem a sua actividade, deixam de adquirir imobilizado e que ao desfazer-se do imobilizado que detêm e possuem no processo de dissolução o transferem para os sectores de actividade económicos no activo, que os fazem não recorrer à renovação e compra de novo imobilizado. É fundamental que os nossos sectores de actividade económicos que estão a resistir aos obstáculos que nos criaram com a abertura das fronteiras, tenham presente a indústria do imobilizado português, como base de todo um crescimento económico, sempre presente no imediato momento da assistência em termos de manutenção, conservação e reparação do imobilizado que produz, reduzindo os custos de toda uma reparação pelo exterior e terminando com as perdas incalculáveis de produtividade.

É função do ESTADO zelar pela defesa dos nossos sectores de actividade económicos do imobilizado, impondo os impostos alfandegários ao imobilizado externo que no espaço territorial português é produzido e reduzindo os encargos e obrigações fiscais e sociais sobre os sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL, potenciando a sua competitividade no mercado de consumo, é responsabilidade dos BURGUESES e BARÕES do IMOBILIZADO a redução dos montantes e valores que o imobilizado afirma em termos de mercado de consumo das famílias e dos sectores de actividade económicos destes dependentes, a realidade de toda uma acção de assistência, de manutenção, conservação e reparação que prolongue no tempo a vitalidade do mesmo imobilizado e a sua rentabilização e a de acreditar os

projectos de aquisição de imobilizado solicitados pelas famílias e pelos sectores de actividade económicos, facultando as melhores condições de venda, garantia e pagamento do mercado de consumo, de modo e forma a permitir as condições exigidas à sua aquisição, rentabilidade e cumprir dos compromissos acordados e é competência dos AGENTES ECONÓMICOS da vida do REINO de PORTUGAL do imobilizado dependentes o de privilegiarem o imobilizado dos sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL, de modo e forma a constituírem a viabilidade e exequibilidade da acção produtiva dos nossos sectores de actividade económicos do imobilizado, gerando e criando, emprego, riqueza e futuros consumidores na vida do REINO de PORTUGAL e reduzindo os custos e perdas com manutenções, reparações e conservações do próprio imobilizado.

VISCONDES E BARÕES, face à exigência de mercadorias, matérias-primas, matérias subsidiárias e de consumo, agrícolas, pecuárias, pesqueiras, extractivas, artesanais ou industriais necessárias e precisas ao processo produtivo destes bens dependentes.

Encontramos os nossos VISCONDES e BARÕES desmotivados a verem os seus produtos a serem preteridos pelo mercado abastecedor externo à vida do reino de Portugal e do império português, de custos dos bens e serviços prestados inferiores aos custos de produção dos nossos sectores de actividade económicos, desamparados pela falta de apoios e medidas que se exigem à sua viabilidade económica e à sua defesa e protecção face às responsabilidades que afirmam para com as famílias e para com o desenvolvimento das condições de toda a habitabilidade e condição soberana do REINO de PORTUGAL, vendo os apoios e as isenções a serem doados a sectores de actividade económicos externos à vida do REINO de PORTUGAL, desresponsabilizados face ao contributo para com as famílias e para com o desenvolvimento das comunidades, descrentes face à falta de afirmação dos nossos bens e serviços prestados no mercado de consumo, interno e externo, dada a falta de competitividade criada com os elevados encargos e obrigações tributárias e sociais com que se defronta, com o elevado custo das matérias-primas, inflacionado por o preço dos combustíveis e das energias exigidas ao processo produtivo, pela escassez das matérias-primas sólidas, líquidas e gasosas, animais e vegetais, derivado de uma exploração dos recursos naturais sem, lei, ordem e justiça no responsabilizar os sectores de actividade económicos por colocar em vias de extinção os recursos limitados do planeta que gerou tudo o que neste existe, incluindo o homem e todas as matérias e bens exigidos a toda uma habitabilidade continua de soluções tendo em vista o aprofundar da dignidade da vida humana, dos ciclos de biodiversidade e do planeta terra, envoltos de uma acção limitada no espaço territorial português, pela falta de acessibilidades e infra-estruturas básicas exigidas ao fixar as populações, os profissionais exigidos ao próprio processo produtivo.

É função do ESTADO zelar pela defesa, protecção e viabilidade dos nossos VISCONDES e BARÕES, restituindo as fronteiras e tributando todos os bens ou serviços prestados que entrem em espaço territorial português oriundos de estados soberanos externos ao império português que no REINO de PORTUGAL se produzam ou se prestem com 33%, permitindo um equivaler do preço dos nossos bens e serviços prestados no mercado de consumo, bem como o de exigir o rigor da equidade das responsabilidades contributivos e sociais a todos os agentes económicos de modo e forma a reduzir a carga fiscal e social e acabarmos com o IVA que no hoje é um obstáculo a toda uma competitividade dos sectores de actividade económicos, é responsabilidade dos nossos VISCONDES e BARÕES a racionalização e optimização dos processos produtivos dos nossos sectores de actividade económica, elevando a

produtividade laboral e a competitividade no mercado de consumo e é competência dos nossos CONSUMIDORES, a prioridade no consumo dos bens e serviços prestados pelos nossos sectores de actividade económicos, de modo a fomentarmos, estimularmos e enaltecermos o exercício de laboração dos nossos sectores de actividade económicos e o reforço do emprego, riqueza e fortuna gerada, agregando e articulando o tecido produtivo, terminando com a dependência face aos bens e serviços prestados exterior, diminuindo o volume das importações e produzindo toda uma condição de auto-suficiência que no REINO de PORTUGAL tem que existir a todo um equilibrar da balança comercial e a um superar das adversidades com que vivemos confrontados de perda de poderes de decisão, de auto-estima e autoconfiança no afirmar as nossas MARCAS no mercado consumidor, interno, imperial português e no mundo.

SAGES, face à exigência de cientistas, cuja acção de análise, investigação e criação produzam novos materiais, bens ou serviços a prestar para o mercado de consumo, que não deturpem a realidade das funções a cumprir por cada um bem ou serviço prestado face às condições de defesa, segurança e prevenção dos cuidados de saúde dos cidadãos, dos ciclos de biodiversidade terrestres e do planeta terra, que promovam o elevar da qualidade, comodidade ou conforto dos bens ou serviços prestados, que aprofundam a inovação e progressão dos modos, métodos e técnicas sobre as matérias e bens em uso e utilização no processo produtivo em todos os sectores de actividade económicos, que permitam elevar a durabilidade, resistência, flexibilidade, eficiência e eficácia dos materiais ou bens produzidos e dos serviços prestados, que produzam a redução dos custos de produção, que estimulem a produtividade e que fomentem a competitividade face ao mercado abastecedor externo.

Encontramos os nossos SAGES envoltos do desemprego e da imigração para estados soberanos que privilegiam o exercício das suas competências, isolados nos modos e meios de imporem por iniciativa própria no REINO de PORTUGAL as suas observações, análises e teses, as suas patentes face ao evoluir da eficiência, eficácia e exigência do processo produtivo, dos materiais, bens e serviços prestados em uso e utilização nos vários sectores de actividade económicos, agregados a sectores de actividade económicos nacionais que privilegiam a ciência como consciência de todo um motor económico e aos poucos institutos públicos e privados de ciências humanas, naturais e universais presentes no espaço territorial português. É inadmissível estarmos a formar e a qualificar profissionais nas mais diversas áreas económicas e ARTES BASTONÁRIAS para que quando terminam o curso e estão dotados dos instrumentos do conhecimento exigidos ao exercício da sua profissão e a rentabilizar o investimento com a educação produzido, se exija que vão exercer os seus conhecimentos para outros ESTADOS SOBERANOS, gerando riqueza e produtividade nesses mesmos ESTADOS em detrimento da PÁTRIA que os formou e qualificou e neles depositou a confiança do investimento a ressarcir.

É função do ESTADO reunir os nossos sages nos REAIS INSTITUTOS de CIÊNCIAS HUMANAS, NATURAIS e UNIVERSAIS a erguer na vida do REINO de PORTUGAL, o de instituir, fomentar e estimular o estudo, a investigação e a ciência através das REAIS CASAS do CONHECIMENTO presentes em todos os DUCADOS, dotadas das condições exigidas à criatividade da consciência científica dos nossos cidadãos, financiando a realização dos seus inúmeros estudos, análises e experiências e traduzirmos a evolução do consciente face aos problemas a solucionar tendo presente um crescimento sustentável de habitabilidade humana e de defesa e protecção dos ciclos de biodiversidade animais e vegetais planetários e do PLANETA TERRA face à escassez dos recursos naturais, sólidos, líquidos e gasosos constituintes e o de registar,

defender e proteger as nossas patentes, os direitos de propriedade intelectual dos nossos SAGES desde o primeiro momento do seu registo, é responsabilidade dos nossos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, promoverem experiências e aplicarem as patentes dos nossos SAGES na realização do processo produtivo nos vários sectores de actividade económicos aprofundando as características próprias de toda a marca Portugal e a referência de toda a nossa consciência económica no mercado de consumo interno, imperial português e no mundo e é função de todos os nossos SAGES o de sonhar, acreditar e realizar com consciência os seus sonhos científicos e económicos em prol de toda uma habitabilidade civilizacional no REINO de PORTUGAL, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO que se exige de RESPEITO, RESPONSABILIDADE e COMPROMISSO de todos os ESTADOS SOBERANOS para com todos os ESTADOS SOBERANOS do GLOBO TERRESTRE, no fazer face às carências e necessidades de cada um ESTADO.

MESTRINS, face à exigência de profissionais liberais qualificados nas mais diversas ARTES BASTONÁRIAS no exercício de profissões específicas de cariz administrativo, de secretariado e da produção complementares à acção dos sectores de actividade económicos destes dependentes.

Hoje encontramos os MESTRINS a viver três realidades diferentes, temos MESTRINS a viver uma condição de precariedade sem termo no mundo laboral, vivendo do renovar diário da sua condição precária, envoltos dos seus próprios descontos a que os profissionais liberais se obrigam, temos os MESTRINS que derivado do seu próprio investimento se constituíram legalmente e possuem estabelecimento para o exercício das suas actividades e competências e temos MESTRINS a actuar de forma ilícita no mercado de consumo, não declarando o exercício da sua actividade ilícita, sem cumprir as obrigações e deveres contributivos e sociais inerentes e envoltos em muitos casos de subsídios atribuídos pelo estado tendo presente a sua situação de inactividade que não se verifica na realidade. Observamos que os MESTRINS que estão a exercer a sua actividade licitamente no espaço territorial português, facturam o mínimo possível dado a tributação apenas e só visar os proveitos do exercício da actividade e esquecer os custos de produção que lhes deram origem e que hoje o estado não considera injustamente, obrigando os mesmos à não declaração do total das operações económicas realizadas.

É função do ESTADO legislar a constituição dos órgãos de soberania legislativos das ARTES BASTONÁRIAS para todas as profissões em exercício no REINO de PORTUGAL, terminar com as actividades ilícitas, impondo as medidas financeiras que visam a realização das operações financeiras por cartão de débito, cartão de crédito e transferência bancária, de modo e forma a toda uma realidade das acções económicas geradas pelos MESTRINS no exercício das suas actividades e competências em todo o momento, equivalendo os mesmos deveres e obrigações tributárias e sociais e responsabilizando todos pelo contributo equitativo para a DEFESA da SOBERANIA PORTUGUESA, para a solvência económica e financeira do ESTADO PORTUGUÊS, dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da vida do REINO de PORTUGAL e das FAMÍLIAS PORTUGUESAS e para a criação dos instrumentos económicos exigidos à criação de investimento, gerador de emprego, riqueza e fortuna na realização das competências de evolução de toda uma habitabilidade equitativa que em todo o espaço territorial português tem que existir para todos os cidadãos e sectores de actividade económicos, é responsabilidade do REAL BANCO de PORTUGAL financiar a viabilidade e exequibilidade de todos os projectos económicos dos nossos MESTRINS, tendo presente as necessidades e carências da

população e dos sectores de actividade económicos em todo o espaço territorial português destes serviços dependentes, sem instrumentos ao realizar da sua actividade profissional por iniciativa própria e é competência dos MESTRINS elegerem-se, constituir-se e legislarem a uniformidade de toda uma acção profissional, tendo presente os mesmos modos, métodos e técnicas de aplicação dos seus conhecimentos, produzindo as características próprias das profissões em exercício no REINO de PORTUGAL, elevando a produtividade, rentabilidade e competitividade das actividades a realizar e a qualidade dos bens ou serviços a prestar.

PROFISSIONAIS, face à exigência de profissionais diários qualificados em cada um ARTE BASTONÁRIA, em termos de administração, de secretariado e de produção, exigidos ao decurso normal, regular e correcto do processo produtivo de cada um sector de actividade económico.

A insolvência económica e financeira a que os nossos sectores de actividade económicos estão sujeitos com a entrada no REINO de PORTUGAL de bens e serviços a preços inferiores aos custos de produção dos nossos sectores de actividade económicos, aliado a uma diminuição do mercado de consumo com a consecutiva perda do poder de compra dos agentes económicos, que a todos os sectores de actividade económicos afecta, a racionalização e optimização dos modos, métodos e técnicas no processo produtivo, as estruturas dos sectores de actividade económicos tendo presente a evolução das ciências em termos de equipamentos, máquinas, ferramentas que substituem a mão-de-obra humana nos processos de produção, a substituição de bens de consumo por outros bens sucedâneos, promovem a instabilidade de qualquer sector de actividade económico e dos seus profissionais no exercício das suas funções e competências, vivendo os profissionais reticentes face ao futuro dos próprios sectores de actividade económicos e à sua própria estabilidade, defesa e segurança na vida profissional, familiar e social.

É função do ESTADO criar com os impostos aduaneiros a viabilidade e exequibilidade dos nossos sectores de actividade económicos, terminando com a instabilidade e debilidade presente, reduzir os encargos e as obrigações tributárias e sociais de modo a estimular a competitividade, necessária e precisa a fomentar os lucros dos nossos sectores de actividade económicos, que terão uma outra capacidade de aumentar os vencimentos dos seus profissionais, elevando os rendimentos das famílias e o de terminar com a palavra desemprego em definitivo da vida do REINO de PORTUGAL agregando todos os cidadãos sem o exercício de uma actividade profissional em idade activa às REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, no exercício de tarefas e competências próprias para as quais estão habilitados por via da sua experiência profissional, formação ou da sua qualificação, em prol dos projectos de desenvolvimento, progresso e futuro a erguer em todo o espaço territorial português no criar das infra-estruturas exigidas à condição de habitabilidade da vida do REINO de PORTUGAL, terminando com os subsídios de desemprego como base de todo um rendimento das famílias que não gera riqueza mas a insuficiência das condições de toda uma habitabilidade e instituindo o salário face à realidade das exigências de consumo das nossas famílias e dos nossos sectores de actividade económicos, é responsabilidade de todos NÓS CONSUMIDORES da vida do REINO de PORTUGAL valorizar as nossas marcas, os bens e serviços prestados pelos nossos sectores de actividade económicos presentes no mercado de consumo, estimulando a produção, a exigência dos sectores de actividade económicos para com o mercado de consumo, constituindo estabilidade, emprego e riqueza gerada face aos compromissos a firmar para com o mercado de consumo, que se exige defensor das nossas marcas, das nossas referências e

dos nossos profissionais em exercício de actividade e é competência de todos os PROFISSIONAIS no exercício das suas funções e competências o RESPEITO, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO para com a sua entidade patronal e para com todas as suas HIERARQUIAS e a nobreza no empenho, dedicação e competência face ao exercício das tarefas a realizar, fomentando a competitividade dos nossos sectores de actividade económicos, promovendo a estabilidade, saúde e a solvência económica e financeira dos próprios sectores de actividade económicos e elevando o contributo à própria defesa da estabilidade laboral dos profissionais e das suas famílias.

BURGUESES, face à exigência de comerciantes e de estabelecimentos comerciais em todo o espaço territorial português, necessários e precisos a toda uma acção de fornecimento de bens e serviços prestados às populações e aos sectores de actividade económicos destes dependentes.

Assistimos a um encerramento consecutivo de estabelecimentos comerciais em todo o espaço territorial português, envolto da redução do consumo das famílias e dos sectores de actividade económicos, derivado da instabilidade e da crise económica que a todos afecta e da presença das grandes superfícies que abrangendo todo o género de materiais e bens de consumo exteriores à vida do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, por via dos preços praticados derivado das suas formulas de pagamento, dos próprios acordos com os fornecedores dos mesmos produtos, produzem uma redução dos preços dos bens e dos serviços prestados no mercado de consumo, eliminando o comércio tradicional de múltiplos estabelecimentos comerciais de bens e serviços específicos próximos das próprias zonas de residência dos cidadãos, que sempre privilegiaram as MARCAS próprias de cada um MUNÍCIPIO e as MARCAS NACIONAIS no abastecer de bens ou serviços prestados o mercado de consumo português. A evolução dos tempos em termos civilizacionais e a constituição de estabelecimentos comerciais próprios específicos para os múltiplos bens e serviços prestados às famílias e aos sectores de actividade económicos em todo o espaço territorial português, dotados de instalações próprias fixas exigidas a toda uma segurança, higiene, conservação, controlo e exigência face aos hábitos de consumo das famílias e dos sectores de actividade económicos destes bens e serviços dependentes, colectados nos termos da lei para o exercício das suas actividades económicas, envoltos das obrigações e deveres contributivos e sociais respectivos, fazem com que se questione as FEIRAS e os BURGUESES AMBULANTES e VOLANTES, com o continuo compactuar com actividades comerciais ilícitas, com a contrafacção, pirataria, com o desresponsabilizar e o apelar à economia paralela, sem deveres e obrigações exigidos a todo um elevar da condição de habitabilidade do REINO de PORTUGAL, fazem questionar sobre a fragilidade das estruturas, que sucumbem a um aguaceiro, dos plásticos, fios, ferros, de paus, de lixo no chão, da falta de condições sanitárias, de higiene e conservação exigidas à comercialização dos alimentos expostos ao sol e à chuva e rodeados de insectos. A tradição não pode ser motivo para o não qualificar toda uma acção comercial, que se deseja equitativa de responsabilidade para todos os BURGUESES, as tradições evoluem com o evoluir da civilização e de toda uma condição de habitabilidade e das exigências que a mesma obriga.

É função do ESTADO fomentar, estimular e promover o nosso comércio tradicional, reanimando com a solvência, produtividade e competitividade dos nossos sectores de actividade económicos, a viabilidade de toda uma acção comercial interna de fornecimento das nossas MARCAS, REFERÊNCIAS e PREFERÊNCIAS no mercado de consumo, aprofundar, reforçar e estimular os acordos comerciais com o IMPÉRIO PORTUGUÊS, com as COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS

residentes no mundo e com o MUNDO, tendo presente os excedentes de produção e a responsabilidade das nossas comunidades imperiais portuguesas como agentes intermediários no transaccionar as nossas marcas e no afirmar toda a nossa condição económica nos ESTADOS SOBERANOS EXTERNOS ao IMPÉRIO PORTUGUÊS e terminar com as actividades comerciais ilícitas, terminando com as FEIRAS e instituindo os REAIS MERCADOS MUNICÍPAIS para os comerciantes de cada um MUNICÍPIO que não possuam estabelecimento comercial, para bens agrícolas, pesqueiros, pecuários, extractivos, industriais e artesanais, limitados ao próprio desenvolvimento dos sectores de actividade económicos dos mesmos MUNICÍPIOS, instituindo com a medida financeira da imposição do pagamento por cartão de débito, por cartão de crédito ou por transferência bancária zonas específicas aos BURGUESES AMBULANTES e VOLANTES, é responsabilidade do REAL BANCO de PORTUGAL o de financiar a viabilidade e exequibilidade dos projectos dos nossos BURGUESES, tendo presente o mercado de carências e necessidades da população e dos sectores de actividade económicos dos bens ou serviços dependentes em todo o espaço territorial português e é competência dos BURGUESES agregar o sector primário e o sector secundário, ao sector terciário português do comércio e dos serviços prestados, privilegiando, fomentando e impondo as nossas marcas e referências no mercado de consumo interno, afirmando, valorizando e prestigiando os nossos sectores de actividade económicos e todos os profissionais no exercício de funções e competências, gerando emprego, riqueza e futuro para todos os agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL.

MERCADORES, face à exigência de meios de transportes aéreos, marinhos, rodoviários e ferroviários necessários e precisos ao estabelecer das comunicações entre os agentes económicos, exigidos às deslocações dos cidadãos, mercadorias e bens no ciclo económico da VIDA do REINO de PORTUGAL e do REINO para com o IMPÉRIO PORTUGUÊS, COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS e com o MUNDO.

Temos hoje os MERCADORES confrontados com o elevado custo dos combustíveis no mercado de consumo, derivado da instabilidade dos mercados, dos conflitos e guerras geradas em torno dos ESTADOS SOBERANOS produtores de petróleo e da escassez de crude no fazer face a toda uma habitabilidade que se privilegiou em detrimento das energias renováveis, a sofrer com os elevados encargos e obrigações de toda uma carga tributária e social inerente ao próprio exercício de actividade, com a sobrecarga das portagens que os fazem percorrer mais quilómetros e envolverem-se nos centros populacionais com engarrafamentos, perdas de produtividade, rentabilidade e a desconcentração dos motoristas face à responsabilidade de toda uma função e competência a cumprir que coloca em perigo a população, envoltos da concorrência desleal dos sectores de actividade transportadores externos com custos nos combustíveis inferiores aos praticados no espaço territorial português, a viver em insolvência económica e financeira com o consecutivo encerramento de sectores de actividade transportadores, a reduzir os custos com a sobrecarga dos horários dos profissionais no exercício das suas funções, com as ausências de inspecção e manutenção dos meios de transportes, colocando em risco a sua vida, dos cidadãos, das mercadorias e bens que transportam. A presença das companhias aéreas exteriores à vida do REINO de PORTUGAL e ao IMPÉRIO PORTUGUÊS de baixos custos a agravar a transportadora aérea portuguesa, o continuo retrocesso dos caminhos-de-ferro como base de todo um desenvolvimento, progresso e futuro de toda uma acção transportadora terrestre que se exige em todo o espaço territorial português, derivado do

consecutivo abandono das povoações do interior pela falta de condições de toda uma habitabilidade que todos os dias encerram e se transferem para os grandes centros populacionais, o consecutivo desmembrar dos nossos estaleiros navais e aeronáuticos e o aniquilar a nossa capacidade de afirmação e produção dos nossos meios de transporte e da marinha mercante portuguesa na nossa relação com os ARQUIPÉLAGOS dos AÇORES e da MADEIRA, com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO e a própria iniciativa dos sectores de actividade económicos de aquisição das suas próprias frotas rodoviárias, constituem obstáculos à viabilidade de toda uma acção transportadora que ao longo do tempo sempre privilegiamos na imposição das relações de comunicações a estabelecer entre os agentes económicos.

É função do ESTADO terminar com o IVA na vida do REINO de PORTUGAL e instituir os impostos aduaneiros, restituindo a viabilidade, competitividade e solvência aos nossos MERCADORES, impor um imposto único anual para os vários meios de transporte da vida do reino, independentemente de serem ou não poluentes e do seu uso e utilização na circulação pelas vias de comunicação e que consigne os montantes a cobrar aos meios de transporte externos à vida do REINO de PORTUGAL em circulação aérea, marinha, ferroviária ou rodoviária no espaço territorial português no estabelecer das relações de comunicação com o REINO de PORTUGAL ou nas suas PASSAGENS e terminarmos com as portagens nas vias rodoviárias, é responsabilidade dos nossos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS o dar preferência e afirmar os nossos MERCADORES como base de toda uma acção transportadora interna e do REINO de PORTUGAL para com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e para com o MUNDO, o de construir os nossos próprios meios de transportes aéreos, marinhos, ferroviários e rodoviários, as oficinas de manutenção, conservação e reparação e os postos de abastecimento exigidos a toda uma acção transportadora a realizar, viabilizando a acção dos nossos sectores de actividade industriais e dos nossos estaleiros e é competência dos nossos MERCADORES dar preferência aos meios de transportes com combustíveis renováveis e não poluentes, terminando com os combustíveis fósseis que se esgotam no tempo e que prejudicam a saúde do planeta por via da acção de extracção do crude e da acção poluente dos próprios meios de transporte em circulação, constituir-se em monopólios transportadores como base de toda uma força, consciência e afirmação da nossa acção transportadora no mundo, tendo presente a realidade de toda uma rentabilização da acção transportadora face as carências e necessidades das populações e dos sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL destes serviços dependentes.

GUARDIÃOS, face à exigência de armazenistas, grossistas e retalhista no abastecimento dos nossos BURGUESES e na conservação, acondicionamento e aprovisionamento dos bens agrícolas, pecuários, pesqueiros, extractivos, industriais e artesanais dos sectores de actividade económicos em todo o espaço territorial português.

Temos hoje os GUARDIÃOS a actuar por iniciativa privada sobrelotados com mercadorias, derivado da quebra do consumo das famílias e dos sectores de actividade económicos e do encerramento consecutivo dos estabelecimentos comerciais que não permite o seu escoamento regular, normal e correcto, envolvidos do encerramento por via da concorrência desleal de sectores de actividade económicos externos à vida do REINO de PORTUGAL, envolvidos de SUBSÍDIOS e ISENÇÕES a abastecer o seu próprio mercado comercial presente na vida do REINO de PORTUGAL, desresponsabilizados em termos de deveres e obrigações tributárias e sociais face ao contributo a existir na criação das condições de toda uma habitabilidade das comunidades que se exige em todo o espaço territorial português, insolventes no

suportar os custos das energias e dos combustíveis inerentes ao próprio exercício de actividade e as obrigações e deveres tributários e sociais que reduzem a produtividade e a competitividade no mercado de consumo face aos sectores de actividade económicos externos à vida do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, a comercializar bens externos ao REINO de PORTUGAL de custos inferiores aos custos de produção dos nossos sectores de actividade económicos, de modo e forma a reduzir os custos de produção inerentes ao exercício da sua actividade, preterindo, penalizando e agravando a condição precária dos nossos próprios sectores de actividade económicos, dos nossos produtores, industriais e artesãos, que se obrigam a voltar para o mercado externo como solução de um problema de escoamento dos seus produtos, mercado este abastecido por sectores de actividade externos mais competitivos derivado da posse das matérias-primas exigidas ao próprio processo produtivo de cada um sector de actividade económico, mais evoluídos em termos técnicos e tecnológicos e com menores encargos e obrigações tributárias e sociais.

É função do ESTADO constituir os reais institutos portugueses e as reservas reais correspondentes de cada um sector de actividade económico de modo e forma a controlar o processo de conservação, acondicionamento, aprovisionamento e distribuição de todos os produtos comercializados no espaço territorial português entre produtores, fabricantes, comerciantes e prestadores de serviços e indemnizar todos os guardiões privados pelo montante dos produtos que possuam em condições de serem comercializados e pelo montante do investimento imobiliário próprio que possuam para o exercício das respectivas actividades, zelar pela defesa, protecção e viabilidade económica e financeira dos reais institutos portugueses, eliminando o IVA dos nossos sectores de actividade económicos, impondo os impostos aduaneiros, equivalendo e reduzindo a carga fiscal e social sobre os sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL, tornando possível um aumento da competitividade, produtividade e rentabilidade dos nossos sectores de actividade económicos no mercado de consumo face aos sectores de actividade exteriores à vida do REINO de PORTUGAL, é responsabilidade dos nossos VISCONDES, BARÕES, BURGUESES e MESTRINS a preferência pela valorização, afirmação e prestigiar das nossas marcas, das nossas referências no fornecimento dos bens de consumo às populações e aos sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL, fomentando, estimulando e promovendo os nossos sectores de actividade económicos no mercado de consumo, enaltecendo o exercício de funções de todos os nossos profissionais e produzindo estabilidade laboral, familiar e social e é competência dos REAIS INSTITUTOS PORTUGUESES constituir-se em todo o espaço territorial português, de modo e forma a todo um reforço de identidade, consciência e afirmação face à acção armazenista exigida ao abastecimento de todos os nossos PRODUTORES, FABRICANTES, COMERCIANTES e PRESTADORES de SERVIÇOS, em todo o espaço territorial português e o de dar preferência às nossas marcas e referências, aos bens dos nossos sectores de actividade económicos a impor no mercado de consumo, fomentando o crescimento económico do REINO de PORTUGAL, a criação de emprego, riqueza e vitalidade necessária e precisa ao erguer da prosperidade das condições de toda uma habitabilidade que se exige digna para todos os cidadãos e sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL.

TURQUESES, face à exigência de meios de comunicação necessários e precisos a toda uma acção de publicação, difusão e divulgação das nossas marcas, das nossas referências, das características próprias de toda a nossa especificidade económica de bens e serviços prestados, necessários às campanhas publicitárias de promoção e

afirmação dos nossos bens e serviços prestados no mercado de consumo, interno, imperial português e no mundo.

No hoje temos os nossos TURQUESES da publicação, difusão e divulgação a praticar elevados preços pelos seus tempos e espaços publicitários incomportáveis à debilidade, fragilidade e fraccionamento dos nossos sectores de actividade económicos, constituídos em pequenas e médias empresas a viver em insolvência económica e financeira, sem poder de possuírem verbas para as campanhas publicitárias que se exigem na afirmação da sua marca e dos seus bens e serviços prestados, no REINO de PORTUGAL, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO de inúmeros ESTADOS SOBERANOS, assistindo nos meios de comunicação social portugueses ao aprofundar, acentuar e impor as marcas externas à vida do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, como base de todo um mercado de consumo interno em detrimento de toda a SOBERANIA PORTUGUESA, depreciando, desvalorizando e eliminando toda a nossa identidade económica, a MARCA PORTUGAL e o futuro de todos NÓS AGENTES ECONÓMICOS PORTUGUESES, desprestigiando a responsabilidade, competência e compromisso dos nossos sectores de actividade produtivos para com o mercado de consumo interno, imperial português e mundial face à qualidade, eficiência e eficácia das características próprias dos nossos bens e serviços prestados.

É função do estado legislar os instrumentos de toda uma imposição dos MONOPÓLIOS de PORTUGAL como base de toda uma força, consciência e poder de afirmação da SOBERANIA, IDENTIDADE e MARCA PORTUGAL, reunindo, agregando e unificando os capitais sociais da vida do REINO de PORTUGAL dos sectores de actividade económicos de cada um bem ou serviço prestado, MONOPÓLIOS que se exigem estruturados, ordenados e organizados em todo o espaço territorial português de modo e forma à satisfação integral das carências e necessidades das famílias e dos sectores de actividade económicos destes bens e serviços dependentes, a competir no mercado IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS residentes em todos os ESTADOS SOBERANOS do GLOBO TERRESTRE, dotados de recursos económicos e financeiros no fazer face às campanhas publicitárias de promoção dos seus bens e serviços prestados, é responsabilidade dos nossos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS reunirem interesses, motivações e estímulos à constituição dos MONOPÓLIOS de PORTUGAL, elegerem os MINISTROS de cada uma SECTOR MINISTERIAL a constituir e legislar as estratégias económicas de toda uma AFIRMAÇÃO, IDENTIDADE e SOBERANIA PORTUGUESA face às características próprias de toda a sua acção e movimento produtivo e às especificidades dos bens e serviços a prestar no mercado de consumo e é competência dos TURQUESES o sentido de ESTADO, JUSTIÇA e de UNIDADE no fazer face à viabilidade de afirmação de toda a nossa SOBERANIA PORTUGUESA, de hábitos, usos e costumes próprios PORTUGUESES, de toda a NOSSA razão de SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL e de todos os agentes económicos portugueses, publicitando, divulgando e difundindo os NOSSOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e os bens e serviços prestados no mercado de consumo e o enaltecer, aprofundar e reforçar nos meios de comunicação social os LAÇOS e TRAÇOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS PRÓPRIOS de TODO o IMPÉRIO PORTUGUÊS, a RELAÇÃO de UNIÃO, UNIDADE, RESPEITO, RESPONSABILIDADE e COMPROMISSO que une os OITO REINOS SOBERANOS no PLANETA TERRA.

ASSISTÊNCIA, face à exigência de MESTRINS ou sectores de actividade económicos com competências técnicas necessárias e precisas à manutenção,

conservação, reparação e restauro dos bens de consumo artesanais ou industriais do mercado de consumo, rectificando ou corrigindo erros ou falhas do processo de produção ou fabrico ou descuidos no seu uso e utilização pelos consumidores, permitindo a vitalidade, durabilidade e rentabilidade dos equipamentos, máquinas, instrumentos, ferramentas e utensílios em uso e utilização no uso doméstico da vida das famílias e nos processos produtivos dos sectores de actividade económicos, em termos administrativos, de secretariado e da produção.

No presente os TÉCNICOS de ASSISTÊNCIA vivem envoltos de um crescendo de acção, derivado da própria crise económica que faz com que os consumidores, as famílias e os sectores de actividade económicos tentem por todos os meios usufruir e rentabilizar ao máximo dos equipamentos dos lares e laborais, retardando ao máximo o dispêndio de verbas avultadas para a aquisição de novos equipamentos. TÉCNICOS que se adaptaram às marcas externas e aos métodos de processamento e funcionamento dos equipamentos e que por via dos seus conhecimentos e inteligência conseguem apurar as anomalias e os problemas técnicos dos mesmos equipamentos e repará-los, poupando o dispêndio de verbas aos consumidores e perdas de tempo e produtividade incalculáveis pela ausência dos mesmos equipamentos a cumprir, dado que existem marcas de equipamento no mercado de consumo da vida do REINO de PORTUGAL que não dão garantia de durabilidade do seu produto e que não possuem qualquer estabelecimento, técnico ou qualquer tipo de assistência, de manutenção, conservação e reparação dos bens comercializados e em uso e utilização na vida dos agentes económicos portugueses, que se traduz na perda de vitalidade e rentabilidade dos equipamentos ao primeiro problema técnico e que faz os consumidores terem de despendar novas verbas para a aquisição de novos bens.

É função do ESTADO zelar pela competitividade dos nossos sectores de actividade económicos no mercado de consumo, defender com a imposição das fronteiras a viabilidade dos nossos sectores de actividade económicos, legislar a imposição de estabelecimento e técnicos de assistência para todas as MARCAS externas de equipamentos, máquinas, instrumentos, ferramentas e utensílios em comercialização no mercado de consumo da vida do REINO de PORTUGAL, bem como exigir a presença da base de toda uma assistência a prestar em todos os estados soberanos mundiais para os quais os nossos sectores de actividade económicos comercializam equipamentos, máquinas, instrumentos, ferramentas e utensílios, é responsabilidade de todos os NOSSOS BARÕES e ARTESÃOS o dar garantias de durabilidade dos bens que produzem ou fabricam e o de possuírem no mercado de consumo externo para os quais exportam os seus bens instalações e técnicos exigidos à competência de toda uma acção de assistência dos bens por si produzidos ou fabricados e é competência dos TÉCNICOS de MANUTENÇÃO a máxima qualificação e formação técnica face aos próprios bens no mercado de consumo e a todo a sua composição, processamento e funcionamento de modo e forma ao rentabilizar o máximo do seu período de vida, mantendo fidedignas as características e as especificidades próprias dos nossos bens ou serviços prestados.

RECICLAGEM no PROCESSO LABORAL, face à exigência de reciclar todas os lixos e detritos sólidos, líquidos e gasosos, vegetais e animais produzidos com o processo produtivo, de modo e forma à obtenção de um rendimento que por mais pequeno que seja é de empreender em todos os sectores de actividade económicos, individuais e colectivos, de modo e forma a permitir uma diminuição da poluição sobre o planeta terra, um minimizar e eliminar os lixos e detritos específicos de cada um sector de actividade económico que promovem a poluição como base de todo um

desperdício, uma diminuição da actividade de extracção e exploração dos recursos naturais, das matérias sólidas, líquidas e gasosas planetárias e dos ciclos de biodiversidade, vegetais e animais, presentes no globo terrestre e um rentabilizar dos mesmos lixos e detritos face à constituição de novos materiais ou bens em uso e utilização nos próprios ou em outros sectores de actividade económicos, para uso doméstico ou produtivo dos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL.

Não tendo presente a certeza dos valores de lixos e detritos que reciclamos no dia de hoje, diremos que todos os gases lançados pela industria, poluentes da atmosfera terrestre, têm que ser reciclados e transformados em matéria não prejudicial à saúde e condição humana, dos ciclos de biodiversidade terrestres e do planeta terra em toda a sua estabilidade, toda a matéria líquida obtida no processo produtivo, que constitua lixo e detritos devem ser decompostos nos seus próprios elementos constituintes ou em materiais sólidos ou líquidos de modo e forma ao seu uso e utilização no ciclo produtivo e no mercado de consumo e todas as matérias sólidas extraídas do planeta terra e dos vegetais e animais que constituam lixo ou detritos, têm que ser rentabilizados tendo presente a sua própria composição, uso e utilidade no processo produtivo. Temos hoje presente uma realidade de acção de reciclagem limitada aos grandes centros populacionais, esquecendo a realidade de toda uma acção de reciclagem que se exige em termos municipais, dos concelhos de administração e das regiões administrativas, com base nos elementos quantitativos de toda uma produção de lixos e detritos pelos sectores de actividade económicos e pelas famílias, centrada nos materiais em uso e utilização em termos domésticos e dos sectores de actividade económicos em termos administrativos, de secretariado e da produção, como o vidro, plástico, metais, papel e cartão, pilhas, lâmpadas, ETARES, borracha, electrónica, consumíveis, têxteis, madeiras, óleos, curtumes, todo o lixo e detrito que existir, Temos uma população que se no local de emprego e na escola se preocupar em separar o lixo e os detritos de toda uma acção em casa em relação aos lixos domésticos também o faz, rentabilizando emprego, valor e futuro para toda a acção do REINO de PORTUGAL sobre os recursos naturais e o eliminar o desperdício, se separamos e reciclarmos os lixos todos do REINO de PORTUGAL, terminamos com taxas na vida dos consumidores relativas à sua própria acção poluidora, despenalizando os agentes económicos da saturação de encargos e obrigações que traduzem sempre um agravar dos seus rendimentos e um enfraquecer as suas próprias poupanças e obteremos somas incalculáveis que poderemos usar e utilizar em acções de carácter natural em prol da continua preservação dos ciclos de biodiversidade terrestre e no próprio desenvolvimento das condições de toda uma habitabilidade evolutiva das comunidades no REINO de PORTUGAL.

Deveríamos com o dióxido de carbono que predomina na atmosfera terrestre derivado da poluição gerada pelo exercício da acção dos AGENTES ECONÓMICOS e dos meios de transporte iluminar todo o espaço territorial português se conseguíssemos que o dióxido de carbono reagisse como energia, a falta de oxigénio derivado da continua extinção da floresta base de todo um respirar do homem, dos ciclos de biodiversidade terrestres e do planeta terra e a continua saturação de dióxido de carbono, provoca o buraco na camada do ozono, a diminuição do efeito de estufa e uma maior intensidade dos raios ultra-violeta sobre o planeta terra, o aquecimento, o degelo, a aridez dos solos, os desertos e as secas, como tal deve ser um elemento a eliminar.

É função do ESTADO legislar os instrumentos exigidos a toda uma responsabilidade de todos os cidadãos e sectores de actividade económicos no separar os lixos e detritos de toda a sua acção doméstica, educativa ou produtiva e a sua entrega ou devolução nos próprios estabelecimentos da compra ou em infra-estruturas de reciclagem próprias relevando os meios de comunicação social e o ensino educativo

como base de toda uma educação que se exige aos agentes económicos, legislar a existência de sectores de actividade económicos de reciclagem em todos os municípios, concelhos de administração ou regiões administrativas, de matérias sólidas, líquidas e gasosas, animais e vegetais e exigir dos mesmos sectores de actividade económicos de reciclagem os meios exigidos a toda uma acção de constituição dos depósitos nas áreas populacionais, educativas e produtivas e a rigorosa acção de recolha dos lixos e detritos acumulados nos depósitos correspondentes em cada período a deliberar, é responsabilidade dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS de RECICLAGEM, instituir os depósitos de toda uma acção de separação dos lixos e detritos próprios, domésticos, educativos e produtivos, zelar pelas próprias condições dos depósitos e pelos meios de toda uma acção de recolha própria, bem como a atribuição de um valor comercial próprio a todo o lixo ou detrito produzidos em toda a acção de habitabilidade dos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL, de modo a consciencializar, fomentar e estimular à separação, à poupança e à rentabilidade de toda uma acção e é competência dos AGENTES ECONÓMICOS da vida do REINO de PORTUGAL corresponder com o máximo rigor aos valores e princípios de toda uma habitabilidade do homem no planeta terra na preservação dos recursos naturais, no terminar com a poluição do meio ambiente e no criar riqueza e rentabilidade com os materiais e bens reciclados em todos os processos de reciclagem específicos.

CUSTOS de PRODUÇÃO

Gostaria de ao referir-me a esta TEMÁTICA ter o BALANCETE ANALÍTICO do ÓRGÃO de SOBERANIA, da EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, PUBLICA ou PRIVADA a OBSERVAR, analisar os documentos que dão origem aos custos, para ser preciso no pensamento face aos custos de produção relativos a cada um rubrica contabilística, mas gostaria que a compreendessem e analisassem com o BALANCETE ANALÍTICO de cada um empreendimento do reino de Portugal e com as próprias facturas, de modo e forma a toda uma racionalização e optimização de custos inerentes ao próprio exercício das actividades económicas e tendo presente que todos os investimentos deveram se processar entre sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL, por estarmos a criar emprego no REINO de PORTUGAL, a potenciar consumidores e a gerar futuros INVESTIDORES e CLIENTES nos empreendimentos dos sectores de actividade económicos.

CLIENTES, observamos um decréscimo do volume de clientes, face à quebra do consumo e dos rendimentos dos agentes económicos, a falta de solvência financeira dos clientes para respeitarem os compromissos acordados com os seus fornecedores.

FORNECEDORES, observamos a falta de liquidez dos nossos sectores de actividade económicos no fazer face aos compromissos com os seus fornecedores, com atrasos nos pagamentos, sendo o próprio ESTADO PORTUGUÊS o exemplo do atraso no honrar os seus próprios compromissos, criando toda uma instabilidade aos próprios sectores de actividade económicos fornecedores do ESTADO PORTUGUÊS no fazer face aos seus próprios compromissos e aos seus custos de produção, colocando em grave condições financeira todos os demais sectores de actividade destes dependentes.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS, observamos empréstimos altíssimos e de alto risco perante a insolvência económica e financeira por que todos os sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL estão confrontados, com obstáculos

que não permitem a competitividade no mercado de consumo e a impossibilidade de afirmarem as suas marcas, os seus bens e serviços prestados.

Todo o SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO que necessita de empréstimos para fazer face aos custos de produção está em insolvência financeira, quando os sectores de actividade económicos recorrem ao crédito deveria ser para construir, ampliar ou renovar infra-estruturas, para a reestruturação dos equipamentos, máquinas, instrumentos, viaturas, no início da actividade para adquirirem as matérias-primas, bens ou serviços específicos exigidos ao próprio processo laboral, os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS têm que ser uma fonte de solvência financeira, de poupança, de apresentação de lucro real nos resultados de cada ano, de modo a termos presente as suas carências, dependências e mais-valia para o mercado de consumo.

ESTADO e OUTROS ENTES PÚBLICOS, observamos o aumento sucessivo das taxas dos impostos que agravam significativa a liquidez dos sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL destroem a sua rentabilidade e competitividade no mercado de consumo e que associados à diminuição das vendas e dos serviços prestados declarados pelos sectores de actividade económicos, contribui cada dia mais para um decréscimo das verbas e dos montantes a conceder ao ESTADO para o exercício da sua competência SOBERANA.

É urgente o conhecimento de todas as operações financeiras realizadas no REINO de PORTUGAL de modo e forma a acabarmos com as actividades ilícitas que apenas e só prejudicam quem declara na plenitude a realidade dos rendimentos por si auferidos, é urgente promover a equidade e a justiça de toda uma acção tributária e contributiva, dado que é responsabilidade de todos os agentes económicos a contribuição rigorosa dos impostos sobre os rendimentos auferidos por cada um, tendo presente a mesma taxa aplicada aos agentes económicos, terminando com a responsabilização absurda de tabelas de imposto mediante determinados rendimentos. Os elevados impostos e contribuições a que os sectores de actividade económicos estão sujeitos em termos de IRS, IRC, IVA e DESCONTOS para a SEGURANÇA SOCIAL, obrigam a que face à concorrência externa e às isenções e benefícios concedidos a sectores de actividade económicos exteriores a operarem em ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, se promova a fuga às responsabilidades tributárias e contributivas e à não declaração dos totais das operações económicas realizadas, promovendo-se a insegurança do estado, dos sectores de actividade económicos e de todos os que o incorporam administrativos, secretariado e produção, penalizando e constringendo a vida das famílias. Com o aumento do défice e da dívida pública derivado da redução de receitas angariadas aos próprios agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL, promove-se constante e sucessivamente o aumento de impostos acrescentando responsabilidades a quem declara o total do rendimento auferido e a continua fuga, impunidade e desresponsabilização dos agentes económicos infractores, no contribuir equitativamente para o ESTADO de modo e forma a cumprir a responsabilidade de criar as condições de toda uma habitabilidade da vida do REINO de PORTUGAL em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e na redução e diminuição dos IMPOSTOS e CONTRIBUIÇÕES consignadas ao elevar a competitividade económica dos nossos sectores de actividade económicos, no mercado de consumo. A economia paralela movimenta 3, 4, ou 5 vezes mais do que o produto interno bruto declarado e tem vantagem sobre os sectores de actividade económicos a operarem licitamente, promovendo a concorrência desleal e o mau exemplo a seguir aos sectores de actividade legais.

COMPRAS de MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS e de CONSUMO e MERCADORIAS, observamos o elevado custo das matérias, derivado da escassez de matérias-primas minerais, animais e vegetais, derivado das intempéries, guerras, e especulações, pela diminuição da terra fértil, pela quase extinção dos ciclos de biodiversidade animais e vegetais, pelo aumento dos custos das energias em uso e utilização no processo agrícola, pesqueiro, pecuário, extractivo, industrial e artesanal e do aumento das despesas com transporte de mercadorias.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS e em CURSO, observamos um elevado custo do imobilizado, a continua opção pelas marcas exteriores em detrimento dos nossos sectores de actividade económicos, a continua opção pelo leasing de rendas elevadas face aos proveitos de toda uma acção produtiva a realizar, os elevados custos de manutenção, conservação e reparação das infra-estruturas que por períodos têm que ser renovados ou adaptados à realidade da acção a exercer.

FORNECIMENTOS e SERVIÇOS EXTERNOS,

ELECTRICIDADE, observamos o elevado custo da electricidade derivado da própria importação e dependência do REINO de PORTUGAL face ao exterior, no cumprir as necessidades e exigências de toda uma habitabilidade, concentrada em grande parte na acção das barragens hídricas em detrimento da constituição das infra-estruturas de energias renováveis como base de toda uma satisfação das necessidades dos agentes económicos e da vida das comunidades.

A evolução das centrais solares adaptadas à realidade dos sectores de actividade económicos que possam deter um espaço ao ar livre e dado sermos um REINO iluminado ao longo de todo o ano pelo SOL, das lâmpadas economizadoras de baixo consumo, dos sistemas de iluminação sensoriais que permitem a luz de presença apenas e só quando alguém está presente e que se desligam automaticamente após cessar a presença, o desligar as máquinas e os aparelhos eléctricos em todo o período de inactividade dos sectores de actividade económicos, poderiam ser adoptados em todos os sectores de actividade económicos adaptados à sua própria realidade e produzem uma redução dos custos de electricidade e a produção de excedentes de electricidade para outras necessidades dos agentes económicos.

COMBUSTÍVEIS, observamos o elevado custo dos combustíveis fósseis em uso e utilização nos meios de transporte dos sectores de actividade económicos e muitas vezes em uso e utilização no processo produtivo, derivado de especulações, guerras e escassez de matéria-prima no fazer face a toda uma acção energética que se centrou na sua dependência, É necessário observar a viabilidade de usar e utilizar viaturas eléctricas e a gás nos meios de transportes dos sectores de actividade económicos.

ÁGUA, observamos o contínuo elevar dos preços da água potável cada vez mais escassa e rara em todo o planeta terra, necessária às exigências vitais e elementares das famílias e dos sectores de actividade económicos deste bem elementar dependentes, água potável que advém da própria pluviosidade e da existência de florestas, campos agrícolas e de pasto para a sua retenção.

Tendo presente que a água é fundamental nos chuveiros e nas torneiras dos sectores de actividade económicos é fundamental que se adoptem torneiras e chuveiros economizadores, dado existirem chuveiros e torneiras economizadoras.

OUTROS FLUÍDOS, observamos o elevado custo do GÁS em uso e utilização pelas famílias e pelos sectores de actividade económicos deste dependente para o seu processo produtivo e para o aquecimento e refrigeração das infra-estruturas, proveniente do exterior quando nós possuímos no fundo do mar tal como penso todos os ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS banhados pelos OCEANOS, dado ser uma das reacções do próprio estado debilitado do PLANETA TERRA. É fundamental observar a exequibilidade da construção de centrais solares nos sectores de actividade económicos para analisar de que forma se poderá reduzir custos com o consumo de gás nos próprios sectores de actividade económicos.

FERRAMENTAS e UTENSÍLIOS de DESGASTE RÁPIDO, observamos nesta rubrica as ferramentas e utensílios de reduzido valor, que inventariados proporcionam uma observação das quantidades de cada uma ferramenta ou utensílio em uso no processo administrativo, de secretariado e da produção em cada um período de análise e os prazos de durabilidade dos mesmos no exercício das suas funções, observamos se não existem desperdícios, abusos e descuidos no seu uso e utilização.

MATERIAL de ESCRITÓRIO, observamos nesta rubrica todo o material de escritório em uso e utilização em todo o processo administrativo, de secretariado e da produção, nomeadamente os consumíveis informáticos, papel em uso e utilização, envelopes, que inventariados proporcionam uma observação das quantidades de cada um material e uso e utilização em cada um período de análise, observamos os prazos de durabilidade dos mesmos no exercício de actividade dos sectores de actividade económicos, observamos se não existem desperdícios, abusos e descuidos no seu uso e utilização.

ARTIGOS PARA OFERTA, observamos nesta rubrica os produtos com que os sectores de actividade económicos brindam, expõem e transmitem a sua MARCA na vida dos INVESTIDORES, clientes e da comunidade, que inventariados proporcionam uma observação das quantidades de cada um PRODUTO face às responsabilidades de oferta a cumprir em cada um período de análise,

RENDAS e ALUGUERES, observamos nesta rubrica os custos com rendas de imóveis e alugueres de equipamentos que os sectores de actividade económicos se vêm confrontados face à realidade de toda a sua acção produtiva ou de apoio e suporte à sua acção administrativa, de secretariado e da produção e que se compreende que são custos de produção que deveram ter importância e relevância na vida dos sectores de actividade económicos.

COMUNICAÇÃO, observamos nesta rubrica os custos de toda uma acção de comunicação, informática, fixa e móvel, realizada pela administração, pelos serviços de secretariado e pela produção de todos os sectores de actividade económicos, que inventariados proporcionam uma observação das responsabilidades de comunicação para cada um período de análise, observamos as necessidades de comunicação dos vários agentes da empresa no exercício das suas responsabilidades e competências, observamos se não existem desperdícios, abusos e descuidos no seu uso e utilização.

SEGUROS, observamos nesta rubrica com excepção do seguro dos profissionais os custos de toda uma acção seguradora face às responsabilidades a segurar pelos sectores de actividade económicos face à defesa do seu património e de toda a sua acção e movimento produtivo, interno e externo e que pela dimensão das infra-estruturas, pela riqueza dos valores do seu conteúdo e pelas funções a cumprir e a segurar em termos de investidores e de clientes em cada um sector de actividade económico, afirmam valores elevadíssimos.

COMISSÕES, observamos nesta rubrica os custos da delegação de responsabilidades em terceiros no agenciarem transacções ou serviços em prol dos próprios sectores de actividade económicos.

HONORÁRIOS, observamos nesta rubrica os custos relativos a profissionais independentes em exercício nas diversas artes bastonárias nos sectores de actividade económicos em prol da realização das suas próprias competências. Se são profissionais que são exigidos todos os dias ao exercício das competências dos sectores de actividade económicos deverão ser agregados nos quadros dos próprios sectores de actividade económicos.

CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, observamos nesta rubrica os gastos com despesas de conservação, reparação e restauro do imobilizado, que inventariados proporcionam uma observação da durabilidade do imobilizado e dos abusos, descuidos e maus-tratos dados ao imobilizado pelos profissionais em todo o seu uso e utilização, que se traduzem em custos acrescidos ao exercício dos sectores de actividade económicos.

PUBLICIDADE e PROPAGANDA, observamos nesta rubrica a forma de os sectores de actividade económicos nos meios de comunicação social exporem por via da publicação, divulgação e difusão a afirmação da sua marca e apresentarem os seus bens ou serviços prestados ao mercado de consumo. Os sectores de actividade económicos devem apoiar nas suas áreas de circunscrição geográficas, municipais, concelhias e regionais, os clubes desportivos no exercício das várias modalidades, das suas competições e na valorização dos seus próprios atletas, bem como as associações de cariz cultural na promoção de eventos culturais

LIMPEZA, HIGIENE e CONFORTO, observamos nesta rubrica os gastos com os produtos de limpeza, vassouras, luvas, panos e baldes, papeis e sabonetes de casa de banho, desinfectante para as mãos, que inventariados proporcionam uma observação das responsabilidades de limpeza, higiene e conforto para cada um período de análise, observamos os prazos de durabilidade dos mesmos no exercício de actividade dos sectores de actividade económicos, observamos se não existem desperdícios, abusos e descuidos no seu uso e utilização. O retirar o papel nas casas de banho para secar as mãos e impor os meios técnicos de ventilação, fez uma redução de custos do papel em uso e retira a preocupação constante na sua reposição.

VIGILÂNCIA e SEGURANÇA, observamos nesta rubrica os gastos com vigilantes e seguranças em defesa, protecção e segurança das infra-estruturas, de bens patrimoniais e dos seus administrativos, profissionais e clientes em exercício de actividade económico, interna e externa.

TRABALHOS ESPECIALIZADOS, observamos nesta rubrica os encargos com serviços técnicos prestados por terceiros que o próprio sector de actividade económico não pode superar com os seus meios, nomeadamente serviços informáticos, análises laboratoriais, estudos e pareceres.

IMPOSTOS, observamos nesta rubrica as taxas que os sectores de actividade económicos estão obrigados à licitude plena do exercício de actividade.

CUSTOS com PESSOAL, observamos nesta rubrica os custos com os profissionais em exercício de funções, as pensões, os encargos com remunerações, os seguros de acidente de trabalho.

VENDAS, observamos nesta rubrica a venda dos bens produzidos pelos sectores de actividade económicos ou os bens transaccionados no exercício da actividade,

PRESTAÇÃO de SERVIÇOS, observamos nesta rubrica os serviços prestados no exercício da actividade pelos sectores de actividade económicos,

PROVEITOS SUPLEMENTARES, observamos todos os rendimentos suplementares gerados pelo próprio exercício da actividade principal dos sectores de actividade económicos. Devemos REICLAR todo o lixo e detrito gerado no exercício da actividade dos sectores de actividade económicos, seja papel e cartão, metal, borracha, plásticos, consumíveis, lâmpadas, vidro, é necessário observar com exactidão os lixos e detritos gerados pela sua própria acção e adaptar recipientes em todas as divisões e secções direccionados aos lixos e detritos mais abundantes no exercício de funções e competências e locais reservados aos lixos específicos, é preciso um reforço da acção de recolha interna dos sectores de actividade económicos e observar os sectores de actividade de reciclagem dos mesmos dispostos a rentabilizar em capital os materiais transaccionados.

ESTUDO DO ESTADO PORTUGUÊS:

Se em 10 407 463 de cidadãos a residirem no território, faltando OLIVENÇA, 50% exercesse funções profissionais, fazendo os respectivos descontos para o IRS, 10% para todos os profissionais e para a SEGURANÇA SOCIAL, 20% para cada um profissional e 20% para a entidade patronal, numa realidade que espero próxima e realizável de um salário mínimo de 150 contos, sendo a base média remuneratória de 200 contos, mantendo o custo de vida idêntico ao de hoje, teríamos de receita com impostos:

$$10\ 407\ 463 \text{ População} \times 50\% = 5\ 203\ 732 \text{ profissionais,}$$

$$5\ 203\ 732 \text{ P} \times 200 \text{ C} \times 14 \text{ Meses} = 14\ 570\ 449\ 600 \text{ contos,}$$

IRS: 1 457 044 960 contos,

$$14\ 570\ 449\ 600 \text{ C} \times 10\% = 1\ 457\ 044\ 960 \text{ contos}$$

SEGURANÇA SOCIAL: 5 828 179 840 contos,

$14\,570\,449\,600\text{ C} \times 20\% \text{ profissional} = 2\,914\,089\,920 \text{ contos}$

$14\,570\,449\,600\text{ C} \times 20\% \text{ entidade patronal} = 2\,914\,089\,920 \text{ contos}$

Se em 10 407 463 cidadãos 50% - 5 203 732 produzissem como riqueza interna bruta, como lucro 17 vezes do que representam em termos de encargos para com a entidade patronal, teríamos um lucro nos sectores de actividade económicos de 297 237 171 840 contos:

$5\,203\,732\text{ P} \times 200\text{ C} \times 14\text{ Meses} = 14\,570\,449\,600 \text{ contos}$

$14\,570\,449\,600 \text{ Contos} \times 20\% \text{ Segurança social} = 2\,914\,089\,920$

Encargos com profissionais - $14\,570\,449\,600\text{ C} + 2\,914\,089\,920\text{ C} = 17\,484\,539\,520 \text{ contos}$

$17\,484\,539\,520\text{ C} \times 17 \text{ lucro} = 297\,237\,171\,840 \text{ contos lucro,}$

Se o IRC for de 10% para todo e cada um sector de actividade económico, teríamos 29 723 717 184 contos de receitas para investir em todas as trinta e três áreas presidenciais, em todos os trezentos e quarenta e cinco sectores ministeriais e em todas as quinhentas e quarenta e nove artes bastonárias de forma a unidade e equidade de investimento estatal no desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural de todo o território português, continental e arquipélagos da madeira e dos açores,

$297\,237\,171\,840 \text{ Contos} \times 10\% \text{ Imposto} = 29\,723\,717\,184 \text{ Contos,}$

Com o término do IVA, a imposição da contribuição de 10% de cada um sector de actividade económico para o respectivo real instituto português de regulação da actividade e a imposição do imposto aduaneiro às importações de produtos e serviços externos ao império português que no território português se produzem e prestam, haverá uma diminuição dos bens no mercado de consumo, com o aumento do rendimento dos agentes económicos proporciona-se o aumento do consumo interno, se o comércio estiver concretizado e direccionado para abastecer os consumidores com bens e serviços produzidos e prestados no território português dando preferência às nossas marcas e qualidade, produziremos cada dia mais e melhor investindo no estudo, na análise e na investigação, tendo os excedentes da produção como destino os mercados dos estados soberanos com os quais estabelecemos diariamente relações comerciais, dando prioridade aos estados soberanos constituintes do império português e às comunidades imperiais portuguesas no mundo, tornando possível uma autonomia e autossuficiência do império português face ao mundo e a todos os organismos em que estamos presentes e representados.

ESTUDO DE FIRMA:

Balancete anual de uma firma fictícia em contos com dez profissionais a auferirem todos de 106 contos/mês, dois sócios gerentes e oito operários, com as taxas da segurança social presentes, sócios 10% e 21,25% e operários 11% e 23,75%, com a taxa de incidência do IVA sobre as compras e fornecimentos e serviços externos A e

futuras a auferirem como vencimentos 200 contos para sócios e operários, com as taxas da segurança social de 20% e 20% para sócios e operários, e a contribuição de 10% para os reais institutos portugueses B:

CUSTOS:	A	B
Rubrica contabilística – Custos – IVA 23% – Total	Custos – Instituto 10% - Total	
31- 10 000 c – 2 300 c = 12 300 c	10 000 c – 1 000 c – 11 000 c	
62 - 4 000 c – 920 c = 4 920 c	4 000 c - 400 c - 4 400 c	
63 - 350 c	350 c	
64 - 18 291 c	33 600 c	
65 - 20 c	20 c	
66 - 2 000 c	2 000 c	
68 - 1 500 c	1 500 c	
69 - 1 000 c	1 000 c	
Total custos	40 381 c	53 870 c
PROVEITOS:		
Rubrica contabilística – proveitos:		
71 - 2 000 c	2 000 c	
72 - 100 000 c	100 000 c	
78 - 100 c	100 c	
79 - 1 000 c	1 000 c	
Total proveitos	103 100 c	103 100 c
Lucro antes do IRC	62 719 c	49 230 c
IRC 30%	- 18 816 c	IRC 10% 4 923 c
Lucro final	43 903 c	44 307 c

Hoje a realidade que temos presente nos números facturados pelos sectores de actividade económicos não corresponde à realidade de todas as transacções efectuadas em cada momento, facturando os sectores de actividade económicos apenas e só o suficiente para cobrir as despesas, que muitas das vezes são seleccionadas, pelo que a realidade dos números não traduz a verdade económica da nação no território português e no mundo.

Como é óbvio neste estudo se aumentarmos os salários para o dobro, mantendo os custos de produção e das mercadorias vendidas teremos uma diminuição do lucro antes do IRC obtido, mas com a redução dos custos com a segurança social, com a redução do IRC para 10%, com o término do IVA e a imposição da contribuição de

10% para os reais institutos portugueses essas verbas são ultrapassadas e os lucros depois de tributado o IRC são maiores, se conquistarmos o comércio interno aumentando a capacidade produtiva e o volume de negócio a estabelecer internamente, se a prioridade for sempre o império português e a comunidade imperial portuguesa no mundo, dado que a comunidade económica europeia é idêntica no seu ser económico, valendo como única diferença os valores e princípios culturais de cada uma soberania, empreendemos um ciclo novo de vida estabelecendo o consumo interno e imperial português como base de todo o desenvolvimento, progresso e futuro económico, humano e cultural.

MATÉRIA OITAVA RENDIMENTO

O CONSUMO EXIGE RENDIMENTO, POUPANÇA, SOLVÊNCIA FINANCEIRA e provem na vida dos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL do:

SALÁRIO, temos os baixos salários praticados pelos sectores de actividade económicos como forma de por via da redução dos custos com o pessoal encontrar a solução para toda uma solvência económica e financeira, para o elevar a produtividade, rentabilidade e a competitividade no mercado económico face aos demais sectores de actividade económicos externos à vida do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, provocando o reduzido poder de compra das famílias no fazer face às exigências de toda uma habitabilidade e que obriga as famílias ao consumo de bens e serviços prestados no mercado de consumo mais económicos, que com a liberalização das fronteiras, da livre circulação de capitais, pessoas, bens e de serviços prestados e o término da competência do estado na economia em prol da defesa dos seus agentes económicos, possibilitou às economias possuidoras das matérias-primas, evoluídas em termos de ciência, de infra-estruturas, equipamentos e maquinaria no fazer face ao aumento da produtividade dos seus próprios sectores de actividade económicos e com menores encargos e obrigações tributárias e sociais, apresentar-se no espaço territorial português com o preço dos bens e serviços prestados inferiores ao próprio custo de produção dos nossos sectores de actividade económicos, impondo por via do reduzido poder de compra dos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL as suas marcas em detrimento dos nossos sectores de actividade económicos e da preferência dos nossos bens e serviços prestados, com custos mais elevados derivado dos elevados custos com as matérias-primas que continuamos a importar, do reduzido investimento com a ciência como forma de todo um elevar da consciência dos instrumentos no fazer face ao evoluir de todo um aumento da produtividade e à elevada carga tributária e social que não permite a competitividade no mercado de consumo, com o argumento do défice e da dívida pública, que promove a economia paralela como base de toda uma condição de solvência e sobrevivência, que produz a redução da receita fiscal e social, o consequente aumento de impostos e o continuo prejudicar da competitividade dos nossos sectores de actividade económicos, o encerramento e a dissolução dos nossos sectores de actividade económicos face ao não escoar os produtos em stock e à falta de mercado de consumo para os mesmos, as paragens sectoriais, o desemprego que se acentua e aprofunda diariamente e que promove a falta de poupança na vida das famílias e a consequente recessão no consumo, a redução do mercado de consumo e o continuo agravar as condições de toda uma habitabilidade dos agentes económicos da

vida do REINO de PORTUGAL no superar as dificuldades de todo um direito e exercício de viver com dignidade,

LUCRO, temos os lucros dos nossos sectores de actividade económicos cada dia mais reduzidos, dado a insolvência, encerramento e dissolução diária de inúmeros sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL, envoltos da redução do horário do exercício de actividade como forma de fazer face à quebra do consumo e consecutivo aumento dos excedentes de produção, à procura de mercado de consumo no exterior para a resolução de escoamento dos seus produtos ou serviços prestados, indefesos na falta de registo, defesa e protecção das nossas patentes no mercado interno e externo, confrontados com problemas de solvência económica e financeira, com elevados encargos, responsabilidades e obrigações tributárias e contributivas, a sobreviver no fazer face aos custos de produção, às dificuldades no pagamento das obrigações salariais, na compra de matérias-primas exigidas a todo o processo produtivo, com problemas no recebimento a tempo e a horas por parte dos clientes dos bens e dos serviços prestados, com problemas no fazer face aos compromissos e responsabilidades para com os fornecedores, com endividamento face ao recurso ao crédito como base de todo o manter o exercício da actividade, com dificuldades no fazer face aos encargos e obrigações tributárias e sociais, impotente no fazer face à concorrência impostas pelos sectores de actividade económicos exteriores à vida do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS a beneficiar de isenções e de subsídios, de desresponsabilização para com o desenvolvimento da vida das populações e das comunidades que impõem as suas marcas, os seus bens e serviços prestados no espaço territorial português a custos inferiores aos custos de produção dos nossos sectores de actividade económicos, arruinando a viabilidade e exequibilidade de toda a ECONOMIA PORTUGUESA.

JURO, temos baixas taxas de juro atribuída às aplicações financeiras dos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL, aos depósitos e aos produtos financeiros, derivado da depreciação continua de fundos e títulos e dos depósitos como forma de toda uma estabilidade, segurança e rentabilidade das poupanças dos agentes económicos, da introdução no sistema financeiro de produtos tóxicos que arruinaram a credibilidade das instituições financeiras e de todo o sistema financeiro e do aumento das dividas soberanas e do descrédito pelas instituições de RATING dos ESTADOS SOBERANOS no fazer face aos compromissos para com os seus títulos de dívida pública instituídos, que afastam dos seus investimentos os agentes económicos cujas poupanças de dia para dia se tornam diminutas e inexistentes face ao suportar os custos de toda uma habitabilidade das famílias e dos sectores de actividade económicos.

DIVIDENDO, temos a continua especulação dos mercados como forma de toda uma destabilização, fragilização e descrédito do mercado mobiliário, com a perda dos valores das acções e do mercado bolsista, com a desvalorização, depreciação e deturpação do valor real das empresas cotadas, contraídas no fazer face à distribuição dos lucros aos accionistas derivado da própria instabilidade económica e do reservar os meios a precaver as exigências futuras, face à própria acção das empresas e a toda uma afirmação no mercado de consumo, que promovem o descrédito do investimento no mercado bolsista e o baixo rendimento dos dividendos dos agentes económicos.

DIVISA, temos a diminuição das divisas dos nossos imigrantes residentes nos ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS, envoltos da grave crise que a todos assola, com

dividas públicas, com défice, que agravam as condições de toda uma habitabilidade dos agentes económicos e que produzem a redução das suas poupanças, aliado ao descrédito e desconfiança nas instituições financeiras, no sistema financeiro e em todos os seus produtos financeiros, a viver com rácios de capital como forma de toda uma solvência económica e financeira face aos compromissos para com todos os seus depositantes, promovem uma redução das divisas remetidas pelos nossos imigrantes para o REINO de PORTUGAL, como forma de assegurar o planeamento de uma vida futura

RENDA, temos a diminuição dos rendimentos dos proprietários, derivado da ausência do poder de compra das famílias e dos sectores de actividade económicos no fazer face às exigências de toda uma condição de habitabilidade, confrontados com a instituição do desemprego na vida das famílias e a consequente quebra do consumo, que origina o encerramento e a dissolução dos nossos sectores de actividade económicos, envoltos da falta de competitividade no impor os seus bens e serviços prestados no mercado de consumo, com a estagnação e o retrocesso nos rendimentos auferidos, dado o agravar consecutivo das obrigações e dos encargos tributários e sociais e das reduções dos custos com o pessoal nos sectores de actividade económicos como forma de toda uma redução dos custos de produção, com a instabilidade do mundo laboral e a instituição da precariedade e das dificuldades na vida dos agentes económicos, que originam a perda do poder de compra no fazer face às necessidades com a alimentação, saúde e com as próprias rendas que os agentes económicos usufruem para a habitabilidade dos lares e para o exercício das suas actividades económicas, que promovem a devolução dos imóveis e uma redução das rendas cobradas pelos próprios proprietários e o consequente abandono das infra-estruturas habitacionais, comerciais, industriais e produtivos erguidas na vida do REINO de PORTUGAL dado os elevados valores praticados como renda e a falta de inquilinos com o poder de compra exigido à própria acção de habitabilidade dos imóveis.

IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES, TAXAS e MULTAS, temos o aumento consecutivo dos impostos, contribuições, das taxas e das multas, derivado de um decréscimo das receitas estatais fiscais e sociais, derivado do desemprego, da redução dos rendimentos das famílias, da consequente quebra do consumo e diminuição da produção dos nossos sectores de actividade económicos, produzindo o encerramento e a sua dissolução, aliado a um acréscimo da responsabilidade do estado em termos sociais para com os desempregados e as famílias, produzem todo um agravar da solvência do ESTADO no fazer face às responsabilidades internas dos agentes económicos e aos elevados encargos de todo um empréstimo externo que não tenciona cessar enquanto não for declarada a falência do ESTADO PORTUGUÊS e a perda da SOBERANIA do REINO de PORTUGAL, única razão de todo um existir republicano que herdou a traição como missão de todo um julgamento de responsabilidades de que não vivem impunes na morte de SUA MAJESTADE, o REI DOM MANUEL II, da instituição da guerra no IMPÉRIO PORTUGUÊS para a desintegração do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da tentativa de no hoje destituir as raízes de toda uma SOBERANIA PORTUGUESA imposta no GLOBO TERRESTRE, com 888 anos de REALEZA, ORGULHO e HONRA presente em todo o PLANETA TERRA, de que poucos ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS se podem vangloriar e orgulhar, de fronteiras definidas, OLIVENÇA por reconquistar, de PAZ, ORDEM e HARMONIA SOCIAL, aliado ao aumento da economia paralela como forma de impor a solvência dos nossos sectores de actividade económicos e das famílias, produzem uma diminuição cada dia mais profunda da responsabilidade dos agentes económicos na contribuição para a defesa,

protecção e segurança da soberania do estado português, no possuir as verbas exigidas às acções de apoio aos nossos agentes económicos no superar as dificuldades e todo um evoluir das condições de toda uma habitabilidade na vida do REINO de PORTUGAL, que se exige equitativa de desenvolvimento, progresso e futuro em todo o espaço territorial português.

QUOTIZAÇÕES, temos a diminuição das quotizações das famílias e dos sectores de actividade económicos para entidades comunitárias, defensoras dos seus serviços específicos de cariz económico, humano e cultural, derivado da estagnação e redução dos rendimentos auferidos pelos nossos agentes económicos, produzindo a própria instabilidade da acção dessas mesmas entidades e o recurso contínuo ao solicitar de subsídios, fundos e apoios estatais e de donativos privados exigidos ao suportar os custos de produção do seu próprio exercício de funções, responsabilidades e competências comunitárias, que promovem uma redução das quotizações arrecadas, verificando-se um elevar das quotizações dos profissionais para os sindicatos, consequência da tentativa de toda uma salvaguarda de direitos adquiridos pelos profissionais, face à instabilidade laboral promovida pela contínua irresponsabilidade da classe sindical de instituir o desrespeito e o conflito entre patrões e profissionais como modo e forma de todo um elevar da sua importância destabilizadora da vida laboral, familiar e comunitária e do continuar a deter o poder de negociação exigido a legislar em defesa dos seus próprios benefícios.

DONATIVOS, temos o aumento das campanhas de angariação de donativos em espécie e em dinheiro no fazer face à viabilidade de exercício de funções das entidades de cariz económico, humanitário e cultural, como base de todo um apoio, suporte e subsistência às famílias e aos sectores de actividade económicos destas competências dependentes, que não traduzem o aumento dos donativos em dinheiro angariados e não superam os graves problemas salariais das próprias entidades e os seus custos de funcionamento, derivado da redução dos rendimentos auferidos pelos agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL, que a cada dia se consciencializam para a solidariedade dos donativos em espécie como forma de minimizar e amenizar as carência e necessidades da debilidade das famílias na superação das adversidades de toda uma habitabilidade na vida do REINO de PORTUGAL, como a alimentação, o agasalho, o manual escolar e o brinquedo dos cidadãos carenciados que todos os dias aumentam de forma abrupta em todo o espaço territorial português.

SUBSÍDIOS, ABONOS e SUBVENÇÕES, temos a progressiva redução de verbas estatais no fazer face às necessidades e carências das famílias e dos sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL, derivado da quebra de receitas estatais com impostos, contribuições, taxas e multas e da consequente diminuição de verbas de cada um ministério no fazer face a toda as suas responsabilidades específicas para com os agentes económicos, penalizando os abonos concedidos à natalidade, à educação, as baixas no mundo laboral, os subsídios de desemprego e as reformas deploráveis de quem toda a vida descontou, sem que tenha sido investido qualquer verba do estado para a sua educação, formação e qualificação profissional e no hoje se vê confrontado com carências e necessidades de toda a ordem que não permitem uma dignidade de vida comportável com os princípios e valores de toda uma habitabilidade que em todo o REINO de PORTUGAL tem que existir.

INDEMNIZAÇÕES, HERANÇA e MESADA, são verbas transferidas entre os agentes económicos de rendimentos já constituídos, não são obtidos mediante a realização de um direito laboral ou de um investimento próprio em qualquer área de actividade económica.

MATÉRIA NONA

MERCADO DE CONSUMO

O NOSSO MERCADO de CONSUMO são os AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, o IMPÉRIO PORTUGUÊS sempre que as necessidades possam não ser satisfeitas pela acção económica dos próprios ESTADOS SOBERANOS CONSTITUINTES, as COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS residentes nos ESTADOS SOBERANOS EXTERNOS ao IMPÉRIO PORTUGUÊS e os acordos económicos a firmar com o MUNDO tendo como base os nossos excedentes de produção e a acção da COMUNIDADE IMPERIAL PORTUGUESA como intermediários nos ACORDOS a estabelecer, temos um mercado económico IMPERIAL PORTUGUÊS de 500 000 000 cidadãos, existindo 240 000 000 a falar o idioma português e 260 000 000 que não comunicam em português e um mundo exigente, que valoriza a qualidade das características próprias das matérias, bens e serviços por NÓS produzidos e prestados, A acção produtiva a realizar tem que ter presente as estimativas de consumo interno, do IMPÉRIO PORTUGUÊS, das COMUNIDADES PORTUGUESAS e os acordos a firmar com o MUNDO em cada ano de exercício económico, de modo e forma a poupar e preservar o planeta terra e os ciclos de biodiversidade terrestres e eliminarmos os excedentes de produção nos nossos sectores de actividade económica que promovem toda uma acção de exploração devastadora, sem nexos e perigosa dos recursos naturais sólidos, líquidos e gasosos, animais e vegetais, que são a bases de todo um sustento de habitabilidade das gerações futuras.

MATÉRIA DÉCIMA

PRODUTIVIDADE

Para existir PRODUTIVIDADE é necessário EXISTIR:

ORGANIZAÇÃO SECTORIAL, racional, objectiva e precisa das ARTES BASTONÁRIAS administrativas, de secretariado e da produção que integram cada um sector de actividade económico, face às funções, responsabilidades e competências a cumprir em todo o processo produtivo no impor as características e as especificidades próprias dos materiais, bens ou serviços prestados ao consumidor.

HABITABILIDADE INFRA-ESTRUTURAL, as condições de toda uma habitabilidade das infra-estruturas exigidas a uma rigorosa, correcta e precisa interdependência e funcionalidade das artes bastonárias envoltas de cada um sector de actividade económico, ao rigoroso processamento de toda a acção do ciclo produtivo e a toda uma segurança, defesa e salubridade no exercício de funções, a exigência de condições de higiene e sanitárias necessárias e precisas à prevenção dos vírus do próprio processo produtivo, a comodidade e conforto das instalações exigidas a todo um bem-estar profissional, a existência de balneários, cantina e refeitório no fazer face às exigências de alimentação dos profissionais, bem como de creche para o cumprir as responsabilidades maternas e paternas dos profissionais.

MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS, exigidos ao fazer face às adversidades de toda uma realidade de tarefas a cumprir na acção do próprio ciclo produtivo de cada um sector de actividade económico, como profissionais, equipamentos, máquinas, instrumentos e ferramentas exigidas a todo um funcionamento normal, regular e correcto de todo o aparelho produtivo de cada um sector de actividade económico, bem como a presença de enfermeiro e médico no prevenir e precaver os incidentes laborais e as mazelas dos próprios profissionais e dos clientes sempre que presentes nos próprios sectores de actividade económicos,

RACIONALIZAÇÃO e OPTIMIZAÇÃO, dos processos de produção, dos modos, métodos e técnicas em uso e utilização no processo produtivo de cada um sector de actividade económico, tendente a minimizarem e eliminarem a acção supérflua em termos administrativos, de secretariado e da produção em exercício em cada um sector de actividade económico, permitindo a redução dos custos de produção em todo o momento do processo produtivo em todas as suas necessidades e exigências materiais, técnicas e tecnológicas.

QUALIDADE, das matérias-primas, matérias subsidiárias e de consumo em uso e utilização no processo produtivo, proporcionam uma maior maturação do próprio processo produtivo e o consequente elevar da qualidade, comodidade e conforto dos bens e serviços prestados, uma maior resistência, durabilidade e flexibilidade dos bens ou serviços prestados, uma maior eficiência, eficácia e rentabilidade dos materiais, bens e serviços prestados tendo presente a satisfação das necessidades de um mercado de consumo premente de evolução das condições de toda uma habitabilidade.

EFICIÊNCIA e EFICÁCIA, dos instrumentos e meios técnicos e tecnológicos em uso e utilização no processo produtivo de cada um sector de actividade económico, no evitar paragens e defeitos de produção e fabrico, permitindo a manutenção do normal, regular e correcto ritmo de todo o processo produtivo, definindo e impondo as características próprias e as especificidades de toda uma acção produtiva no mercado de consumo.

CIÊNCIA, no aprofundar do estudo, da investigação e da pesquisa como forma de evolução dos meios materiais, técnicos e tecnológicos, como forma de elevar a consciência dos modos, métodos e técnicas em uso e utilização no processo produtivo, em termos administrativos, de secretariado e da produção, permitindo um aumento da produção e um inovar de matérias, bens ou serviços prestados de modo e forma a todo um evoluir da condição de habitabilidade a existir.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, a exigência de uma alimentação saudável constante, presente e efectiva no preencher as necessidades do corpo humano, de modo e forma à sua plena aptidão para o exercício das tarefas profissionais físicas e intelectuais, em termos administrativos, de secretariado e de produção, a alimentação é o motor de toda uma produtividade, concentração e consciência dos profissionais no superar as adversidades das suas funções e competências no processo produtivo, são a base de todo um equilíbrio do corpo humano e da mente e de todo um prevenir problemas de saúde que quando verificados no ciclo laboral, produzem baixas na produção e consequente perda de rentabilidade e competitividade no fazer face à concorrência no mercado de consumo. A exigência de cantinas escolares abertas aos fins-de-semana e nos períodos de férias dos alunos são factores da carência, necessidade

e fome que se vive no seio familiar, a falta de alimentos na vida dos cidadãos não permite uma condição saudável, forte e estável na concentração e desempenho do exercício das responsabilidades educativas, laborais e familiares, são geradores de doenças, físicas e psicológicas graves na vida dos cidadãos e das famílias e consequentemente a diminuição e perda da máxima condição física e intelectual dos cidadãos no superar as adversidades no exercício de competências e são um factor de aumento dos riscos de produção e consequentemente da redução da rentabilidade e da produtividade no exercício das tarefas a cumprir.

HÁBITOS DESPORTIVOS, a prática de exercício físico e a instituição de hábitos desportivos, em termos profissionais, amadores ou pessoais, promovem o reforço da condição física e intelectual humana no adaptar-se às exigências do exercício laboral, físico e intelectual, produzem um aumento da energia, força e resistência dos profissionais ao longo de todo o decurso do ciclo laboral diário e semanal, estimulam ao máximo empenho, concentração e consciência e a uma maior abertura de soluções tendo presente a superação das adversidades envoltos do próprio exercício das funções e competências de cada um profissional e permitem libertar a carga emocional de que todo o exercício profissional se envolve. Possuímos uma população cada vez mais sedentária, dia a dia mais passiva nos actos inactiva por falta de exercício de funções a cumprir e necessitada de instrumentos no fazer face à realização dos seus sonhos e projectos económicos, desmotivada, descrente e incrédula com o mal-estar comunitário e social que todos os dias agravam sem ter presente a realidade da dignidade de toda uma habitabilidade futura, para si própria, para os seus filhos e para os seus pais.

PREVENÇÃO dos CUIDADOS de SAÚDE, a prevenção dos cuidados de saúde, os rastreios, as campanhas de vacinação a vigilância constante da condição física, psicológica e sensorial dos cidadãos, são instrumentos necessários, precisos e exigidos à prevenção de doenças e mazelas, que se traduzem no enfraquecimento da condição humana face há consciência e concentração devida no exercício e realização de tarefas profissionais, são a base de todo um evitar as baixas profissionais no exercício de funções e competências dos próprios sectores de actividade produtivos que se traduzem na perda de produtividade, rentabilidade e competitividade no mercado de consumo e são um bem adquirido no aumentar a resistência e a esperança média de vida dos cidadãos, produzindo uma maior qualidade e dignidade de vida em todas as fases do ciclo de vida de cada um cidadão, a imposição de directrizes de segurança relativas a cada um sector de actividade económicos, a evolução dos materiais, equipamentos e dos instrumentos de produção e a criação de meios de defesa, segurança e protecção face ao exercício das funções e competências profissionais geradas, promove a prevenção dos acidentes de trabalho, permitem a redução de custos com as baixas médicas envoltas de cada um sector de actividade económico e dos encargos elevados de toda uma acção seguradora,

EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e FORMAÇÃO dos DONS CRIATIVOS dos CIDADÃOS, relevando as aptidões e atributos pessoais em todas as áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias como base de toda um consciência e competência no EXERCÍCIO das FUNÇÕES PROFissionais a CUMPRIR no ciclo económico, exigente face às responsabilidades de afirmação dos sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, precisa no dotar os cidadãos dos instrumentos do conhecimento necessários, precisos e exigidos à plenitude do exercício de funções e competências profissionais, tornando possível a

realização profissional como base de todo um motor gerador de nobreza, estima e motivação na realização das tarefas, eliminando o exercício contrariado que prejudica na realização dos objectivos económicos do próprio processo produtivo de cada um sector de actividade económico, que promove as baixas médicas, as faltas de assiduidade e de pontualidade, que se traduzem em custos e perdas acrescidos para os sectores de actividade económicos, em termos de produtividade, rentabilidade e competitividade no mercado de consumo.

ESTABILIDADE LABORAL, a consciência do cumprir do direito e do dever constitucional do exercício de funções profissionais no ciclo económico de todos os cidadãos residentes no espaço territorial português, após a fase educativa e o fim do ciclo de ensino UNIVERSITÁRIO até ao início do período de reforma, que se legisla aos 65 anos de idade e que se tem que cumprir para todos os cidadãos, compatível com a área de acção económica para o qual se formaram e qualificaram, promove a estabilidade emocional ao pleno exercício de funções e competências profissionais. A estabilidade laboral não significa o profissional permanecer durante todo o seu próprio ciclo laboral na mesma entidade empregadora, mas a certeza de que sempre que por qualquer motivo os profissionais forem dispensados do exercício de tarefas no sector de actividade económico a que estão agregados, no dia a seguir estarem aptos e disponíveis para o exercício de tarefas num outro sector de actividade económico, público ou privado ou nas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, não quebrando o ciclo laboral e a rentabilidade do exercício de funções e de competências para os quais está dotado para cumprir. A estabilidade laboral, o emprego sempre presente e efectivo na vida de todos os cidadãos produz a estabilidade e harmonia das famílias, a constituição de famílias, o aumento da natalidade, promove a paz, ordem e harmonia social, fomenta o respeito dos profissionais e das suas famílias pelos PATRÕES, por todos os superiores hierárquicos constituintes de cada um sector de actividade económico, gera a responsabilidade de toda uma entrega, empenho e dedicação no exercício de funções profissionais e impõe o compromisso da máxima consciência, concentração e competência no fazer face às adversidades que se impõem no exercício das tarefas a cumprir.

ESTABILIDADE e HARMONIA FAMILIAR, exigida à plena condição física, psicológica e sensorial de todos os cidadãos no exercício das suas funções ou competências profissionais, promovendo a máxima entrega, dedicação e empenho nas tarefas a cumprir, para as quais estamos habilitados, qualificados e formados. A estabilidade e harmonia da família, fomenta o estímulo à realização profissional de todo o cidadão, a máxima concentração, consciência e competência no exercício de funções, a aptidão ao cumprir de quaisquer tarefas que no exercício de funções se deparem como obstáculo a suprir, impõe a máxima nobreza de cada um cidadão em toda a acção profissional a realizar.

ESTIMULO da CONSCIÊNCIA, permanente e efectivo, a estabilidade educativa, laboral e familiar, permite a concentração no exercício das tarefas a cumprir e a desempenhar, produz concentração, consciência e responsabilidade precisa à exigência da variedade de soluções a empreender tendo presente o vencer as adversidades que se potenciam no exercício das nossas funções e competências profissionais, promove a produtividade e a rentabilidade das acções a empreender, a valorização do DOM CRIATIVO de cada um CIDADÃO, das suas aptidões, capacidades e qualidades no exercício de funções e tarefas a cumprir em prol da

realização dos sonhos profissionais de cada um cidadão, a instituição do estudo, da investigação e da pesquisa com as reais casas do conhecimento, com as reais casas das artes culturais, potenciam o alargar o âmbito de toda uma acção de dotação natural das capacidades humanas de experimentação, análise e inovação das relações das matérias-primas, dos bens produzidos e dos serviços prestados e o elevar das potencialidades de cada um artista no mundo das artes culturais.

MATÉRIA DÉCIMA PRIMEIRA DIRECTRIZES MONÁRQUICAS

Acabar com a CRISE ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL do REINO de PORTUGAL, é APURAR os ACTOS que nos FIZERAM PERDER o SENTIDO de toda uma RAZÃO SOBERANA GOVERNATIVA PORTUGUESA, é JULGAR os RESPONSÁVEIS pelo COMETIMENTO dos mesmos ACTOS e pelas GRAVES CONSEQUÊNCIAS GERADAS aos AGENTES ECONÓMICOS PORTUGUESES e CONDENAR os AUTORES pelos CRIMES PERPETRADOS de modo ao ESTADO ser RESSARCIDO dos DANOS, PREJUÍZOS e TRANSTORNOS CAUSADOS. Passa por povoarmos equitativamente todos os 550 DUCADOS em todo o espaço territorial português, por potenciarmos todo um desenvolvimento equitativo e sustentado do espaço territorial português na análise dos solos e das riquezas naturais que o mesmo pode gerar em termos extractivos, agrícolas, pecuários, pesqueiros, passa por construirmos as acessibilidades inerentes às relações de comunicação dos agentes económicos entre todos os DUCADOS, por criarmos sectores de actividade industriais destas matérias ou bens dependentes nos próprios DUCADOS das riquezas naturais geradas e passa por toda uma equidade de desenvolvimento, progresso e crescimento em todos os DUCADOS da acção comercial e dos serviços prestados aos cidadãos e aos sectores de actividade económicos.

Como têm presente a INTEGRAÇÃO do REINO de PORTUGAL na COMUNIDADE EUROPEIA e a ABERTURA das FRONTEIRAS, a liberalização do mercado de capitais, pessoas e bens e o TÉRMINO da responsabilidade intervencionista do estado em defesa dos nossos sectores de actividade económicos, debruçados com políticas de dumping, que visam dissolver os nossos sectores produtivos, para posteriormente imporem os valores que desejarem com a dependência criada, produziu a DESAGREGAÇÃO, DESARTICULAÇÃO e DEPENDÊNCIA do NOSSO TECIDO PRODUTIVO, produziu a ENTRADA de BENS e SERVIÇOS de CONSUMO mais ECONÓMICOS, que fizeram com que os NOSSOS INDUSTRIAIS, COMERCIANTES e PRESTADORES de SERVIÇOS por razões da competitividade no mercado de consumo abdicassem dos produtos dos NOSSOS AGRICULTORES, PESQUEIROS, PECUÁRIOS, EXTRACTORES, ARTESÃOS e INDUSTRIAIS colocando GRAVEMENTE em RISCO e em CAUSA a sua VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE ECONÓMICA e FINANCEIRA e que hoje produzem o ENCERRAMENTO DIÁRIO dos NOSSOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICO e são um FACTOR de DESMOTIVAÇÃO para a INICIATIVA PRIVADA. A CONCESSÃO de BENEFÍCIOS e ISENÇÕES a EMPRESÁRIOS EXTERNOS ao REINO de PORTUGAL CONSTITUEM um FACTOR de DESRESPEITO e DESONESTIDADE para com todos os NOSSOS EMPRESÁRIOS que se vêm CONFRONTADOS com OBRIGAÇÕES e ENCARGOS ELEVADÍSSIMOS DIFÍCEIS de COMPORTAR face à CONCORRÊNCIA DESLEAL desses mesmos SECTORES PRODUTIVOS que como único OBJECTIVO têm o de INUNDAR o MERCADO NACIONAL com o MÁXIMO dos seus PRODUTOS de modo e forma a ELIMINAR a CONCORRÊNCIA. A todos estes FACTORES juntou-

se a PARCA CONDIÇÃO ECONÓMICA dos CIDADÃOS PORTUGUESES que se OBRIGARAM a DESVALORIZAR e a DESACREDITAR a QUALIDADE das NOSSAS MARCAS e dos NOSSOS PRODUTOS, premiando os BENS e SERVIÇOS EXTERNOS mais ECONÓMICOS.

A ÚNICA SOLUÇÃO para CRIARMOS a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e a SOLVÊNCIA FINANCEIRA do ESTADO PORTUGUÊS, dos NOSSOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e do NOSSO NOBRE POVO PORTUGUÊS é sairmos da COMUNIDADE EUROPEIA e CONSTITUIRMOS o IMPÉRIO PORTUGUÊS, é terminarmos com os BENEFÍCIOS e com as ISENÇÕES de RESPONSABILIDADES atribuídas a sectores de actividade económicos externos, é apurarmos as RESPONSABILIDADES dos NOSSOS ACTOS, averiguarmos a DÍVIDA ao EXTERIOR e analisarmos os COMPROMISSOS que FIRMAMOS e tudo o que for PREJUDICIAL à NOSSA CONDIÇÃO de ESTADO SOBERANO, à VIDA dos NOSSOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e do NOSSO NOBRE POVO PORTUGUÊS ELIMINARMOS, quem DESEJAR que IMPONHA as ORDENS e as LEIS em sua CASA, NÃO na NOSSA CASA para nos PRIVAREM de VIVERMOS a NOSSA VIDA ou para que sejamos NÓS a ALIMENTAR e a ser o SUPORTE do DESENVOLVIMENTO dos outros ESTADOS SOBERANOS. Vamos colocar FRONTEIRAS e com todo o rigor exigido à situação, vamos SUPERVISIONAR, FISCALIZAR e CONTROLAR todos os CIDADÃOS, BENS e SERVIÇOS que no REINO de PORTUGAL entram, TRIBUTANDO nos termos da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, com 33% as IMPORTAÇÕES de BENS e SERVIÇOS EXTERNOS ao IMPÉRIO PORTUGUÊS que no REINO de PORTUGAL são PRODUZIDOS ou PRESTADOS e as EXPORTAÇÕES dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL de BENS e SERVIÇOS que a NAÇÃO PORTUGUESA não seja AUTOSUFICIENTE.

Na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA terminou-se com a palavra trabalho e INSTITUI-SE a PALAVRA REALIZAÇÃO, de modo e forma a que o NOSSO NOBRE POVO PORTUGUÊS em REALIZAÇÃO do EXERCÍCIO de FUNÇÕES, RENTABILIZAR 300% do que hoje PRODUZ CONTRARIADO, a EXIGIR o MÁXIMO de SI PRÓPRIO, sem se LAMENTAR se a PROFISSÃO exige UMA ou DUAS HORAS a mais, sem REIVINDICAR o TRABALHO EXTRA que pelas VICISSITUDES do MUNDO LABORAL por vezes é necessário, ao CUMPRIR dos COMPROMISSOS e das EXIGÊNCIAS do MERCADO. O acabarmos com a CRISE implica a IMPOSIÇÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA em toda a sua PLENITUDE, o que só se IMPÕE e conquista com a constituição do PROCESSO de ESTRUTURAÇÃO, ORDENAÇÃO e ORGANIZAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e entre ALDEIAS, VILAS e CIDADES definirmos mais ou menos 10 216 ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICAS delimitadas mais ou menos por 9 Km² cada uma, sendo cada um DUCADO constituído por mais ou menos 19 áreas, eliminando todas as JUNTAS de FREGUESIA e IMPONDO a RESPONSABILIDADE de toda a ACÇÃO nos ÓRGÃOS DE SOBERANIA e MONOPÓLIOS a CONSTITUIR para todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todas as áreas de circunscrição MUNICIPAIS, podendo o mesmo MONOPÓLIO apresentar uma IMENSIDÃO de MARCAS e PRODUTOS diferentes e variáveis à CONDIÇÃO de cada um CIDADÃO, mas sempre com ELEVADO NÍVEL de QUALIDADE dos PRODUTOS e SERVIÇOS PRESTADOS.

Com as estruturações nos sectores de actividade económicos promovidos pelo desenvolvimento diário das ciências em termos de maquinaria, equipamentos e

instrumentos, com as estruturações nos modos, métodos e técnicas de obtenção de produtos e serviços prestados, com a substituição de uns produtos e serviços prestados por outros sucedâneos e com a diminuição do consumo e das quantidades a produzir ou dos serviços a prestar, observamos que hoje os sectores de actividade económicos da vida do REINO de PORTUGAL vivem com um excedente de profissionais no exercício de tarefas, se é certo que nenhum sector de actividade deve possuir excedente de mão-de-obra que o compõe, é certo que o despedimento constitui por si só um decréscimo de riqueza gerada, uma diminuição do consumo e um acréscimo para os custos da acção social e da saúde, causando por via das necessidades e responsabilidades de cada um cidadão o crime como forma de obtenção para as famílias das condições de toda uma habitabilidade, produzindo riscos acrescidos aos agentes da ordem e acréscimos à acção jurídica envolta da condenação dos mesmos actos. Com carências, necessidades e privações na vida das famílias, com os movimentos sindicais contestatários às imposições de austeridade que a todos os agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL afecta, com greves, protestos, paralisações, manifestações contaminando a opinião pública é de prever que se quebre a PAZ, ORDEM e HARMONIA SOCIAL, que o caos e a desordem se instituem e como devem compreender como em todas as transições de regime republicano se vão querer apropriar da propriedade privada, obrigando os investidores a abandonar o REINO de PORTUGAL, com a consequente paralisação dos sectores de actividade económicos, desemprego em massa e falência das instituições financeiras.

O que nos UNE é a nossa IDENTIDADE, ORGULHO e HONRA, a PAZ, ORDEM e HARMONIA SOCIAL, o ACREDITAR que UNIDOS SOMOS UM, capaz de superar as adversidades com que todos os ESTADOS SOBERANOS se vêm confrontados na sua relação com os DEMAIS ESTADOS SOBERANOS, separados NÃO SOMOS NENHUM. Os INTERESSES ECONÓMICOS da vida do REINO de PORTUGAL não podem permitir que se quebre a estabilidade comunitária e social com o agravar do DESEMPREGO, porque será para o BEM ou para o MAL o EXEMPLO que a NAÇÃO PORTUGUESA vai transpor para o MUNDO, dado que todos os ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS têm com o REINO de PORTUGAL, laços por via das COMUNIDADES PORTUGUESAS residentes nesses ESTADOS SOBERANOS, das relações económicas com os nossos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS ou das RAIZES GERMINADAS desde a ÉPOCA dos DESCOBRIMENTOS e da INSTITUIÇÃO da GLOBALIZAÇÃO até aos nossos dias.

Temos desemprego em todo o espaço territorial português, em todo o continente e nos arquipélagos da MADEIRA e dos AÇORES, com 20, 30, 40, 50 e 60 anos de idade, em todas as ARTES BASTONÁRIAS em exercício de actividade económica, sejam sapateiros, costureiras, enfermeiros, professores, pedreiros, engenheiros, arquitectos, qualificados em termos da sua experiência profissional, formados pela frequência e conclusão de cursos de ensino, aptos para o exercício de funções nos ÓRGÃOS de SOBERANIA ou nos sectores de actividade económicos, públicos e privados, da vida do REINO de PORTUGAL, sendo de prever que enquanto não se instituírem as FRONTEIRAS em defesa dos nossos sectores de actividade económicos e se continuar a manter a insolvência económica e financeira dos nossos sectores de actividade económicos o desemprego afirme valores incompatíveis à estabilidade, de toda uma ordem, paz e harmonia social, que em termos de acção social é in comportável corresponder, passando as graves situações de carência e necessidades das vidas das famílias a ser promovidas pelas instituições de caridade lotadas há muito com a gravidade das situações verificadas de desempregados e de próprios agregados familiares a exercerem actividades profissionais com dificuldades face ao enfrentar as

responsabilidades diárias dos próprios lares e as condições exigidas à alimentação, saúde e educação dos próprios filhos e dos seus pais. Temos 3 milhões de cidadãos no REINO de PORTUGAL entre quem trabalha e quem não trabalha que não consome, que se vêm privados de bens e serviços específicos elementares a toda uma condição de vida que se exige em todo o espaço territorial português para todos os cidadãos, são um mercado de consumo interno abrangente de todos os sectores de actividade económicos que precisamos de reanimar.

Com DESEMPREGO, produz-se a IRRESPONSABILIDADE dos actos e a desresponsabilização dos cidadãos para com toda uma acção de habitabilidade a criar e a gerar em todo o espaço territorial português, promove-se o EGOISMO, o DESRESPEITO, a DESMOTIVAÇÃO, falta de AUTO-ESTIMA, o CRIME como base de todo um SUSTENTO, a INJUSTIÇA FISCAL e SOCIAL, geram-se DEPENDÊNCIAS, CARÊNCIAS, PRIVAÇÕES, CARIDADE e FOME na VIDA das FAMÍLIAS, produz-se com a diminuição do mercado de consumo a insolvência dos nossos sectores de actividade económicos, obrigando a recorrer ao mercado externo que dada a concorrência com menores encargos e obrigações fiscais, sociais e salariais, detentores das matérias-primas que permitem custos de produção mais baixos, melhores apetrechados técnica e tecnologicamente não permite a viabilidade dos nossos sectores de actividade económicos e a competitividade exigida ao superar os obstáculos que se nos deparam a toda uma afirmação, promove-se a DESORDEM, INSEGURANÇA e o CONFLITO COMUNITÁRIO e SOCIAL, institui-se a DOENÇA, a INSTABILIDADE da VIDA em FAMÍLIA, impõem-se as DISCORDIAS, DESAVENÇAS e SEPARAÇÕES, a DIMINUIÇÃO da NATALIDADE e o consequente ENVELHECIMENTO da POPULAÇÃO,

Nos termos da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no IMEDIATO MOMENTO da RESTAURAÇÃO da MONARQUIA no REINO de PORTUGAL, TERMINA a PALAVRA DESEMPREGO, dado o AGREGAR de todos os CIDADÃOS em idade activa sem EXERCÍCIO de FUNÇÕES, públicas ou privadas, às REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, o NOSSO NOBRE POVO PORTUGUÊS não precisa de SUBSÍDIOS, de CARIDADE, mas de UM SALÁRIO no FINAL de cada MÊS, para GOVERNAR a sua VIDA e a da sua FAMÍLIA, com EMPREGO produz-se a RESPONSABILIDADE de REALIZAÇÃO de TAREFAS ECONÓMICAS a DESEMPENHAR no ELEVAR a CONDIÇÃO de HABITABILIDADE do REINO de PORTUGAL, gerasse REALIZAÇÃO, RIQUEZA, FORTUNA, POUPANÇA, CONSUMO e a equidade fiscal e social que a todos é devida, institui-se a ORDEM, PAZ e HARMONIA COMUNITÁRIA e SOCIAL, promove-se a ESTABILIDADE, SEGURANÇA e JUSTIÇA na VIDA dos agentes económicos, promove-se o RESPEITO, COMPROMISSO, UNIÃO e UNIDADE, COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e AUXÍLIO, estimulasse a CONFIANÇA, a FORÇA, a AUTO-ESTIMA, todo um SENTIDO no superar as ADVERSIDADES, PROMOVE-SE a SAÚDE, a EDUCAÇÃO e a ESTABILIDADE e HARMONIA dos LARES, CONSTITUI-SE FAMÍLIAS e terminamos com o DÉFICE de NATALIDADE presente.

Com a IMPOSIÇÃO do REGIME MONÁRQUICO, terminam as BAIXAS FRAUDULENTAS, dada a responsabilidade de cada um cidadão no assegurar as verbas da sua reforma e nenhum CIDADÃO ou SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, HUMANO ou CULTURAL vai EXERCER actividades sem as DECLARAR e CUMPRIR com as OBRIGAÇÕES SOCIAIS, FISCAIS e NOTARIAIS inerentes ao FACTO, compreendam que nos PRIMEIROS SEIS MESES de GOVERNAÇÃO vamos CRIAR mais ou menos 1,5 MILHÕES de EMPRESÁRIOS em NOME

INDIVIDUAL, com os mesmos CIDADÃOS que hoje EXERCEM FUNÇÕES à REBELIA das OBRIGAÇÕES às mesmas INERENTES, sem as DECLARAREM e que na sua MAIOR PARTE são os protagonistas de SUBSÍDIOS e APOIOS que DETURPAM a REALIDADE dos RENDIMENTOS por si AUFERIDOS, com a medida de todas as OPERAÇÕES FINANCEIRAS serem efectuadas por via de CARTÃO de DÉBITO ou CARTÃO de CRÉDITO, ou por TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA, obtemos a realidade das transacções económicas realizadas, terminamos com todo o MAL que EXISTE e poderemos BAIXAR as RESPONSABILIDADES FISCAIS, equivaler o IRS e o IRC para que todos os EMPRESÁRIOS possam DECIDIR os seus VENCIMENTOS em CONFORMIDADE com os VALORES AUFERIDOS pelos ELEMENTOS GOVERNATIVOS do REINO de PORTUGAL.

O ter DIGNIDADE o NOSSO NOBRE POVO PORTUGUÊS EXIGE um ESFORÇO, SUOR e LÁGRIMAS de TODOS no AUXÍLIO, APOIO e COLABORAÇÃO às ACÇÕES que se nos EXIGEM no SUPERAR as ADVERSIDADES da VIDA de UM ESTADO SOBERANO, também SUA MAJESTADE deseja COMUNICAR ao NOSSO NOBRE POVO PORTUGUÊS que precisamos de GERAR RIQUEZA em DIAS de FOLGA ou de FERIADOS, mas para termos uma PASCOA mais FELIZ, um NATAL com tudo o que o mesmo EXIGE, para não termos que HIPOTECAR a NOSSA SOBERANIA e a DEPENDÊNCIA face ao EXTERIOR, não para CONTINUARMOS em CRISE e a TRABALHAR para PAGARMOS a OUTROS ESTADOS SOBERANOS ou ENTIDADES o DINHEIRO que depois de AUDITORADAS as CONTAS, veremos se DEVEMOS ou se nos DEVEM a NÓS. Se o REINO de PORTUGAL deve DINHEIRO ao EXTERIOR, tem que HONRAR a sua PALAVRA, a SOBERANIA de UM ESTADO SOBERANO é TRANSMITIDA pela RESPONSABILIDADE de HONRAR os seus COMPROMISSOS, sempre que os mesmos ENVOLTOS do PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO e DIGNIDADE das CONDIÇÕES de VIDA dos seus CIDADÃOS e dos seus SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e sem que se coloque em CAUSA a DEFESA da sua SOBERANIA, AUTONOMIA e AUTODETERMINAÇÃO INSTITUCIONAL dos seus ÓRGÃOS de SOBERANIA. Não é com as medidas de AUSTERIDADE que IMPÕEM, com o AGRAVAR a condição PERCARIA e DÉBIL em que VIVEMOS, que o REINO de PORTUGAL CONQUISTA a REALIDADE que SUA MAJESTADE no PRIMEIRO MINUTO de MANDATO CONQUISTA, ao RESPONSABILIZAR os AUTORES da CRISE e do MAL-ESTAR dos AGENTES ECONÓMICOS do REINO de PORTUGAL, se SUA MAJESTADE não ISENTA de RESPONSABILIDADES ou não ATRIBUI BENEFÍCIOS aos INVESTIDORES PORTUGUESES, está FORA de QUESTÃO ISENTAR ou atribuir a INVESTIDORES EXTERNOS PRESENTES em SOLO PORTUGUÊS.

A QUALIFICAÇÃO dos CIDADÃOS como tem sido EMPREENDIDA está a ESQUECER os INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao ERGUER dos SONHOS de cada UM, EXISTINDO VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE nos SONHOS do NOSSO NOBRE POVO, existindo CARÊNCIAS no MERCADO de CONSUMO a SATISFAZER, todo o EXERCÍCIO de TAREFAS tem que ser para RENTABILIZAR, como todo o BEM ou SERVIÇO PRESTADO tem um CUSTO, é PRECISO DINHEIRO no BOLSO dos AGENTES ECONÓMICOS para o ADQUIRIRMOS e é este o PRINCIPAL OBJECTIVO de SUA MAJESTADE, ao CRIAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e ESTABILIDADE ECONÓMICA dos NOSSOS SECTORES de ACTIVIDADE com o término do IVA e a IMPOSIÇÃO dos IMPOSTOS ADUANEIROS e com o FORTALECIMENTO da

NOSSA RAZÃO PORTUGAL. Temos que CONSUMIR o que PRODUZIMOS, temos que VALORIZAR a MARCA PORTUGAL em toda a sua AFIRMAÇÃO, de modo e forma a ESCOARMOS os produtos para cada uma ESTAÇÃO, ENALTECERMOS a ACÇÃO PRODUTIVA de todos NÓS e LOTARMOS a CAPACIDADE PRODUTIVA dos NOSSOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS. O termos quase TRÊS MILHÕES de CIDADÃOS a VIVER no LIMAR da POBREZA entre quem TRABALHA e quem não TRABALHA, é um MERCADO que não CONSOME, que se vê PRIVADO de BENS e SERVIÇOS ELEMENTARES que temos que REANIMAR, de modo e forma a POTENCIAR a VIABILIDADE de todos os NOSSOS SECTORES PRODUTIVOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS. Se DESEJAMOS um REINO ACOLHEDOR para quem nos VISITA e em NÓS INVESTE, temos que POSSUIR um SORRISO nos LÁBIOS e temos que DIGNIFICAR uma CONDIÇÃO de VIDA SUPERIOR, porque quem viaja em NEGÓCIOS ou em LAZER, não se DESLOCA para REINOS sem PAZ, ORDEM e SEGURANÇA, não se desloca para ver POBREZA, como é o caso dos CIDADÃOS PEDINTES, dos CIDADÃOS a mexer no LIXO e a aproveitá-lo para uso e CONSUMO, não viaja para ser mal recebido ou para VIVER o mesmo período INSEGURO, o SABERMOS RECEBER os OUTROS é termos ESTIMA por NÓS PRÓPRIOS e termos DIGNIDADE em todo o NOSSO SENTIDO de HABITABILIDADE.

Temos hoje presente que o ESTADO que deveria ser de REGULADOR, FISCALIZADOR e CONTROLADOR de cada um EXERCÍCIO de ACTIVIDADE ECONÓMICA, se PERMITE a fazer CONCORRÊNCIA aos INTERESSES PRIVADOS e que os DIRIGENTES SINDICAIS estão envoltos da sua RAZÃO de INSTAURAR o DESRESPEITO, CAOS e a DESORDEM e de após a sua INSTAURAÇÃO se APROPRIAREM do que não lhes pertence, como fizeram em todas as FASES do REGIME REPUBLICANO, AMBICIONANDO o seu PRÓPRIO BEM-ESTAR e DESPREZANDO os PROFISSIONAIS que no TODO REPRESENTAM uma ORDEM PROFISSIONAL que como desejo ser uma ARTE BASTONÁRIA, que defenda os INTERESSES de toda uma CLASSE, prosseguindo o ACORDAR o MAL-ESTAR dos PROFISSIONAIS, a GERAR os CONFLITOS entre PATRÕES e FUNCIONÁRIOS e a salvaguardarem MEDIDAS em seu PRÓPRIO BENEFÍCIO como são o TRIPLO das INDEMNIZAÇÕES em caso de DESPEDIMENTO, os DIAS de folga para as suas REUNIÕES pouco CLARAS e DESPROVIDAS de INTERESSE para os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e para os PROFISSIONAIS que REPRESENTAM. As GREVES, MANIFESTAÇÕES e PARALIZAÇÕES que no REINO de PORTUGAL persistem devem-se FUNDAMENTALMENTE à ACÇÃO SINDICAL, na sua MAIORIA AFECTA à FUNÇÃO PÚBLICA que por si SÓ OBEDECE a REGALIAS que os SECTORES de ACTIVIDADE PRIVADOS não ATRIBUEM aos seus FUNCIONÁRIOS, são TRANSPORTES, HOSPITAIS, TRIBUNAIS, ESCOLAS, MATRIZES SOCIAIS, NOTARIAIS E FISCAIS, são sempre os mesmos que apesar de verem a sua condição SUPERIOR aos dos SECTORES PRIVADOS, causam PREJUÍZOS INCALCULÁVEIS com as suas REIVINDICAÇÕES, provocam TRANSTORNOS à COMUNIDADE ao PRIVÁ-LOS dos seus SERVIÇOS nos dias de PROTESTO, as PONTES que fazem em VESPERAS de FERIADOS têm que ser ELIMINADAS, porque não se ADMITE enquanto o MUNDO ECONÓMICO REALIZA a sua FUNÇÃO de MERCADO, ver o REINO PARALISADO nos seus SERVIÇOS, sem REALIZAR TRANSACÇÕES ECONÓMICAS e sem ACORDAR os COMPROMISSOS FUTUROS.

Não se ADMITE no REINO de PORTUGAL os PROFISSIONAIS da CAPITAL receberem mais do que os demais trabalhadores do REINO, o REINO é só um e as RESPONSABILIDADES do EXERCÍCIO das mesmas FUNÇÕES e COMPETÊNCIAS a CUMPRIR INDEPENDENTEMENTE de serem EXERCIDAS por HOMENS ou por MULHERES têm que OBEDECER a UMA SÓ TABELA SALARIAL, não pode EXISTIR DISPARIDADES OU DISCRIMINAÇÕES sejam elas de que NATUREZA forem. Ao ABOLIR o CARNAVAL como FERIADO ALERTO que o CARNAVAL e os FERIADOS MUNICIPAIS devem ser COMEMORADOS durante 7 DIAS, para que todos os CIDADÃOS PARTICIPEM nas suas COMEMORAÇÕES, sem que com os FESTEJOS ABDIQUEM de CUMPRIR com a NOBREZA do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES. É FUNDAMENTAL e ELEMENTAR que em dias de FESTA exista COMÉRCIO e ACTIVIDADE ECONÓMICA, é INADMISSÍVEL que se prepare e ORGANIZE uma FESTA ao longo de todo o ANO e se GASTE MILHARES de CONTOS em CARROS ALEGÓRICOS para se MOSTRAR à POPULAÇÃO e para a mesma PARTICIPAR só em TRÊS DIAS.

As PREOCUPAÇÕES de SUA MAJESTADE, não se LIMITAM APENAS e SÓ à RELAÇÃO de PAZ com os DEMAIS ESTADOS SOBERANOS do PLANETA TERRA, à ELEVADA condição de VIDA e DIGNIDADE de todo o NOSSO NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS que DESEJO IMPOR com todos os CIDADÃOS, ORGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, PÚBLICAS e PRIVADAS, mas TAMBÉM à PREOCUPAÇÃO PERMANENTE com a ESTABILIDADE do PLANETA TERRA, a que tudo o que o HOMEM CONHECE deu ORIGEM e que PROPORCIONA ao HOMEM os BENS que possuímos a todo um SENTIDO de HABITABILIDADE que a todos os ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS AFECTA na sua RELAÇÃO INTERNA e EXTERNA. O MUNDO está CONFRONTADO com o aquecimento global, com o degelo e subida do nível do mar, com o AUMENTO dos DESERTOS e com a DESERTIFICAÇÃO que progride a todo o MINUTO e que provoca a ARIDEZ dos SOLOS e que DIMINUE o SOLO FÉRTIL para que o HOMEM consiga IMPOR a sua ACCÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA e FLORESTAL EXIGIDA ao NOSSO ALIMENTO e a toda uma CONDIÇÃO do AR que nos FAZ RESPIRAR, que SUPORTA a ESTABILIDADE do PLANETA e que nos PROTEGE das RADIAÇÕES e dos CORPOS CELESTES, bem como à responsabilidade de todos NÓS na PRESERVAÇÃO de todos os SEUS CICLOS de BIODIVERSIDADE nos termos da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

Não são TEMPOS para que UM ESTADO SOBERANO IMPONHA a OUTRO ESTADO SOBERANO o seu MODO de SER, ESTAR e EXISTIR, que se possa querer SUBJUGAR, ou DESTRONAR toda uma IDENTIDADE PRÓPRIA de NOBRES POVOS SECULARES, de tentar EXPLORAR as RIQUEZAS que cada um ESTADO SOBERANO DETEM, é TEMPO de RESPEITO, RESPONSABILIDADE e COMPROMISSO de todos os ESTADOS SOBERANOS para com todos os ESTADOS SOBERANOS em MOMENTOS de CRISE HUMANITÁRIA e CATASTROFES NATURAIS. Não é por REIVINDICAR o TERRITÓRIO de OLIVENÇA do REINO de ESPANHA, que com esta REPOSIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL e das FRONTEIRAS, vou ORIGINAR QUALQUER GÉNERO de CONFLITOS com o REINO VIZINHO, do REINO de ESPANHA e do REINO de MARROCOS, ESPERO o RESPEITO, a RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO sempre que SOLICITADO de em MOMENTOS de NECESSIDADE e URGÊNCIA do APOIO, AUXÍLIO e COLABORAÇÃO no IMEDIATO, já que AMBOS SOMOS REINOS

VIZINHOS, bem como NÓS SEREMOS os PRIMEIROS a PROPOR a ACÇÃO das NOSSAS FORÇAS de INTERVENÇÃO em CASO de CATASTROFES de CARIZ HUMANITÁRIO e NATURAL aos REINOS VIZINHOS, bem como a TODOS os DEMAIS ESTADOS SOBERANOS. Aguardo no PRIMEIRO ANO de MANDATO TERMINAR com toda a FOME no IMPÉRIO PORTUGUÊS e não JULGEM que SUA MAJESTADE BRINCA com um TEMA de tão GRAVE COMPLEXIDADE, SAÚDE, TRANSPORTES, AGRICULTURA, PESCA, PECUÁRIA, EXTRACÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EDUCAÇÃO, JUSTIÇA, NOTÁRIOS, SOCIAIS, FISCAIS, CONSTRUÇÃO CIVIL, DESEJO com SUAS MAJESTADES, todos os REIS e com TODOS os REPRESENTANTES MÁXIMOS dos ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS TERMINAR com os DESERTOS, CRIANDO RIOS com a ÁGUA do MAR que com o DEGELO coloca em PERIGO os ESTADOS SOBERANOS COSTEIROS e as ILHAS nos OCEANOS, de modo a FERTILIZAR as ÁREAS DESERTAS, DESEJO que todos os CIDADÃOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS depois de DEFINIRMOS as ÁREAS FLORESTAIS e de CONSTRUIRMOS as CANALIZAÇÕES PRÓPRIAS à sua REGA em todo o MOMENTO, PLANTAR as ÁRVORES EXIGIDAS a termos 70% do ESPAÇO TERRITORIAL IMPERIAL PORTUGUÊS ARBORIZADO, sendo o DEMAIS ESPAÇO TERRITORIAL, 21% destinado a FINS AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS e EXTRACTIVOS e 9% de ÁREA URBANIZADA e é deste modo que todos os ESTADOS SOBERANOS se devem ORGANIZAR e REGER, para que o PLANETA TERRA POSSUA a ESTABILIDADE e SAÚDE FIRME, FORTE e DURADOURA.

ASSUSTA PENSAR que é NECESSÁRIO TERMINAR com a EXTRACÇÃO do CRUDE em todo o PLANETA, mas a sua EXTRACÇÃO CONTRIBUI para a PERDA dos SENTIDOS do PLANETA TERRA, COMUNICO que o PLANETA TERRA é um ASTRO VIVO, que possui o CRUDE como o HOMEM possui o SANGUE e que ao retirá-lo estão a PROVOCAR uma ANEMIA que como TÊM PRESENTE provoca a MORTE de qualquer um SER VIVO. Não é o facto de ALGUNS CIDADÃOS do NOSSO NOBRE POVO PENSAR que já VIVEMOS que me PREOCUPA como HOMEM e como REI, mas o FACTO de também os NOSSOS FILHOS e NETOS terem o DIREITO de VIVER, terem as CONDIÇÕES à sua PLENA HABITABILIDADE, terem a ESTABILIDADE do PLANETA TERRA, terem ÁGUA, SOLO ARÁVEL para CULTIVAR os seus ALIMENTOS, tenham AR para RESPIRAR, possam USUFRUIR da NATUREZA em toda a sua PLENITUDE e tenham PAZ, ORDEM e HARMONIA SOCIAL, o que não VEJO a PREOCUPAÇÃO à RESPONSABILIDADE a CUMPRIR. Assistimos à EXPLORAÇÃO sem NEXO das RIQUEZAS NATURAIS e à EXTINÇÃO dos CICLOS de BIODIVERSIDADE, quando já só deveríamos usar as MATERIAS RECICLÁVEIS, que com tantas fontes de ENERGIA RENOVÁVEIS continuamos a EXPLORAR e EXTINGUIR as MATÉRIAS FOSSEIS. Se UMA BOMBA mata 100 CIDADÃOS um TREMOR de TERRA mata 100 000 CIDADÃOS e não POUPA RICOS nem POBRES, Preocupa-me a INSTABILIDADE do PLANETA e o FACTO de com o AQUECIMENTO da TEMPERATURA se estar a REANIMAR os VULCÕES que são FERIDAS que devem ser CURADAS com CRUDE, PREOCUPA-ME o PLANETA ENTRAR em CONVULSÃO ININTERRUPTA e de NUNCA MAIS NENHUM ESTADO SOBERANO puder ter a HABITABILIDADE que sendo QUEBRADA MOMENTANEAMENTE ainda HOJE POSSUIMOS. Não ESTÃO com as DIRECTRIZES que TRAÇAM e que IMPÕEM a PREJUDICAR RICOS ou POBRES MAS TODOS NÓS, HOMENS, CICLOS DE BIODIVERSIDADE TERRESTRE e PLANETA TERRA, por INTERESSES MENORES que a ESTABILIDADE, ORDEM

e HARMONIA de uma VIDA SOCIAL PLANETÁRIA. SUA MAJESTADE é CONSCIENTE ao AFIRMAR que é NECESSÁRIO TERMINAR com as CENTRAIS NUCLEARES e na PENINSULA IBÉRICA EXISTEM VÁRIAS que têm que ser ELIMINADAS pelo RISCO que PROMOVEM para toda a POPULAÇÃO ESPANHOLA, PORTUGUESA e MUNDIAL, SUA MAJESTADE é CONSCIENTE ao AFIRMAR que todos os ESTADOS SOBERANOS BANHADOS pelo MEDITERRÂNEO têm que DELIBERAR no SENTIDO de não se permitir a passagem de NAVIOS ou SUBMARINOS NUCLEAR, de COMBUSTÍVEIS ou OUTROS PRODUTOS TÓXICOS no MAR MEDITERRÂNEO, devido ao RISCO de COLOCAREM em CAUSA em caso de GRAVE ACIDENTE a ESTABILIDADE de todo o ECOSSISTEMA MARINHO e PREJUDICAR para SÉCULOS a VIDA das POPULAÇÕES.

Com o acabar com o IVA e a imposição dos impostos alfandegários, equiparamos e equivalemos os preços dos bens e serviços prestados no mercado de consumo pelos nossos sectores de actividade económicos aos dos sectores de actividade económicos externos à vida do REINO de PORTUGAL, criamos viabilidade e exequibilidade de todos os nossos sectores de actividade económicos, a protecção e defesa dos nossos agentes económicos, constituímos riqueza com os impostos aduaneiros arrecadados, articulamos, agregamos e tornamos dependente todo o nosso tecido produtivo, estimulamos à produção e ao consumo interno, valorizamos as nossas marcas no mercado de consumo, defendemos os nossos centros de decisão e impomos o nosso poder de decisão, a nossa independência e soberania portuguesa, aumentando a produtividade, rentabilidade e competitividade face aos sectores de actividade externos à vida do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, permitimos um elevar dos rendimentos dos sectores de actividade económicos e um aumento de receitas estatais que permitirá a redução das obrigações tributárias e sociais, conquistamos um outro poder para corrigir os próprios vencimentos auferidos pelos profissionais de cada um sector de actividade económico, um aumentar dos salários reais, constituindo poupança na vida das famílias, estabilidade e harmonia familiar e paz, ordem e harmonia social, bem como potenciamos a realidade dos sectores de actividade económicos externos para não pagar o imposto aduaneiro possam constituir a sua própria empresa em PORTUGAL gerando EMPREGO e RIQUEZA para todos os NOSSOS AGENTES ECONÓMICOS PORTUGUESES.

Com a imposição da medida financeira de imposição das transferências de capitais por via de cartão de débito, cartão de crédito e por transferência bancária, produzimos a solvência da banca para o financiar os projectos dos nossos agentes económicos, terminamos com todas as actividades ilícitas a operar no espaço territorial português, acabamos com a economia paralela, actualizamos os rendimentos reais de todos os nossos agentes económicos, elevando a receita tributária e social, permitindo uma actualização e redução da carga fiscal e social sobre os agentes económicos, tornamos a nossa economia competitiva face à concorrência no mercado de consumo dos sectores de actividade externos à vida do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, estimulamos ao consumo interno e à produção e criação de emprego, riqueza e solvência económica e financeira para todos os agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL.

Com a comunidade europeia e com a abertura das fronteiras constituímos a insolência de todos os agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL, obtemos ZERO de impostos e contribuições que são o instrumento exigido a toda uma responsabilidade do ESTADO na criação evolutiva das condições de habitabilidade equitativa em todo o espaço territorial português, criamos a fragilização dos nossos

sectores de actividade económicos por via da concorrência desleal face aos custos de produção e aos preços praticados no mercado de consumo, criamos a desarticulação e desagregação do nosso tecido produtivo e a dependência face aos sectores de actividade económicos externos à vida do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, geramos o desrespeito, a desmotivação e a desconfiança dos nossos agentes económicos na iniciativa empresarial e no investimento como forma de criação de riqueza, depreciamos as nossas marcas no mercado de consumo e consequentemente a perda dos centros de decisão e do poder de decisão, subjugamos a nossa autoridade, autonomia e soberania económica, humana e cultural portuguesa, obrigamos os nossos sectores de actividade económicos à redução dos preços dos seus bens e serviços prestados no mercado de consumo, obrigamos à diminuição dos salários reais dos seus profissionais e a degradação da vida das famílias, fomentamos a continua diminuição dos lucros das empresas e o consecutivo encerramento, que provoca desemprego e uma diminuição da receita fiscal e social e a necessidade do aumento dos impostos como forma de suportar as perdas geradas.

Com a constituição do IMPÉRIO PORTUGUÊS, conquistamos a REALEZA de toda uma identidade IMPERIAL PORTUGUESA no PLANETA TERRA, a razão de todo um existir económico, humano e cultural de laços e traços comuns próprios aos OITOS REINOS SOBERANOS, ANGOLA, BRASIL, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR que constituem o IMPÉRIO PORTUGUÊS, geramos respeito, responsabilidade e compromisso, unidade, união, cooperação, colaboração, auxílio, ajuda mútua, afirmação, crescimento, progresso, desenvolvimento e futuro para todos NÓS AGENTES ECONÓMICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, reforçando e fortalecendo toda a nossa SOBERANIA, INDEPENDÊNCIA e AUTODETERMINAÇÃO IMPERIAL PORTUGUESA na relação de PAZ com todos os IMPÉRIOS e ESTADOS SOBERANOS do GLOBO TERRESTRE.

MATÉRIA DÉCIMA SEGUNDA MONOPÓLIOS de PORTUGAL

MONOPÓLIOS de PORTUGAL, cotados em bolsa, sendo os accionistas estruturados da seguinte forma, estado 10%, iniciativa privada 70%, consumidores 20%,

A imposição dos MONOPÓLIOS de PORTUGAL é unificar toda uma acção que hoje vive fracturada em pequenas e médias empresas a concorrerem pela conquista do mesmo mercado de consumo limitado, sem força de imporem a sua viabilidade e solvência económica, sem terem presente a totalidade da responsabilidade a cumprir para com os agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e os acordos comerciais com o MUNDO, dos materiais, bens ou serviços destes dependentes. Instituir os MONOPÓLIOS de PORTUGAL é desenvolver toda uma acção presente e efectiva em todos os 550 DUCADOS e sempre que exigido em todas as ALDEIAS, VILAS e CIDADE que constituem cada UM DUCADO, é constituir sectores de actividade económicos poderosos em toda a sua acção e dimensão, é fortalecer todo um poder de DECISÃO dos capitais sociais dos sectores de actividade económicos que compõem cada um MONOPÓLIO, face às posições a empreender à qualidade, comodidade e conforto, à resistência, durabilidade e flexibilidade, à eficiência e eficácia a exigir dos materiais, bens ou serviços prestados ao consumidor, à unidade, identidade e valorização dos modos, métodos e técnicas culturais portuguesas na imposição das características próprios dos nossos materiais, bens e serviços prestados, produzidos e fabricados necessários à racionalização, optimização e redução dos custos de produção, promovendo um solidificar, rentabilizar e crescer de

competitividade face ao mercado produtor externo à vida do REINO de PORTUGAL e à afirmação da MARCA PORTUGAL no PLANETA TERRA, é termos presente a manutenção e a diversidade de bens e de serviços prestados por todos os sectores de actividade económicos que compõem cada um MONOPÓLIO, terminando com os nocivos à saúde humana, aos ciclos de biodiversidade terrestres e ao planeta terra, é termos presente uma valorização diária face aos compromissos do mercado de consumo que se exige de satisfação das necessidades de todos os agentes económicos da vida do REINO de PORTUGAL, é termos presente as estimativas de produção e de consumo para cada um período económico, é termos presente a localização dos sectores de actividade económicos que compõem cada um MONOPÓLIO e deslocalizar para todos os espaços territoriais prementes da sua acção económica, de modo a todo um satisfazer equitativo das exigências de consumo em todo o espaço territorial português, aproveitando as riquezas naturais de todo o espaço territorial, criando emprego, povoando e fixando as populações nas áreas territoriais desertificadas, exigindo a construção das acessibilidades e infra-estruturas necessárias e precisas ao desenvolvimento, progresso e futuro das populações e dos sectores de actividade económicos.

Os MONOPÓLIOS de PORTUGAL vão ter a PRIMEIRA FASE de CONSTITUIÇÃO dos MONOPÓLIOS de cada um sector de actividade económico com a reunião de todos os capitais sociais a operarem licitamente no espaço territorial português no exercício da respectiva actividade económica, a SEGUNDA FASE de AUMENTO de CAPITAIS com o agregar dos capitais sociais a operarem ilicitamente no espaço territorial português no exercício das respectivas actividades económicas, a TERCEIRA FASE de AUMENTO de CAPITAIS com a comparticipação ESTATAL de 10% no capital social de cada um MONOPÓLIO, permitindo ter a observação da realidade de produção e das necessidades de consumo de cada um MONOPÓLIO face à satisfação dos agentes económicos e têm que ter certezas e confiar em SUA MAJESTADE para que possa existir uma QUARTA FASE de aumento de capitais, sem ser preciso o dispêndio de verbas dos capitais sociais já existentes, tendo presente a auto-suficiência de cada um MONOPÓLIO no firmar as responsabilidades de consumo dos NOSSOS AGENTES ECONÓMICOS. Podendo existir outros MONOPÓLIOS em cada uma ÁREA de ACÇÃO ECONÓMICA os MONOPÓLIOS são:

MONOPÓLIOS das ÁREAS PRESIDENCIAIS:

PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON:

PLÂNCTON de PORTUGAL,
CRUSTÁCEOS de PORTUGAL,
MOLUSCOS de PORTUGAL,
MAMÍFEROS de PORTUGAL,
PEIXES de PORTUGAL,
PISCICULTORES de PORTUGAL,
AQUACULTORES de PORTUGAL,
OCEANÁRIOS de PORTUGAL,
ZOO MARINHOS de PORTUGAL,

PECUÁRIA E DOS ANIMAIS:

OVINOS de PORTUGAL,
CAPRINOS de PORTUGAL,
BOVINOS de PORTUGAL,

GALINÁCEOS de PORTUGAL,
LEPORÍDEOS de PORTUGAL,
CAVALOS de PORTUGAL,
PORCINOS de PORTUGAL,
AVES de PORTUGAL,
APICULTORES de PORTUGAL,
ASSININOS e MUARES de PORTUGAL,
INSECTOS de PORTUGAL,
CANINOS de PORTUGAL,
FELINOS de PORTUGAL,
RÉPTEIS de PORTUGAL,
VERMES de PORTUGAL,
MAMÍFEROS de PORTUGAL,
JARDINS ZOOLOGICOS de PORTUGAL,
RESERVAS NATURAIS de PORTUGAL,
RESERVAS de CAÇA de PORTUGAL,
MATADOUROS de PORTUGAL,
CANIS de PORTUGAL,
GÁTIS de PORTUGAL,

AGRICULTURA E DOS VEGETAIS:

HERBÁCEOS de PORTUGAL,
FRUTOS de PORTUGAL,
CEREAIS de PORTUGAL,
FLORES de PORTUGAL,
ERVAS de PORTUGAL,
CORTIÇAS de PORTUGAL,
EUCALIPTOS de PORTUGAL,
ÁRVORES de PORTUGAL,
BORRACHA de PORTUGAL,
OLIVEIRAS de PORTUGAL,
SOLANÁCEAS de PORTUGAL,
VINHAS de PORTUGAL,
ESPECIARIAS de PORTUGAL,
SEMENTES de PORTUGAL,
ALGODÃO de PORTUGAL,
LINHO de PORTUGAL,
CÂNHAMO de PORTUGAL,
JUTA de PORTUGAL,
SISAL de PORTUGAL,
BETERRABA de PORTUGAL,
OLEAGINOSAS de PORTUGAL,
CACAU de PORTUGAL,
CAFÉ de PORTUGAL,
CHÁ de PORTUGAL,
BAMBU, VERGA e VIME de PORTUGAL,
JARDINS BOTÂNICOS de PORTUGAL,
RESINAS de PORTUGAL,
BIO MASSA de PORTUGAL,

EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS:

AREIAS de PORTUGAL,
TERRAS de PORTUGAL,
METAIS de PORTUGAL,
NÃO METAIS E SUBMETAIS de PORTUGAL,
CARVÃO de PORTUGAL,
ROCHAS de PORTUGAL,
CRUDE de PORTUGAL,
GÁS de PORTUGAL,
SAL de PORTUGAL,
ÁGUAS de PORTUGAL,
MINERÓLOGOS de PORTUGAL,

INDÚSTRIA:

ALIMENTAR:

CONSERVAS de PORTUGAL,
MASSAS de PORTUGAL,
CUSCUS de PORTUGAL,
CONDIMENTOS de PORTUGAL,
TEMPEROS de PORTUGAL,
FERMENTOS de PORTUGAL,
LEVEDURAS de PORTUGAL,
ADJUVANTES de PORTUGAL,
CALDOS de PORTUGAL,
SOPAS de PORTUGAL,
SOBREMESAS de PORTUGAL,
ALIMENTOS HOMOGENEIZADOS de PORTUGAL,
ALIMENTOS DIETÉTICOS de PORTUGAL,
ENCHIDOS de PORTUGAL,
GELADOS de PORTUGAL,
SORVETES de PORTUGAL,
COMPOTAS de PORTUGAL,
LACTICINIOS de PORTUGAL,
AZEITES de PORTUGAL,
ÓLEOS de PORTUGAL,
GORDURAS ANIMAIS de PORTUGAL,
MARGARINAS de PORTUGAL,
LEITES de PORTUGAL,
VINAGRES de PORTUGAL,
AÇUCARES de PORTUGAL,
CONGELADOS de PORTUGAL,
AMIDOS de PORTUGAL,
FÉCULAS de PORTUGAL,
BOLACHAS de PORTUGAL,
BISCOITOS de PORTUGAL,
TOSTAS de PORTUGAL,
CHOCOLATES de PORTUGAL,
PANIFICAÇÃO de PORTUGAL,
PASTELARIA de PORTUGAL,
ANIMAIS de CRIAÇÃO de PORTUGAL,

ANIMAIS de ESTIMAÇÃO de PORTUGAL,
BEBIDAS:

VINHOS de PORTUGAL,
LICORES de PORTUGAL,
ESPUMANTES de PORTUGAL,
CIDRA de PORTUGAL,
AGUARDENTES de PORTUGAL,
BRANDYS de PORTUGAL,
VERMUTES de PORTUGAL,
VINHOS do PORTO PORTUGUESES,
VINHOS da MADEIRA PORTUGUESES,
VINHOS dos AÇORES PORTUGUESES,
MOSCATEL de PORTUGAL,
CERVEJAS de PORTUGAL,
MALTE de PORTUGAL,
ABSINTOS de PORTUGAL,
ÁGUAS MINERAIS PORTUGUESAS,
ÁGUAS de NASCENTE PORTUGUESAS,
ÁGUAS GASEIFICADAS PORTUGUESAS,
SUMOS de PORTUGAL,
REFRIGERANTES de PORTUGAL,

TABACOS de PORTUGAL,
TÊXTEIS de PORTUGAL,
CURTUMES de PORTUGAL,
VESTUÁRIO de PORTUGAL,
CURTUMES de PORTUGAL,
CALÇADOS de PORTUGAL,
MOBILIÁRIOS de PORTUGAL,
MADEIRAS de PORTUGAL,
CORTIÇAS de PORTUGAL,
PASTA DE PAPEL, PAPEL e CARTÃO de PORTUGAL,
EDIÇÃO e REPRODUÇÃO de PORTUGAL,
IMPRESSÃO e ENCADERNAÇÃO de PORTUGAL,
PETRÓLEOS PORTUGUESES,
NUCLEAR de PORTUGAL,
QUÍMICOS de PORTUGAL,
PLÁSTICOS de PORTUGAL,
BORRACHAS de PORTUGAL,
CRISTALARIAS de PORTUGAL,
VIDROS de PORTUGAL,
CERÂMICAS de PORTUGAL,
CIMENTOS de PORTUGAL,
BETÃO de PORTUGAL,
ALCATRÃO de PORTUGAL,
ROCHAS de PORTUGAL,
METALURGIAS de PORTUGAL,
FARMACÊUTICAS de PORTUGAL,
ELÉCTRICAS de PORTUGAL,
ELECTRÓNICA de PORTUGAL,
INFORMÁTICA PORTUGUESA,

PORCELANAS de PORTUGAL,
CERAS de PORTUGAL,
INCENSOS de PORTUGAL,
JOALHARIA de PORTUGAL,
OURIVESARIA de PORTUGAL,
RELOJOARIA de PORTUGAL,
SATÉLITES de PORTUGAL,
BÉLICOS de PORTUGAL,
RODOVIÁRIOS de PORTUGAL,
AERONAUTICOS de PORTUGAL,

NÁUTICOS de PORTUGAL,
FERROVIÁRIOS de PORTUGAL,
MOTOCICLOS de PORTUGAL,
VELOCÍPEDES de PORTUGAL,
TELEFÉRICOS PORTUGUESES,
ASCENSORES PORTUGUESES,
VEICULOS ESPECIAIS PORTUGUESES,
VEICULOS TRADICIONAIS PORTUGUESES,
CORDOARIAS de PORTUGAL,
RECICLAGENS de PORTUGAL,

COMÉRCIO:

PEIXARIAS de PORTUGAL,
TALHOS de PORTUGAL,
CHARCUTARIAS de PORTUGAL,
VIVEIROS ANIMAIS PORTUGUESES,
DROGARIAS de PORTUGAL,
POSTOS de ABASTECIMENTO de COMBUSTÍVEIS de
PORTUGAL,
MARMORISTAS de PORTUGAL,
GALERIAS de ARTE de PORTUGAL,
ESCULTURAS de PORTUGAL,
PINTURA e DESENHO de PORTUGAL,
OLARIAS de PORTUGAL,
TAPEÇARIAS PORTUGUESAS,
CRISTALARIAS PORTUGUESAS,
CESTARIAS PORTUGUESAS,
ARTESANATOS de PORTUGAL,
VIVEIROS VEGETAIS PORTUGUESES,
FRUTARIAS de PORTUGAL,
HORTOS de PORTUGAL,
ERVANÁRIOS de PORTUGAL,
TABACARIAS de PORTUGAL,
CASAS das ESSÊNCIAS de PORTUGAL,
CHOCOLATARIAS de PORTUGAL,
GELATARIAS de PORTUGAL,
CASAS de CHÁ PORTUGUESAS,
CAFÉS de PORTUGAL,
TABERNAS de PORTUGAL,
PADARIAS de PORTUGAL,

PASTELARIAS de PORTUGAL,
CONFEITARIAS de PORTUGAL,
CERVEJARIAS PORTUGUESAS,
MARISQUEIRAS de PORTUGAL,
RESTAURANTES de PORTUGAL,
POUSADAS de PORTUGAL,
HÓTEIS de PORTUGAL,
APARTHOTÉIS de PORTUGAL,
ESTALAGENS de PORTUGAL,
RESIDÊNCIAS de PORTUGAL,
MÓTEIS de PORTUGAL,
MERCADOS de PORTUGAL,
SUPERMERCADOS de PORTUGAL,
HIPER-MERCADOS de PORTUGAL,
CENTROS COMERCIAIS de PORTUGAL,
GARRAFEIRAS de PORTUGAL,
TÊXTEIS LAR de PORTUGAL,
VESTUÁRIOS de CRIANÇA de PORTUGAL,
VESTUÁRIO de HOMEM de PORTUGAL,
VESTUÁRIO de MULHER de PORTUGAL,
ALFAIATES de PORTUGAL,
COSTUREIRAS de PORTUGAL,
CURTUMERIAS de PORTUGAL,
SAPATARIAS de PORTUGAL,
PAPELARIAS de PORTUGAL,
LIVRARIAS de PORTUGAL,
QUIOSQUES de PORTUGAL,
STANDES dos TRANSPORTES de PORTUGAL,
IMOBILIÁRIAS de PORTUGAL,
AGÊNCIAS de VIAGEM de PORTUGAL,
FARMÁCIAS de PORTUGAL,

FINANCEIRA:

REAL BANCO de PORTUGAL,

ENERGIAS:

CENTRAIS SOLARES de PORTUGAL,
GASES de PORTUGAL,
ELECTRICIDADE de PORTUGAL,
EÓLICAS de PORTUGAL,
CENTRAIS MARITIMAS de PORTUGAL,
PETRÓLEOS de PORTUGAL,
GEOTÉRMICAS de PORTUGAL,
CENTRAIS de CARVÃO PORTUGUESAS,
CENTRAIS de BIO MASSA de PORTUGAL,
NUCLEARES de PORTUGAL,

TRANSPORTES:

MARINHA MERCANTE PORTUGUESA,
AERONAVES de PORTUGAL,

COMBOIOS de PORTUGAL,
METROPOLITANOS de PORTUGAL,
ELÉCTRICOS de PORTUGAL,
RODOVIÁRIA PORTUGUESA,
TRANSITÁRIOS de PORTUGAL,
TÁXIS de PORTUGAL,
TELEFÉRICOS de PORTUGAL,
ASCENSORES de PORTUGAL,
VEICULOS ESPECIAIS de PORTUGAL,
VEICULOS TRADICIONAIS de PORTUGAL,
VEICULOS ANIMAIS de PORTUGAL,
STANDES de PORTUGAL,
ALUGUER de TRANSPORTES AÉREOS de PORTUGAL,
ALUGUER de TRANSPORTES MARINHOS de PORTUGAL,
ALUGUER de TRANSPORTES RODOVIÁRIOS de
PORTUGAL,
ALUGUER de TRANSPORTES VELOCÍPIDES de
PORTUGAL,
OFICINAS de TRANSPORTES AÉREOS de PORTUGAL,
OFICINAS de TRANSPORTES MARINHOS de PORTUGAL,
OFICINAS de TRANSPORTES RODOVIÁRIOS de
PORTUGAL,

CONSTRUÇÃO CIVIL:

PATRIMÓNIO HISTÓRICO de PORTUGAL,
EDIFÍCIOS de PORTUGAL,
ESTRADAS de PORTUGAL,
VIAS-FÉRREAS PORTUGUESAS,
PONTES de PORTUGAL,
AÉROPORTOS de PORTUGAL,
PORTOS de PORTUGAL,
BARRAGENS de PORTUGAL,
DIQUES e CANAIS de PORTUGAL,
TÚNEIS de PORTUGAL,
SANEAMENTO de PORTUGAL,
REDES PLUVIAIS PORTUGUESAS,
OLEODUTOS de PORTUGAL,
GASODUTOS de PORTUGAL,
ALUGUER de EDIFÍCIOS de PORTUGAL,
OFICINAS da CONSTRUÇÃO CIVIL de PORTUGAL,

EDUCAÇÃO:

PRÉ-PRIMÁRIAS de PORTUGAL,
PRIMÁRIAS de PORTUGAL,
PREPARATÓRIAS de PORTUGAL,
SECUNDÁRIAS de PORTUGAL,
UNIVERSIDADES de PORTUGAL,

SAÚDE:

MATERNIDADES de PORTUGAL,

CENTROS de SAÚDE de PORTUGAL,
HOSPITAIS de PORTUGAL,
CLÍNICAS de PORTUGAL,
CONSULTÓRIOS de PORTUGAL,
TERMAS de PORTUGAL,

COMUNICAÇÃO:

TELEVISÕES de PORTUGAL,
RÁDIOS de PORTUGAL,
JORNAIS de PORTUGAL,
REVISTAS de PORTUGAL,
INFORMÁTICA de PORTUGAL,
TELEFONES de PORTUGAL,
CELULAR de PORTUGAL,
TELEGRAFOS de PORTUGAL,
CORREIOS de PORTUGAL,
RECLAMOS de PORTUGAL,
CARTAZES de PORTUGAL,
PROSPECTOS de PORTUGAL,

MÚSICA:

FADISTAS de PORTUGAL,
ORQUESTRAS de PORTUGAL,
CANTARES TRADICIONAIS PORTUGUESES,
CANTARES POPULARES PORTUGUESES,
CANTARES CONTEMPORÂNEOS PORTUGUESES,
ROQUEIROS de PORTUGAL,
ELECTRÓNICOS de PORTUGAL,
FILARMÓNICAS PORTUGUESAS,
COROS de PORTUGAL,
TUNAS de PORTUGAL,
FANFARRAS de PORTUGAL,
FOLCLORE de PORTUGAL,
ÓPERAS de PORTUGAL,
REAIS CASAS das ARTES CULTURAIS,

DANÇA:

FOLCLORE de PORTUGAL, incluído nos MONOPÓLIOS da
área MÚSICA,
BALLET de PORTUGAL,
DANÇAS de SALÃO de PORTUGAL,
RÍTMICOS de PORTUGAL,
DANÇAS CONTEMPORÂNEAS PORTUGUESAS,
DANÇAS TRADICIONAIS PORTUGUESAS,

ESCRITA:

ESCRITAS INFANTIS PORTUGUESAS,
EDUCATIVOS de PORTUGAL,
POETAS de PORTUGAL,
ROMANCISTAS de PORTUGAL,

CIENTIFICOS de PORTUGAL,
DRAMATURGOS de PORTUGAL,
NARRADORES de PORTUGAL,
HISTORIADORES de PORTUGAL,

ARTES BELAS:

ESCULTORES de PORTUGAL,
PINTORES de PORTUGAL,
DESENHADORES de PORTUGAL,
OLEIROS de PORTUGAL,
TAPEÇARIAS de PORTUGAL,
BORDADOS de PORTUGAL,
RENDAS de PORTUGAL,
ARTES da MADEIRA PORTUGUESAS,
ARTES do TECIDO PORTUGUESAS,
ARTES dos METAIS PORTUGUESAS,
ARTES dos CURTUMES PORTUGUESAS,
ARTES do VIDRO PORTUGUESAS,
ARTES do CRISTAL PORTUGUESAS,
ARTES das CERAS PORTUGUESAS,
ARTES das CORDAS PORTUGUESAS,
ARTES das PEDRAS PORTUGUESAS,
ARTES MARINHAS PORTUGUESAS,
GRAVURAS de PORTUGAL,
SERIGRAFIAS de PORTUGAL,
CESTARIAS de PORTUGAL,

TEATRO:

TEATRO INFANTIL PORTUGUÊS,
MARIONETAS de PORTUGAL,
REVISTA de PORTUGAL,
CIRCOS de PORTUGAL,
TEATRO CLÁSSICO PORTUGUÊS,
TEATRO CONTEMPORÂNEO PORTUGUÊS,
ÓPERAS de PORTUGAL, incluído nos MONOPÓLIOS da área
MÚSICA,
TAUROMAQUIA de PORTUGAL,

CINEMA e FOTOGRAFIA:

CINEMA INFANTIL PORTUGUÊS,
CINEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS,
CINEMA CIENTÍFICO PORTUGUÊS,
CINEMA de FICÇÃO PORTUGUÊS,
DOCUMENTÁRIOS de PORTUGAL,
FOTOGRAFOS de PORTUGAL,

DESPORTO:

FEDERAÇÃO PORTUGUESA de FUTEBOL,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de ANDEBOL,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de BASQUETEBOL,

FEDERAÇÃO PORTUGUESA de RÂGUEBI,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de ARTES MARCIAIS,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de ESGRIMA,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de NATAÇÃO,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de GINÁSTICA,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de PÓLO AQUÁTICO,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de SALTO,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de ATLETISMO,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de HÓQUEI EM PATINS,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de PATINAGEM ARTISTICA,

FEDERAÇÃO PORTUGUESA de BOXE,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de CAÇA,
FEDERAÇÃO PORTUGUESA de PESCA,
Todas as FEDERAÇÕES de cada uma MODALIDADE
DESportiva, presente na vida do REINO de PORTUGAL, que
agrupem as modalidades olímpicas, amadoras e paraolímpicas,
GINÁSIOS de PORTUGAL,
CARREIRAS de TIRO PORTUGUESAS,
RESERVAS de TIRO ao PRATO PORTUGUESAS,
CENTROS HÍPICOS PORTUGUESES,

JOGO:

CASINOS de PORTUGAL,
BINGOS de PORTUGAL,
LOTARIAS de PORTUGAL,
APOSTAS de PORTUGAL,
HIPÓDROMOS de PORTUGAL,
ROLETAS POPULARES de PORTUGAL,
TOMBOLAS de PORTUGAL,
BRINDES de PORTUGAL,

HUMANA:

REais INSTITUTOS HUMANOS PORTUGUESES,
REais CASAS do CONHECIMENTO PORTUGUESAS,

NATURAL:

REais INSTITUTOS BIOLÓGICOS PORTUGUESES,

UNIVERSAL:

REais INSTITUTOS UNIVERSAIS PORTUGUESES,
PLANETÁRIOS de PORTUGAL,

MATÉRIA DÉCIMA TERCEIRA ORÇAMENTO DO REINO DE PORTUGAL

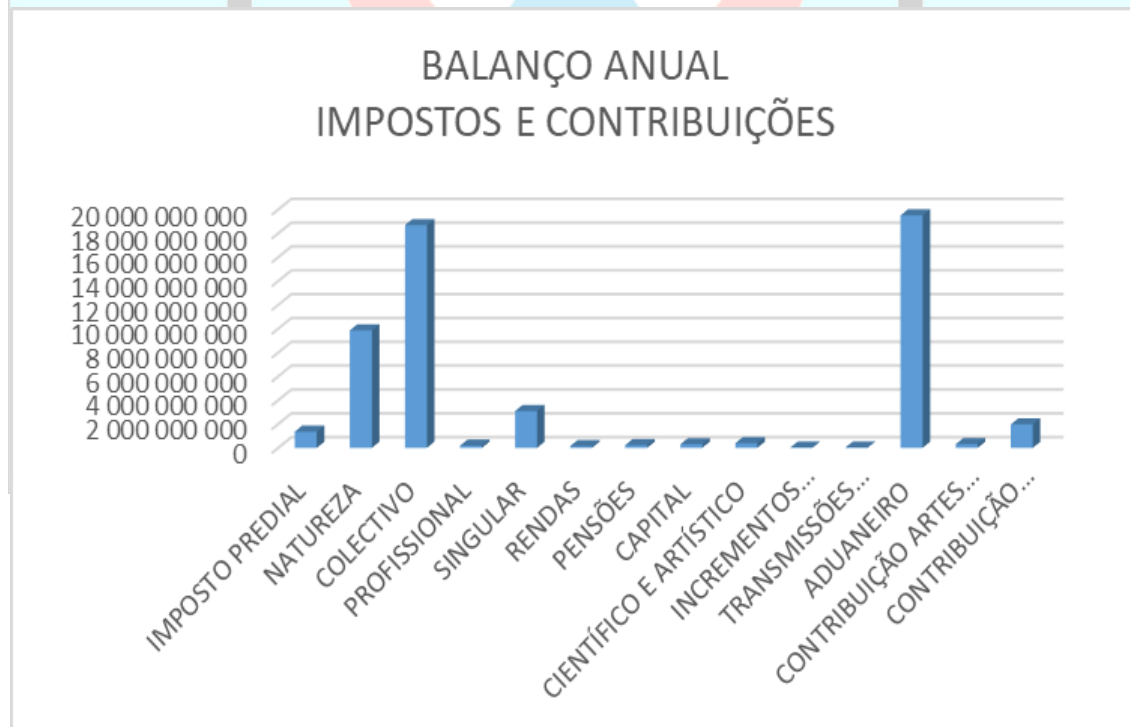
BALANÇO ANUAL DO ORÇAMENTO DO REINO DE PORTUGAL

RECEITAS

TOTAL MENSAL DOS IMPOSTOS ARRECADADOS 4 658 259 693,5 Contos

TOTAL ANUAL DOS IMPOSTOS ARRECADADOS 56 074 151 978 Contos

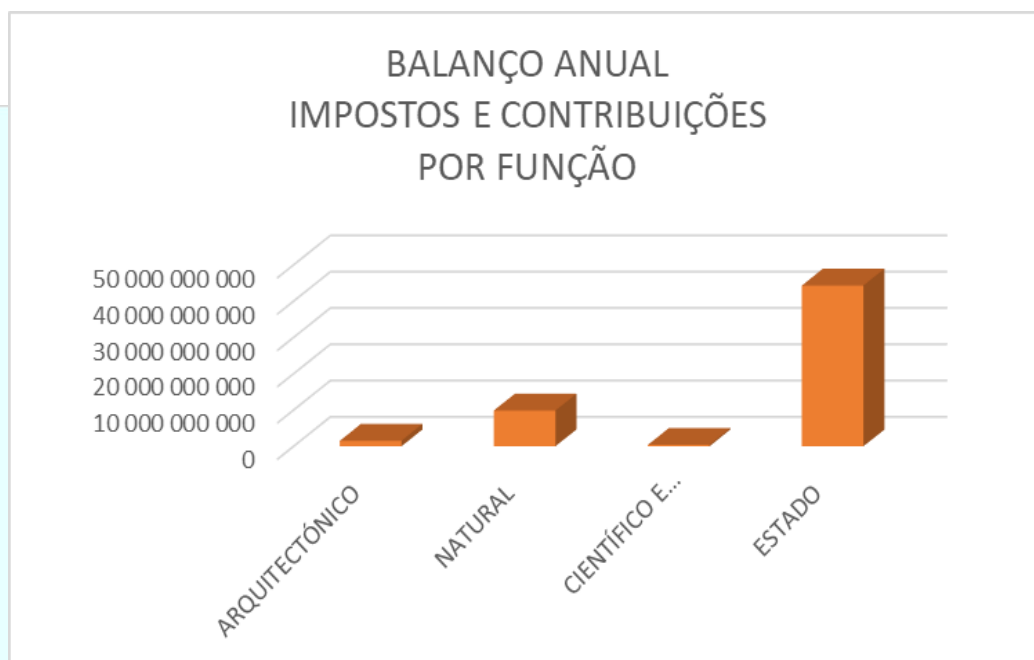
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	Contos
IMPOSTO PREDIAL	1 356 338 188
NATUREZA	9 853 102 968
COLECTIVO	18 684 629 784
PROFISSIONAL	187 334 400
SINGULAR	3 082 490 246
RENDAS	140 500 740
PENSÕES	229 748 415
CAPITAL	296 219 820
CIENTÍFICO E ARTÍSTICO	394 124 124
INCREMENTOS PATRIMONIAIS	30 824 902
TRANSMISSÕES ONEROSAS	30 824 902
ADUANEIRO	19 509 143 868
CONTRIBUIÇÃO ARTES BASTONÁRIAS	308 249 025
CONTRIBUIÇÃO MINISTÉRIOS	1 970 620 596
TOTAL IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	56 074 151 978



IMPOSTOS ARRECADADOS

Contos

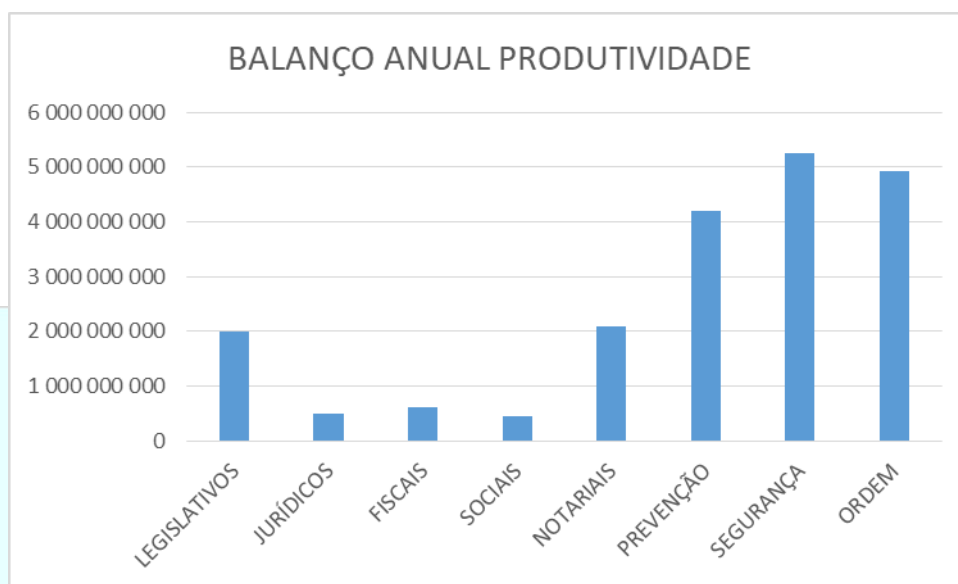
ARQUITECTÓNICO	1 527 663 830
NATURAL	9 853 102 968
CIENTÍFICO E ARTÍSTICO	394 124 124
ESTADO	44 299 261 056
TOTAL IMPOSTOS	56 074 151 978



TOTAL MENSAL da PRODUTIVIDADE dos ÓRGÃOS de SOBERANIA –
1 670 916 272 Contos

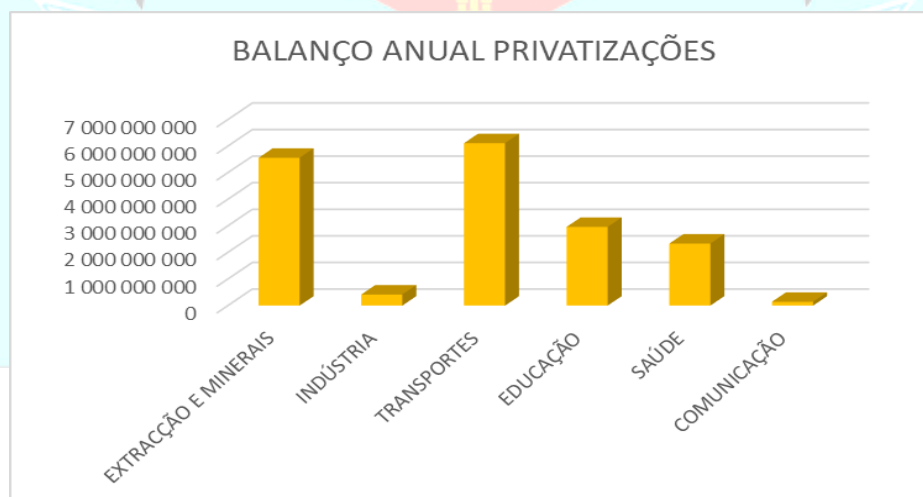
TOTAL ANUAL da PRODUTIVIDADE dos ÓRGÃOS de SOBERANIA –
20 050 995 264 Contos

	MENSAL	ANUAL
LEGISLATIVOS	167 212 000 Contos	2 006 544 000 Contos
JURÍDICOS	41 976 000 Contos	503 712 000 Contos
FISCAIS	51 057 833 Contos	612 693 996 Contos
SOCIAIS	36 795 108 Contos	441 541 296 Contos
NOTARIAIS	174 381 708 Contos	2 092 580 496 Contos
PREVENÇÃO	350 934 216 Contos	4 211 210 592 Contos
SEGURANÇA	437 039 671 Contos	5 244 476 052 Contos



PRIVATIZAÇÕES ESTATAIS
EXTRACÇÃO E MINERAIS
INDÚSTRIA
TRANSPORTES
EDUCAÇÃO
SAÚDE
COMUNICAÇÃO
TOTAL PRIVATIZAÇÕES

Contos
5 562 000 000
417 150 000
6 109 316 100
2 961 765 000
2 334 600 000
143 802 900
17 528 634 000

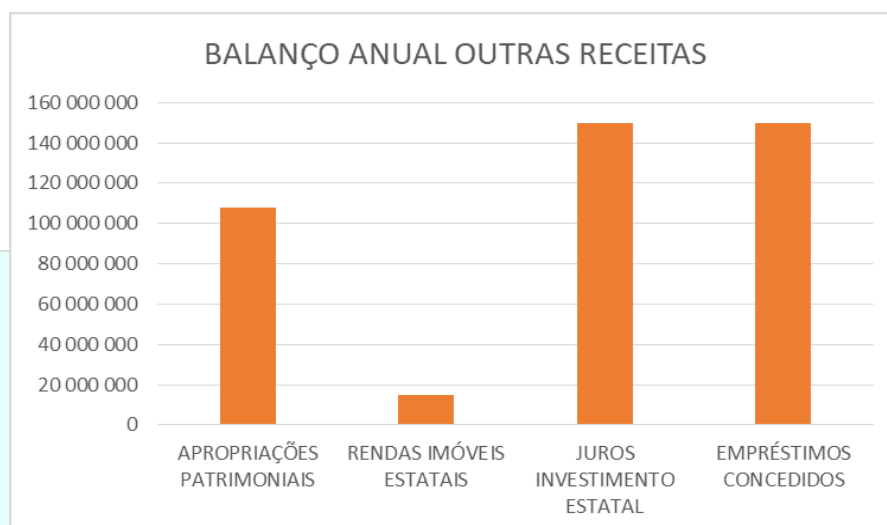


OUTRAS RECEITAS
APROPRIAÇÕES PATRIMONIAIS
RENDAS IMÓVEIS ESTATAIS
JUROS INVESTIMENTO ESTATAL

Contos
108 150 000
14 832 000
150 000 000

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS
TOTAL OUTRAS RECEITAS

150 000 000
422 982 000



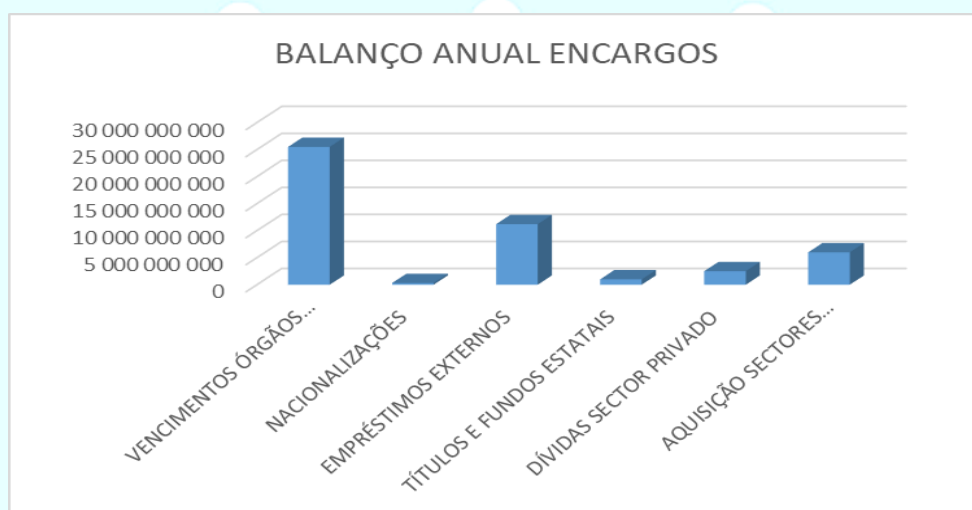
BALANÇO ANUAL RECEITAS
IMPOSTOS
PRODUTIVIDADE ÓRGÃOS SOBERANIA
PRIVATIZAÇÕES ESTATAIS
OUTRAS RECEITAS
TOTAL ANUAL RECEITAS

Contos
56 074 151 978
20 050 995 264
17 528 634 000
422 982 000
94 076 763 242

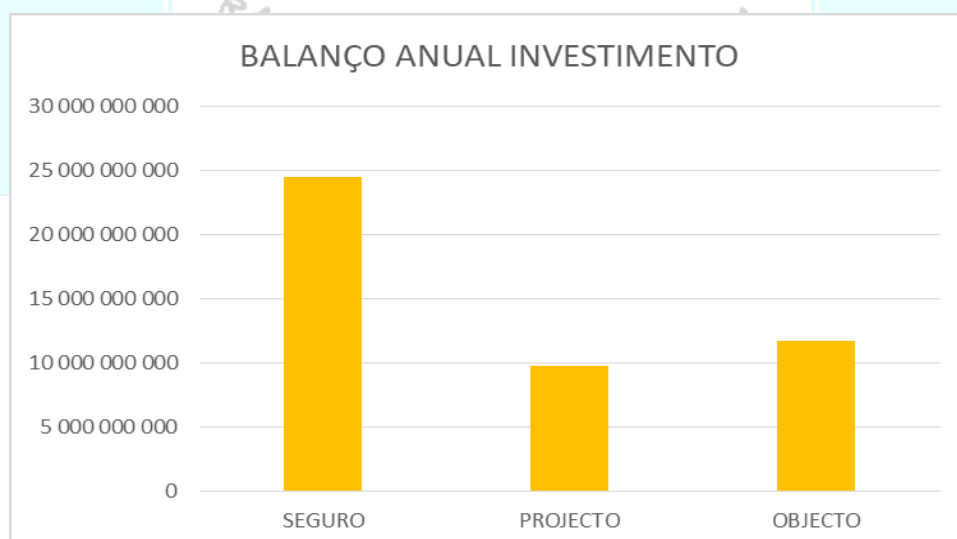


INVESTIMENTO

BALANÇO ANUAL ENCARGOS	Contos
VENCIMENTOS ÓRGÃOS SOBERANIA	25 500 376 308
NACIONALIZAÇÕES	312 720 000
EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	11 214 830 396
TÍTULOS E FUNDOS ESTATAIS	1 000 000 000
DÍVIDAS SECTOR PRIVADO	2 500 000 000
AQUISIÇÃO SECTORES ECONOMIA	6 000 000 000
TOTAL ANUAL ENCARGOS	46 527 926 704



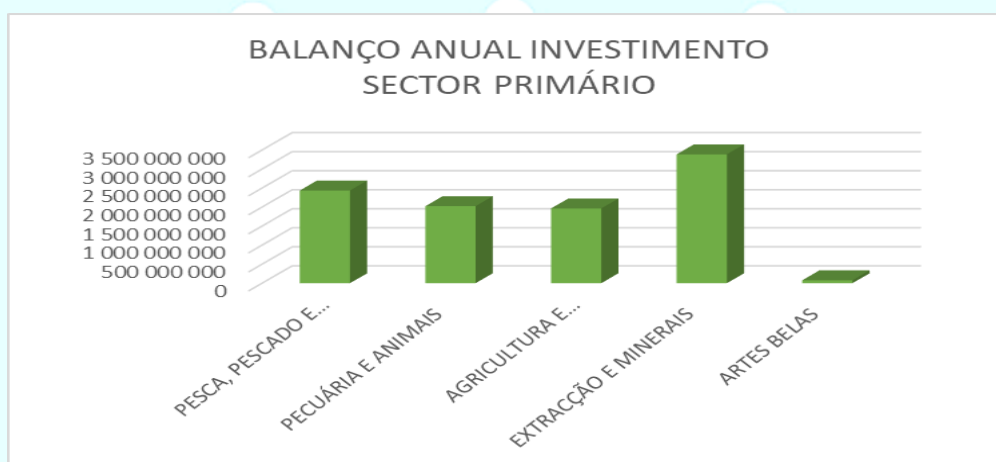
BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO	Contos
SEGURO	24 460 184 156
PROJECTO	9 779 023 721
OBJECTO	11 752 478 915
TOTAL ANUAL INVESTIMENTO	45 991 686 792



BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO

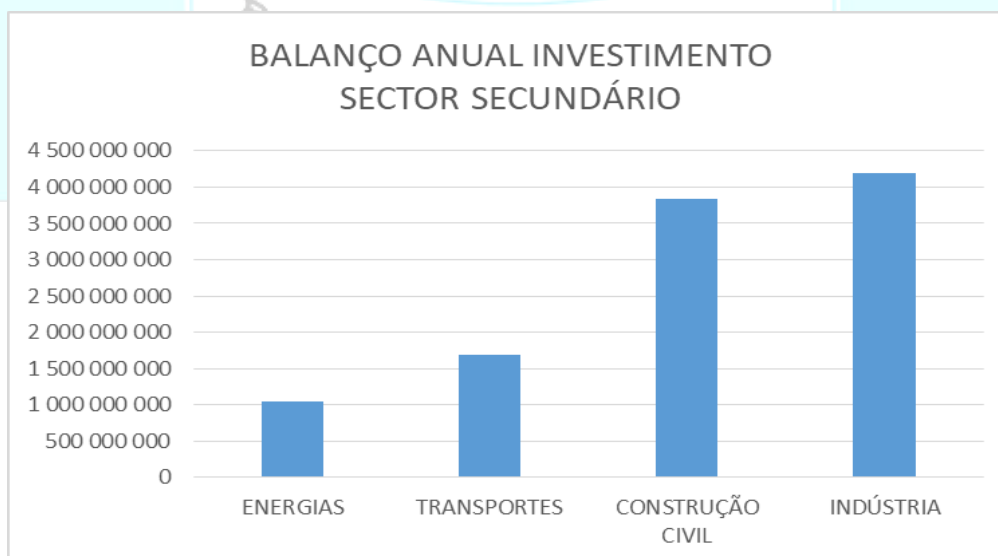
SECTOR PRIMÁRIO

	Contos
PESCA, PESCADO E PLÂNCTON	2 435 470 186
PECUÁRIA E ANIMAIS	2 024 610 318
AGRICULTURA E VEGETAIS	1 963 508 311
EXTRACÇÃO E MINERAIS	3 385 450 526
ARTES BELAS	77 191 401
TOTAL ANUAL SECTOR PRIMÁRIO	9 886 230 742



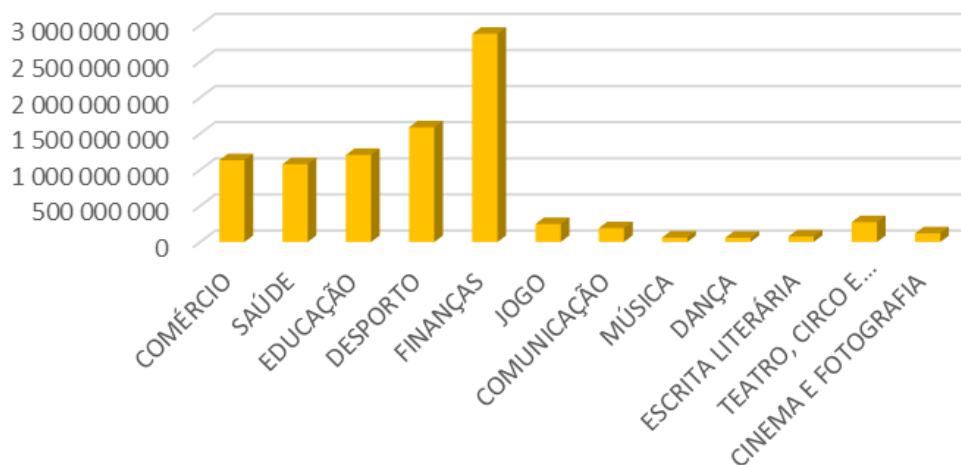
SECTOR SECUNDÁRIO

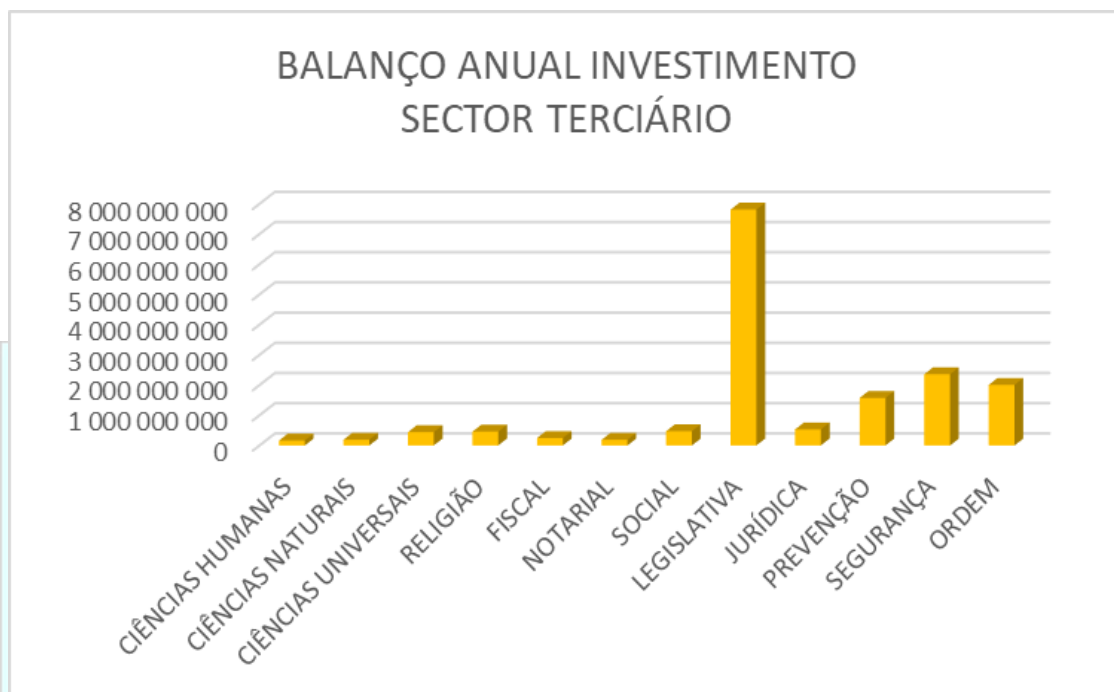
	Contos
ENERGIAS	1 046 542 611
TRANSPORTES	1 681 540 015
CONSTRUÇÃO CIVIL	3 836 205 966
INDÚSTRIA	4 201 328 621
TOTAL ANUAL SECTOR SECUNDÁRIO	10 765 617 213



SECTOR TERCIÁRIO	Contos
COMÉRCIO	1 131 434 711
SAÚDE	1 076 772 972
EDUCAÇÃO	1 204 511 305
DESPORTO	1 586 607 783
FINANÇAS	2 882 010 278
JOGO	249 368 522
COMUNICAÇÃO	191 568 522
MÚSICA	61 841 401
DANÇA	58 791 401
ESCRITA LITERÁRIA	76 191 401
TEATRO, CIRCO E TAUROMAQUIA	274 876 401
CINEMA E FOTOGRAFIA	118 691 401
CIÊNCIAS HUMANAS	163 490 909
CIÊNCIAS NATURAIS	190 990 908
CIÊNCIAS UNIVERSAIS	438 490 907
RELIGIÃO	458 538 522
FISCAL	242 966 174
NOTARIAL	186 232 840
SOCIAL	471 866 174
LEGISLATIVA	7 811 099 261
JURÍDICA	530 299 261
PREVENÇÃO	1 573 832 595
SEGURANÇA	2 355 532 594
ORDEM	2 003 832 594
TOTAL ANUAL SECTOR TERCIÁRIO	25 339 838 837

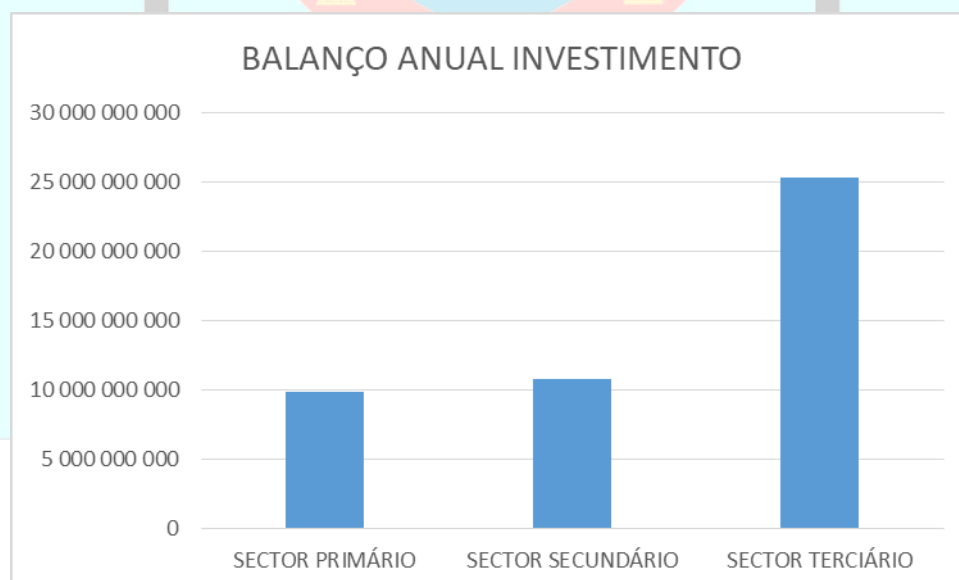
BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO SECTOR TERCIÁRIO





BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO
SECTOR PRIMÁRIO
SECTOR SECUNDÁRIO
SECTOR TERCIÁRIO
TOTAL ANUAL INVESTIMENTO

Contos
 9 886 230 742
 10 765 617 213
 25 339 838 837
 45 991 686 792



MATÉRIA DÉCIMA QUARTA ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

BALANÇO ANUAL SEGURANÇA SOCIAL

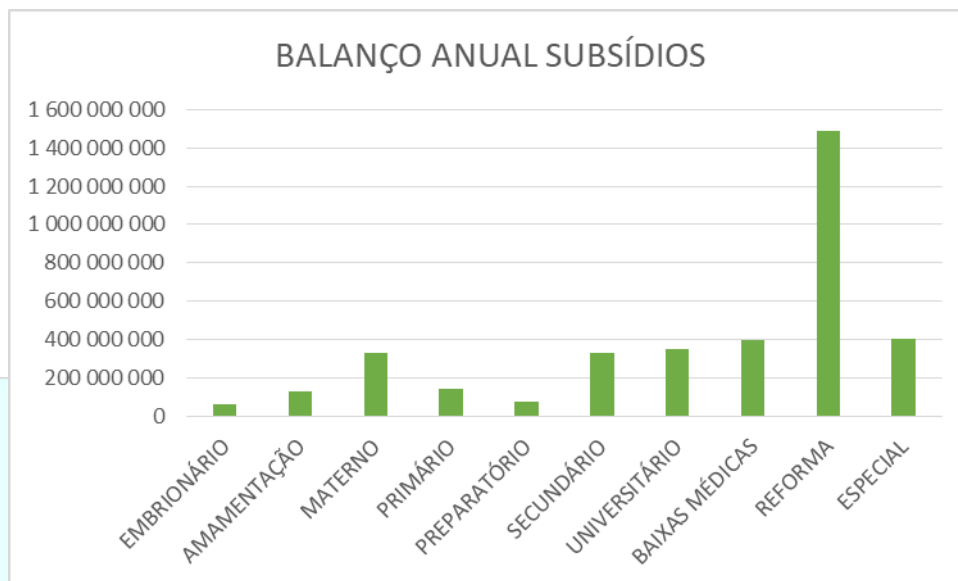
RECEITAS

BALANÇO ANUAL RECEITAS	Contos
SECTOR ESTATAL	8 324 364 984
SECTOR PRIVADO	4 005 596 000
TOTAL ANUAL RECEITAS	12 329 960 984



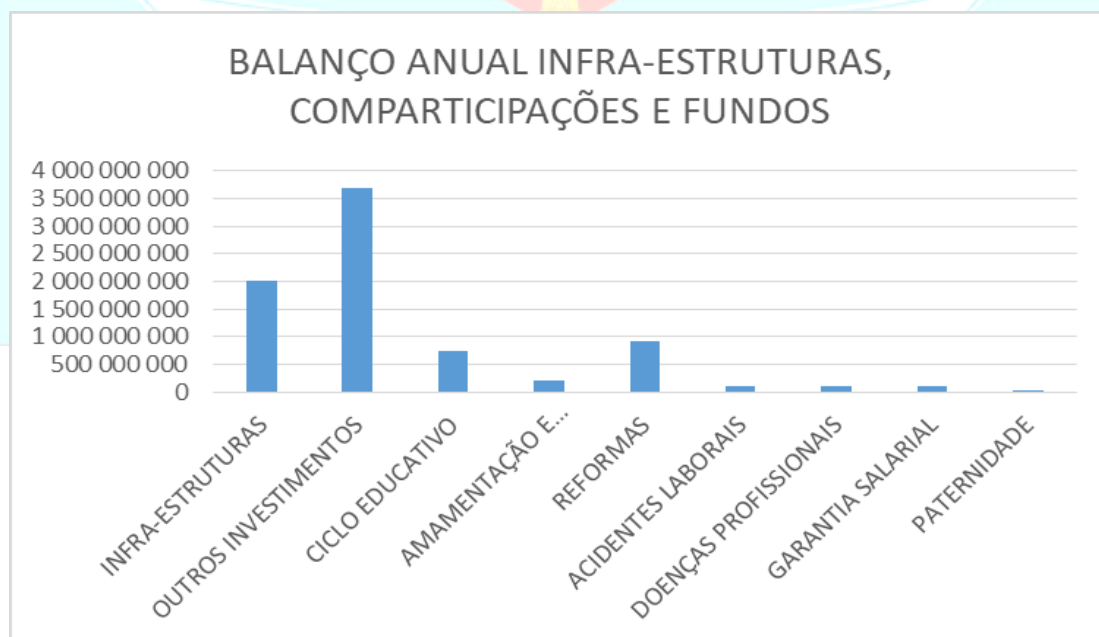
INVESTIMENTOS

BALANÇO ANUAL SUBSÍDIOS	Contos
SUBSÍDIOS	
EMBRIONÁRIO	65 566 620
AMAMENTAÇÃO	131 134 500
MATERNAL	327 834 990
PRIMÁRIO	144 575 235
PREPARATÓRIO	77 369 040
SECUNDÁRIO	330 333 000
UNIVERSITÁRIO	353 687 040
BAIXAS MÉDICAS	396 823 488
REFORMA	1 485 706 417
ESPECIAL	400 652 700
TOTAL ANUAL	3 713 683 030



INFRA-ESTRUTURAS, COMPARTICIPAÇÕES E FUNDOS

INFRA-ESTRUTURAS	Contos	2 020 000 000
OUTROS INVESTIMENTOS		3 698 988 295
CICLO EDUCATIVO		743 501 217
AMAMENTAÇÃO E MATERNO		207 833 976
REFORMAS		918 994 050
ACIDENTES LABORAIS		109 725 000
DOENÇAS PROFISSIONAIS		109 725 000
GARANTIA SALARIAL		104 500 000
PATERNIDADE		22 479 984
TOTAL ANUAL		7 935 747 522



BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO**SUBSÍDIOS****INFRA-ESTRUTURAS, COMPARTICIPAÇÕES E FUNDOS****TOTAL ANUAL INVESTIMENTO****Contos**

3 713 683 030

7 935 747 522

11 649 430 552

**RECEITAS****BALANÇO ANUAL RECEITAS****SECTOR PRIMÁRIO****AGRICULTURA E DOS VEGETAIS****ÁGUA****Contos**

953 840 875

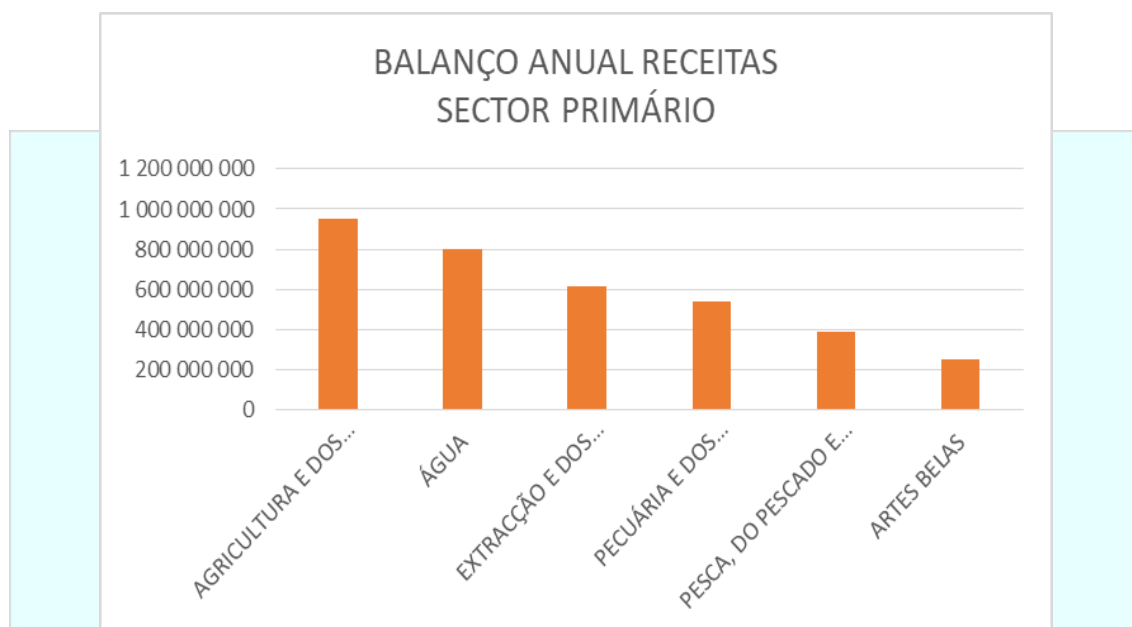
801 476 000

Profissionais

21 029

20 986

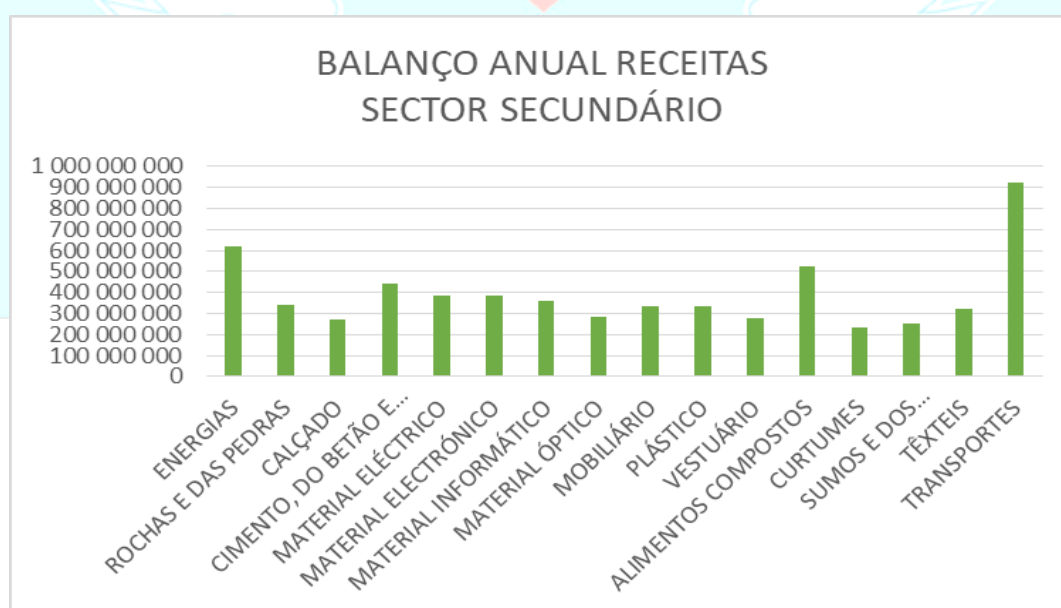
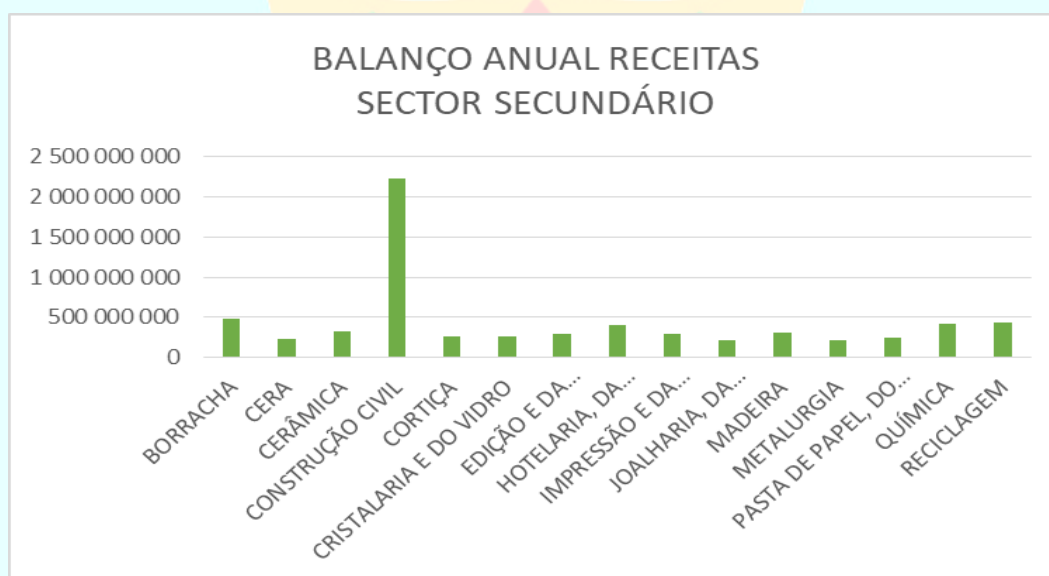
EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS	611 723 875	20 986
PECUÁRIA E DOS ANIMAIS	539 279 000	21 029
PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON	385 989 125	20 986
ARTES BELAS	248 557 400	5 676
TOTAL SECTOR PRIMÁRIO	3 540 866 275	110 692



SECTOR SECUNDÁRIO

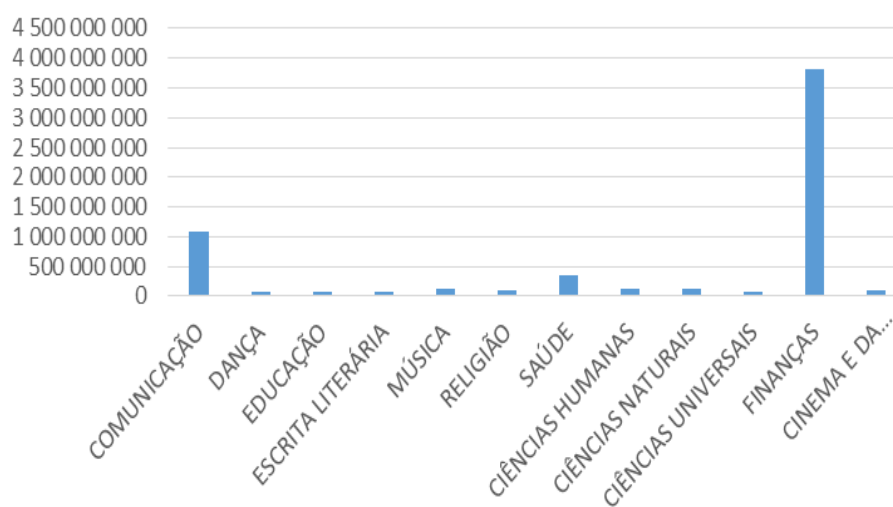
	Contos	Profissionais
BORRACHA	478 840 625	5 676
CERA	235 632 000	5 676
CERÂMICA	330 988 250	5 676
CONSTRUÇÃO CIVIL	2 232 060 000	31 479
CORTIÇA	261 843 250	5 676
CRISTALARIA E DO VIDRO	257 714 500	5 676
EDIÇÃO E DA REPRODUÇÃO	301 674 250	5 676
HOTELARIA, DA RESTAURAÇÃO E DA PANIFICAÇÃO	410 961 000	7 482
IMPRESSÃO E DA ENCADERNAÇÃO	290 857 000	5 676
JOALHARIA, DA OURIVESARIA E DA RELOJOARIA	211 435 000	5 676
MADEIRA	313 914 500	5 676
METALURGIA	211 638 500	5 676
PASTA DE PAPEL, DO PAPEL E DO CARTÃO	239 925 750	5 676
QUÍMICA	420 664 625	5 676
RECICLAGEM	432 752 000	7 482
ENERGIAS	619 196 000	5 676
ROCHAS E DAS PEDRAS	343 033 250	5 676
CALÇADO	273 970 750	5 676
CIMENTO, DO BETÃO E DO ALCATRÃO	440 190 750	5 676
MATERIAL ELÉCTRICO	383 980 750	5 676

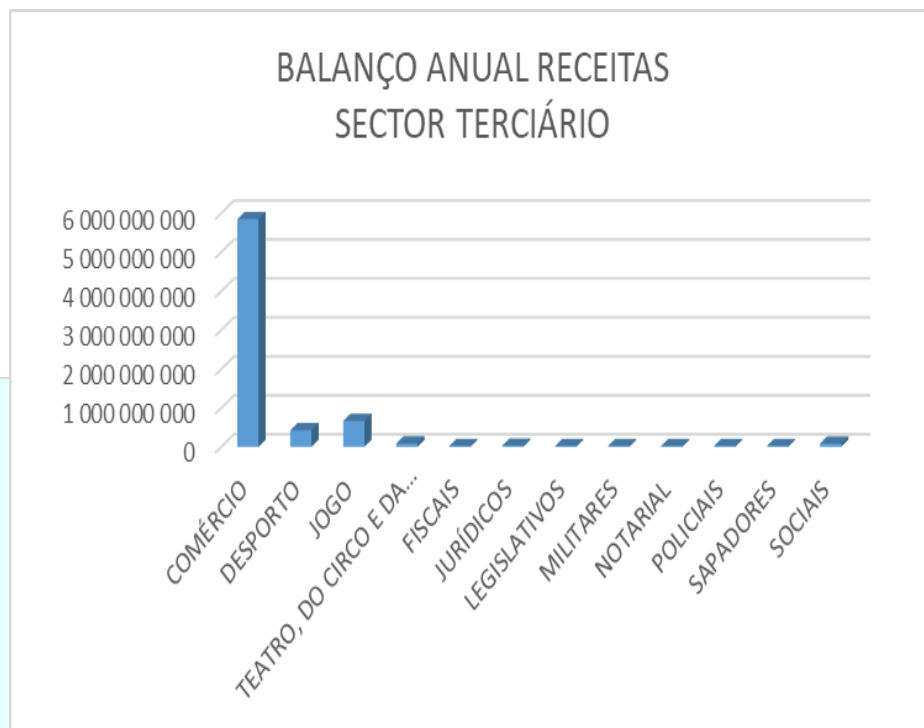
MATERIAL ELECTRÓNICO	382 977 000	5 676
MATERIAL INFORMÁTICO	362 902 000	5 676
MATERIAL ÓPTICO	283 405 000	5 676
MOBILIÁRIO	335 997 000	5 676
PLÁSTICO	331 992 000	5 676
VESTUÁRIO	275 340 250	5 676
ALIMENTOS COMPOSTOS	527 311 750	5 676
CURTUMES	235 426 750	5 676
SUMOS E DOS REFRIGERANTES	249 083 250	5 676
TÊXTEIS	319 340 250	5 676
TRANSPORTES	925 152 875	3 784
TOTAL SECTOR SECUNDÁRIO	12 920 200 875	203 479



SECTOR TERCIÁRIO	Contos	Profissionais
COMUNICAÇÃO	1 083 129 625	5 676
DANÇA	76 564 900	5 676
EDUCAÇÃO	65 235 250	3 827
ESCRITA LITERÁRIA	81 499 900	5 676
MÚSICA	125 293 650	5 676
RELIGIÃO	90 032 750	5 676
SAÚDE	341 809 250	3 827
CIÊNCIAS HUMANAS	135 150 250	5 676
CIÊNCIAS NATURAIS	135 150 250	5 676
CIÊNCIAS UNIVERSAIS	85 650 250	5 676
FINANÇAS	3 820 457 750	3 827
CINEMA E DA FOTOGRAFIA	110 646 650	5 676
COMÉRCIO	5 842 213 875	31 479
DESPORTO	427 528 125	3 827
JOGO	667 555 125	5 676
TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA	89 121 400	5 676
FISCAIS	22 616 750	0
JURÍDICOS	32 825 000	0
LEGISLATIVOS	22 825 000	0
MILITARES	24 431 000	0
NOTARIAL	20 416 000	0
POLICIAIS	24 431 000	0
SAPADORES	24 431 000	0
SOCIAIS	84 431 000	0
TOTAL SECTOR TERCIÁRIO	13 433 445 750	109 223

BALANÇO ANUAL RECEITAS
SECTOR TERCIÁRIO





LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

VINHA E DO VINHO

FARMACÊUTICO

TABACO

TOTAL LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Contos

Profissionais

274 270 500

5 676

277 203 125

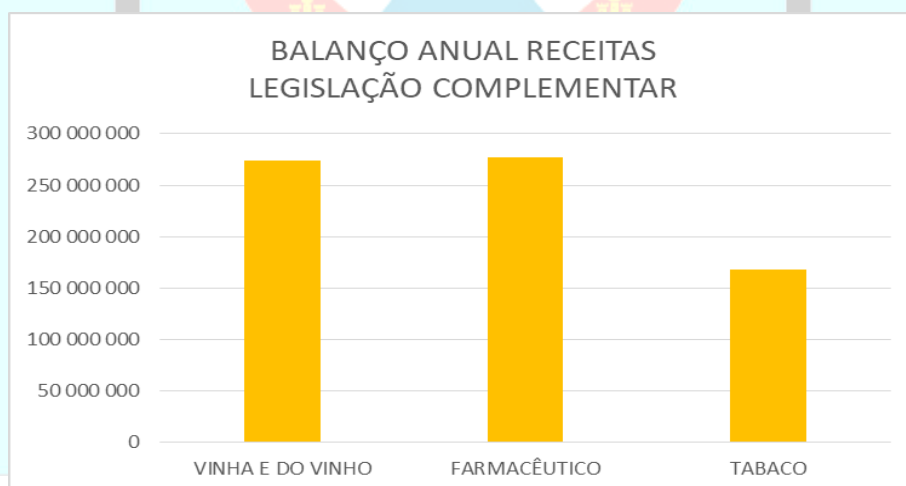
3 827

167 628 000

1 247

719 101 625

10 750



TOTAIS REAIS INSTITUTOS E ÓRGÃOS DE SOBERANIA

Contos

Profissionais

TOTAL SECTOR PRIMÁRIO

3 540 866 275

110 692

TOTAL SECTOR SECUNDÁRIO

12 920 200 875

203 479

TOTAL SECTOR TERCIÁRIO

13 433 445 750

109 223

TOTAL LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

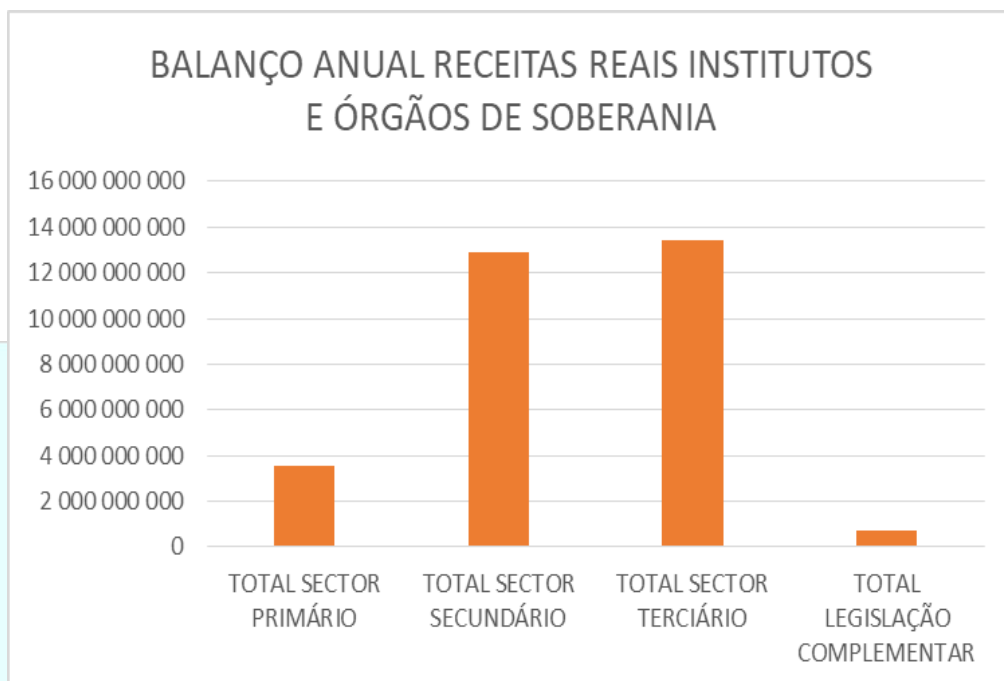
719 101 625

10 750

TOTAIS REAIS INSTITUTOS E ÓRGÃOS DE SOBERANIA

30 613 614 525

434 144



Todos os documentos editados e promulgados com o presente PORTUGAL DESÍGNIO SOBERANO, são documentos que desejo que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e LEGISLATIVOS do REINO de PORTUGAL analisem, participem e publiquem no DIÁRIO da REPUBLICA para que no mesmo momento se institua a LEI, a ORDEM e a JUSTIÇA nas correspondentes MATÉRIAS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e se aprofundem, enalteçam e reforcem os PODERES SOBERANOS de PORTUGAL e de todo o IMPÉRIO PORTUGUÊS face à relação de PAZ, UNIÃO e COOPERAÇÃO com os INÚMEROS ESTADOS SOBERANOS do GLOBO TERRESTRE:

- 1 – CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- 2 – PLANO DIRECTOR MONÁRQUICO;
- 3 – ORÇAMENTO DO REINO DE PORTUGAL;
- 4 – ESTRUTURAÇÃO, ORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- 5 – ÁREAS AEROPORTUÁRIAS;
- 6 – ÁREAS PORTUÁRIAS;
- 7 – COMBOIOS DE PORTUGAL;
- 8 – ESTRADAS DE PORTUGAL;
- 9 – RECURSOS HÍDRICOS PORTUGUESES;
- 10 – O REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, que consagra a PROMULGAÇÃO do CÓDIGO PENAL e do PROCESSO PENAL;
- 11 – A LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS que consagra o:
 - a) DIPLOMA DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES; sector secundário;
 - b) DIPLOMA DO MATERIAL BÉLICO; sector secundário;
 - c) DIPLOMA DAS PLANTAS FILANTRÓPICAS, SUBSTÂNCIAS E PREPARAÇÕES PSICOTRÓPICAS; sector primário e secundário;

d) DIPLOMA DA VINHA, DO VINHO E DE OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS; sector primário e secundário;

e) DIPLOMA DAS SOLANÁCEAS E DO TABACO; sector primário e secundário;

f) DIPLOMA DOS MEDICAMENTOS; sector secundário;

g) DIPLOMA DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA, DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO;

12 – DIPLOMAS DOS SECTORES MINISTERIAIS PORTUGUESES:

a) DIPLOMA DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON; sector primário;

b) DIPLOMA DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS; sector primário;

c) DIPLOMA DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS; sector primário;

d) DIPLOMA DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS; sector primário;

e) DIPLOMA DA ÁGUA, sector primário;

f) DIPLOMA DAS ARTES BELAS; sector primário;

g) DIPLOMA DAS ENERGIAS, sector secundário;

h) DIPLOMA DOS TRANSPORTES, sector secundário;

i) DIPLOMA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, sector secundário;

j) DIPLOMA DOS ALIMENTOS COMPOSTOS, sector secundário;

l) DIPLOMA DOS SUMOS, DOS REFRIGERANTES E DE OUTRAS BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, sector secundário;

m) DIPLOMA DOS TÊXTEIS, sector secundário;

n) DIPLOMA DO VESTUÁRIO, sector secundário;

o) DIPLOMA DOS CURTUMES, sector secundário;

p) DIPLOMA DO CALÇADO, sector secundário;

q) DIPLOMA DO MOBILIÁRIO, sector secundário;

r) DIPLOMA DA MADEIRA, sector secundário;

s) DIPLOMA DA CORTIÇA, sector secundário;

t) DIPLOMA DA PASTA DE PAPEL, DO PAPEL E DO CARTÃO, sector secundário;

u) DIPLOMA DA EDIÇÃO E DA REPRODUÇÃO, sector secundário;

v) DIPLOMA DA IMPRESSÃO E DA ENCADERNAÇÃO, sector secundário;

x) DIPLOMA DA QUÍMICA, sector secundário;

z) DIPLOMA DA BORRACHA, sector secundário;

aa) DIPLOMA DO PLÁSTICO, sector secundário;

ab) DIPLOMA DA CRISTALARIA E DO VIDRO, sector secundário;

ac) DIPLOMA DA CERÂMICA, sector secundário;

ad) DIPLOMA DAS ROCHAS E DAS PEDRAS, sector secundário;

ae) DIPLOMA DA METALURGIA, sector secundário;

af) DIPLOMA DO CIMENTO, DO BETÃO E DO ALCATRÃO, sector secundário;

ag) DIPLOMA DA JOALHARIA, DA OURIVESARIA E DA RELOJOARIA, sector secundário;

ah) DIPLOMA DO MATERIAL ELÉCTRICO, sector secundário;

ai) DIPLOMA DO MATERIAL ELECTRÓNICO, sector secundário;

aj) DIPLOMA DO MATERIAL INFORMÁTICO, sector secundário;

al) DIPLOMA DO MATERIAL ÓPTICO, sector secundário;

- am) DIPLOMA DA CERA, sector secundário;
- an) DIPLOMA DA RECICLAGEM, sector secundário;
- ao) DIPLOMA DA HOTELARIA, DA RESTAURAÇÃO E DA PANIFICAÇÃO, sector secundário;
- ap) DIPLOMA DA SAÚDE, sector terciário;
- aq) DIPLOMA DA EDUCAÇÃO, sector terciário;
- ar) DIPLOMA DO DESPORTO, sector terciário;
- as) DIPLOMA DAS FINANÇAS, sector terciário;
- at) DIPLOMA DO JOGO, sector terciário;
- au) DIPLOMA DA COMUNICAÇÃO, sector terciário;
- av) DIPLOMA DA MÚSICA, sector terciário;
- ax) DIPLOMA DA DANÇA, sector terciário;
- az) DIPLOMA DA ESCRITA LITERÁRIA, sector terciário;
- ba) DIPLOMA DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA, sector terciário;
- bb) DIPLOMA DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA, sector terciário;
- bc) DIPLOMA DAS CIÊNCIAS HUMANAS, sector terciário;
- bd) DIPLOMA DAS CIÊNCIAS NATURAIS, sector terciário;
- be) DIPLOMA DAS CIÊNCIAS UNIVERSAIS, sector terciário;
- bf) DIPLOMA DA RELIGIÃO, sector terciário;
- bg) DIPLOMA FISCAL, sector terciário;
- bh) DIPLOMA NOTARIAL, sector terciário;
- bi) DIPLOMA SOCIAL, sector terciário;
- bj) DIPLOMA LEGISLATIVO, sector terciário;
- bl) DIPLOMA JURÍDICO, sector terciário;
- bm) DIPLOMA DA PREVENÇÃO, sector terciário;
- bn) DIPLOMA DA SEGURANÇA, sector terciário;
- bo) DIPLOMA DA ORDEM, sector terciário; e
- bp) DIPLOMA DO COMÉRCIO, sector terciário.

Com EXCEPÇÃO do ORÇAMENTO INSTITUCIONAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, da GUARDA REAL PORTUGUESA e dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES no ÂMBITO dos DIPLOMAS APRESENTADOS, os CINQUENTA E SEIS REAIS INSTITUTOS PORTUGUESES E OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA:

- a) O REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS;
- b) O REAL INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO PORTUGUÊS;
- c) O REAL INSTITUTO DO TABACO PORTUGUÊS;
- d) O REAL INSTITUTO DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON PORTUGUÊS;
- e) O REAL INSTITUTO DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS PORTUGUÊS;
- f) O REAL INSTITUTO DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS PORTUGUÊS;
- g) O REAL INSTITUTO DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS PORTUGUÊS;
- h) O REAL INSTITUTO DA ÁGUA PORTUGUÊS;
- i) O REAL INSTITUTO DAS ARTES BELAS PORTUGUÊS;
- j) O REAL INSTITUTO DAS ENERGIAS PORTUGUÊS;
- k) O REAL INSTITUTO DOS TRANSPORTES PORTUGUÊS;
- l) O REAL INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO PORTUGUÊS;

- m) O REAL INSTITUTO ALIMENTAR PORTUGUÊS;
- n) O REAL INSTITUTO DOS SUMOS E DOS REFRIGERANTES PORTUGUÊS;
- o) O REAL INSTITUTO TÊXTIL PORTUGUÊS;
- p) O REAL INSTITUTO DO VESTUÁRIO PORTUGUÊS;
- q) O REAL INSTITUTO DOS CURTUMES PORTUGUÊS;
- r) O REAL INSTITUTO DO CALÇADO PORTUGUÊS;
- s) O REAL INSTITUTO DO MOBILIÁRIO PORTUGUÊS;
- t) O REAL INSTITUTO DA MADEIRA PORTUGUÊS;
- u) O REAL INSTITUTE DA CORTIÇA PORTUGUÊS;
- v) O REAL INSTITUTO DA PASTA DE PAPEL, DO PAPEL E DO CARTÃO PORTUGUÊS;
- w) O REAL INSTITUTO DA EDIÇÃO E DA REPRODUÇÃO PORTUGUÊS;
- x) O REAL INSTITUTO DA IMPRESSÃO E DA ENCADERNAÇÃO PORTUGUÊS;
- y) O REAL INSTITUTO DA QUÍMICA PORTUGUÊS;
- z) O REAL INSTITUTO DA BORRACHA PORTUGUÊS;
- aa) O REAL INSTITUTO DO PLÁSTICO PORTUGUÊS;
- bb) O REAL INSTITUTO DA CRISTALARIA E DO VIDRO PORTUGUÊS;
- cc) O REAL INSTITUTO DA CERÂMICA PORTUGUÊS;
- dd) O REAL INSTITUTO DAS ROCHAS E DAS PEDRAS PORTUGUÊS;
- ee) O REAL INSTITUTO DA METALURGIA PORTUGUÊS;
- ff) O REAL INSTITUTO DO CIMENTO, DO BETÃO E DO ALCATRÃO PORTUGUÊS;
- gg) O REAL INSTITUTO DA JOALHARIA, DA OURIVESARIA E DA RELOJOARIA PORTUGUÊS;
- hh) O REAL INSTITUTO ELÉCTRICO PORTUGUÊS;
- ii) O REAL INSTITUTO ELECTRÓNICO PORTUGUÊS;
- jj) O REAL INSTITUTO INFORMÁTICO PORTUGUÊS;
- kk) O REAL INSTITUTO ÓPTICO PORTUGUÊS;
- ll) O REAL INSTITUTO DA CERA PORTUGUÊS;
- mm) O REAL INSTITUTO DA RECICLAGEM PORTUGUÊS;
- nn) O REAL INSTITUTO DA HOTELARIA, DA RESTAURAÇÃO E DA PANIFICAÇÃO;
- oo) O REAL INSTITUTO DA SAÚDE PORTUGUÊS;
- pp) O REAL INSTITUTO DA EDUCAÇÃO PORTUGUÊS;
- qq) O REAL INSTITUTO DO DESPORTO PORTUGUÊS;
- rr) O REAL INSTITUTO FINANCEIRO PORTUGUÊS;
- ss) O REAL INSTITUTO DO JOGO PORTUGUÊS;
- tt) O REAL INSTITUTO DA COMUNICAÇÃO PORTUGUÊS;
- uu) O REAL INSTITUTO DA MÚSICA PORTUGUÊS;
- vv) O REAL INSTITUTO DA DANÇA PORTUGUÊS;
- ww) O REAL INSTITUTO DA ESCRITA PORTUGUÊS;
- xx) O REAL INSTITUTO DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA PORTUGUÊS;
- yy) O REAL INSTITUTO DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA PORTUGUÊS;

- zz) O REAL INSTITUTO HUMANO PORTUGUÊS;
- aaa) O REAL INSTITUTO NATURAL PORTUGUÊS;
- bbb) O REAL INSTITUTO UNIVERSAL PORTUGUÊS;
- ccc) O REAL INSTITUTO DA RELIGIÃO PORTUGUÊS;
- ddd) O REAL INSTITUTO DO COMÉRCIO PORTUGUÊS;
- eee) OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS;
- fff) OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA NOTARIAIS;
- ggg) OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS;
- hhh) OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA LEGISLATIVOS;
- iii) OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS;
- jjj) OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SAPADORES;
- kkk) OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA MILITARES; e
- III) OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA POLICIAIS.

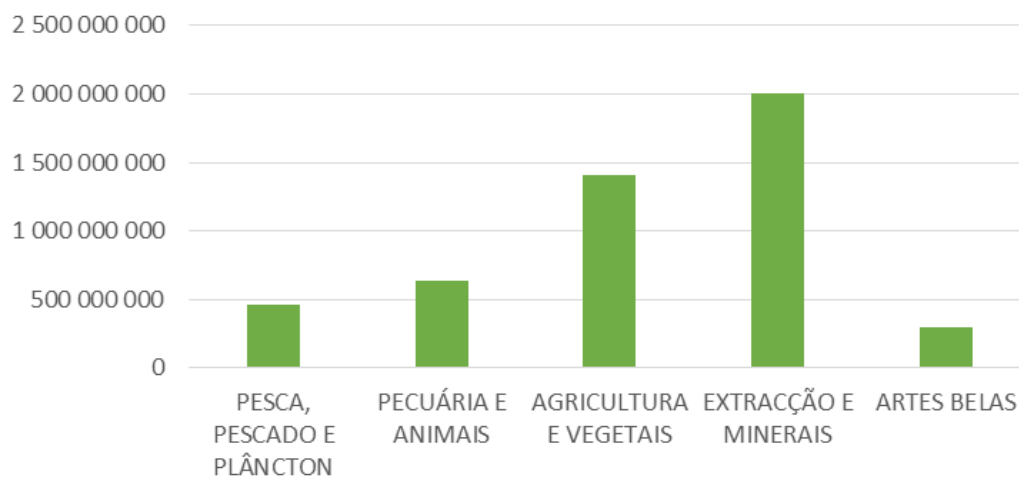
Agregam 434 144 PROFISSIONAIS, movimentando 30 613 614 525 Contos, tendo cada um PROFISSIONAL uma RESPONSABILIDADE de 70 515 Contos ANUAIS, 5 876 Contos MENSAIS. Para os REAIS INSTITUTOS PORTUGUESES CRIADOS gerarem as mesmas verbas é compreensível que se movimentem 10 VEZES MAIS em toda a sua PLENITUDE FINANCEIRA, FISCAL e SOCIAL, VERBAS NECESSÁRIAS e EXIGIDAS à RETOMA da ECONOMIA PORTUGUESA e do INVESTIMENTO a PRODUIR em todas as TRINTA e TRÊS ÁREAS PRESIDÊNCIAS, TREZENTOS e VINTE E NOVE SECTORES MINISTERIAIS e QUINHENTAS e QUARENTA e NOVE ARTES BASTONÁRIAS geradores de RESPEITO, RESPONSABILIDADE e COMPROMISSO de TODOS para com TODOS, de FORÇA, EMPREGO e RIQUEZA, de PAZ, ORDEM e HARMONIA SOCIAL.

Os REAIS INSTITUTOS PORTUGUESES a INSTITUIR na VIDA do REINO de PORTUGAL só CONSTITUEM CUSTOS para o ESTADO no PRIMEIRO ANO dado a CONSTRUÇÃO das INFRA-ESTRUTURAS dos REAIS INSTITUTOS, porque os vencimentos e todo o MOVIMENTO de CAPITALIS inerentes ao EXERCÍCIO das suas COMPETÊNCIAS estão PAGOS por SI PRÓPRIOS com as AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS, ALVARÁS, TAXAS e a CONTRIBUIÇÃO e se a mesma no PRIMEIRO ANO representam um CUSTO para os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS de 10%, depois das RESPONSABILIDADES para onde as VERBAS estão destinadas CUMPRIDAS, os ENCARGOS DIMINUIRAM SIGNIFICATIVAMENTE consoante as VERBAS EXIGIDAS ao LUCRO ZERO de cada um REAL INSTITUTO PORTUGUÊS.

INVESTIMENTO

BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO	Contos
SECTOR PRIMÁRIO	
PESCA, PESCADO E PLÂNCTON	461 989 125
PECUÁRIA E ANIMAIS	636 279 000
AGRICULTURA E VEGETAIS	1 412 840 875
EXTRACÇÃO E MINERAIS	2 003 699 875
ARTES BELAS	299 390 733
TOTAL SECTOR PRIMÁRIO	4 814 199 608

BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO SECTOR PRIMÁRIO



SECTOR SECUNDÁRIO

ENERGIAS

TRANSPORTES

CONSTRUÇÃO CIVIL

INDÚSTRIA

TOTAL SECTOR SECUNDÁRIO

Contos

408 696 000

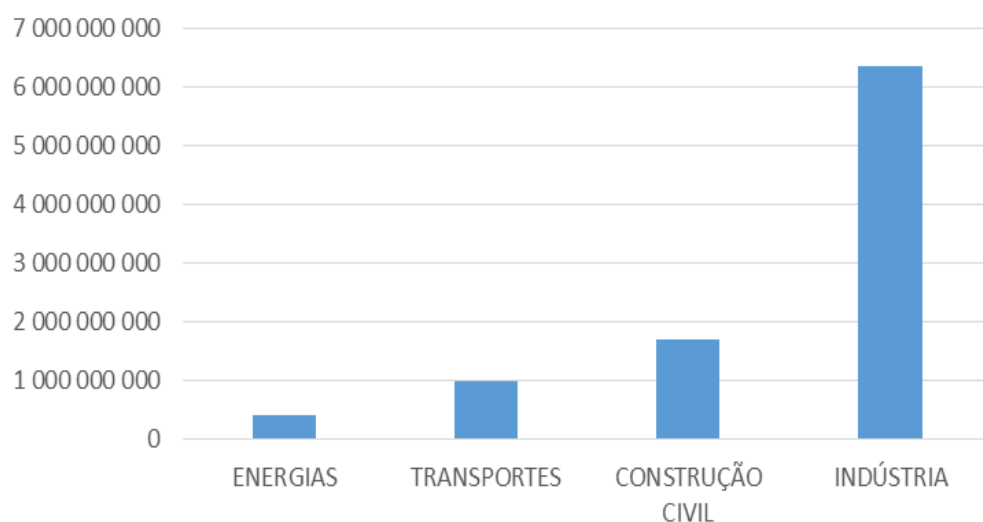
998 152 875

1 714 560 000

6 365 792 000

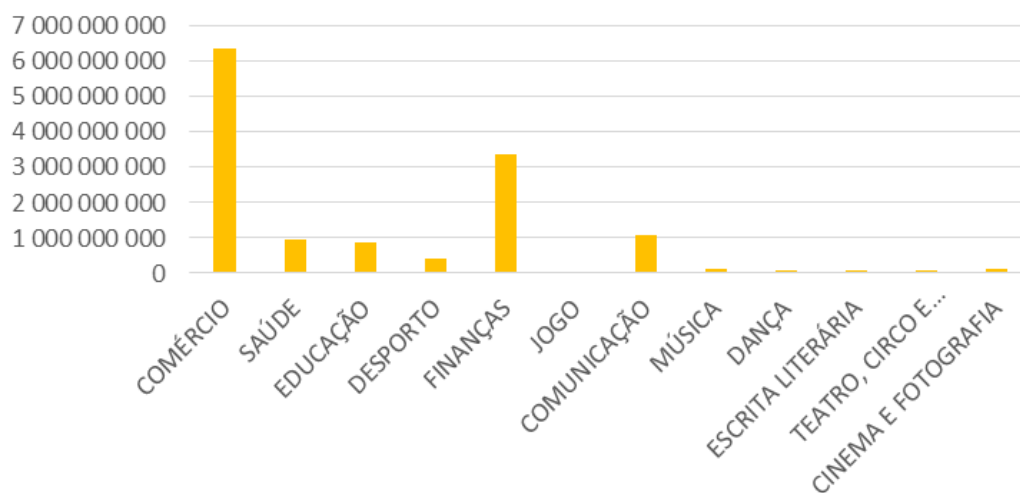
9 487 200 875

BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO SECTOR SECUNDÁRIO

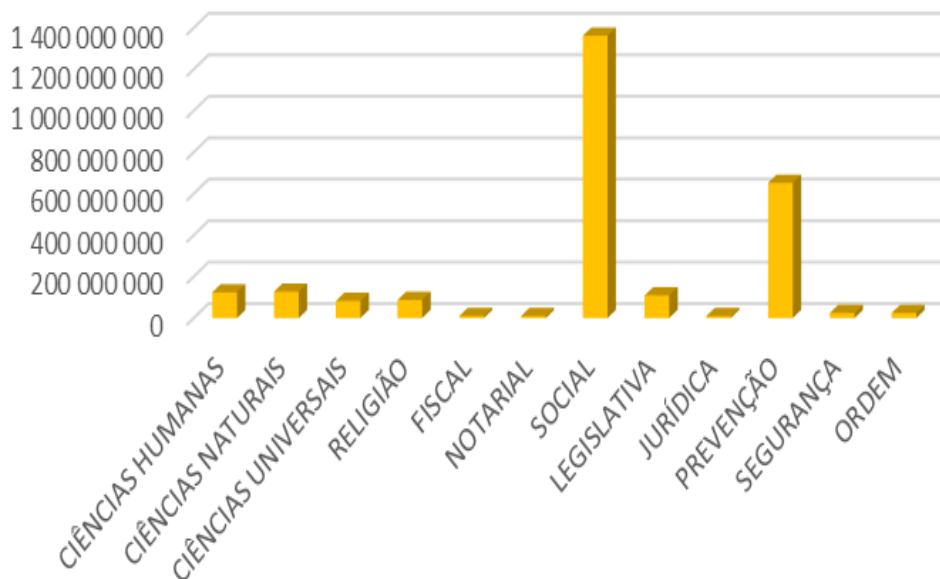


SECTOR TERCIÁRIO	Contos
COMÉRCIO	6 351 213 875
SAÚDE	971 809 250
EDUCAÇÃO	864 235 250
DESPORTO	405 528 125
FINANÇAS	3 381 457 750
JOGO	54 555 125
COMUNICAÇÃO	1 085 129 625
MÚSICA	108 626 983
DANÇA	77 898 233
ESCRITA LITERÁRIA	78 833 233
TEATRO, CIRCO E TAUROMAQUIA	90 454 734
CINEMA E FOTOGRAFIA	105 979 984
CIÊNCIAS HUMANAS	124 150 250
CIÊNCIAS NATURAIS	127 150 250
CIÊNCIAS UNIVERSAIS	82 650 250
RELIGIÃO	87 032 750
FISCAL	9 616 750
NOTARIAL	9 416 000
SOCIAL	1 361 431 000
LEGISLATIVA	108 825 000
JURÍDICA	9 825 000
PREVENÇÃO	651 431 000
SEGURANÇA	24 431 000
ORDEM	24 431 000
TOTAL SECTOR TERCIÁRIO	16 196 112 417

BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO SECTOR TERCIÁRIO



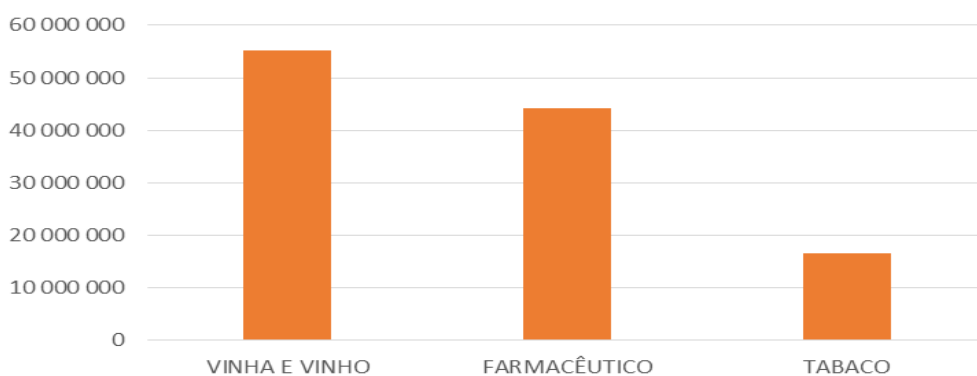
BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO SECTOR TERCIÁRIO



LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
VINHA E VINHO
FARMACÊUTICO
TABACO
TOTAL LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Contos
55 270 500
44 203 125
16 628 000
116 101 625

BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

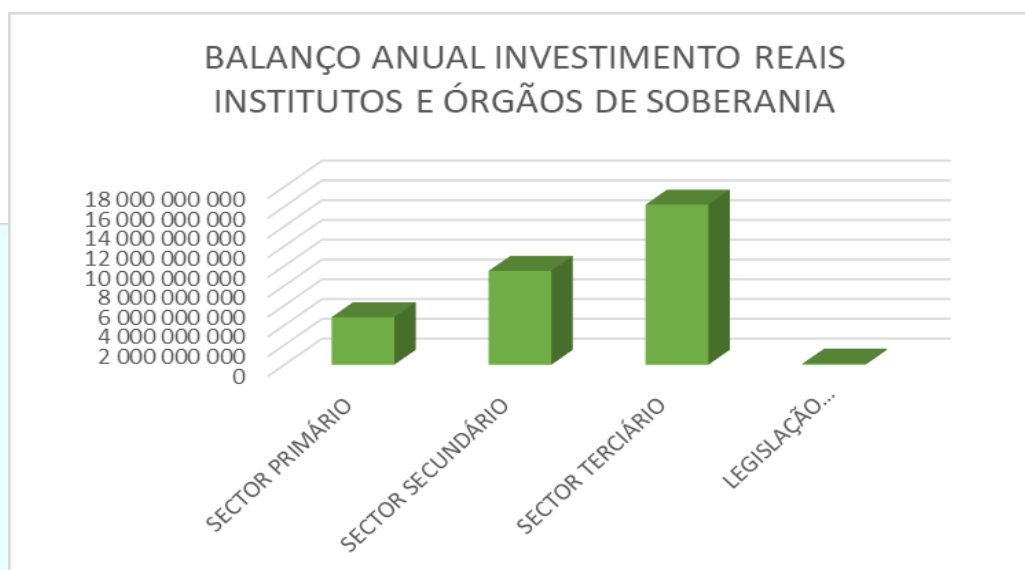


BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO
SECTOR PRIMÁRIO
SECTOR SECUNDÁRIO

Contos
4 814 199 608
9 487 200 875

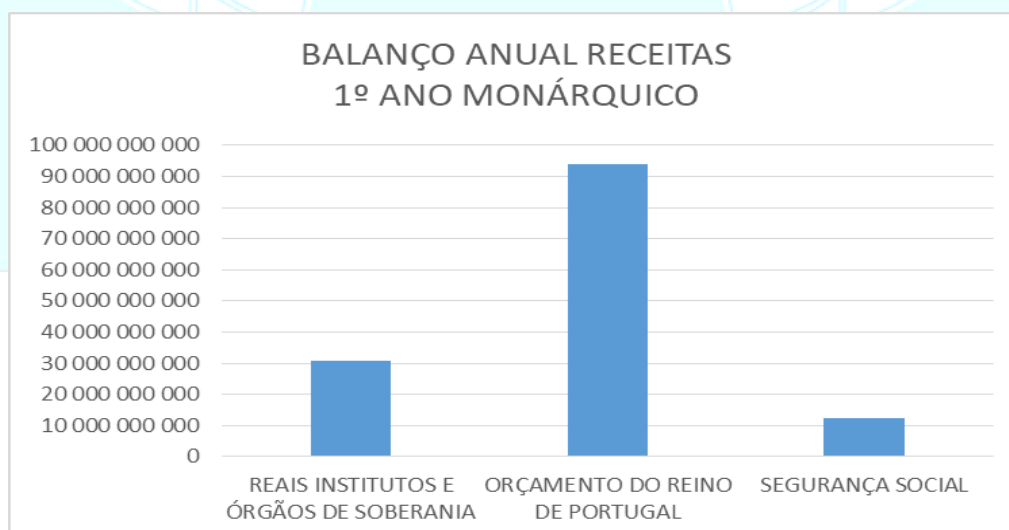
SECTOR TERCIÁRIO
 LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
 TOTAL BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO

16 196 112 417
 116 101 625
 30 613 614 525



MATÉRIA DÉCIMA SEXTA BALANÇO ANUAL DO PRIMEIRO ANO MONÁRQUICO

BALANÇO RECEITAS 1º ANO MONÁRQUICO	Contos
REAIS INSTITUTOS E ÓRGÃOS DE SOBERANIA	30 613 614 525
ORÇAMENTO DO REINO DE PORTUGAL	94 076 763 242
SEGURANÇA SOCIAL	12 329 960 984
TOTAL 1º ANO MONÁRQUICO	137 020 338 751



BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO 1º ANO MONÁRQUICO

SECTOR PRIMÁRIO

PESCA, PESCADO E PLÂNCTON

PECUÁRIA E ANIMAIS

AGRICULTURA E VEGETAIS

EXTRACÇÃO E MINERAIS

ARTES BELAS

TOTAL SECTOR PRIMÁRIO

Contos

2 897 459 311

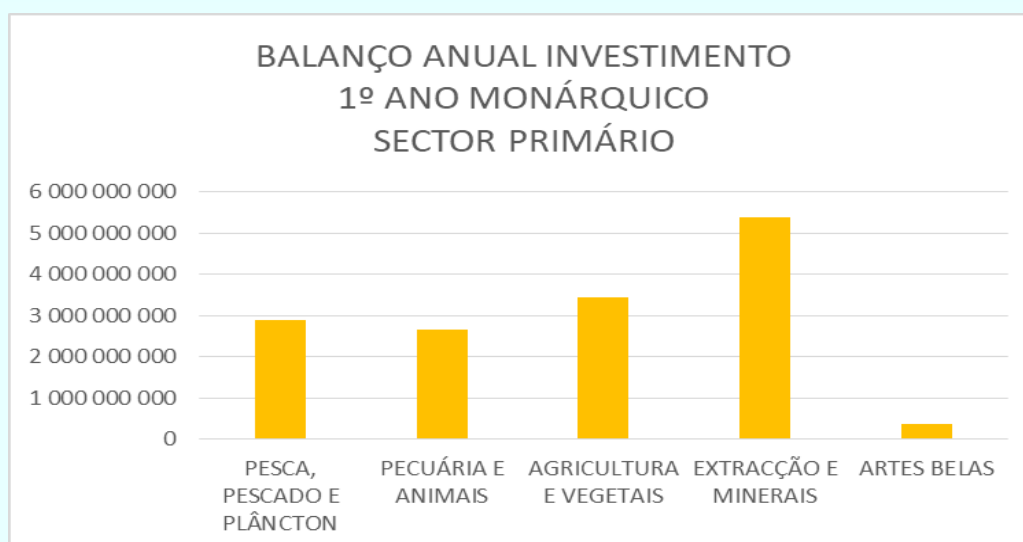
2 660 889 318

3 434 399 998

5 389 150 401

376 582 134

14 758 481 162



SECTOR SECUNDÁRIO

ENERGIAS

TRANSPORTES

CONSTRUÇÃO CIVIL

INDÚSTRIA

TOTAL SECTOR SECUNDÁRIO

Contos

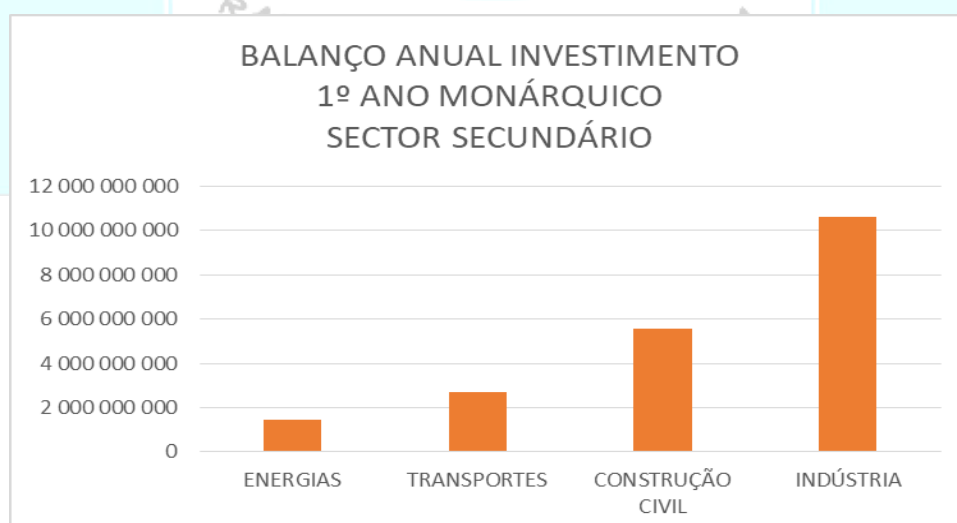
1 455 238 611

2 679 692 890

5 550 765 966

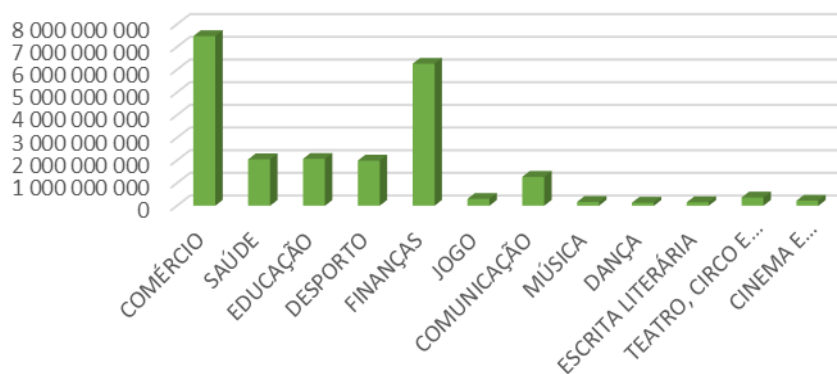
10 625 171 434

20 310 868 901

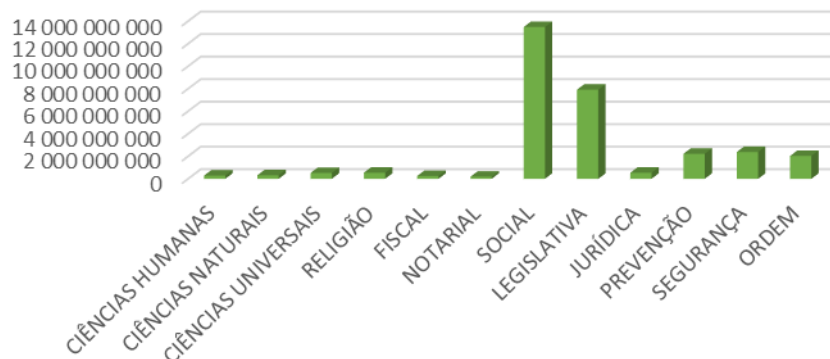


SECTOR TERCIÁRIO	Contos
COMÉRCIO	7 482 648 586
SAÚDE	2 048 582 222
EDUCAÇÃO	2 068 746 555
DESPORTO	1 992 135 908
FINANÇAS	6 263 468 028
JOGO	303 923 647
COMUNICAÇÃO	1 276 698 147
MÚSICA	170 468 384
DANÇA	136 689 634
ESCRITA LITERÁRIA	155 024 634
TEATRO, CIRCO E TAUROMAQUIA	365 331 135
CINEMA E FOTOGRAFIA	224 671 385
CIÊNCIAS HUMANAS	287 641 159
CIÊNCIAS NATURAIS	318 141 158
CIÊNCIAS UNIVERSAIS	521 141 157
RELIGIÃO	545 571 272
FISCAL	252 582 924
NOTARIAL	195 648 840
SOCIAL	13 482 727 726
LEGISLATIVA	7 919 924 261
JURÍDICA	540 124 261
PREVENÇÃO	2 225 263 595
SEGURANÇA	2 379 963 594
ORDEM	2 028 263 594
TOTAL SECTOR TERCIÁRIO	53 185 381 806

BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO
1º ANO MONÁRQUICO
SECTOR TERCIÁRIO



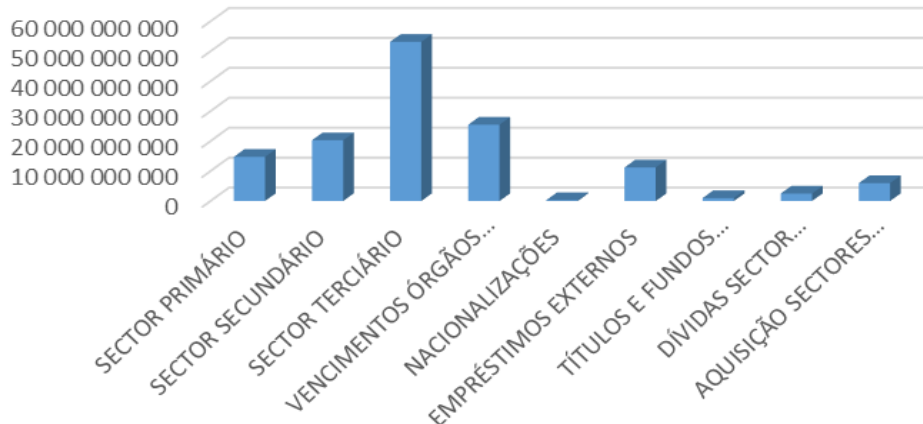
BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO 1º ANO MONÁRQUICO SECTOR TERCIÁRIO



BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO 1º ANO MONÁRQUICO

	Contos
SECTOR PRIMÁRIO	14 758 481 162
SECTOR SECUNDÁRIO	20 310 868 901
SECTOR TERCIÁRIO	53 185 381 806
VENCIMENTOS ÓRGÃOS SOBERANIA	25 500 376 308
NACIONALIZAÇÕES	312 720 000
EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	11 214 830 396
TÍTULOS E FUNDOS ESTATAIS	1 000 000 000
DÍVIDAS SECTOR PRIVADO	2 500 000 000
AQUISIÇÃO SECTORES ECONOMIA	6 000 000 000
BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO	134 782 658 573

BALANÇO ANUAL INVESTIMENTO 1º ANO MONÁRQUICO



Com todas as FORÇAS da NATUREZA VIVAS, ÁGUA, FOGO, TERRA, AR, VENTO, VIDA, com todo o MOVIMENTO com que a ESTRELA SOL me ILUMINA, com todo o PENSAMENTO com que a LUA me CONSCIENCIALIZA, com toda a SEGURANÇA com que o PLANETA TERRA me faz VIVER, com todo o ILUMINISMO com que o UNIVERSO, todos os ASTROS no CEÚ e DEUS me fazem SENTIR o SENTIDO de GOVERNAÇÃO que comigo NASCEU e o RIGOR, RAZÃO e RESPONSABILIDADE por mim a CUMPRIR, em prol da UNIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de SER, ESTAR e EXISTIR, PORTUGAL, VIVO, em PAZ e com LIBERDADE, faço cumprir PORTUGAL DESÍGNIO SOBERANO, que aguardo ser COMPREENDIDO, CORROBORADO e AGRACIADO para que se quebre o VAZIO e o SILÊNCIO INSTITUCIONAL e prevaleçam SENTIDOS, RESPONSABILIDADES e DECISÕES a IMPOR.



ÍNDICE

PORTUGAL DESÍGNIO SOBERANO:

PORTUGAL DESÍGNIO SOBERANO – 1:

MATÉRIA PRIMEIRA – REPÚBLICA PORTUGUESA – 2.

MATÉRIA SEGUNDA – ORDENAMENTO TERRITORIAL – 10.

MATÉRIA TERCEIRA – DUCADOS – 12.

MATÉRIA QUARTA – ACESSIBILIDADES – 13.

MATÉRIA QUINTA – PORTUGAL – 14.

MATÉRIA SEXTA – AGENTES ECONÓMICOS – 22.

MATÉRIA SÉTIMA – PRODUÇÃO E CUSTOS DE PRODUÇÃO – 46.

MATÉRIA OITAVA – RENDIMENTO – 70.

MATÉRIA NONA – MERCADO DE CONSUMO – 73.

MATÉRIA DÉCIMA – PRODUTIVIDADE – 74.

MATÉRIA DÉCIMA PRIMEIRA – DIRECTRIZES MONÁRQUICAS – 78.

MATÉRIA DÉCIMA SEGUNDA – MONOPÓLIOS DE PORTUGAL – 87.

MATÉRIA DÉCIMA TERCEIRA – ORÇAMENTO DO REINO DE PORTUGAL – 97.

MATÉRIA DÉCIMA QUARTA – ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL – 105.

MATÉRIA DÉCIMA QUINTA – ORÇAMENTO DOS REAIS INSTITUTOS PORTUGUESES E ÓRGÃOS DE SOBERANIA – 108.

MATÉRIA DÉCIMA SEXTA – BALANÇO ANUAL DO PRIMEIRO ANO MONÁRQUICO – 121.

ÍNDICE – 126.